

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTO DE LETRAS

DEPARTAMENTO DE TEORIA LITERÁRIA E LITERATURAS



PRESENÇA E SILÊNCIO DA COLÔNIA À METRÓPOLE:
SINA-IS DO PERSONAGEM NEGRO NA LITERATURA BRASILEIRA

AMAURI RODRIGUES DA SILVA

Brasília – DF
novembro de 2007

AMAURI RODRIGUES DA SILVA



Presença e Silêncio da colônia à metrópole:
sina-is do personagem negro na Literatura Brasileira

Tese apresentada à banca examinadora do Instituto de Letras da Universidade de Brasília, Departamento de Teoria Literária e Literaturas, como exigência para obtenção do título de Doutor em Teoria Literária.

Orientador: Prof. Dr. João Vianney Cavalcanti Nuto

Brasília – DF
novembro de 2007

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – INSTITUTO DE LETRAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA
DEPARTAMENTO DE TEORIA LITERÁRIA E LITERATURAS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO – TEORIA LITERÁRIA

Presença e Silêncio da colônia à metrópole:
sina-is do personagem negro na Literatura brasileira

AMAURI RODRIGUES DA SILVA

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Prof. Dr. João Wianney Cavalcanti Nuto
Departamento de Teoria Literária e Literaturas/UnB

Examinador: Prof. Dr. Sidney Barbosa
Departamento de Letras Modernas/USP

Examinadora: Prof^a Dr^a Rita de Cassi
Departamento de Teoria Literária e Literaturas/UnB

Examinadora: Prof^a Dr^a Edilene Batista Ribeiro
Instituto de Ensino Superior do Planalto

Examinadora: Prof^a Dr^a Ana Laura dos Reis Correa
Departamento de Teoria Literária e Literaturas/UnB

Suplente: Prof^a Dr^a Cristina Stevens
Departamento de Teoria Literária e Literaturas/UnB

DEDICATÓRIA

Em sua inteireza, dedico esta obra à pessoa mais importante de minha vida: minha esposa Tânia.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, as oportunidades proporcionadas, as possibilidades humanas e pelas pessoas que Ele fez com que nossos caminhos se cruzassem ao longo das nossas diferentes vidas.

A minha esposa Tânia, companheira e companhia de todas as horas, sobretudo das mais difíceis. Mulher, Mãe e Amiga; sempre.

As minhas filhas Fernanda e Renata, que juntamente com a minha esposa Tania dão sentido a minha vida.

A minha Mãe Anna, mulher sábia na sabedoria simples que a vida octogenária lhe concedeu.

Ao meu Pai Adeodato, *in memoriam*, a luz perene que me ilumina e me norteia.

Aos meus irmãos Alcebíades, Aloizio, Maria Helena e Ivanilde pela convivência sempre saudável, a amizade, as boas influências e a participação na formação de meu caráter.

De maneira muito especial, agradeço às Professoras Amabile Pierroti e Luiza Maria da Rocha Nogueira a forma competente, cuidadosa e principalmente carinhosa com que se empenharam na leitura e na revisão desta tese.

À Secretária Dora Duarte o atendimento sempre atencioso, a capacidade profissional, mas fundamentalmente pela noção de alteridade que emprega em sua maneira de tratar todas as pessoas.

Resumo

A proposta desta tese é examinar e discutir a trajetória descrita pelo personagem negro no âmbito da Literatura brasileira, tomando por base uma postura crítica efetuada sobre as práticas discursivas adotadas de maneira recorrente pela indústria de artefatos literários, nas oportunidades em que, na tessitura desses textos, esse personagem se faz presente pela via da sua historicidade e das relações sociais pelas quais passa no cotidiano.

Nessa perspectiva, o foco das discussões incide sobre um estudo comparativo entre produções literárias de natureza não-estética, – a exemplo da produção histórica e da sociológica –, e as de eminência estética, ou seja, a Literatura na sua versão mais profundamente artística e mais dependente de uma linguagem que implique ação sobre o mundo.

O sedimento da discussão proposta encontra-se nos tratamentos que os textos de teor não-estéticos dispensam ao negro, a partir da utilização de práticas discursivas que histórica e tradicionalmente, no atendimento de interesses ideológicos de caráter dominante, visam mantê-lo num patamar de sociabilidade que não se diferencie muito da situação por ele vivida em tempos de Brasil-colônia. É do interior desse panorama que a Literatura brasileira emerge, e do ponto de vista ideológico, explora o mesmo assunto a partir da adoção de práticas discursivas semelhantes às encontradas nas páginas dos textos de natureza não-estética. Pelo cultivo desses aspectos encontrados na utilização de práticas estratégico-discursivas a Literatura se consagra como uma estrutura cultural a serviço da classe dominante, considerando sua dimensão de instrumento de reprodução ideológica dos interesses dessa classe.

Palavras-chave: negro, ideologia, escravidão, escravismo, estereótipo, vez, voz, sina, sinal, silêncio, discurso hegemônico, linguagem, fala, dominação, colonialismo, classe dominada, classe dominante.

Abstract

Proposing to examine and to discuss the trajectory of the black character in the Brazilian Literature, this thesis is criticizing the discursive practices adopted very often by literature industry, when those characters are present through their history and daily social relations.

From this perspective, the focus is a comparative study between a non-esthetic literary production – like historical and sociological, as an example – and the esthetic ones, the Literature in its most artistic version and dependent of a language that results in practice actions in the world.

The bases on the discussion is in the way the non-esthetics texts treat the black characters, using discursive practices that, historical and traditionally attend to dominant classes interests, trying to maintain them in the same social level they had during the colonial age in Brazil. Is from this point of view that Brazilian Literature emerges and, ideologically, explores the same subject adopting discursive practices like those that can be found in the non-esthetics texts.

By cultivating those aspects of the strategic-discursive practices, the Literature establish is as a cultural structure strengthening the dominant class, considering its power of ideological reproduction of their interests.

Key-words: black people, ideology, slavery, slave-dealing, stereotype, opportunity, voice, fate, mark, silence, hegemonic discourse, language, speech, domination, colonialism, dominated class, dominater class.

Sumário:

1- Introdução	08
2- Escravidão: Metas e Implicações	21
2.1 - <i>Irmãos siameses</i>	23
2.2 - <i>Nina Rodrigues, o paladino da dominação</i>	34
2.3 - <i>Gilberto Freyre: a “sacada” da casa-grande</i>	41
2.4 - <i>Buarque de Holanda: então, por quê raízes?</i>	49
2.5 - <i>Histórias que a História cala</i>	56
3- Estratégias Discursivas da Criação Literária	76
3.1 - <i>Perspectivas ideológicas</i>	81
3.2 - <i>O silêncio como condição</i>	87
3.3 - <i>A presença do mito</i>	91
3.4 - <i>A modelação pelo estereótipo</i>	95
3.5 - <i>Discurso direto, indireto e indireto livre</i>	100
3.6 - <i>Entrecruzamentos textuais</i>	107
4- Cotidiano e Literatura	114
4.1 - <i>Realidade nossa, versão deles</i>	116
4.2 - <i>A hora do vis-à-vis</i>	121
4.3 - <i>Vieira: negritude e religiosidade católica</i>	139
4.4 - <i>Macedo: as vítimas duplamente vítimas</i>	156
4.5 - <i>Alencar e o mundo de faz de conta</i>	169
4.6- <i>Menino de engenho: observação e aprendizado</i>	176
4.7- <i>José Passarinho:humanismo e divindade</i>	179
5- A vez e a voz	185
5.1 - <i>A outra face do poder</i>	187
5.2 - <i>O des-emparedado</i>	190
5.3 - <i>Os efeitos da cor</i>	201
6- Conclusão	219
Referências	223
Anexo	232

1- Introdução

O que antes era verdade hoje é impossível de admitir sem considerar a trinca de determinantes – classe, raça e sexo – e a análise da linguagem como um discurso controlador. Em particular, a “verdade” possuída por um homem branco de classe dominante ficou suspeita. E essa visão (estamos agora bem longe de Nietzsche) também se ampliou para a literatura que, em sua versão politizada de estudos literários é menos considerada uma experiência estética independente do que um reflexo da situação social, assim como matriz controladora da linguagem dentro da qual ela existe. Na visão neutra, toda a literatura exige uma “historicidade” – isto é, que se insira dentro da História. Na visão radical, a literatura é “cúmplice” dos crimes do poder, os crimes que a linguagem literária comete tanto através do escritor quanto do leitor. Assim, quando a linguagem e o comportamento de Mark Twain – que era um crítico evidente da “Idade do Ouro” americana, indômita e corrupta, – são analisados nas entrelinhas, ele surge como um produto da Idade do Ouro, idêntico a qualquer ladrão contumaz. Não é preciso “entrevistar” a literatura para encontrar essas complexidades. (David Denby, *Grandes livros*)

1 - Introdução

O que está escrito sobre uma pessoa ou um fato é, declaradamente, uma interpretação, do mesmo modo que as manifestações visuais feitas à mão, como pinturas e desenhos. Imagens fotografadas não parecem manifestações a respeito do mundo, mas sim pedaços dele, miniaturas da realidade que qualquer um pode fazer ou adquirir. (Susan Sontag)

O ESPAÇO LITERÁRIO organiza-se pelas ações de um discurso que tem como principal meta tratar de uma realidade que lhe é exterior, a partir do desenvolvimento de uma linguagem de natureza simbólica por excelência. Apesar de se constituir como uma questão polêmica, discussão que nesta oportunidade não pretendo explorar, os elementos simbólicos que impregnam a linguagem literária, nela estão em virtude da capacidade que têm em expressar a realidade com maior profundidade que os elementos lógicos. No momento em que ressaltamos a maior capilaridade de um, os elementos simbólicos, em detrimento da menor capilaridade do outro, os elementos lógicos, estamos recorrendo a um argumento que se sustenta no próprio fazer literário, especialmente quando partimos do princípio de que o exercício da leitura nos coloca em contato com seu desiderato de ir para além do imediato, do tangível e das verificações empíricas. Ora, só preenchendo requisitos dessa ordem é que a Literatura adquire condições de imprimir sobre o mundo uma ação que implique conhecimento e transformação desse mesmo mundo.

Ao longo dos tempos a Literatura brasileira tem sido marcada por uma substancial participação de personagens negros na composição de seu universo temático, especialmente no plano ficcional, condição que estabelece como fio condutor deste trabalho a proposta de empreender um olhar mais detido sobre essa presença na topografia literária. Ao mesmo tempo, este trabalho também quer ver a Literatura como um espaço capaz de possibilitar formas de representação e interpretação desses personagens, caracterizadas que são por uma determinação em atribuir-lhes, quase sempre, um comportamento marcado pela passividade, pela inação e pela leniência.

Antes, porém, de tratar das especificidades da presença do negro na tessitura literária, eu o farei no que diz respeito a sua presença física no cotidiano social, o que provoca o surgimento de uma produção de textos de primazia histórica que emergem justamente dessa situação. A posição ocupada pelo negro dentro do tecido social migra para o interior de textos que procuram fazer registros históricos que se completam pelo vínculo a conjunturas políticas, sociológicas e econômicas, e é baseado nessas alianças que neles o negro se vê representado. Apesar de configurados por

abordagens que também se constituem como fontes de conhecimento de nossa história e do próprio país, esses textos apresentam um discurso atrelado a artifícios descritivos que os consagram como opinativos e interpretativos, na medida em que são parciais mesmo quando a contundência dos fatos não lhes permite ser. A despeito disso, a História continua a fazer parte de um todo, circunstância que ainda assim é uma forma de parcialidade.

Normalmente, quando se faz qualquer tipo de menção sobre os negros, somos compelidos a enquadrá-los num compartimento estanque, onde aparecem a seu lado representantes de outros segmentos sociais, tais como as mulheres, os judeus, os homossexuais, os índios, enfim, aqueles aos quais se convencionou denominar como minorias marginalizadas. Quando a discussão se fecha um pouco mais ou, dependendo da ótica, quando ela se abre um pouco mais, passa a haver uma redução na quantidade de segmentos que o senso comum coloca no mesmo patamar dos negros, ou seja, conforme a discussão em pauta, apenas alguns poucos segmentos passam a equivaler como grupamentos sociais, mas o fato relevante é que uma proposta de equiparação nunca deixa de se fazer presente. Ora o olhar sobre o negro tem como paralelo a mulher, ora o judeu, ora o índio, sendo que esta última situação é, por sinal, a mais recorrente.

Em se tratando de História do Brasil, – considerando o país como pano de fundo das discussões a serem empreendidas por este trabalho –, a trajetória do negro é descrita por textos que denotam uma incapacidade em abdicar da presença do índio como fator de comparação, recurso utilizado muito menos por uma questão de coexistência histórica do que como forma de justificação ou de tentativa de defender o indefensável. Aliás, é de se destacar a dificuldade que a própria História revela ter no trato da questão do negro, da mesma forma que a ele ela se refere mais com relutância que com espontaneidade. Encontramos de forma recorrente nos textos históricos uma perseguição de justificativas para as impressões que eles apresentam sobre o negro, como podemos perceber, por exemplo, em Nina Rodrigues, um expoente entre os adeptos dessa forma de expressão:

Exigências do ensino da medicina legal, disciplina que professo, impondo-me o dever de conhecer de perto os negros brasileiros, ofereceram-me oportunidade de apreciar a exatidão do juízo externado há vinte anos pelo Dr. Sívio Romero.¹ [grifos meus]

A impressão que a citação de Nina Rodrigues nos revela é a de que ele “resolveu” estudar a raça negra² em função de exigências impostas por sua condição de médico legista, muito embora

¹ Nina Rodrigues, *Os africanos no Brasil*, p 17.

² A concepção de raça em Nina Rodrigues traduz uma visão estabelecida pelos meios científicos do século XIX que vai para além de meados do século XX, podendo ser encontrada também em outros autores da referida época. Para os propósitos desta tese a perspectiva é outra, cuja explicitação encontra-se no capítulo Cotidiano e Literatura.

deva dizer que um raciocínio de consistência ainda que modesta, é o suficiente para impedir-me de ver a mínima relação de causa e efeito entre uma e outra condição aventada por ele. O que também contribuiu para a realização de seu trabalho foi uma proposta de atendimento a reclamos de vozes coletivas e não isoladas, como parecem ser, tanto quanto se pode perceber que o que o moveu nesse sentido não foram convicções próprias que pudessem resultar na finalidade de desenvolver projetos culturais, históricos, científicos ou de natureza semelhante. À medida que adentramos mais na essência de seu trabalho, percebemos que o autor procura ratificar idéias em estágios latentes, confirmando visões predispostas, visto que o próprio Sílvia Romero anteriormente já houvera feito sobre o negro a advertência de que “ele não é só uma “máquina *econômica*; ele é antes de tudo, *malgrado* sua ignorância, um objeto de *ciência*.”³ [grifos meus]

O destaque pela obra de Nina Rodrigues justifica-se pelo fato de ser ela, tanto quanto o autor, do ponto de vista historiográfico, uma das pioneiras e das mais consideradas a tratar do assunto.

EM SUA ESSÊNCIA, este trabalho quer investigar o discurso que a Literatura brasileira utiliza para apresentar o personagem negro a partir da existência de uma propensão em manter em sua organização aspectos ideológicos, políticos, sociais e hegemônicos mais afeitos a textos de predominância histórica, fazendo com que seu contorno no espaço literário seja praticamente o mesmo engendrado pelo espaço histórico. Minha pretensão é sim a de comparar distintas formas discursivas, sem que, no entanto, tenha a menor veleidade em estabelecer juízos de valor entre elas. A proposta maior é no sentido de demonstrar o quanto o discurso literário faz do personagem negro um personagem secundário, ainda que sua presença seja primária para a tessitura, o desdobramento e a qualidade estética da obra. É conveniente esclarecer também que não podemos perder de vista que ao discurso literário não compete “corrigir” aspectos que poderiam ser considerados possíveis “deformações” de outros discursos ou mesmo de comportamentos do cotidiano. Apesar dessa ressalva, o trabalho que venho desenvolver aqui quer provocar um questionamento sobre o fato de um discurso de essência imaginativa, com recorrência, manter-se numa linha tão objetiva e realista quanto o de natureza eminentemente histórica.

Na medida em que discurso literário e discurso histórico se encontram sustentados por uma conotação comparativa, faz-se necessário destacar que tal apelo encontra justificativa no fato de as obras de teor histórico que abordarei, serem determinantes no processo de formação da visão de mundo de gerações de brasileiros que a elas acorrem em busca de algum tipo de conhecimento

³ Nina Rodrigues, *Os africanos no Brasil*, p. 16.

possível de ser encontrado, de forma semelhante, também na Literatura. A partir do momento em que um considerável número de leitores tem acesso a informações históricas, ao deparar com a informação literária a tendência é de consolidar as impressões contidas no texto histórico, mesmo porque a própria tessitura literária *de per se* já contribui para efetivar essa premissa. A bem da verdade, diante de tais ocorrências estamos partindo de uma prática segundo a qual os dados que dão forma a nosso conhecimento geral, em tese, nos são passados primeiramente por mecanismos históricos e sociais, restando à Literatura o papel de complementá-los, questioná-los ou mesmo problematizá-los, apesar de seu absoluto descompromisso com questões dessa ordem. Portanto, as discussões estarão centradas nos discursos encontráveis no trato da trajetória descrita pelo negro, considerando como ponto de partida obras marcadas por uma predominância histórica que, por sua importância cultural e oficial-historiográfica, contribuem para a elaboração das diferentes formas de representação do negro, encontradas na topografia literária.

QUANTO À ELEIÇÃO do *corpus*, no que se refere às obras de teor histórico, ele se configura a partir da exploração de *Os africanos no Brasil*, de Nina Rodrigues, seguida por *Casa-grande e senzala*, de Gilberto Freyre, *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, finalizando com *As religiões africanas no Brasil, contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilizações*, de Roger Bastide. Dentro dessa consideração procurei respeitar uma seqüência cronológica tanto quanto a maior ou menor competência de cada uma no que diz respeito à capacidade de atingir leitores, na mesma intensidade que procurei valorizar um perfil mais consistente de um público leitor que começa a delinear-se a partir do século XIX.

Em Nina Rodrigues estou investindo tanto na dimensão de sua obra quanto na de seu nome dentro da segunda metade do século XIX, chegando até o limiar do século seguinte. Especialmente no século XIX, e até mesmo em função do construtivismo cientificista vigente à época, ele se consagra como uma autoridade no assunto, sendo que não podemos esquecer o quanto a sua condição de médico legista contribuiu para que o seu texto fosse consolidado como referência epistemológica. Evidentemente que a associação dessas características lhe confere lugar de destaque como pólo modelador no cenário das discussões centradas sobre o negro, a ponto de autorizar que esta condição ainda norteie pensamentos contemporâneos. Em certa medida e em especial no plano da crítica literária, as influências das teorias de Nina Rodrigues fizeram-se presentes em nomes expressivos

daquele setor, a exemplo de José Veríssimo e Sílvio Romero. Grande parte dos posicionamentos crítico-literários encontrados nesses teóricos é de matrizes reconhecidamente racistas.⁴

Quanto a Gilberto Freyre, numa proporção certamente maior que a de Nina Rodrigues seu nome destaca-se a partir da década de 1930, em função da abrangência alcançada por conta da dimensão da pesquisa trazida por *Casa-grande e senzala*. Beneficiada, inclusive, por uma evolução sociopolítica que começava a dar novos contornos ao país, sua obra desfrutou e certamente ainda desfruta de um poder de penetração nos mais diferenciados segmentos culturais, o que lhe confere um número muito grande de leitores, não apenas no Brasil. Ao propor um enfoque de eminência cultural sobre a formação da família brasileira da forma ampla com que o desenvolve, seu texto credencia-se como uma interessante possibilidade de interpretação do Brasil.

Sérgio Buarque de Holanda, por sua vez, é inserido no âmbito deste trabalho como referência de uma abordagem de predominância política, no que diz respeito à dicotomia Monarquia-República, relação na qual ele prioriza *nuances* críticas. Nela, ele dispensa pelo negro um tratamento próprio de um elemento que transita no interior daquele cenário, muito mais como causa do que como efeito de uma conjuntura por ele exposta como problemática.

Os elementos retirados da obra de Roger Bastide assim serão feitos na intenção de demonstrar as dificuldades enfrentadas pelos adeptos das religiões de origem africana, na tentativa de exercer suas práticas religiosas. Enfoques de outras naturezas, porém, também serão explorados em virtude da riqueza de uma pesquisa que não se resume à índole religiosa, em linhas gerais o elemento-chave do texto. É a partir dessas obras centradas no negro como produto da escravidão que vamos deparar com a presença de comportamentos ideológicos que contribuem para a criação de mitos e estereótipos que circulam em torno de sua imagem.

UMA VEZ ADENTRANDO o terreno literário e considerando a possibilidade de realizar um trabalho sustentado por um *corpus* não necessariamente apropriado para açambarcar a Literatura brasileira em toda sua extensão temporal, deliberei pela adoção de obras e cronologias capazes de traduzir com adequação e contundência, situações que, embora tendam a parecer pontuadas, na verdade perpassam a Literatura como um todo. Tratando de forma mais objetiva dos artefatos que concentram discurso e acontecimento, e também procurando manter uma relação de consonância

⁴ Recorro ao termo aqui e ao longo do trabalho, considerando-o, fundamentalmente como hipótese de validade científica, muito embora não exclua de todo a possibilidade de uma utilização baseada em concepções preconceituosas.

com os textos históricos a escolha quanto ao *corpus* recai inicialmente sobre os *Sermões da XIV^a*, da *XX^a* e da *XXVII^a*, de Padre Antônio Vieira, prosseguindo com *As vítimas algozes: quadros da escravidão*, de Joaquim Manoel de Macedo, *O tronco do Ipê*, de José de Alencar, *Menino de engenho* e *Fogo morto*, de José Lins do Rego, estabelecidas como referências de discursos hegemônicos.

Na parte conclusiva darei destaque para as obras *Emparedado*, de João da Cruz e Sousa e *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves, ambas exploradas em capítulo específico. *Emparedado* não só por suas peculiaridades ao nível da conformação estética, mas sobretudo por constituir um exemplo singular de criação produzida no século XIX que conseguiu adentrar o cânone, apesar de dotar-se de características que contrariam o comportamento literário vigente, e *Um defeito de cor*, uma produção de 2006, por tratar-se de um romance autobiográfico gerado a partir de relatos de uma escrava.

Estas são as obras que em meu entendimento têm competência para se constituírem como objetos de análise de uma situação que permita discutir a questão do negro de forma abrangente, estabelecendo como ponto de partida aspectos do discurso a ele conferido. Nesse momento da tese as hipóteses serão demonstradas a partir do destaque de artifícios narrativos – os quais serão explicitados logo adiante – utilizados nas obras componentes do *corpus* literário, exceção feita aos textos de Cruz e Sousa e de Ana Maria Gonçalves que, conforme já mencionei, serão contemplados com uma discussão à parte, justamente pelas especificidades encontradas nos seus discursos.

O desdobramento no qual as abordagens irão configurar-se será caracterizado por uma evolução de eventos distintos que obedecerão a uma seqüência natural. O primeiro aspecto a ser levantado é o da presença maciça do negro como um personagem que tem vez, mas não tem voz, condição que do ponto de vista cronológico inicia já em tempos pré-abolicionistas, convindo salientar que na citada conjuntura, ter vez não significava nada mais do que apenas estar presente. Como demonstrar a argumentação proposta é uma questão que será resolvida pelo exame dos *Sermões* do Padre Antonio Vieira.

O segundo momento será representado pela Literatura do século XIX e o salto no tempo se justifica por entender que o século anterior, no que concerne aos objetivos precípuos desta tese, foi estéril quanto à produção de acontecimentos relevantes. Já o século XIX, no entanto, precisa ser ressaltado na medida de algumas marcas que o caracterizam como específico, quer do ponto de vista

econômico, político ou cultural, mas, principalmente, pelo pouco que se investiu num campo social que já se fazia expressivo.

Socialmente o país está “saindo” de um regime de escravidão e ao mesmo tempo, tentando organizar-se como espaço econômico, visto que apenas nesse setor o evento da Abolição da escravatura produziu preocupações e engendrou projetos.

Politicamente, a passagem da Monarquia à República também está atrelada a questões econômicas, delas sofrendo e nelas causando influências consideráveis a ponto de se constituir como mais uma forma de manter o social à deriva.

Do ponto de vista cultural nossa Literatura começa a formatar-se como um fenômeno passível de ser visto como produtor de um artefato estético dotado de matizes mais domésticos. Em termos mais sistêmicos, aquele século ainda valoriza de maneira decisiva, mesmo para nosso pensamento de dimensões pretensamente internas, um construtivismo cientificista tão presente nas discussões daquele período histórico, do qual ainda não havíamos conseguido desvencilhar-nos. As obras de Joaquim Manoel de Macedo e de José de Alencar são as que com maior nitidez demonstram e dão consistência a uma visão de preponderância excludente que a época fomentava em relação ao negro. Enfim, é o século em que o Brasil, contando com a interação do social, do político e do cultural, começa a constituir-se como nação, começa a projetar-se como país e começa a perceber que tem um horizonte diante de si.

Na seqüência, o pensamento modernista do século XX será representado e explorado pela chamada geração de 30, por intermédio do centramento nas obras de José Lins do Rêgo. Nelas vamos perceber que o olhar que prossegue sendo desferido sobre o personagem negro pouco ou nada se diferencia do que se fizera até então, muito embora, havia algum tempo, na prática já vivêssemos dias marcados por uma atmosfera resultante do afastamento cronológico da Abolição.

Em seu prosseguimento, o trabalho sofrerá um desvio diametralmente oposto ao apresentado por sua proposta básica, quando do tratamento dispensado ao discurso no exame da prosa poética *Emparedado*, de Cruz e Sousa, e no romance *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves, textos aos quais recorro justamente como referências de instâncias possíveis de se demonstrar a viabilidade da utilização de discursos que se contrapõem ao comumente encontrado. Contrariando o comportamento habitual, o texto de Cruz e Sousa traz à luz a manifestação de um personagem negro dotado de vez e de voz, fato que necessita ser considerado em toda sua dimensão, principalmente se observarmos que essa produção literária também data do século XIX, espaço cronológico de ídoles desfavoráveis às apresentadas pelo texto. O texto *Emparedado* será estabelecido como paradigma de um comportamento heteróclito, oportunidade rara na Literatura brasileira em que verdadeiramente

deparamos com um personagem negro possuidor de um discurso enunciador de todos seus anseios, de sua visão de mundo, de reais possibilidades de expressar seu senso crítico, de expor uma sensibilidade que lhe é peculiar, rompendo de forma definitiva com recursos que insistem em plasmá-lo segundo metas ideológicas, filosóficas ou hegemônicas. Juntamente com a obra de Cruz e Sousa e com o intuito de buscar os mesmos propósitos, lanço mão de *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves, uma obra que se faz interessante por ser contemporânea, do ponto de vista cronológico no que diz respeito ao momento de sua produção, ano de 2006, e, ao mesmo tempo, por sua capacidade em apresentar conteúdos oitocentistas a partir de uma perspectiva que vai da senzala à casa-grande; por isso, tanto quanto a obra de Cruz e Souza, esbarra em facticidades que contrariam o curso natural até então presente de forma marcante no tecido social. Embora *Um defeito de cor* seja uma obra marcada por conteúdos mergulhados no século XIX, sua grande contribuição acontece no sentido de podermos fazer dela uma referência que nos permita discutir inclusive parâmetros sociais da contemporaneidade, haja vista sua capacidade em jogar com o tempo da forma que faz, e nesse processo lúdico abrir possibilidades para valorizar significações atualizadas.

EMBORA EXISTA uma linha de pensamento que entende que a Literatura não deve obrigatoriamente refletir a realidade cotidiana, é preciso não perder de vista sua capacidade em reverberar comportamentos humanos. A ausência reiterada ou a invisibilidade de personagens negros em sua tessitura, no mínimo ensejam a busca dos porquês de tais preferências numa manifestação de índoles sociais, além de gerar uma inquietação que dá margem a questionamentos como os que procuram saber se, agindo assim, a Literatura não estaria a serviço de idéias semelhantes às defendidas por Nina Rodrigues que certo dia asseverou que “os negros existentes se diluirão na população branca e tudo estará terminado”.⁵

O teor ideológico encontrado no discurso de natureza histórica por vezes é localizado também nos discursos de índole literária, e sua presença nesta topografia se configura a partir de propostas estéticas disseminadas por uma série de artifícios narrativos, mencionados alguns parágrafos atrás. Como exemplo desses recursos, destaco as diversificadas formas possíveis de se atribuírem significações a valores ideológicos, segundo perspectivas que vão de Marx a Marilena Chauí, perpassando óticas como as de Engels e Carlos Vogt. Uma visão mítica – no que se refere a criações do imaginário de acordo com conceitos de Gilbert Durand – também fornece elementos para o

⁵ Nina Rodrigues, *Os africanos no Brasil*, p. 5.

discurso literário sobrepor-se ou entrecruzar-se com o histórico. Ainda do ponto de vista estético, outro apelo considerável e de presença continuada nos textos literários é o silêncio, elemento que em grande medida dá contornos de subalternidade ao personagem negro, principalmente quando processado pelo recurso aos estilos indireto e indireto livre, além de aspectos relacionados à filosofia da linguagem, bem como da ausência reiterada da técnica do contraponto.

*A*O REALIZAR este trabalho, minha expectativa encontra acolhida no sentido de poder contar com a possibilidade de trazer para o âmbito da Literatura brasileira, contribuições referentes às características encontradas no personagem negro ao nível da teoria literária. Características que se configuram como **sinais** ao mesmo tempo em que se constituem como **sinas** e se revelam como os **ais** próprios desse personagem, em virtude de seu apelo continuado. Para desenvolver esse assunto de forma a canalizá-lo para o plano da teoria literária, tornou-se inevitável, além de gratificante, uma incursão em outros campos do saber como a Antropologia, a Sociologia e a História, áreas do conhecimento com as quais tenho a expectativa de também prestar contribuições.

Em conseqüência, a definição de um *corpus* que tivesse a pretensão de tratar de tal matéria tornou-se uma realização muito complexa e de difícil deliberação. No caso em questão, as dificuldades ampliaram-se ainda mais em função de uma complexidade que de forma espontânea apresenta-se em torno do assunto, estabelecido o campo extraliterário como referência de onde trazem ou para onde levam diferentes implicações. Dessa maneira, passou a ser imperioso considerar como básica a premissa de que o papel desempenhado pelo negro como indivíduo partícipe da história do Brasil, – por tudo o que sua presença significa, indicia e pressupõe –, é um acontecimento que não se coaduna com uma leitura *en passant*, traduzida por abordagens padecentes de inópia, por debates lacônicos e tampouco por limitados acessos a obras ou a diferentes áreas do conhecimento, consideradas estas como recursos complementares de uma discussão que é de natureza ampla. E é por isso que, no que diz respeito ao negro como sujeito da investigação, tornou-se necessário explicitar os conceitos adotados para raça, cor e etnia, tão decisivos e esclarecedores no atendimento às pretensões desta tese, tarefa a ser cumprida pelo capítulo Cotidiano e Literatura nas abordagens lá desenvolvidas.

Na tentativa de buscar uma proposta de preenchimento satisfatório desses requisitos, este trabalho faz incursões episódicas em outros textos além dos eleitos pelo *corpus*, olhando-os como constelações que gravitam ao redor do tema de forma a utilizar essas fontes secundárias como elementos de iluminação para defesas de idéias prioritárias, e desse modo, ajustar e fazer falar os

textos escolhidos como primazia. Neste particular, os recursos incidirão sobre *Memórias póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, *Úrsula* e *A escrava*, ambas de Maria Firmina dos Reis, só para citar alguns. O mesmo se dará com o *corpus* de natureza não-literária, principalmente por meio do acesso a tantas obras de contextura histórica, antropológica ou sociológica. Como exemplo, destaco *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1880-1850)*, de Jaime Rodrigues; *Raça e história*, de Claude Lévi-Strauss; *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*, de Célia Maria Marinho de Azevedo ou *O negro no mundo dos brancos*, de Florestan Fernandes, entre as componentes de um elenco que embora me abstenha de citá-lo em sua totalidade, torna inegável reconhecer a contribuição por ele prestada no processo de elaboração de importantes linhas de raciocínio.

Quanto às questões de teor sociológico, é oportuno salientar que sua própria compleição, não só me autoriza como me estimula a agregar elementos de minha realidade empírica ao *corpus* correspondente, uma vez que a realidade de meu cotidiano pessoal, ao longo de toda minha trajetória de vida, em grande medida dialoga, identifica e, em alguns casos, é o referencial que me credencia a detectar equívocos responsáveis pela sustentabilidade de muitos dos princípios teóricos que fundamentam as discussões por ele estabelecidas. Tudo irá funcionar como uma espécie de filosofia empírica, na medida em que o inventário epistemológico presente em todas as modalidades de relações sociais emerge, justamente, graças ao estudo de comportamentos isolados ou comunitários. Quanto a esse aspecto, é interessante destacar que o ponto de diferenciação entre mim e os diversos autores encontra-se nas perspectivas por nós naturalmente adotadas, ou seja, de fora para dentro, por eles; de dentro para fora, por mim. Como exemplo de evidência objetiva capaz de exprimir essa realidade, aponto a obra de Florestan Fernandes citada no final do parágrafo anterior, por tudo o que ela concentra e indicia já em seu próprio título.

Para efeito de se obter uma compreensão dos propósitos desejados e mesmo como referência metodológica que possa resultar nessa compreensão, julgo necessário alertar o leitor acerca de medidas adotadas ao longo do trabalho, representadas por aspectos gráficos que, em meu entendimento, facilitam o uso de determinadas expressões que poderiam provocar certa confusão caso assim não fossem tratadas. Nesse particular, refiro-me, por exemplo, ao termo Literatura, grafado com maiúscula para indicar uma produção literária que se configura como tal em virtude das especificidades da linguagem que utiliza, opondo-se à grafada com minúscula que representa uma produção desprovida de comprometimento estético. O mesmo ocorre com o termo História, cuja maiúscula lhe dá contornos de ciência oficial, ao passo que a minúscula representa uma acepção mais próxima da construção popular resultante das representações imaginárias do cotidiano.

Finalizando: urge também, chamar a atenção do leitor para a eventualidade de que o discurso deste trabalho não venha a desenvolver-se com absoluta isenção de sintomas que, em princípio, são intrínsecos à classe dominante. Caso seja notada a ocorrência de presenças desses laivos ao longo do seu desdobramento, saiba que este aspecto não significa a presença de um paradoxo; ao contrário, o leitor estará diante de mais uma demonstração do poderio da ideologia de caráter dominante.

Gostaria, sim, de fazer uso de um discurso rigorosamente desimpregnado de séculos de dominação; mas é preciso entender e reconhecer que uma dominação de caráter secular corresponde a obstáculos que não se os transpõem com um passe de mágica. Somente a consciência que se tem da contundente presença dela é insuficiente para viabilizar sua total assepsia, apesar de contribuir para que parafraseemos o poeta sem que sejamos apenas “contos contando contos e nada mais”.⁶

Sinto que é chegada a hora de tomar atitudes e passar da teoria à prática.

Tenho consciência do quanto é preocupante o caráter inexequível do atendimento a uma proposta de utilização de formas discursivas imunes a marcas que refletem formas de predomínio, entretanto, são justamente as implicações que tanto na Literatura quanto na vida, gravitam em torno do tema sobre o negro, que me estimulam a avaliar as ocorrências que observo no mundo, a pesquisar sobre elas, a trazer o assunto à baila e... a correr riscos.

Alea jacta est!!!

≈≈≈//≈≈≈

⁶ Poema *Nada fica* do heterônimo Ricardo Reis.

2 - Escravidão: Metas e Implicações

Nossas vítimas nos conhecem por suas feridas e seus
grilhões; é isto que torna seu testemunho irrefutável.
Basta que nos mostrem o que fizemos delas para que
conheçamos o que fizemos de nós. (Jean Paul Sartre)

2 - Escravidão: Metas e Implicações

Os limites da minha linguagem
denotam os limites do meu mundo.
(Ludwig Wittgenstein)

2.1- *Irmãos siameses*

*A*LGUNS EPISÓDIOS DA HISTÓRIA do Brasil precisam ser recontados ou pelo menos passar por uma releitura, a fim de que, na busca de uma análise ponderada dos fatos em destaque, todos os aspectos a eles inerentes também sejam contabilizados no processo de formação de uma visão ampla e consistente acerca do objeto que estiver sob enfoque. Esse comportamento impediria a prevalência apenas daqueles componentes que são enfatizados de forma a resultar no atendimento de uma leitura oficial e perspectivista.

Canalizando a discussão para o campo da escravidão negra ocorrida no período colonial, e fazendo dela ponto de partida de debates que se ampliam mais adiante, torna-se indispensável ressaltar, em primeiro lugar, a relevância desse acontecimento para qualquer pretensão que se tenha em discutir e entender o país em sua essência, seja qual for o viés que se queira priorizar. Na minha maneira de entender, não há como pensar o Brasil de forma ampla sem que, também de forma ampla, pensemos os dias marcados pelo exercício da escravidão. Se, por um lado, pensar a escravidão implica pensar a trajetória descrita pelo negro em sua mais extensa, vertical e fiel intensidade, condição que requer que jamais se perca a referência de seu papel de sujeito histórico e de elemento englobante da construção de uma condição nacionalizante do Brasil, por outro, essa disposição exige que também pensemos na inteireza das ações práticas e intencionadas daquele que tanto quanto o negro foi engendrado pelo processo escravocrata colonialista: o branco dominador. Pelo fato de ter sido gerado nas entranhas da escravidão na mesma proporção que o negro, ele necessita, *ipso facto*, ganhar pertinência a qualquer tentativa de problematização sobre a presença do negro no panorama nacional, seja no plano das articulações sociais implementadas na colônia, seja no plano da consagração dessas articulações num futuro que viria.

No cerne dos métodos educacional e informativo responsáveis pela formação do pensamento brasileiro, percebemos que na sua vertente oficial a História, nas oportunidades em que faz referência ao negro, sempre nos foi transmitida de uma forma muito coarctada. Invariavelmente apelando para uma ótica que se efetua repetidas vezes, a partir de um mesmo ponto e de uma mesma predisposição, ou seja, observar, analisar e expor os fatos históricos e seus atores por meio de processos unilaterais,

ela se formaliza como um foco que incide apenas sobre um ponto fixo, demonstrando certa incapacidade para abarcar os elementos que se posicionam ao redor desse ponto. Limitada a pressupostos que contribuem para manter o negro em patamares marcados pela invisibilidade, tal predisposição lhe confere, em vista disso, uma parca expressividade e um espaço também invisível nos diversos campos em que ele se insere.

Uma arqueologia da história do negro no Brasil – requisito indispensável a uma discussão que se pretenda abrangente e profunda –, é a proposta de que carecemos para convencer que a escravização à qual ele foi submetido é, na realidade, apenas parte de um desdobramento muito maior, portador de *nuances* distintas, e entre elas somente se caracteriza verdadeiramente como escravidão aquela situação em que o negro foi obrigado a cumprir lides diárias efetuadas pelo rigor de um trabalho forçado, executado sob a crueldade do regime que lhe foi imposto. Qualquer situação que transcenda essa condição básica é parte constitutiva de um envoltório que circunda esse acontecimento e, por sua vez, necessita ser tratada na sua inteireza, visto que a consistência das implicações proporcionadas pela escravidão se configura muito mais pelas influências e pelas ações dos elementos que gravitam em torno dela do que propriamente pelos fatos concernentes a uma atividade marcada pelo trabalho servil.

Ora, com uma visão mais imediatista, a historiografia oficial também nos contempla. O acesso que ela nos nega ao nível da informação é relativo à sujeição às implicações sociais, políticas e econômicas emergentes de um estado de servidão, bem como no que diz respeito à plenitude de uma trajetória traçada, não somente pelo negro, mas, sobretudo, por todos aqueles que de alguma forma com ele protagonizaram a lamentável ocorrência de quase quatro séculos de escravidão. Em consequência, este trabalho quer aprofundar e ampliar uma proposta de análise crítica, abrindo possibilidades de trazer à luz elementos que demonstrem que a escravidão colonial foi constituída por mecanismos que extrapolaram condições de imposições meramente servis, presentes em situações de extenuantes trabalhos forçados. Para tanto, quero priorizar em sua origem, seu viés sociológico, e da mesma forma trazer para o debate elementos que justificam indeléveis marcas que ainda hoje encontramos no *ethos* do povo brasileiro, nos mais diferentes níveis de nossa conjuntura social. Segundo meu ponto de vista, a substância de tais linhas de raciocínio encontra respaldo no teor oportuno das observações feitas por Fernando Antonio Novais, e à medida que a elas se ajustam, revelam também a homologia existente nas nossas formas de pensar esse tema, pois, também em minha maneira de pensar,

se há divergências fundamentais quanto à natureza da sociedade brasileira, às características das camadas e dos grupos sociais etc., isto não impede evidentemente o reconhecimento de um ponto de partida comum: a formação “colonial”. Cremos mesmo poder afirmar que este será talvez um dos poucos ou o único ponto de concordância unânime: todos estamos de acordo em que as feições hoje apresentadas pela sociedade no Brasil resultam de um processo de transformação, em cuja base subjaz algo um tanto *vagamente descrito* como “formação colonial”. Tanto maior seja a ênfase dada no processo histórico imanente às *configurações atuais* para compreendê-la, tanto maior será a compreensão do ponto de partida.⁷ [grifos meus]

Dentro dessa perspectiva, olhar para a fase colonial significaria, em princípio, pensar num espaço humanizado, pensar na ocupação desse espaço, pensar em povoamento e no surgimento de instituições políticas e sociais criadas para atender a fins comunitários. Apesar disso, a opinião de Novais, com quem persisto corroborar, revela que “o que substantivamente, se retém das considerações sobre o período colonial é a escravidão,”⁸ e complementa, defendendo a idéia de que “a escravatura é o ‘legado’ da colonização e o trabalho escravo a marca decisiva da nossa *formação social*”⁹ [grifos meus], configurando dessa forma o ponto de partida para caminhos que se abririam no futuro, principalmente os que conduziriam aquela sociedade às primeiras propostas de estratificação social. E uma vez centrada na escravidão, restou à sociedade sustentar-se numa divisão binária a partir da qual toda discussão posterior se enraíza, representada por dois segmentos básicos: o de senhores e o de escravos.

De um segmento de senhores que, mais que senhores-de-escravos, eram senhores de si e da situação. Para que aquelas condições se mantivessem como hegemônicas, apelaram para a adoção de práticas que resultassem em domínio absoluto sobre os escravos, não para que estes simplesmente executassem o trabalho que se queria, mas para que as deliberações dos senhores fossem operadas como se queria, a partir do emprego de técnicas de dominação e, conseqüentemente, de poder, entre elas as técnicas utilizadas para atender ao propósito de vigiar e punir. Conforme assevera Michel Foucault, “castigos como trabalhos forçados ou prisão – privação pura e simples da liberdade – nunca funcionaram sem certos complementos punitivos referentes ao corpo: [...], expiação física, masmorra”,¹⁰ o que fez com que, em se tratando de Brasil-colônia a punição fosse tomada como uma autêntica função social por parte de quem a aplicava, como deparamos em vários momentos da escravidão. Entretanto, acontece que, apesar de todas as ações punitivas serem exercidas sobre o corpo físico, – mais uma vez estabelecendo como ponto de referência premissas foucaultianas –, não se pode perder de vista os resultados que ações dessa natureza produzem na alma de quem as sofre.

⁷ Novais, *Aproximações: ensaios de história e historiografia*, p 141.

⁸ Id., p. 142.

⁹ Id. ib.

¹⁰ Foucault, *Vigiar e punir*, p. 20.

Olhando por essa ótica é de se inferir que, embora pareça que os objetivos de quem fez uso delas no espaço da escravidão tenham sido no sentido de atacar de imediato a esfera física, essas ações, atingiram posteriormente diferentes áreas como a psicológica, a moral, a existencial, enfim, todas as camadas da condição humana, como efetivamente acabou acontecendo, no atendimento de propostas que circulam à margem das medidas diretas.

Por isso a prática do açoite, das correntes, do ferro em brasa, do tronco, da máscara de flandres, das algemas, dos cadeados, das tenazes, dos grilhões e de uma infinidade de instrumentos utilizados para produzir toda sorte de torturas e maus tratos, como a calceta, uma espécie de argola de ferro que circundava a cintura do escravo e da qual pendia uma corrente que lhe era atada ao tornozelo, procurando não somente tornar-lhe a fuga mais difícil, mas visando pelo estardalhaço produzido, também denunciar a infâmia da sua situação.¹¹ Por isso a desintegração da família, o abuso sexual de meninas e a submissão delas e de mulheres à prostituição. Por isso as aplicações de castigos assistidas pelos demais escravos com o intuito de revesti-las de caráter exemplar. Por isso as execuções oficiais realizadas em praças públicas e anunciadas a toques-de-caixa com a finalidade de atrair espectadores, e dessa forma, conferir a elas uma concepção de espetáculo. Assim, se é verdade que este conjunto de castigos impingidos pelos senhores-de-escravo intentou, por intermédio da lesão física, evidenciar a intimidação e o desestímulo à adoção de comportamentos de rebeldia por atuar de imediato sobre o corpo físico, é igualmente verdadeiro que essa mesma condição degradou, humilhou e aviltou também o espírito, lesionado que foi pela via moral como retratado no formato de uma síntese, explorada por Frantz Fanon:

a violência colonial não tem somente o objetivo de garantir o respeito desses homens subjugados; *procura desumanizá-los*. Nada deve ser poupado para liquidar as suas tradições, para substituir a língua deles pela nossa, para destruir a sua cultura sem lhes dar a nossa; *é preciso embrutecê-los pela fadiga*. Desnutridos, enfermos, se ainda resistem, o medo concluirá o trabalho: assestam-se os fuzis sobre o camponês; [...] Se resiste, os soldados atiram, é um homem morto; se cede, degrada-se, *não é mais um homem; a vergonha e o temor vão fender-lhe o caráter, desintegrar-lhe a personalidade*.¹² [grifos meus]

Na mesma proporção, se é verdade que esse conjunto de práticas produziu um ser humano degradado, humilhado e envilecido, – o escravo negro –, é verdade também que a existência do mesmo conjunto de ações denuncia a existência de uma instituição que, pelas suas ações, além de engendrar o escravo ao qual estou referindo-me, simultaneamente engendrou outro ser humano – o

¹¹ Para obter mais detalhes sobre punições impostas aos escravos, Cf. Goulart, *Da palmatória ao patíbulo: castigos de escravos no Brasil*.

¹² Fanon, *Os condenados da terra*, p. 9.

branco – que se habituou a ver, a conviver e a assimilar como elementos espontâneos a compor a ordem natural dos acontecimentos, um repositório de arbitrariedades institucionalizado por uma conjuntura que a todo o momento o convenceu de estar agindo também com espontaneidade. Enfim, o que não se permite perder de vista nas abordagens que têm essa natureza, é a referência que nos mostra que a escravidão não é mãe de filho unigênito; com absoluta certeza é permitido afirmar que, na verdade, ela pariu irmãos siameses.

Um elemento que contribuiu muito para a formação de tal compreensão pode ser encontrado na Constituição de 1824, em seu artigo 179, alínea XIX, quando estabelece que “desde já ficam abolidos os açoites, a tortura, a marca de ferro quente, e todas as mais penas cruéis (sic)”, o que significa que legalmente foram abolidos mecanismos de sevícia e de degradação humanas que até então eram naturalmente utilizados. No entanto, em que pese essa decisão administrativa, sabe-se que na prática eles continuaram a ser utilizados, sobretudo pela justiça doméstica dos senhores, homens habituados a fazer justiça pelas próprias mãos e, por isso, refratários a qualquer tipo de leis a não ser as impostas por eles mesmos. O fato de a Constituição resolver contemplar esse tipo de coibição leva a supor que aquelas práticas estivessem de tal maneira introjetadas no *modus vivendi* da sociedade colonialista a ponto de causar problemas de alguma ordem que provocassem tal intervenção, como por exemplo, os resultados contraproducentes que, se sabe, ocorreram, traduzidos pelas reações violentas de muitos escravos, chegando não raramente a assassinatos de alguns senhores.

A despeito da conformação desse panorama, o que me interessa destacar é a dimensão da espontaneidade que certamente o homem branco da colônia empregava em sua relação com o escravo. Numa análise mais detalhada percebemos que a primeira Constituição do Brasil só foi elaborada em 1824, o que significa dizer que, na ocasião de sua promulgação, se a sociedade colonial estava apenas 64 anos distante da Abolição, havia já 324 anos que ela estava diuturnamente envolvida com uma situação na qual vinha desempenhando um papel marcado pela soberania e pela auto-suficiência, advindo daí tanta naturalidade em sua forma de encarar as atrocidades inerentes a sua relação com a população escrava. E, como todos sabemos, tratando-se de conscientização crítica, a Abolição não apresenta elemento algum que nos convença a vê-la como ponto de canalização de um processo que tivesse sido intencionalmente amadurecido ao longo do tempo e, *ipso facto*, não havia por que esperar que depois de tantos anos, na índole do homem branco dominador ainda restasse o mínimo resíduo de senso de “mundo comum”, nexos que esses mesmos três séculos de escravidão se incumbiram de desmorrar e que encontramos essencializado na exposição de Hannah

Arendt para quem “a presença de outros que vêem o que vemos e ouvem o que ouvimos garante-nos a realidade do mundo e de nós mesmos”.¹³

A afirmação de Hannah Arendt dá conta de que a mundividência da sociedade colonial trazia as marcas da indigência, justamente por alijar o escravo de sua forma de interpretar o mundo ou por lhe atribuir como valor apenas um des-valor, e nessa medida, acabava por conceber uma visão unívoca do mundo. E entre outras características do “mundo comum,” Hannah Arendt ainda acrescenta uma por meio da qual ele

reúne-nos na companhia uns dos outros e, contudo, evita que colidamos uns com os outros, por assim dizer. O que torna tão difícil suportar a sociedade de massas não é o número de pessoas que ela abrange, ou pelo menos não é este o fato fundamental; antes, é o fato de que o mundo entre elas perdeu a força de mantê-las juntas, de relacioná-las umas às outras e separá-las.¹⁴

A filósofa prossegue destacando que, segundo uma perspectiva mais ampla,

somente quando as coisas podem ser vistas por muitas pessoas, numa variedade de aspectos, sem mudar de identidade, de sorte que os que estão à sua volta sabem que vêem o mesmo na mais completa diversidade, pode a realidade do mundo manifestar-se de maneira real e fidedigna. Nas condições de um mundo comum, a realidade não é garantida pela <<natureza comum>> de todos os homens que o constituem, mas, sobretudo pelo fato de que, a despeito de diferenças de posição e da resultante variedade de perspectivas, todos estão sempre interessados num mesmo objeto.¹⁵

Pela conclusão de Hannah Arendt, percebemos que, a rigor, o homem da colônia encontrava-se num estágio em que sua noção de “mundo comum” simplesmente inexistia, na medida em que suas práticas cotidianas justificavam um conceito segundo o qual “o mundo comum acaba quando é visto somente sob um aspecto e só se lhe permite uma perspectiva”.¹⁶

Foi exatamente no bojo dessa conjuntura que homens e instituições do Brasil-colônia foram plasmados e, no seio dessa engrenagem, construíram uma concepção de mundo sob a qual foram adestrados para dispensar pelo escravo negro uma perspectiva única: aquela que só lhes permitia vê-lo como coisa. Essa leitura dos homens, das instituições e daqueles tempos precisa ser selecionada para que possamos analisar e numa análise ponderada apreender o quanto eles, com tanto envolvimento e com tanta intencionalidade formalizaram predisposições fenomenológicas sobre o

¹³ Arendt, *A condição humana*, p. 60.

¹⁴ Id., p. 62.

¹⁵ Id., p. 67.

¹⁶ Id., p. 68.

negro, como conseqüência do investimento em ações subjugantes que não eram exceção, mas regra, e, uma vez beneficiados pelo devagar depressa dos tempos, habituaram-se a ver e a pensar de formas passíveis de serem encontradas nos dias atuais.

A NOÇÃO DE ESCRAVIDÃO, ao nível do senso comum e mesmo aquela elaborada pela historiografia oficial, remete-nos, por caminhos equivocados, a um enredo vivido por um personagem único, – o negro –, quando a realidade mostra que muitos são os co-partícipes desse acontecimento e que a questão possui uma dimensão muito maior. Definitivamente, não há mais espaço para que abordagens que tomem por base a escravidão não tenham a coragem e a honestidade de mencionar a participação decisiva de segmentos sociais importantes como a Igreja, a Coroa Portuguesa, o Estado, bem como influências sofridas por questões político-internacionais, – a exemplo do Tratado de Methuen¹⁷ –, como elementos englobantes da geração, da manutenção e das implicações resultantes do processo escravocrata que no Brasil se desenvolveu.

Em igual intensidade, não mais podemos permitir que continuem a ser invisibilizados por essa mesma historiografia acontecimentos da verticalidade do Levante dos Malês,¹⁸ ocorrido no ano de 1835 na Bahia, episódio sedimentado sobre aspirações de primazia sociopolítica e cultural, passagem em que o negro desempenhou, especialmente ao nível da conscientização, um papel atuante em busca da consecução de sua respeitabilidade e da reversão de um quadro que lhe era desfavorável sob todos os aspectos. A vertente revolucionária do levante é apenas uma das componentes desse episódio, entre uma infinidade delas que precisam ser conhecidas em toda sua extensão. Essa exigência deve ser atendida até mesmo para que possamos extrair desse acontecimento informações que possibilitem chegar a uma interpretação dotada de maior completude, cuja configuração depende do grau de aliança entre as partes desse todo pois, embora uma ou outra parte pareça secundária, todas elas, dada sua importância, vão de fato atuar decisivamente para a compreensão do levante como um todo. Um exemplo dessa necessidade reside no fato de os haussás terem trazido da África uma bagagem cultural que lhes serviria para dar sentido à vida sob e contra a escravidão em solo baiano¹⁹, mostrando que o conhecimento de fatores como este vai exigir que sejam repensadas opiniões dadas

¹⁷ Tratado econômico-financeiro firmado entre Portugal e Inglaterra em 1703, no qual Portugal comprometia-se a comprar produtos manufaturados da Inglaterra, e em troca, vender apenas vinho, atitude desastrosa que gerou grande prejuízo para os portugueses. Diante das dificuldades para o cumprimento do tratado, Portugal adotou a escravidão negra no Brasil como saída para evitar a decadência total do país.

¹⁸ Cf. João José Reis em *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês em 1835*.

¹⁹ Id., p. 214.

como certas acerca desse assunto. Nesse particular, faz-se mister buscar elementos que denunciem a presença de um simplismo que sempre se faz presente no sentido de limitar os objetivos desse episódio a pressupostos unicamente religiosos de origem islâmica, – como se uma característica desse porte pudesse deslustrá-lo –, implicando na perda do foco de uma revolta que combinou luta religiosa, luta racial, luta étnica e luta de classe. Vale ressaltar ainda que o teor religioso do levante, exatamente pela sua índole islâmica é o referendário indispensável para que se possa perceber naquele processo revolucionário uma componente que transcende o anseio de uma liberdade vinculada apenas ao aspecto físico-corporal, colocando em relevo também a componente cultural, tendo em vista que os haussás, presença predominante entre os rebelados, justamente por serem islamizados, liam o Corão e chegaram a fundar escolas em templos e casas de libertos, onde aprendiam o árabe. Dados dessa natureza, por si só, se não evidenciam, possibilitam supor a dimensão intelectual embutida naquele processo revolucionário.

Outro momento de grande significância que gira em torno da história do negro é o que diz respeito a Palmares, e por conseqüência, a Zumbi. Em virtude de sua importância nos planos histórico, sociopolítico e cultural, não se pode perder de vista o grande investimento desenvolvido por nossa historiografia, – tanto em relação ao Quilombo quanto em relação ao seu líder –, no sentido de não nos contemplar com um tratamento que também objetive as pretensões de Zumbi em fazer com que aquele movimento pudesse ir além de uma proposta de rebeldia, revelando-se fundamentalmente como uma organização de concepções republicanas. De maneira recorrente e em detrimento dessa condição, nossos textos históricos quase sempre desconsideram aspectos relevantes, como, por exemplo, o significado que Palmares assume como um retorno às tradições culturais africanas, preferindo dispensar a esse fato erigido sobre raízes de ídoles sociais um tratamento que apenas lhe confere contornos próprios de um mero valhacouto.

A omissão de elementos dessa relevância não só empobrece a formação de qualquer tipo de percepção sobre os fatos como impede que ela seja diversificada, na mesma intensidade que contribui para que as marcas características dessa percepção sejam a desfiguração e a incompletude. É esse o tratamento que entendo ser dispensado de maneira recorrente às discussões que envolvem a figura do negro, quando o assunto tem por sedimento a escravidão, e é a partir dessa predisposição, marcada pela ausência de informações reais ou pela indigência delas, que vamos encontrá-lo representado nos mais diferentes segmentos da sociedade. A rigor, comportamentos com esse caráter passam a constituir a matéria-prima utilizada como principal incremento nas abordagens sobre o negro.

Entretanto, não cessa por aí o repositório de informações que recorrendo a expedientes muito visíveis a História evita difundir ou as distorce na difusão, de forma que tanto um quanto outro artifício resultam em omissões que acabam por gerar e gerir uma nebulosidade perniciosa em torno da participação do negro em acontecimentos de relevância na composição de nossa realidade cotidiana, mantendo dessa forma o *status quo*. Quando assim não ocorre, o que se verifica é o reforço com mais percuciência ainda, de expectativas criadas sobre situações intestinas ao período da escravidão, ou na perseguição dos mesmos fins; o que se dá é a procura por uma proposta que consiga vestir com novas roupagens elementos que têm sua origem também no espaço da escravidão.

Como exemplo de evidências objetivas que expressem esse tipo de situação podemos citar, por um lado, o próprio *modus operandi* da sociedade colonialista escravocrata, traduzido em sua capacidade de associar ao escravo as mais diversificadas idiosincrasias que se sabe que ele não tem, a exemplo de seu pendor pelo trabalho extenuante, de sua inferioridade intelectual, de sua propensão à preguiça ou da estapafúrdia acusação de ser ele desprovido de alma, entre muitas outras. Ou seja, nota-se que a sociedade da época construía em torno do escravo negro uma aura que mantivesse intactas tanto a situação dele quanto a da classe dominante. Por outro lado, ainda é possível citar como contribuições prestadas nesse sentido o desdobramento dos textos que, da forma como tratam o assunto, vão ao encontro de interesses da sociedade colonialista, embora dela já estejamos muito distantes. A adoção desse comportamento presente na essência dos discursos históricos ganha consistência, à medida que, daquela topografia, migram e são assimilados pelos de teor literário. Expedientes de tais índoles configuraram-se nas opiniões manifestas de autores, nos momentos em que procuram atribuir a diferentes episódios protagonizados pelos escravos conotações que contrariam a natureza humana, bem como qualquer formalidade lógica.

Tão incisivas, comprometedoras e veladas quanto aquelas informações que estão ligadas às circunstâncias que forjaram e mantiveram a escravidão, encontram-se algumas associadas ao evento da Abolição e principalmente aos primeiros momentos pós-Abolição.

É justamente em função da exploração de artifícios desse tipo que começam a surgir os mitos e os estereótipos em torno da figura do negro, engendrados tanto pela construção de um imaginário estruturado sobre um processo de conscientização implantado de maneira natural, quanto pela configuração dos textos a ele atinentes que, pela via da indução, derivam para linhas de abordagens que contribuem para a consagração de idéias inerentes ao cotidiano da colônia.

No que diz respeito aos mitos, – quanto aos estereótipos tratarei num segundo momento –, recorro ao vocábulo a partir do conceito que Gilbert Durand lhe confere como sendo uma “representação simbólica que expressa pensamentos, culturas e visões de mundo, projetando o

imaginário coletivo no simbólico e vice-versa”²⁰, nesse caso específico, quase sempre agregado a pressupostos ideológicos, e a partir dessa forma de ver, primeiramente confiro destaque, em especial no que concerne à Abolição, a um que encerra comiseração e solidariedade, a reboque de um outro maior – o do humanitarismo. Ambos se consolidam e são difundidos como elementos responsáveis pelo êxito do processo abolicionista de forma muito mais concreta e determinante do que o foi, por exemplo, o *Bill Aberdeen*.²¹ Ao longo do processo de formação de nosso conhecimento fomos habituados a ouvir e a acreditar, devido a imposições de métodos oficializadores da historiografia, que o êxito da Abolição tem uma relação mediata com a índole bondosa da princesa Isabel, aliada ao senso humanitário de integrantes de setores da elite, como é o caso de abolicionistas que, em número expressivo até, eram também possuidores de terras e de escravos. Uma análise dos textos que tratam do assunto dá conta de que esta intenção marca presença nas abordagens sobre o escravo negro de forma a caracterizar-se como um lugar comum pois, em linhas gerais, estaremos sempre a deparar com ela atuando como elemento formador do imaginário popular.

Na discussão sobre a posição ocupada pelo negro no tecido social, quer no período colonial, quer nos séculos subseqüentes, ao tomar por base a inserção de alguns elementos que de maneira recorrente são omitidos pelos textos, começa-se a melhor perceber o porquê do apelo sistemático feito por eles à presença de elementos estruturantes do imaginário vigente. Para tanto, além da necessidade premente de se perceber nos mitos e nos estereótipos seu verdadeiro papel de criadores de uma atmosfera de realidades indubitáveis, faz-se necessário também investir em aspectos que no geral deixam de ser atendidos pela historiografia oficial, e por intermédio do recurso a eles, procurar trazer à luz pelo menos duas importantes componentes na implementação de novas alternativas. A primeira delas diz respeito à total ausência de um contraponto nos textos que tratam do assunto; a segunda, que num certo sentido pode ser vista como conseqüência natural da primeira é a tendência que a concepção resultante dessa proposta sempre terá em atender a uma perspectiva unívoca. Por conseguinte, considero míope qualquer visão formadora de uma imagem do negro elaborada a partir desses princípios. Neste caso, entramos em contato com uma vertente do texto que, pela omissão, contribui para a formação de uma idéia, e em alguns casos, de uma imagem de perspectiva única, na medida em que deixa de revelar outras possibilidades de percepção. Como a historiografia oficial geralmente omite especificidades da gente negra, uma vez ampliadas as discussões, surge uma

²⁰ Cf. Durand, *As estruturas antropológicas do imaginário*, p. 355-356.

²¹ Ato baixado pelo parlamento inglês em 8 de agosto de 1845, pelo Lord Aberdeen, autorizando a Marinha britânica a perseguir e interceptar navios traficantes, visto que o exercício do tráfico negreiro era economicamente desfavorável para aquele país. Por essa lei o Brasil se viu praticamente impossibilitado de continuar mantendo a escravidão, na medida em que a Inglaterra, de fato, colocou em prática as normas presentes no referido ato.

necessidade de retomar, elencar ou mesmo trazer para o debate outros enfoques também pertinentes à matéria.

As abordagens sobre a trajetória do negro são marcadas pela total ausência do contraponto nos mais diferentes vieses que venhamos a encontrá-las da História à Antropologia, perpassando as mais variadas formas de cultura como o Cinema, o Teatro, a Telenovela, a Sociologia e, principalmente, a Literatura. Contraponto é o outro olhar, a outra perspectiva, a outra possibilidade de. Contraponto é, acima de tudo, referência; e só a referência impede a atribuição de valores absolutos a noções que podem ser relativas. Sem ele, entendo que aumenta em muito a possibilidade de se estabelecer uma discussão marcada pelo desequilíbrio, a menos que a meta perseguida pela História e pela Literatura seja exatamente esta, como invariavelmente me parece ser.

É vastíssimo o conjunto de obras e documentos de que dispomos, específico de uma produção cultural que trata da colonização brasileira como forma de revelar a essência da sociedade da época e contribuir para o entendimento da futura em toda sua densidade. A opção por esta linha, ou seja, pela adoção da falta de contraponto, naturalmente impede que a tessitura de um texto que tenha por escopo tratar da presença do negro seja organizada de forma a proporcionar ao leitor um amplo leque de perspectivas para que, a partir de então, ele possa formar uma opinião mais acendrada sobre o objeto de leitura.

///

2.2 – Nina Rodrigues: o paladino da dominação

EM SE TRATANDO de obras que versam sobre o tema, estabeleci como paradigma três dos livros mais lidos e estudados já produzidos neste país: *Os africanos no Brasil*, de Raimundo Nina Rodrigues; *Casa-grande e senzala*, de Gilberto Freyre e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda. Para formatar as discussões, vou recorrer ainda à obra *As religiões africanas no Brasil, contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilizações*, de Roger Bastide, especialmente para sustentar questões relativas à propagação e ao culto das religiões de origem africana, e também por entender que o seu trabalho transcende o tema sob enfoque.

Nessas obras encontram-se exemplos expressivos de situações em que seus autores recorrem aos expedientes do mito, do estereótipo e da ausência de contraponto, denotando por meio deles uma pretensão em manter um quadro social que perdura há muitos séculos. Esses comportamentos vêm ao encontro da linha crítica adotada por este trabalho e mais se acentuam, tendo em vista que é exatamente a dimensão das diferentes pesquisas o aspecto que considero como fator responsável pelos poderes de penetração desses textos nos mais diferentes meios culturais, o que vejo como uma conquista proveniente de suas próprias conformações.

Até mesmo com o objetivo de dispensar respeito ao aspecto cronológico, decidi estabelecer como ponto de partida a obra de Nina Rodrigues, *Os africanos no Brasil*, por tudo que ela encerra como pólo modelador desse tipo de abordagem. Apesar de surgir já nos derradeiros anos do século XIX, é indubitável seu pioneirismo, obviamente, não pelo que se relaciona com questões temporais, mas, sim, por sua proposta em abranger aspectos até então quase inexplorados sobre o negro, a exemplo do tratamento dispensado a elementos pertinentes à geografia e a comportamentos culturais da África. Muito provavelmente, Nina Rodrigues não seja o autor mais lido entre os responsáveis pelo *corpus* eleito para tratar da questão do negro no Brasil. No entanto, da mesma forma, poucos autores fizeram um trabalho que favoravelmente contasse, tanto quanto ele, com situações paralelas e com um panorama cientificista capazes de causar influências tão marcantes na sociedade, em geral, e no universo literário, em particular, em vista de o racismo científico ter-se tornado o grande *leitmotiv* dos debates políticos e culturais daquele final de século.

Quando falo de situações que se colocam ao redor de sua pesquisa, quero destacar, inicialmente o momento político e sócio-histórico que o país vivia, última década do século XIX, por tudo o que aquele período representou para o Brasil, um país que começava a delinear-se como nação, a arquitetar sua própria cultura e a dar formas a seu espaço social e econômico. Apesar de já estar a

caminho do seu final, o século XIX acaba sendo um grande trunfo para Nina Rodrigues pela aliança que se firma entre sua condição de médico legista e um construtivismo cientificista preponderante, associação que se consagra como elemento legitimador de suas idéias. Apesar de todas essas condições, a estrutura de seu texto não me faz ver em que medida sua formação profissional possa ter contribuído epistemologicamente com a essência do trabalho que ele apregoa ter tido a pretensão de realizar, mesmo sendo ele “responsável pela coleção de cabeças de bandidos e criminosos memoráveis, objetos de estudos antropométricos”²² nos quais aplicava princípios teóricos sobre as relações entre as características físicas e mentais dos indivíduos, chegando por meio desses estudos a conclusões que defendiam o caráter científico de suas idéias racistas.

Outra situação que para ele funciona como suporte é a Abolição da escravatura. Nina Rodrigues conta com as implicações trazidas por uma Abolição incipiente, que embora já fato quase consumado, sabe-se que não caiu nas graças da classe dominante e muito menos na simpatia da população branca em geral, não sendo digerida nem por um nem por outro desses segmentos. Se por um lado ela era uma questão mal resolvida, por outro, era o húmus necessário para disseminar na sociedade teses de natureza preconceituosa que se faziam apreender como resultados de descobertas pretensamente científicas, ainda que em sua essência não o fossem. Somem-se a isto, as influências que Nina Rodrigues sofre do próprio meio, como se evidencia no destaque feito por ele mesmo em relação a uma posição externada por Sílvio Romero, em 1879:

o negro não é só máquina *econômica*; ele é antes de tudo, e malgrado sua ignorância, um objeto de *ciência*. Apressem-se os especialistas, visto que os pobres moçambicanos, benguelas, monjolos, congos, cabindas, caçangues... vão morrendo.²³

E Nina Rodrigues assume uma posição diante das palavras de Sílvio Romero:

são decorridos mais de vinte anos e infelizmente não apareceu até hoje o especialista que devia satisfazer o apelo, justo e patriótico, do distinto escritor. [...] Assim me pareceu esforço útil e meritório coligir, para o estudo da raça negra no Brasil, os documentos históricos e científicos referentes às colônias africanas que as introduziram no país.²⁴

Embora esteja aqui procurando demonstrar que Nina Rodrigues atende a reivindicações de diferentes segmentos, e que neste caso, é de alguém do meio literário, é preciso que se diga que,

²² Ventura, *Estilo tropical*, p. 55.

²³ Nina Rodrigues, *Os africanos no Brasil*, p. 16.

²⁴ Id., p 17.

neste particular e no atendimento dos interesses desta tese, a penetração dos impactos causados é muito mais incisiva na crítica literária do que o contrário.

Em linhas gerais, o que vamos encontrar em *Os africanos no Brasil* é, em princípio, uma proposta de distinção das diferentes procedências geográficas, tribais e religiosas dos negros que primeiramente vieram para o Brasil. Apesar disso, o que se percebe também é que, de maneira bem percuciente, o texto tende a apresentar o que propõe como escopo, a partir do apelo a abordagens que atribuem um traço único à raça negra como um todo, tendo como síntese, a sua condição de desigual e inferior. O texto insiste na proposta de ratificar na raça negra a presença de aspectos que a colocam numa posição de total desvantagem em relação à raça branca, qualquer que seja o ponto de vista que queiramos priorizar. O autor desenvolve sua pesquisa, sustentando-se sempre na noção de que o negro é um ser inferior, um problema para o país, um problema no Brasil.

Bem arredio do meu espírito andava, por certo, o pensamento de que os modestos ensaios, tentados em 1890 a benefício da clínica sobre as imunidades mórbidas das raças brasileiras (1) e, mais tarde, prosseguidos nas suas aplicações médico-legais às variações étnicas da imputabilidade e da responsabilidade penal, (2) viessem colocar-me um dia face a face com essa esfinge do nosso futuro – o problema “o negro” no Brasil.²⁵ [grifos meus]

Para resolver este problema, Nina Rodrigues apresenta a seguinte solução simplista:

mas, como da primeira vez, celebrou-se de novo e agora com maior estrondo a solução definitiva do magno problema. *Os negros existentes se diluirão na população branca e estará tudo terminado.*²⁶ [grifos meus]

A partir dessas âncoras, as abordagens de *Os africanos no Brasil*, de maneira objetiva, irão desconstruir a figura do negro, por meio da negação de aspectos e características que lhe são inerentes, e não raro, esta predisposição é avocada por intermédio de suposições ou de ilações, num trabalho que se pretende científico. Ora, como a desconstrução pela negação objetiva necessariamente implica uma construção pela subjetividade, a presença desse processo dialético passa a caracterizar as abordagens feitas por Nina Rodrigues, autorizando a tomar como exemplo primeiro, um questionamento que ele faz sobre a capacidade de revolta dos escravos, asseverando que

²⁵ Nina Rodrigues, *Os africanos no Brasil*, p.1.

²⁶ Id., p. 5.

pode-se avançar com segurança que até hoje ficaram inteiramente incompreendidas no seu espírito e na sua significação histórica as repetidas sublevações de escravos que, em curtos intervalos, se sucederam na Bahia, durante a primeira metade do século XIX. Para os cronistas, eram simples manifestações dos sentimentos perversos dos selvagens de pele negra [...] Para espíritos mais benévolos, os levantes apenas constituíam justas represálias de seres brutalizados por senhores desumanos. Os escritores de ânimo liberal viam nas insurreições dos negros uma nobre revolta de oprimidos contra a usurpação da sua liberdade, em cuja reivindicação davam, por vezes, notáveis exemplos do mais belo heroísmo. *De tudo isto podiam participar as revoltas dos africanos, mas seguramente elas não eram isso.*²⁷ [grifos meus]

Embora faça uma referência direta aos movimentos de insurreição ocorridos na Bahia, Nina Rodrigues deixa transparecer que o elemento que lá sustentou as rebeliões – o islamismo – foi o responsável pelas reações dos escravos que os adotavam como crença religiosa, permitindo concluir que aqueles que se abstiveram dessa crença foram incapazes de reações semelhantes. Ele entende que onde faltou o estímulo religioso vigorou a fragilidade do nexos ao desígnio de um esforço pela liberdade física ou cultural:

mas o islamismo, que por toda a parte na África, de inopinadas guerras santas, faz surgir como por encanto impérios e reinos de duração mais ou menos efêmeras, era, no fanatismo dos negros, dos camitas e dos seus mestiços, a mola e a origem de todas essas explosões.²⁸

Outro elemento marcante na história dos escravos que o texto procura desconstruir é o quilombo de Palmares. Na versão de Nina Rodrigues, o quilombo não passou de uma grande fantasia criada por alguns historiadores que, impropriamente, o batizaram de República dos Palmares. Para Nina Rodrigues, o historiador Rocha Pita atribui a Palmares “grandezas que não podia possuir”²⁹ e em “desacordo com tudo o que se sabe da capacidade e cultura dos palmarinos,”³⁰ nesse caso em particular, recorrendo a suposições, principalmente ao dizer que “as cidades de Palmares ‘deviam ser’ verdadeiros agrupamentos de pequena vilas.”³¹ Ainda quanto a Palmares, o autor informa, por meio de conjecturas, que seu governo “muito ‘devia haver’ de importado das práticas e costumes da colônia portuguesa.”³²

O que se evidencia em *Os africanos no Brasil* é uma proposta de resolver o problema do negro por sua eliminação, o que o autor minimiza pelo uso do eufemismo “diluição na sociedade branca”, muito embora seja preciso que se diga que esta eliminação se tenha configurado também em termos

²⁷ Nina Rodrigues, *Os africanos no Brasil*, p. 38.

²⁸ Id., p. 42.

²⁹ Id., p. 76.

³⁰ Id. ib.

³¹ Id.

³² Nina Rodrigues, *op. cit.*, p. 77.

formais. O próprio quilombo de Palmares ao qual Nina Rodrigues se refere como um exemplo da “necessidade” que o governo de Pernambuco teve de eliminar, em função das sucessivas retomadas que se verificavam depois de cada investida das forças regulares, é a representação de uma veleidade que antecipa e legitima a pesquisa que mais tarde Célia Maria Marinho de Azevedo desenvolveria. Denominada *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites*, este trabalho já no próprio título traduz com muita densidade o quanto a classe dominante se sentia insegura diante da presença do negro, à medida que este se ia insurgindo frente à capacidade daquela classe de lhe negar a possibilidade de se autogerir, e desse modo conferindo a si própria a necessária autoridade para desempenhar o poder colonialista de forma desmedida.

Em seu aspecto geral, o texto de Nina Rodrigues mantém o negro numa vitrine que exhibe aquilo que a classe dominante considera nocivo à sociedade, mesclando com o destaque de características que, sempre na ótica dessa classe, ele entende ser positivas. Como exemplo, referências tais como “negros dessa procedência são submissos, ordeiros e zelosos” enquanto os “daquela procedência são aptos à lavoura”. Em tese, *Os africanos no Brasil* constitui a forma(ô) definitiva que dá forma aos textos subsequentes. A diferença que se percebe em relação aos demais textos que o sucedem é que estes conseguem ser muito menos incisivos em relação ao teor preconceituoso daquele, comportamento muito próprio do século XIX e que de forma marcante influenciou a crítica literária de então, conforme se pode constatar em seus contemporâneos Sílvio Romero e José Veríssimo, grandes desafetos no terreno das discussões literárias, mas nele, unidos pelo mesmo ideal como sectários do pensamento de Nina Rodrigues, condição que se evidencia em suas críticas orientadas por critérios naturalistas e evolucionistas, e não raramente, movidas por motivações pessoais.

A começar por Sílvio Romero, destaco o quanto, em sua atividade crítico-literária, deixa-se nortear por aspectos próprios dos atributos pessoais dos autores negros aos quais analisa, como se percebe em especial nos trabalhos que têm como objeto a produção de Cruz e Sousa, uma referência consagrada no universo literário. Sílvio Romero não deixa de reconhecer e considerar as qualidades do poeta simbolista; entretanto, a condição de negro do autor desnecessariamente pulveriza suas abordagens de proeminência estética, imanentes ao texto. O destaque de qualquer elemento que permita à crítica transcender a imanência do texto é sempre válido, desde que explorado em níveis que não se coadunem com o pessoal, sob pena de transformar em mecanicista uma referência que, na sua essência, deve primar pela estética. É esta a impressão que deixa a leitura da crítica romeriana possível de ser percebida no fragmento que segue, pontuado que é pelos aspectos mapeados:

ele é o caso único de um negro, um negro puro, verdadeiramente superior, no desenvolvimento da cultura brasileira. Mestiços notáveis temos tido muitos; negros, não, só ele; porque Luiz Gama, por exemplo, nem tinha grande talento, nem era um negro *pur sang*. Assim outros sofrem os terríveis agores de sua posição de preto e pobre desprotegido e certamente desprezado. Mas a sua alma cândida e seu peregrino talento deixaram sulco bem forte na poesia nacional.³³

A leitura do fragmento sugere algumas perguntas que não podem calar: em que medida a cor de uma alma – e como defini-la como branca – pode deixar trilhas a serem seguidas na poesia? Quanto ao peregrino talento, com certeza, entretanto, o que me parece sintomático é que a proposta de atribuir uma “alma cândida” a alguém dotado de atributos que, na visão do crítico, só aos negros são pertinentes, nada mais é do que uma tentativa de minimizar suas habilidades artísticas ou até de reconhecê-las, sim, mas sem aceitá-las com nobreza de ânimo.

José Veríssimo, por sua vez, mantém-se bastante próximo de Sílvio Romero, adotando postura semelhante, dando consistência a uma mundividência que não é apenas sua, mas também daquele próprio século, como se vê com clarividência em sua análise crítica sobre o mesmo Cruz e Sousa, admitindo que

os Últimos Sonetos, de Cruz e Sousa (Paris, Aillaud e Cia., 1905) publicação póstuma devido à tocante piedade de alguns amigos, e prefaciada pelo mais dedicado deles, outro poeta, o Sr. Nestor Vitor, *modificaram* de muito *o juízo* que desde o seu primeiro livro de versos fiz do *malgrado poeta preto*. Nunca ousei dizer que em Cruz e Sousa não houvesse absolutamente matéria de poesia, nem sensações e sentimentos, ideação bastante, dons verbais, capazes de fazer um poeta. Admiti sempre que os havia, mas o que não senti então, *além da música das palavras, do dom da melodia, que é comum nos negros*, era a capacidade de expressão, e essa incapacidade escondia-me a sua inspiração.³⁴ [grifos meus]

Em meu entendimento, reduzir, ou na melhor das hipóteses, associar a sonoridade presente nas palavras da criação artística de Cruz e Sousa a algo pretensamente natural à genética dos negros é de um acacianismo extremo e demonstra total desconsideração pela relação existente entre música e poesia, tão marcante na estética simbolista e proposta desde sempre por Mallarmé. Para este *poète maudit*, a música une-se ao verso para formar poesia, compreensão que exige que não se perca de vista a verdadeira noção de musicalidade empregada pela estética simbolista, e que por sua vez, nada tem a ver com um conceito mais simplista que, de forma objetiva, visa vincular essa noção de musicalidade a princípios melódicos, como equivocadamente o crítico tenta disseminar.

E Veríssimo prossegue em sua tentativa de convencer o leitor de que seu pensamento, sua análise e sua visão não pautam por priorizar as características físicas de Cruz e Sousa, apesar de

³³ Romero, *História da literatura brasileira*, p. 1824.

³⁴ Veríssimo, *Estudos de literatura brasileira*, pp. 96-97.

insistir no recurso a evidências que autorizam o mais ingênuo dos leitores a perceber que é exatamente isto o que ele faz, principalmente nas ocasiões que conclui problematizando

se a poesia, como toda arte, tende ao absoluto, ao vago ao indefinido, ao menos das comoções que há de produzir em nós, *quase estou certo* em dizer que Cruz e Sousa foi um grande poeta, e os dons de expressão que faltam evidentemente ao seu estro, os dons de clara expressão, à moda clássica, *os supriu o sentimento recôndito, aflito, doloroso, sopitado*, e por isso mesmo trágico, das suas aspirações de sonhador e *da sua mesquinha condição de negro, de desgraçado, de miserável de desprezado*. É desse *conflito* pungente para uma alma sensibilíssima como a sua, e que humilde de condição se fez soberba e altiva para defender-se dos desprezos do mundo e das próprias humilhações, que nasce a espécie de alucinação da sua poesia, e que faz desta uma flor singular, de rara distinção e colorido, de perfume extravagante, mas, delicioso, no jardim da nossa poesia.³⁵ [grifos meus]

Infelizmente, o que se vê na crítica de um expoente do porte de José Veríssimo é uma necessidade desenfreada de reduzir aquilo que ele mesmo vê como qualidade poética de Cruz e Sousa a elementos provenientes de sua condição de negro. E o que é muito pior: a de negro marcado por toda sorte de infortúnio, que inevitavelmente o acompanha, pelo simples fato de ser ele negro. Na verdade, esse tipo de análise crítica mostra muito mais o sujeito crítico em toda sua dimensão do que propriamente o objeto analisado, mesmo porque tanto Silvio Romero quanto José Veríssimo demonstram uma preocupação muito maior com aspectos físicos do sujeito autor do que com o artefato literário por ele produzido. Enfim, ambos são boas referências da presença do pensamento do século XIX atuando de maneira a influenciar campos do saber que dividem com a História o espaço reservado ao conhecimento, demonstrando que Nina Rodrigues fez escola, e para autores de trabalhos da mesma natureza ou de natureza diversa produzidos posteriormente, em sua essência o seu texto é uma referência que funciona muito mais como espelho que como farol.

///

³⁵ Veríssimo, *Estudos de literatura brasileira*, p. 100.

2.3 – Gilberto Freyre: a “sacada” da casa-grande

ESPECIFICAMENTE na produção de Gilberto Freyre e a despeito de sua importância documental, é patente seu compromisso maior: a visão do negro a partir da perspectiva do dominante. É verdade que tal comportamento não inviabiliza sua qualidade, mas é igualmente verdadeiro que ele a consagra como reducionista. Analisada por esse prisma, *Casa-grande e senzala* traduz uma visão a distância, de fora para dentro, paternalista e, portanto, de pouca densidade. Representa um foco que consegue incidir da casa grande à senzala, mas mostra-se incapaz de fazê-lo da senzala à casa grande, dando prosseguimento à forma historicamente consagrada de se olhar para o negro e para a conjuntura da qual ele faz parte. A exemplo de muitas outras obras comprometidas com a ideologia dominante, ela também não “escreve a história da escravidão, mas, sim, passa a ser parte da história escrita sobre a escravidão,”³⁶ na medida em que lesa o leitor em uma interpretação mais objetiva sobre a realidade social brasileira.

Estruturado sobre uma atmosfera “romântica,” o texto freyriano procura a todo o momento revelar e enfatizar um “lado bom” da atividade escravocrata, caracterizado pelas contribuições prestadas pelos negros, fundamentalmente no que diz respeito à formação da família brasileira. Por esse motivo, configura como algo extraordinário a união da cultura negra às culturas branca e índia, – àquela em muito maior proporção que a esta. Ressalte-se ainda que os seus posicionamentos são sempre inclinados a revelar um negro cuja utilidade maior tem como razão de ser justamente a posição por ele ocupada na tessitura social: a de escravizado. Outra preocupação visível do texto é a sua insistência em forjar um caráter “humanitário” presente nas relações entre alguns senhores e escravos domésticos, “‘tão acentuadas’ que em alguns casos os escravos até se sentavam à mesa com os senhores”³⁷ [grifo meu], visando, dessa maneira, demonstrar a existência de uma componente de “doçura” num convívio que em sua essência pautou por ser, eminentemente, suserano e vassalar.

Quanto ao contraponto anteriormente mencionado, desta feita ele também se faz ausente, e entendo que nessa oportunidade, sua exploração seria vital para se alcançar com inteireza a real significação do tema abordado, tendo em vista a natureza deste. Além do que diz respeito à contextura de *Casa-grande e senzala*, do ponto de vista da ausência do contraponto, torna-se oportuno destacar que a figura do autor, em face de sua indiscutível importância nos meios culturais, é fator decisivo para consolidar as concepções extraídas de uma leitura mais imediatista. Como

³⁶ Chiavenatto. *O negro no Brasil*, p. 189.

³⁷ Freyre, *Casa-grande e senzala*, p. 435.

consequência desse princípio, sua obra encontra-se cercada por um sem-número de recomendações, de opiniões apresentadas por figuras notáveis da Literatura, da Política, da Sociologia e dos mais diferentes segmentos da intelectualidade brasileira. Atualizado a cada nova edição, tal expediente não só a consolida, como também contribui para sacralizá-la como uma instância de análises quase inquestionáveis.

Da mesma forma que Gilberto Freyre – ou quem sabe a editora? – utiliza o recurso da opinião de intelectuais referendando sua obra, ele também, pelos mesmos motivos, por vezes foi chamado a contribuir com posicionamentos semelhantes como se pode verificar no prefácio da 4ª edição de *O tronco do Ipê*, de José de Alencar. Esse expediente contribui para o surgimento de conjunturas que, espontânea e naturalmente, preservam interesses dos mais variados matizes.

Na obra em questão, no prefácio intitulado *José de Alencar, renovador das letras e crítico social*, Freyre ressalta qualidades de Alencar como crítico social, traduzidas pela defesa de idéias das quais sabemos que ele também comunga. É possível perceber isto na passagem onde Freyre relata que, ainda como adolescente, ao escrever uma tese sobre a sociedade patriarcal brasileira, procurou “sugerir que o escravo no Brasil de então era tratado melhor pelo senhor rural que o operário de fábrica na Europa da mesma época”.³⁸ Conforme relato do próprio autor, ele acredita que sua afirmação “*inconscientemente* seguiu sugestões de um Alencar lido com entusiasmo e até fervor na meninice”.³⁹ [grifo meu]

As proposições de Freyre demonstram o quanto as ações imprimidas pela Literatura sobre o leitor são importantes e influentes, a ponto de possibilitar que ele extraia do texto uma mundividência que, neste caso específico, quando de seu contato com outros segmentos, atinge proporções maiores e formaliza pontos de vista. O que se caracteriza nesse caso, portanto, é uma relação que, na falta de um termo que melhor a denomine, opto por tratar como uma ingerência mútua entre realidade e ficção, entre relações sociais do cotidiano e Literatura, em vista de uma natural predisposição que temos em atribuir todas as responsabilidades à Literatura quando, de fato, o que nela se encontra lá está em virtude de sua capacidade em atuar como caixa de ressonância da sociedade, embora quanto a essa comparação deva acrescentar que a obra não se presta simplesmente a fazer um puro reflexo, mas em reler, procurando transformar o que em certa medida reflete. No geral, os leitores têm uma natural propensão em sustentar sua interpretação de um texto literário, em função de uma visão que têm do dia-a-dia, deixando de perceber que o texto, por sua vez, existe para difundir uma realidade que lhe é exterior.

³⁸ Alencar. *O tronco do Ipê*, p. 30.

³⁹ Id. ib.

Em consequência de tais conexões, o que realmente necessita ser ponderado é a capacidade que algumas abordagens históricas ou literárias têm tanto de formar quanto de deformar idéias, opiniões e perspectivas, nas oportunidades em que conjugam esforços no sentido de atender a propostas comuns e específicas. Como se pode perceber, depara-se na asserção de Freyre com uma demonstração tácita de que aquilo que ele chama de *inconsciente* é, na verdade, a constatação da existência de um imaginário vigente sobre o qual muitas concepções são, não apenas sedimentadas, mas também legitimadas. Quando motivos determinantes das mais variadas ordens procuram passar por conteúdos inconscientes, estamos, de fato, diante de manifestações prioritariamente ideológicas, a partir de seu conceito de falsa consciência. Neste particular, o texto histórico de Freyre encontra-se, em grande medida, ancorado num discurso literário que, do ponto de vista ideológico, vai ao encontro dos propósitos de seu discurso histórico. Sendo assim, acontecimentos dessa ordem conferem ao discurso literário uma capacidade de configurar-se como eficaz mecanismo de fortalecimento de discursos hegemônicos.

Ainda no referido prefácio, Freyre salienta que,

com efeito, literatura e arte refletiram e, até certo ponto continuam a refletir, no Brasil, condições e motivos de convivência principalmente de família; e essa família, a patriarcal e, por longo tempo, a escravocrata ou a desenvolvida à margem do sistema escravocrata.⁴⁰

Corroboro as palavras de Freyre, mas entendo, entretanto, que um exame da realidade que em princípio o discurso literário articula, exige que se faça neste a distinção de algumas especificidades, de forma a evitar que a compreensão do todo seja mutilada ou se torne carente de uma interpretação mais adequada aos princípios de interpretação. Esta é a minha pretensão, visto que essas especificidades, embora subjacentes ao discurso, são o principal credenciamento do qual ele dispõe para atuar como elemento englobante de processos que, se bem observados, revelam que subliminarmente atendem a interesses de caráter hegemônico. O que vai conferir ao discurso literário tais poderes é exatamente sua capacidade de pulverizar o texto, de forma dissimulada, com as especificidades que lhe são inerentes, às quais dedico um capítulo, tratando-as como medidas estratégicas utilizadas no ato da criação.

É interessante perceber que a figura de José de Alencar associada à de Gilberto Freyre, na mesma intensidade em que as abalizadas opiniões deste conjugadas à visão de mundo daquele, configuram significações muito sólidas e resistentes a formas de contestação que não provenham de uma leitura munida de mecanismos específicos, possível de ser desenvolvida somente por um leitor

⁴⁰ Alencar, *O tronco do Ipê*, p. 11.

provido de um arcabouço teórico, no mínimo razoável, requisito que, como sabemos, não é preenchido pela esmagadora maioria do público leitor. As marcas dessa associação legitimam e credenciam a obra como fonte de esclarecimentos, tanto quanto o fato já anteriormente citado de ela contar com uma distinção atribuída por figuras notáveis das diversificadas áreas do conhecimento. Esse tipo de recurso confere à obra uma auto-suficiência e uma soberania no processo de elaboração de temas que, embora complexos em sua gênese, acabam sendo acolhidos a partir de uma tendência espontânea que pode levar o leitor a subsumir seu conteúdo. Portanto, em virtude de priorizar uma ótica, – a do dominante –, o texto de Gilberto Freyre em muito contribui para a construção de representações, de mitos, de estereótipos e até de um imaginário que colaboram para a manutenção do *establishment*.

Suas argumentações são sustentadas fundamentalmente em pressupostos etnológicos e, embora esse dado seja parcela responsável pelo valor creditado a seu trabalho, não devem necessariamente ser consideradas como verdades que dispensem questionamentos. O próprio teor etnológico já é limitado em si, mesmo por não se poder dizer que a ocorrência de um mesmo fenômeno sempre se dá em função das mesmas causas nem que elas provem que a mente humana obedece às mesmas leis em todos os lugares. Da mesma forma, também não se pode dizer que a passividade, a inação e até uma repetitiva proposta de conformismo atribuídas ao negro e sempre exploradas pelos textos em geral – qualquer que seja sua índole –, significam obrigatoriamente a tradução fiel de uma linha de pensamento ou de comportamento. Na opinião de Lévi-Strauss,

todas as vezes que somos levados a qualificar uma cultura humana de inerte ou de estacionária devemos, pois, perguntarmo-nos se este imobilismo aparente não resulta da nossa ignorância sobre os seus verdadeiros interesses, conscientes ou inconscientes, e se, tendo critérios diferentes dos nossos, esta cultura não é, em relação a nós, vítima da mesma ilusão.⁴¹

E é pela insistência dessa ótica que se torna muito grande o investimento feito por Freyre na exploração de elementos desse porte. Comparando raças, exalta a índia em detrimento da negra: “muito auxiliou o índio ao bandeirante mameluco, os dois excedendo ao português em mobilidade, atrevimento e ardor guerreiro;” [...]⁴²

Poucas situações ou raras formas de vida talvez exijam tanto de uma pessoa o exercício da mobilidade, da audácia e do ardor guerreiro quanto se pode supor que o cotidiano do negro escravo

⁴¹ Lévi-Strauss, *Raça e história*, p. 36.

⁴² Freyre, *Casa-grande e senzala*, p. 163.

dele tenha exigido, tendo como razão de ser as implicações advindas simplesmente de sua posição dentro da engrenagem social. Acentuando-se, sobretudo, diante do enfrentamento que se lhe deparava nas oportunidades em que decidia pela adesão aos quilombos, uma vez concretizada a fuga, o domínio da nova morada, por tudo o que esta condição exige, encontrava-se dependente de seu destemor, de seu espírito aguerrido e da capacidade para manter sob controle a nova situação. O cotidiano do escravo, em especial do rebelde, era marcado pela inevitabilidade do combate, e a execução da ação de fuga necessariamente implicava planejamento, estratégia e, acima de tudo, determinação e coragem, requisitos pertinentes não apenas àquele tipo de escravo, mas à própria essência humana, e *ipso facto*, muito utilizados por quem convivia com aquele tipo de adversidade, na medida em que é natural do ser humano não admitir escravizar-se. Com essas argumentações não pretendo heroizar o negro, mas tenho a pretensão, sim, de chamar a atenção para o quanto é de bom alvitre desferir sobre essa questão olhares atilados a ponto de fazer entender que as características aguerridas encontradas no escravo não apresentam como justificativas sua condição de negro, mas, sim, sua condição de escravizado, premissa que sendo ponderada na análise desses fatos, nos conduz à percepção do quanto eles transcendem determinantes de natureza racial ou étnica.

As linhas de análise e raciocínio eleitas por Freyre prosseguem, pontuando o texto. Mantendo o recurso da confrontação ele tende a “amenizar” uma característica considerada como deficiência do índio, e ao mesmo tempo, difunde e fortalece, quanto ao negro, uma imagem e uma impressão que lhe contornam há séculos: a sina de ter nascido para ser escravizado. Em sua visão, as razões do fracasso do índio encontram-se, por um lado, na natureza “enfadonha” do trabalho em si; por outro, por não dispor de dotes físicos e psicológicos próprios do negro e indispensáveis à índole do trabalho que devia ser desenvolvido. Enfim, Freyre consegue “fragilizar” o índio, que no imaginário popular ainda vigente continua sendo referência de robustez, sem, no entanto, deslustrar uma visão secular construída sobre ele, imposta por esse mesmo imaginário, a partir da utilização do negro, dessa vez, sim, como contraponto:

[...] sua capacidade de ação e de trabalho falhou, porém, no rame-rame tristonho da lavoura de cana, que só as reservas extraordinárias de alegria e de robustez animal do africano tolerariam tão bem.⁴³ [grifos meus]

Não raramente seu texto dá a impressão de querer destacar um caráter abjeto da escravidão, mas, a despeito disso, a cada momento oportuno ele semeia uma idéia de que tudo foi engendrado pelo próprio negro. Construindo e por vezes conjecturando uma natural superioridade da raça branca

⁴³ Freyre, *Casa-grande e senzala*, p. 163.

sobre a negra, Freyre o tempo todo procura proteger o colonizador e, por vezes, o próprio índio como se por meio desses artifícios, pudesse transferir responsabilidades e justificar o injustificável, negando a responsabilidade do crime, colocando a culpa na vítima.

No caso brasileiro, porém, parece-nos *injusto acusar* o português de ter *manchado*, com instituição que hoje *tanto nos repugna*, sua obra grandiosa de colonização tropical. O meio e as circunstâncias *exigiriam o escravo*. A princípio o índio. Quando este, por *incapaz e molengo*, mostrou não corresponder às necessidades da agricultura colonial – o negro. Sentiu o português com *o seu grande senso colonizador*, que para completar-lhe o esforço de fundar agricultura nos trópicos – *só o negro*. O *operário* africano. Mas o operário africano *disciplinado* na sua energia intermitente pelos *rigores da escravidão*.⁴⁴ [grifos meus]

Percebe-se com relativa clareza as pretensões do texto freyriano em dispensar aos princípios do escravagismo o mesmo tratamento que se dispensa a uma atividade trabalhista. Muito mais grave que querer tratar a escravidão como um simples agrupamento de operadores servis é a ambição do texto em circunscrevê-la e disseminá-la como se fosse uma modalidade de trabalho ou um ramo do operariado. Todos sabemos que a transcendência desse acontecimento encontra-se posicionada nas marcas de crueldade encontradas numa trajetória de vida que foi muito mais do que simplesmente ocupacional. Marcas tão cruéis quanto as deixadas por um manifesto interesse pelo impedimento da propagação do fato em toda sua profundidade, em toda sua real abrangência e com todas suas responsabilidades e implicações.

Uma demonstração explícita da capacidade que o processo escravocrata possui em exorbitar de seu patamar aparências meramente ocupacionais, encontra-se na criação da figura do “mané-gostoso”, criança negra que era oferecida à criança branca como objeto de posse. O direito de domínio da criança branca sobre a criança negra abrangia das mais diversificadas determinações de autoridade até a realização dos desejos de maus-tratos, tais como espancar, cuspir, beliscar, cavalgar sobre ela e lhe impingir toda sorte de sevícias que uma criança seja capaz de executar.

O livro de Gilberto Freyre em suas primeiras páginas ostenta uma ilustração sobre a dimensão física e o dia-a-dia de uma Casa-grande. Nesse recurso há uma gravura que ostenta uma criança negra fazendo-se passar por um animal de tração, conduzida por uma criança branca que nas mãos exhibe uma espécie de relho.⁴⁵ Como se sabe, o expediente do “mané-gostoso” por ser implementado na tenra idade do homem branco – e na do homem negro também – além de se configurar como um eficaz processo de “socialização” da criança branca, buscava como finalidade maior a prática de

⁴⁴ Freyre, *Casa-grande e senzala*, p. 322.

⁴⁵ Veja Anexo.

introjetar nela a concepção de superioridade de sua raça sobre a raça negra, de forma a fazê-la adentrar a idade adulta apta a identificar no escravo um ser inferior. Convencido de que a escravidão era parte da ordem natural dos acontecimentos, no homem branco esse pensamento permanecia como baliza para todo o sempre, e como é evidente, o processo procurava ainda engendrar no negro a assimilação da inferioridade pela dominação. Irônica e estrategicamente a obra apresenta a questão do “mané-gostoso” ao nível da estampa. No entanto, dada sua pungência, pouco a explora como conteúdo, como objeto de discussão e muito menos como motivo de um debate mais aprofundado. Além de apenas tangenciar o tema, Freyre denomina-o *companheiro de brinquedo*⁴⁶ e apenas propõe “*supor* a repercussão psíquica” daquelas relações infantis sobre os adultos. [grifos meus] A concepção de brincadeira também se faz presente em nossa Literatura, inclusive num de seus expoentes, Machado de Assis, criticado por quem o considera um escritor que pouco teria se envolvido com a questão do negro. Freyre talvez tenha lido superficialmente as palavras de Brás Cubas:

Prudêncio, um moleque de casa, *era o meu cavalo de todos os dias*; punha as mãos no chão, *recebia um cordel nos queixos, à guisa de freio, eu trepava-lhe ao dorso, com uma varinha na mão, fustigava-o*, dava mil voltas a um e outro lado, *e ele obedecia* – algumas vezes gemendo –, *mas obedecia sem dizer palavra, ou, quando muito, um “ai, nhonhô”, ao que eu retorquia:*
– *Cala a boca besta!*⁴⁷ [grifos meus]

Idéias centradas em posicionamentos dessa natureza são responsáveis pela propagação dos mitos e dos estereótipos que se encontram circulando em torno da figura do negro. Revelando uma capacidade de transcender o espaço histórico e de penetrar em todos os demais, conseguem, de forma indelével, marcá-lo prejudicialmente. Esta é uma presença que venho procurando demonstrar como sendo um dos elementos-chave deste capítulo, em virtude de sua competência em também integrar o processo de formação de um homem branco que, exatamente em função das substâncias que o plasmaram, necessita ter sua *performance* considerada quando se tem por meta a atingir a interpretação e a compreensão em sua inteireza, de um panorama com tais amplitudes.

Ainda como estratégia para limitar o tema a níveis de menor contundência, o texto expressa os anseios do autor em blindar figuras históricas, isentando-as de responsabilidades inerentes às implicações causadas pelo processo escravagista.

⁴⁶ Freyre, *Casa-grande e senzala*. p. 419.

⁴⁷ Machado de Assis, *Memórias póstumas de Brás Cubas*, p. 191.

Infelizmente as pesquisas em torno da *imigração* de escravos negros para o Brasil tornaram-se extremamente difíceis, em torno de certos pontos de interesse histórico e antropológico, depois que o *eminente* baiano, *conselheiro Rui Barbosa*, ministro do Governo Provisório após a proclamação da República de 1889, *por motivos ostensivamente de ordem econômica* – a circular emanou do Ministro da Fazenda sob nº 29 e com data de 13 de maio de 1891 – *mandou queimar os arquivos da escravidão*. Talvez esclarecimentos genealógicos preciosos se tenham perdido nesses autos-de-fé republicanos.⁴⁸ [grifos meus]

Somente uma proposta fundada na pretensão de preservar conjunturas ideológicas dominantes pode explicar o recurso ao termo “imigração” como referência à vinda dos escravos negros para o Brasil, na medida em que é de conhecimento geral o fato de não terem eles vindo para cá na condição de imigrantes. Para tanto seria indispensável que o trabalho por eles executado fosse, na pior das hipóteses, remunerado; como se sabe, uma das justificativas básicas para que um trabalho seja classificado como escravo é justamente o fato de ser desprovido de remuneração.

Em igual conformidade, afirmo que a queima de documentos, – ainda que a determinação tenha partido de uma “eminência” –, ilustra com profundidade a incoerência e a falta de respeito e ética dispensada aos direitos de um segmento social em particular; aos do povo de um país em geral e à espécie humana como um todo, bastando, para perceber esse aspecto, que se olhe para o fato através de uma lente grande-angular que permita um alcance que vá além do primeiro e imediato efeito ótico. Nessa proporção, tal atitude, com certeza e não possivelmente como apregoa o autor, reduz a cinzas objetos de pesquisa genealógica, causando, com isso, uma irreparável mutilação na história do Brasil.

É lamentável que em sua principal obra, um ícone da cultura brasileira como Gilberto Freyre tenha tratado com tanto simplismo um acontecimento de tamanha envergadura e tão marcante na vida pregressa do Brasil, elevando-o à categoria de um ato fortuito e, pela adoção de tais métodos, despercebendo implicações futuras. É indiscutível o valor de *Casa-grande e senzala* como fonte de transmissão de conhecimentos, da mesma forma que não se pode deixar de notar a contribuição prestada à ampliação da visão do brasileiro acerca da formação de nossa própria nacionalidade. Entretanto, ao omitir destaques de elementos englobantes do processo ao qual se propõe a desenvolver e pelo investimento feito na formação de um imaginário conciliador, deformado e deformador, tudo a partir de uma linguagem utilizada em conformidade com ideologias ajustadas a interesses dominantes, o texto freyriano constitui um instrumento que, além de criar, em muito fortalece a expectativa de que esse tipo de lacuna, por vezes, vem para tentar convencer de que no Brasil sequer houve escravidão.

///

⁴⁸ Freyre, *Casa-grande e senzala*. pp. 383-384.

2.4 – Buarque de Holanda: então, por quê raízes?

OUTRA OBRA emblemática da proposta de se conhecer e reconhecer o Brasil é *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, em vista das discussões que propõe e pela capacidade em se revelar como ponto de afluência de várias gerações de leitores. No intuito de buscar informações e diante da possibilidade de ampliar uma visão geral acerca do país e de nossa própria evolução genealógica, ainda hoje muitos a ela acorrem com frequência.

Entre outras características, esse livro também é muito bem prefaciado, na medida em que o é por Antonio Candido. Portanto, uma proposta imediata, – a de legitimação da obra –, é satisfeita de forma absoluta, em vista do respeito que todo o universo cultural, de forma devida, dispensa ao referido sociólogo.

Estabelecendo como substrato as raças índia, branca e negra, a obra, como não poderia ser diferente, reserva ao negro um âmbito delimitado a partir de sua posição num cenário que apresenta o branco e o índio em primeiro plano e, neste caso específico, dispensa ainda ao branco uma primazia em virtude de suas proximidades genéticas com o europeu de origem ibérica.

No trabalho desenvolvido por Holanda deparamos com uma proposta central que, em certa medida, confere à obra um aspecto dicotômico. O foco das discussões é centrado sobre a questão do surgimento de um Brasil urbano que se opõe a um Brasil agrário decadente, tendo como divisor de águas a Abolição da escravatura. Muito embora a Abolição em si – por tudo que a cerca do ponto de vista político, administrativo e econômico –, não traduza com inteireza a verdadeira expressão dos anseios de liberdade de toda a população negra escravizada, entendo que ainda assim, este fato histórico não pode ser reduzido a um simples marco delimitador entre duas cronologias.

Em algumas passagens de *Raízes do Brasil*, encontramos sérias representações dessa visão deformadora, principalmente nas afirmações segundo as quais

a grande revolução brasileira não é um fato que se registrasse em um instante preciso; é antes um processo demorado e que vem durando pelo menos há três quartos de século. Seus pontos culminantes associam-se como acidentes diversos de um mesmo sistema orográfico. Se em capítulo anterior se tentou fixar a data de 1888 como o momento talvez mais decisivo de todo o nosso desenvolvimento nacional, é que a partir dessa data tinham cessado de funcionar alguns dos freios tradicionais contra o advento de um novo estado de coisas, que só então se faz inevitável. *Apenas nesse sentido é que a Abolição representa, em realidade, o marco mais visível entre duas épocas.*⁴⁹ [grifos meus]

⁴⁹ Holanda. *Raízes do Brasil*, pp. 171-172.

A partir do momento em que uma ruptura marca o declínio de uma estrutura social de predomínio agrário, “o quadro político instituído no ano seguinte quer responder à conveniência de uma forma adequada à nova composição social.”⁵⁰ Esse novo panorama ao qual o autor se refere é tratado por ele a partir de uma visão prioritariamente econômica. Nesta nova topografia social continua não havendo espaço para o negro da mesma forma que essa derivação também deixa de ser contemplada por discussões que, segundo elas mesmas, têm aspirações radiculares.

À medida que investe com maior intensidade nos aspectos sócio-históricos pré e pós-abolicionistas como responsáveis pelo surgimento de um contexto econômico, o texto confere à Abolição importância apenas meramente econômica, reduzindo-a a um simples referente temporal, revelando a adoção de atitudes que minimizam a participação do negro naquele processo. Nesse sentido, a própria obra também torna-se reducionista. A começar por este fato, percebemos que, para abordagens que pretendem promover uma dissecação do Brasil a começar por sua base, a participação do negro mais uma vez é elaborada por uma linguagem que traz em seu bojo um húmus ideológico que atua como mecanismo de mensuração da pouca abrangência e da quase nenhuma profundidade de sua contribuição prestada na construção de nosso edifício social.

Até mesmo com base numa predisposição semântica no que diz respeito ao nome da obra, entendo que ela frustra as expectativas do leitor, justamente por conferir um espaço e um tratamento pouco expressivos às relações de convívio entre as diferentes raças e às muitas implicações advindas daí, principalmente as de teor econômico. Ainda quanto ao aspecto semântico é preciso ressaltar que o texto, ao tomar questões relativas a um processo de complexidade racial contundente como o ocorrido no Brasil e diluí-las numa conjuntura social mais ampla, está, em grande escala e de formas gradativa e silenciosa, contribuindo para seu desaparecimento.

Em seu aspecto geral, o texto traz marcas sintomáticas de um discurso conciliador que se desenvolve na esperança de justificar as causas da escravidão, por intermédio do apelo a uma conversação fastidiosa e desprovida do menor poder de persuasão. A defesa repetitiva da tese de que à conjuntura colonial não restou outra alternativa e por isso se viu forçada a aproveitar o negro na aplicação de trabalhos extenuantes, fundamenta-se na proposta de difusão de uma fantasiosa incapacidade do índio e na facilidade de obtenção de mão-de-obra escrava. Tanto um quanto outro expediente surgem como estratégias de convencimento de que a exploração do negro foi produto de atitudes involuntárias, aspiração que podemos constatar na citação que segue:

⁵⁰ Holanda. *Raízes do Brasil*, p. 171.

e verificou-se, frustradas as primeiras tentativas do emprego do braço indígena, que o recurso *mais fácil* estaria na introdução de escravos africanos. Pode-se dizer que a presença do negro representou sempre *fator obrigatório* no desenvolvimento dos latifúndios coloniais.⁵¹ [grifos meus]

Outra evidência com a qual deparamos ao longo das abordagens é uma supervalorização do europeu que se dá por intermédio de afirmações tais como a que atribui à Península Ibérica a responsabilidade pela origem da “forma atual de nossa cultura,”⁵² considerando o resto como “matéria que se sujeitou mal ou bem a essa forma,”⁵³ quando sabemos que a discussão sobre o assunto é bem mais ampla. O que se percebe nestes dizeres é uma recorrente pretensão do texto em exaltar sintomas europeus presentes em nossa formação cultural, como tentativa de revelar um caráter tido como “enobrecedor” de nossas origens e, ao mesmo tempo, contrapontear uma considerada “indigência” cultural que, por assim ser, é creditada como herança de negros e índios. Na realidade nossa cultura é, sim, um caleidoscópio formado por diferentes contributos culturais, o que em muito dificulta uma definição em termos de qual povo seria o responsável por maior ou menor contribuição dessa formação, embora tal questionamento seja irrelevante, mesmo porque nossa riqueza cultural em grande medida existe justamente em razão da diversidade que a caracteriza.

Interposta entre duas extremidades pouco recomendáveis socialmente: uma, marcada pela nódoa da escravidão, outra, pela atmosfera de embusteirice criada ao redor do índio, à classe dominante restou o apego aos dotes físicos e culturais do colonizador que, por serem extraídos de gente oriunda da Europa, foram considerados uma espécie de componente depurada de nossa brasilidade. Nem se diga que a condição pouco representativa dos ibéricos dentro da realidade europeia da época tenha sido levada em conta como qualquer tipo de restrição para a realização de projetos oníricos de inclinação nobre, alimentados pela elite brasileira.

No processo formador do pensamento de nosso povo, representativo do ponto de vista da ótica da classe dominante, coube ao negro o papel de menor distinção. À insignificância do índio a própria classe dominante incumbiu-se de criar dispositivos de superação, fortalecidos e disseminados, sobretudo, pela Literatura do século XIX. O discurso sócio-histórico de *Raízes do Brasil* também estabelece um cruzamento com o discurso literário. Este caráter da obra atende a pressupostos que são objeto de minha pesquisa. E mais do que isso demonstra que marcas, indícios e características próprias de um texto, podem perfeitamente apresentar-se na configuração de outro, nele provocando ou dele recebendo significativas influências. Portanto, a tese de que o discurso literário é um tópos de

⁵¹ Holanda. *Raízes do Brasil*, p. 48.

⁵² Id. p. 40.

⁵³ Id. Ib.

legitimação de uma visão concebida pela classe dominante encontra repercussão em passagens dessa natureza. Sistemáticamente, os textos literários que tratam do assunto, apelando para uma visão romântica, revestem o índio de foros de nobreza, de virtudes próprias de paladinos e até de gladiadores, além de, em alguns casos, atribuir-lhe inclusive laivos físicos de europeu. Não se pode perder de vista que, sob a exaltação exacerbada de pseudoqualidades do índio subjaz um propósito de manter o negro num patamar de inferioridade, a exemplo do que ocorre em outros textos de natureza semelhante. Neste particular, o discurso literário, na mesma proporção que as demais formas discursivas, encontra no construtivismo cientificista daquele século o ancoradouro desejado e indispensável à exploração, disseminação e posterior consagração de seu *telos* ideológico.

De forma mais objetiva, Holanda vai imergir no universo ficcional literário para fortalecer idéias defendidas e consagradas pelo imaginário popular, tornando-as ainda mais consistentes em função do prestígio dos escritores e dos textos aos quais recorre, a exemplo de José de Alencar, Gonçalves Dias e José Lins do Rêgo. Quanto aos dois primeiros escritores, ele atribui o seguinte *modus faciendi* literário:

[...] iriam reservar *ao índio* virtudes convencionais de antigos fidalgos e cavaleiros, ao passo que *o negro* devia contentar-se, no melhor dos casos, com a posição de *vítima submissa* ou rebelde.⁵⁴ [grifos meus]

Já em relação a Lins do Rêgo, Holanda vai transformar a obra *Fogo morto* numa espécie de narrativa em espelho quando de suas propostas de discussão e formas de ver e pensar uma realidade. Para ele esse texto é a expressão consagrada de todo um panorama político, social e econômico resultante da extinção de um modelo patriarcal e escravagista pelo qual ele, claramente, revela simpatia:

um romancista nordestino, o sr. José Lins do Rêgo, fixou em episódios significativos a evolução crítica que ali também, por sua vez, *vai arruinando os velhos hábitos patriarcais*, mantidos até aqui pela inércia; hábitos que o meio não só já deixou de estimular, *como principia a condenar irremediavelmente*.⁵⁵ [grifos meus]

Ainda no que diz respeito a *Fogo morto*, o apelo ao texto reveste-se também de teores poético, patético e saudosista como mecanismos de fundamento ideológico que visam persuadir pela via do apelo ao emocional:

⁵⁴ Holanda. *Raízes do Brasil* p. 175.

⁵⁵ Id., p. 56.

o desaparecimento do *velho engenho*, engolido pela usina moderna, a *queda* de prestígio do antigo sistema agrário e a *ascensão* de um novo tipo de senhores de empresas concebidas à maneira de estabelecimentos industriais urbanos indicam bem claramente em que rumo se faz essa evolução.⁵⁶ [grifos meus]

Minimizando aspectos relativos ao discurso literário e priorizando discussões próprias do discurso sócio-histórico, até mesmo com a intenção de considerar evidências objetivas que traduzem a essência das abordagens efetivadas, vale destacar a consistência das convicções ideológicas de Sérgio Buarque de Holanda. As evidências sobre essa determinação se acentuam nos momentos em que ele, de forma explícita, impregna o texto de opiniões pessoais, nitidamente em defesa de sua forma de ver e pensar o Brasil, especialmente no que tange o ponto de vista político.

É compreensível que a Abolição não tivesse afetado desastrosamente as regiões onde a cultura do café já preparara assim o terreno para a *aceitação de um regime de trabalho remunerado*. Aqui a *evolução para o predomínio urbano* fez-se rápida e com ela foi aberto o caminho para uma transformação de grandes proporções. Nos estados do Norte, onde a baixa dos preços do açúcar no mercado mundial já tinha acarretado uma situação que o 13 de Maio veio *apenas referendar, nada compensaria a catástrofe agrária*. Aos *barões do açúcar* não restava, com a desagregação dos seus domínios, senão *conformarem-se às novas condições de vida*.⁵⁷ [grifos meus]

Em suas páginas não se percebe em momento algum a menor preocupação em, ao menos, tentar velar a parcialidade que pontua sua trajetória textual. Emergindo quando da emissão de juízos de valor a respeito de uma mudança estrutural no panorama sociopolítico, essa nova feição nos coloca diante de uma situação à qual ele, com contundência, se opõe. Holanda mostra-se avesso à transformação de um Brasil rural em urbano, muito menos por força de possíveis implicações objetivas do que propriamente pela extensão de uma ruptura política – passagem de Monarquia para República –, e atribui à Abolição a razão pela qual o país aderiu a um regime político que, em sua perspectiva, foi catastrófico. Quando se trata de fazer referências à República, Holanda não mede palavras; tampouco se preocupa em poupar adjetivos quando a meta é defender a Monarquia, revelando-se, assim, um obstinado defensor da visão de mundo dos homens do Império brasileiro.

Os velhos proprietários rurais tornados *impotentes pelo golpe fatal da Abolição* e por outros fatores não tinham como intervir nas novas instituições. A República, que não criou nenhum patriciado, mas apenas uma plutocracia, se assim se pode dizer, *ignorou-os por completo*. Daí o melancólico silêncio a que ficou reduzida a *casta de homens* que no *tempo do Império* dirigia e animava as instituições, *assegurando* ao conjunto nacional certa harmonia que nunca mais foi restaurada. Essa situação não é mais efeito do regime monárquico do que da estrutura em que este se assentava e que desapareceu para sempre. A

⁵⁶ Holanda, *Raízes do Brasil*, p. 176

⁵⁷ Id., p. 175.

urbanização contínua, progressiva, avassaladora, fenômeno social de que as instituições republicanas deviam representar a forma exterior complementar, *destruiu esse esteio rural*, que fazia a força do regime decaído *sem lograr substituí-lo, até agora, por nada de novo*.⁵⁸
[grifos meus]

Em virtude de sua expressão como documento de proeminência histórica e sociológica, e também por concentrar discussões tão importantes numa esfera que reduz o Brasil a um conceito de espaço rural e espaço urbano, considero que *Raízes do Brasil* traz subsídios muito mais percucientes quanto ao aspecto de atender interesses hegemônicos que propriamente em proporcionar apreensão sobre nossa realidade histórica.

Preservadas algumas poucas peculiaridades, em seu aspecto geral o texto de Holanda endossa as propostas ideológicas apresentadas pelos textos de mesmo teor, especialmente *Casa-grande e senzala*, de Gilberto Freyre.

Impressiona a inversão de valores emitida pelo texto, a ponto de creditar à Abolição características deletérias ao todo social, especialmente ao segmento composto pelos barões do açúcar. Avalio como incongruente a pretensão de transformar a Abolição num fato que deva ser visto como um problema posto ao Brasil no sentido da assimilação do negro como cidadão e como força atuante dentro de uma realidade social incipiente. Embora entenda que em grande medida a Abolição tenha sido problema sim, o fato concreto é que sua vertente problemática encontra como sustentação a absoluta falta de preparo e de projeto sociopolítico no sentido de que, a partir de sua implantação, o conjunto da sociedade, e não somente os escravos, pudessem colocar em prática um *modus vivendi* que estivesse em consonância com uma nova realidade que se avizinhava para todos.

Na mesma intensidade, impressiona também a tomada de posição em favor dos oligarcas, que da condição de escravocratas detentores do poder são alçados à condição de vítimas, simplesmente porque perderam a oportunidade de continuar acumulando riquezas a custo da exploração, da humilhação e dos maus-tratos dispensados a seres humanos, além de promoverem a destruição de sua cultura. Impressiona ainda a extrema superficialidade com que o texto administra acontecimentos importantes de nossa história, omitindo ou tratando com indiferença situações que, por menos que se queira, estão entranhadas na essência da questão por ele mesmo levantada, perdendo espaço devido a um conveniente desvio do foco. Tais propostas se esclarecem e se expõem principalmente se for considerado o fato de que, a certa altura, Sérgio Buarque de Holanda faz um verdadeiro encômio ao povo e ao Estado brasileiros, pelo fato de sermos uma das “primeiras nações que aboliram a pena de

⁵⁸ Holanda, *Raízes do Brasil*, p. 176.

morte em sua legislação, depois de a termos abolido muito antes na prática”.⁵⁹ É lamentável – além de ideologicamente sintomático –, que em momento algum este mesmo texto tenha feito qualquer referência de natureza semelhante sobre o fato de termos sido a última nação no mundo a abolir a escravidão, na teoria e, mesmo depois disso, continuar a mantê-la na prática, revelando quanto a isso um apelo para um silêncio que, também do ponto de vista ideológico, é muito menos plangente que indiciário.

Nessa linha, *Raízes do Brasil* desenvolve uma discussão que pouco acrescenta à essência da proposta embutida no próprio título. Buscar as raízes do que quer que seja, requer penetrar em profundidade no âmago das questões que suscitaram o surgimento da coisa examinada, e não tratar superficialmente um assunto eleito dentre uma diversidade que precisa ser considerada na sua inteireza. O tratamento dispensado por Holanda à Abolição, sobretudo por ser reducionista e parcial, o máximo que proporciona ao leitor é a possibilidade de questionar, então por quê raízes?

///

⁵⁹ Holanda, *Raízes do Brasil*, p. 177.

2.5- Histórias que a História cala

CONFORME JÁ DESTACADO anteriormente, outro aspecto que precisa ser revestido de toda sua abrangência em qualquer discussão que envolva o negro a partir de sua condição de escravo e, principalmente das implicações que daí emergem, é o que diz respeito à participação da Igreja, tanto por seus contributos ao processo de produção, quanto na manutenção daquele regime.

Como é de conhecimento público, a responsabilidade da Igreja no processo escravocrata perpassa da aquiescência pelo desdobramento da atividade – fazendo vista grossa a –, à conquista de dividendos financeiros. De entremeio, coube-lhe, também, manifestar apoio à adoção do trabalho escravo, fortalecer a ideologia da escravidão e transformar o escravismo numa atividade consonante a princípios cristãos, como destaca João José Reis:

os Brasileiros nascidos e educados entre escravos, notando desde crianças diferença de cor, de cabelos e de costumes, observando os maus tratamentos e abjeção em que os escravos são tidos por seus pais, os empregos a que são destinados, prevenidos pela educação e pelo hábito, *julgam justa a escravidão*, principalmente quando os *Ministros da Religião possuem também escravos, e nunca declararam na cadeira da verdade que este fato era contrário à natureza e ao Evangelho. Demais julgam os escravos indispensáveis à vida.*⁶⁰ [grifos meus]

Em grande medida, o exercício da escravidão encontrou respaldo no consentimento da Igreja, pois para esta instituição, mais do que um fato social, aquela atividade foi um lucrativo negócio, sobretudo porque 5% da arrecadação da Casa dos Escravos⁶¹ tinham como destino os cofres da Ordem de Cristo.⁶² Portanto, a grande preocupação da Igreja para continuar arrecadando dinheiro sem que para isto despendesse o menor esforço, consistia simplesmente em compactuar com o desdobramento da atividade escravocrata e investir num processo de demonização contra o negro, muito embora ela tenha dele tanto se servido, não só como indireta fonte de renda, mas sobretudo como elemento decisivo, quer como mão-de-obra, quer como moeda de troca na construção de seu patrimônio histórico, cultural e principalmente religioso, como atualmente pode ser encontrado em todos os recantos deste país:

⁶⁰ Reis. *A Rebelião escrava no Brasil: história do levante dos malês*, p. 515.

⁶¹ Balcão de comércio escravagista existente nos países exportadores, cuja função era prender, acorrentar, pesar e examinar os escravos, e a partir de então estabelecer preços para os países colonizadores.

⁶² Ordem Religiosa de inclinações militares (séc XVI) que visava dar continuidade aos propósitos da Ordem dos Cavaleiros Templários Medievais. Atuando sob a tutela dos reis de Portugal, a Ordem incentivou a navegação e a expansão do Império português, custeando com seus vastos recursos as despesas de tais empreendimentos. Tinha ainda como escopo a propagação da fé e do culto cristão, associada à conquista de terras.

[...] em 1685, o rei concedia a outra irmandade, de elite, sediada em Angola, a permissão de mandar, por quatro anos consecutivos, 500 escravos para serem vendidos no Brasil, a fim de custear a construção de uma igreja.⁶³

Um dos nomes expressivos da história do Brasil, José do Patrocínio, era filho do padre João Carlos Monteiro com a escrava Justina, que prestava serviços em sua paróquia. Tal fato constitui um tácito reconhecimento de que, ao longo dos anos de colonização, a Igreja não só compactuou com ideais escravagistas como deles participou ativamente, à medida que também explorava o trabalho escravo. A origem paterna de José do Patrocínio denuncia também uma maneira de mostrar que o tratamento dispensado à mulher negra, do ponto de vista da exploração sexual, não se restringiu apenas aos limites da Casa-grande. Apesar disso, a Igreja sempre procurou se manter, ora numa posição de aparente isenção, ora numa posição de aparente solidariedade aos escravos, sendo que esta última proposta se configura de maneira concreta nos seus discursos conciliadores, retóricos e embusteiros, especialmente naqueles proferidos pelo padre Antonio Vieira, em alguns de seus sermões.⁶⁴ O fato concreto é que o discurso da Igreja nunca esteve em consonância com seu comprometimento prático, não somente no que se refere aos elogios feitos por ela e por parte da crítica ao padre Vieira – argumentos que se desmoronam por seus próprios sermões –, mas sobretudo pelo exame que fazem alguns poucos e corajosos historiadores nas oportunidades em que a ela atribuem responsabilidades em acontecimentos de natureza que não se coadunam sequer com os mais elementares princípios recomendados pelos seus próprios estatutos.

Disse há certa altura deste trabalho que não se pode mais admitir que a invisibilidade caracterize quaisquer efeitos práticos pertinentes à questão do negro, e postular essa condição não significa limitá-la à proposta de trazer à luz apenas acontecimentos construídos pelas ações dos negros que, por apresentarem alguma possibilidade de serem vistos como notáveis, têm sua divulgação substituída pelo tratamento absconso. É preciso também dar visibilidade e dispensar toda a atenção devida a atos deletérios cometidos por integrantes do segmento dominador, a exemplo de um que ultrapassou o ponto paroxísmico da indignidade humana impingida sobre a população escrava: a reprodução em cativeiro.

Assunto pouquíssimo explorado e marcado por uma carência de comprovações científicas que poderiam conferir-lhe maior sustentabilidade quiçá pela contribuição prestada por Rui Barbosa no episódio do “auto-de-fé”, – e a situação será menos grave caso este seja o motivo real, – sabe-se que a reprodução em cativeiro passou a ser uma prática alternativa de burlar o tráfico que havia sido

⁶³ Cunha, *Antropologia do Brasil*, p. 130.

⁶⁴ É o que expressam mais objetivamente o *Sermão da XIV^a*, da *XX^a* e o da *XXVII^a*.

extinto por pressões do *Bill Aberdeen*, em torno de 1850. Tratada sempre de forma eufemística, ou seja, como “reprodução vegetativa”, ainda assim Jacob Gorender é um dos poucos a tratar do assunto, destacando que “ao que parece, somente as ordens religiosas tinham a preocupação sistemática com a reprodução vegetativa dos seus plantéis”,⁶⁵ deixando “seus engenhos e fazendas cheios de escravatura numerosa, onde era raro achar negro da costa da África”,⁶⁶ o que significa que a presença majoritária era de crioulos, ou seja, negros nascidos no Brasil, portanto, produtos da reprodução. Jacob Gorender prossegue afirmando que seria tolice supor a inexistência por parte dos senhores de qualquer interesse na procriação dos seus escravos e no incremento vegetativo dos plantéis (convém ressaltar que o autor invariavelmente utiliza este termo). Segundo sua pesquisa, os frades incentivavam a procriação a ponto de permitirem casamentos entre homens livres e escravas, porém não o contrário. Já na opinião de Manuela Carneiro da Cunha, outro nome que também de forma solitária se encontra a tratar do assunto, os casamentos propostos pelos frades tinham por finalidade preservar o “‘enegrecimento’ dos escravos que os criatórios das ordens religiosas estimulavam, analogamente em intenção ao ‘embranquecimento’ dos bem-sucedidos”.⁶⁷ É ainda Jacob Gorender quem atribui à Ordem dos Beneditinos a manutenção de um criatório centralizado num estabelecimento rural na Ilha do Governador, de onde os negros nativos, cuidados até atingir certa idade, partiam para trabalhar nas propriedades da Ordem no interior do país,⁶⁸ gerando lucros àquela instituição.

Ainda no que diz respeito ao envolvimento da Igreja, embora a partir de enfoques pálidos, Manuela Carneiro da Cunha destaca:

não só as ordens religiosas tinham seus escravos, até quase às vésperas da Abolição, mas algumas se especializaram, e parecem ter sido as únicas empresas do gênero no Brasil, na reprodução de escravos. Os carmelitas tinham, por exemplo, criatórios de escravos na província do Rio de Janeiro e os beneditinos na ilha do Governador. O que houve, sim, foi o papel importante das irmandades religiosas, associações de leigos à sombra da Igreja, de organização local e sem nenhuma centralização, que defendiam os interesses corporativos de seus membros.⁶⁹ [grifos meus]

A timidez que cerca as abordagens sobre assunto de tanta relevância, inclusive porque tem a ver com propostas de identificação do país, encontra razão de ser no repositório de omissões que em geral impregna os textos históricos a ponto de resultar numa forma de conhecimento que mais se

⁶⁵ Gorender, *O escravismo colonial*, p. 344.

⁶⁶ Id., p. 345.

⁶⁷ Cunha, *Negros estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*, p. 89.

⁶⁸ Gorender, *op. cit.*, p. 345.

⁶⁹ Cunha, *Antropologia do Brasil*, p. 129-130.

consagra ao nível da especulação ou da versão e que, em consequência de se distanciar pouco dessa possibilidade, dificulta em muito a passagem para o plano científico, condição que, inevitavelmente, mais uma vez me leva a pensar nas atitudes adotadas por Rui Barbosa. Ainda assim, merece leitura, destaque e, principalmente, reflexão uma reportagem veiculada pela revista Terra, intitulada *O Brasil na ponta dos cascos*, na qual, retomando parte da história, um grupo de pessoas realizou uma viagem a cavalo da Lagoa dos Patos, no Rio Grande do Sul, a Sorocaba, no interior de São Paulo, refazendo o percurso da viagem desenvolvida por tropeiros que no século XVIII transportavam muares daquele estado para o interior paulista. Quem narra os principais momentos da viagem é um cidadão de nome Jakzam Kaiser, um dos idealizadores do projeto de quem reproduzo a seguinte passagem:

no segundo dia visitamos a Fazenda da Tropa Velha, antiga sede da Estância Real do Bojuru, importante criatório de muares para abastecer a feira de Sorocaba. A fazenda hoje é apenas sombra do que foi, mas ecos do passado glorioso ainda se fazem ouvir na sede ainda de pé. A única porta do quarto das moças, sem janelas, se abre para o quarto dos pais. *Num extremo da casa fica o antigo cômodo do escravo reprodutor, hoje sem grades na janela, mas ainda com marcas na moldura das crias que ele gerou.* Naquela época, uma vaca valia o equivalente a 60 éguas; e um escravo a 60 vacas.⁷⁰ [grifos meus]

Relatos desse teor talvez não sejam tão expressivos se os considerarmos como casos isolados; no entanto, uma vez compondo uma conjuntura mais ampla de acontecimentos podem contribuir sobretudo para que se comece a entender por que temos de conviver ainda hoje em nossa sociedade com a presença de problemas que de fato aí estão a incomodar como “fundas vermelhidões de velhas chagas em sangue, abertas, correndo em rios...”⁷¹ que teimam em não cicatrizar. Ao lado de pesquisas como as desenvolvidas por Gorender e Manuela Carneiro da Cunha, esses relatos ganham novas dimensões, provocam reflexões, questionamentos e contribuem para que a tais pesquisas sejam desferidos olhares mais agudos. A grande questão que merece ser posta na berlinda é o fato de a Igreja, pelas ações do clero e da forma mais vergonhosa possível, ter-se divorciado das atribuições que o Evangelho lhe incumbiu, na medida em que não se solidarizou com os sofrimentos de uma gente oprimida, – como lhe é de praxe pelo menos ao nível da retórica –, não fazendo de sua atividade-fim ao menos uma modalidade de abrandamento do cativo, e o que é mais grave, não teve coragem (ou quem sabe, condições morais?) para dizer a verdade moral aos senhores de engenho pelo fato de ser aliada deles e desse conluio obter juros e dividendos. A reprodução em cativo, além de tudo o que pode significar como o supra-sumo da deliquescência moral, tanto de quem a protagoniza quanto de quem a promove, também é fator de identificação do Brasil, desde que

⁷⁰ Revista (*Os caminhos da*) TERRA, veiculada em setembro de 2006, p. 20.

⁷¹ Cruz e Sousa, *Antífona*, In: *Obra completa*, p. 64.

se dispense pela noção de identidade uma interpretação que rompa com tentativas de impô-la como um conjunto de idéias que se supõem fixas, coerentes e estáveis, e possibilite que sejam vistas como idéias que tanto admitem considerar que o Brasil tem palmeiras quanto conseguem enxergar que o Brasil também tem Palmares.

Qualquer análise realizada sobre o papel desempenhado pela Igreja no desenrolar dos acontecimentos relacionados à escravidão no Brasil, automaticamente conduz também à responsabilidade do Estado,⁷² em virtude da associação natural que, historicamente, esses dois segmentos mantêm. Talvez o que os diferencie seja apenas o percentual destinado a cada um, visto que contra os 5% destinados à Igreja, couberam 10% à Coroa. Como se sabe, do ponto de vista ideológico e tendo a escravidão como fim comum, Igreja e Estado sempre se constituíram como faces distintas de uma mesma moeda. Ainda sobre o enlace de ambas em busca de um mesmo objetivo, a passagem que talvez se consagre como a mais emblemática de seus propósitos seja traduzida pela Constituição de 1824 que acrescentava aos poderes da Igreja significativos instrumentos de soberania, de pressão e de opressão, a exemplo do impedimento da construção de templos de qualquer índole religiosa que não fosse a católica, como estabelecido em seu artigo 5º:

Art. 5º. A Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Imperio. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto domestico, ou particular em casas para isso destinadas, *sem fórma alguma exterior do Templo* (sic).⁷³ [grifos meus]

Ganha pertinência nesse particular o artigo 103. De certa maneira ele complementa o artigo 5º, amplia e preserva os interesses da Igreja e demonstra o quanto, desde aquela época, o poder dessa instituição era incomensurável junto ao poder político:

Art. 103. O Imperador antes de ser aclamado prestará nas mãos do Presidente do Senado, reunidas as duas Camaras, o seguinte Juramento - *Juro manter a Religião Catholica Apostolica Romana*, a integridade, e indivisibilidade do Imperio; observar, e fazer observar a Constituição Política da Nação Brasileira, e mais Leis do Imperio, e prover ao bem geral do Brazil, quanto em mim couber. (sic)⁷⁴ [grifos meus]

Naquele momento da história do país, falar em outra religião como registrado graficamente no Art. 5º, significava praticamente falar em religião de origem africana.

Do ponto de vista das práticas religiosas, ao se fazer uma retrospectiva desse tipo de atividade no Brasil anterior ao século XIX, encontraremos como instância mais expressiva a Companhia de

⁷² Coroa portuguesa num primeiro momento e Estado brasileiro após a independência.

⁷³ Cf. Constituição do Brasil de 1824, *Título 1º, Art. 5.*

⁷⁴ *Id.*, *Título 5º, Cap II, Art 103.*

Jesus. Constataremos também que o papel daquela ordem religiosa restringiu-se, em tese, ao exercício de procedimentos de persuasão e catequização dos índios, a partir da adoção de métodos, em ambos os casos, pacíficos. Além da crença indígena, a Igreja, na prática, só deparou, como atividade religiosa em toda sua extensão e profundidade com aquelas trazidas pelo escravo africano; daí a atribuição a elas dos epítetos de feitiçaria, magia negra e bruxaria como componentes de um processo de demonização.

Como se sabe, a proibição do culto à religiosidade africana sempre existiu, hajam vista a presença da própria Companhia de Jesus e a prática do sincretismo religioso por parte daqueles que viam obstaculizadas suas incursões no terreno da fé. No entanto, a evolução política do país trouxe mecanismos de cerceamento mais eficazes a exemplo do que encontramos na já citada Constituição de 1824. É indispensável ressaltar que a extensão de tal ato não se resumiu à esfera administrativa. O impedimento da construção de templos significou também a impossibilidade do exercício da crença religiosa em sua plenitude, e mais do que isso, significou uma coibição que, de forma permanente efetuou-se por meio da violência física contra seus adeptos. Considerando essas premissas diria que apenas num passado muito recente as religiões de origem africana começaram a livrar-se daquele tipo de agressão.

Beneficiadas pela presença de uma coexistência racial que começou a delinear-se dentro da própria esfera religiosa, engendrada que fora pelo surgimento de uma proliferação de religiões, as perseguições gradativamente passaram a diminuir. A partir de 1960, uma significativa acomodação racial começa a efetivar-se como consequência de uma transformação que as religiões afro-brasileiras passaram a sofrer ao nível da aceitação, resultando, principalmente, na adesão de novos adeptos, bem como em outras formas de se impor, adotadas que foram por uma renovada cúpula religiosa.

Muito provavelmente caracterizando novas maneiras de pensar e agir trazidas por um cotidiano que começa a marcar a presença de novos tempos na vida das pessoas e, por consequência, na vida do país, passa a haver uma valorização da religiosidade como remédio para todos os males. Uma busca desenfreada por instâncias supremas no intuito de encontrar soluções para problemas pessoais começa a marcar o comportamento coletivo de forma a possibilitar o surgimento de novas seitas, novas religiões e de uma afluência maior de pessoas de diversificadas origens a outras concentrações religiosas que, até então, não possuíam tanto prestígio assim. O comparecimento aos templos religiosos africanos, notadamente aos de Umbanda, a partir de então passa a ser pontuado pela presença de representantes de classes mais bem constituídas economicamente. Jogadores de futebol, empresários, políticos e artistas, – em especial os do mundo da música –, alteram a fotografia do

recinto afro-religioso, transformando-o numa espécie de mosaico social, permitindo “verem-se diante de humildes casas muitos *Chevrolets* à espera de seus proprietários”.⁷⁵ Às religiões africanas já não se reservava mais o estatuto de exclusividade de uma raça. Mais: começavam a amainar seu aspecto desagradável, sua desaprovação e o grau de repulsa que ela desfrutava aos olhos da sociedade. Agora elas supriam carências de outras religiões e ofereciam “as mesmas possibilidades que sua própria religião, de controlar o acaso, de orientar o destino, e a mesma familiaridade com o sobrenatural”.⁷⁶ Nessa nova conjuntura o pai-de-santo é branco, “faz encontrar amantes, reconcilia casais brigados, costura hérnias, dá remédios para doenças do estômago, do coração e dos dentes”.⁷⁷

Desta forma está praticamente consolidada no espaço religioso africano uma espécie de conglomerado racial produzido pela convergência nele de pessoas pertencentes às mais diferenciadas camadas sociais. Fenômeno semelhante ocorre hoje com as religiões evangélicas que abrigam uma expressiva quantidade de empresários, de profissionais liberais e de outros que se destacam no mercado de trabalho, fato que tanto aqui quanto lá contribuiu para desfazer más impressões, desmontar mitos, – embora possa até ter criado outros –, derrubar preconceitos e desembotar mentalidades. Esse ajuntamento que se ajusta racialmente emerge no âmbito afro-religioso e só se configura em função de uma pacificidade que, por ser própria do espaço religioso, é decisiva para que suas ações não exorbitem desse mesmo espaço, mantendo-se obviamente circunscrita a ele. Por sua aparência exterior ajuda na confirmação do mito da democracia racial que, de fato, é forjado pela reprodução de uma falsa consciência da realidade racial brasileira, muito bem retratado também por Roberto DaMatta na tese por ele defendida e denominada como a “fábula das três raças”.⁷⁸ Em consequência, as atividades religiosas vão fundamentar falsas argumentações de forma a permitir que elas se estabeleçam como elementos comprobatórios de situações que se estruturam em aparências. É a partir de predisposições dessa categoria que deparamos com discursos segundo os quais “não existem distinções raciais entre nós” ou “vivemos em perfeita harmonia racial” ou ainda, acompanhando o raciocínio de Marilena Chaui, entender por que

é assim, por exemplo, que alguém pode afirmar que os índios são ignorantes, os negros são indolentes, os nordestinos são atrasados, os portugueses são burros, as mulheres são naturalmente inferiores, mas, simultaneamente, declarar que se orgulha de ser brasileiro porque somos um povo sem preconceitos e uma nação nascida da mistura de raças.⁷⁹

⁷⁵ Bastide, *As religiões africanas no Brasil*, v. I, p. 310.

⁷⁶ Id. ib.

⁷⁷ Bastide, *op. cit.*, p. 413.

⁷⁸ Cf. DaMatta, *Relativizando. Uma introdução à antropologia social*, p. 58.

⁷⁹ Chaui, *Brasil, mito fundador e sociedade autoritária*, p. 8.

Portanto, se é lícito dizer que num passado recente, contando com uma transformação de índole social, as religiões de origem africana conseguiram minimizar em muito, perseguições não raramente violentas e em grande medida fomentadas por um processo de demonização desenvolvido pela Igreja e complementado pelo aparelho de Estado, já não se pode dizer o mesmo quanto à capacidade dessas ações em democratizar racialmente esses mesmos espaços. Em relação à possibilidade de democratização convém não perder de vista que o mito da democracia racial, tão propalado por alguns segmentos da sociedade, não passa de mais um expediente entre os muitos adotados para que a situação do negro se mantenha num patamar que não o distancie muito daquele em que ele se encontrava durante a escravidão. É um discurso conciliador que tem a nítida pretensão de manter velada uma realidade que atende a interesses de grupos detentores de algum tipo de hegemonia, inclusive, suportando teses segundo as quais o “racismo não existe” ou de que “ele é produto do imaginário do próprio negro”, visando, dessa forma, difundir a existência de um Brasil pseudo-edênico. Ademais, de um país que cotidianamente demonstra uma absoluta incompetência para ser democrático em qualquer setor de atividade humana, quer seja político, econômico, jurídico, trabalhista ou algo que o valha, só mesmo ao nível retórico poderíamos esperar que ele o fosse no plano de relações tão complexas como as sociais.

AS OBRAS ELEITAS como referenciais de abordagens históricas que, conjugadas a sintomas sociológicos e antropológicos, reproduzem aspectos da vida social do negro no Brasil, assim o foram porque, em vista de tudo que as cerca, – importância da autoria, natureza do documento, afluência de grande número de leitores, entre outros –, credenciam-se como paradigmas de textos que penetram nos mais diversificados segmentos culturais e sociais, revelando uma possibilidade obstinada de interpretar o Brasil. Lá ocupam espaços, formam opiniões e permitem a construção de mundividências que, por vezes, são limitadas e deformadas sobre o negro. Conforme procurei demonstrar, todas elas, da mesma forma que o *corpus* de natureza literária que trata do assunto, como se poderá ver, têm como marcas características o recurso a expedientes que norteiam a discussão a partir da utilização de artifícios discursivos que se colocam a serviço da classe dominante, apelando para a omissão, aqui, para a construção de imagens, ali, protegendo nomes e instituições, acolá, mas, buscando sempre a preservação de uma ideologia de caráter dominante.

O objetivo maior delas invariavelmente é o mesmo: abordar a presença do negro no panorama social e histórico do país e penetrar no terreno das implicações só até certo ponto. Justamente por isso, percebo que todos os autores trabalhados, por vezes se sentem meio que “pisando em ovos”,

denotando que um tratamento mais profundo sobre o assunto certamente feriria suscetibilidades, na medida em que estariam indo de encontro a variados interesses. O que todos eles nos transmitem com nitidez, o que por sinal é retratado pela utilização da linguagem, é uma maleabilidade que os autores dispensam ao assuntos desenvolvidos. Nos momentos de maior tensão, nota-se uma fuga ou, na melhor das hipóteses, uma tentativa de amenizar a realidade dos fatos.

Como exemplo desse abrandamento lembro os momentos em que há uma tendência em dispensar ao negro um elogio gratuito e extemporâneo. É comum deparar com trechos que ressaltam o vigor físico do negro como a razão de sua escravização. Em tese, eles tentam dizer ao leitor que só alguém forte como o negro preencheria os requisitos para ser escravizado ou, o que é pior, tentam convencer que o negro foi escravizado por ser fisicamente forte, razões que não passam de um apelo a argumentos de natureza mítica.

As obras da historiografia oficial que versam sobre o tema, ao tratarem do episódio envolvendo Rui Barbosa e a queima dos arquivos da escravidão – visto que muitos autores preferem ignorar sua atitude – fazem-no a partir do recurso a técnicas que procuram minimizar a importância daquele acontecimento, procurando blindar sua figura, dando maior ênfase a outros aspectos pertinentes ao fato. No geral os autores demonstram que, para eles, a imagem consagrada de Rui Barbosa supera em grandeza o ato deletério por ele cometido, quando na realidade o que sucede é o oposto. Sua atitude ofusca, enche de mácula e põe em questionamento a existência de uma auréola que este país construiu ao redor de sua cabeça. Como consequência disso, enquanto uns autores preferem não tocar no assunto, outros o fazem tangencialmente como Nina Rodrigues, que “lamenta” a impossibilidade de se obter informações em “escavações de arquivos,” que ele considera “pouco frutuosas” e acrescenta:

demais, bem pouco restará hoje delas. Destruí-as a preocupação, *tão sentimental* quanto improfícua, da atual geração brasileira, de *apagar da nossa história* os vestígios da escravidão, fazendo consumir pelo fogo documentos em que se continha aquela verdade histórica a que, a mais de um respeito, nenhum povo se pode furtar, nem é lícito procurar iludir. Se o fogo a que se mandou entregar o arquivo da escravidão não é capaz de cancelar a história impressa dessa instituição, mais impotente há de ser para esgotar o sangue africano que, nas veias do nosso povo, estará a atestar de contínuo, na sua emigração da terra natal, a instituição que a promoveu.⁸⁰ [grifos meus]

A impressão que se tem num primeiro momento é a de que Nina Rodrigues parece não compactuar com as atitudes de Rui Barbosa; entretanto, nas páginas em que trata do assunto nem uma vez sequer atribui a autoria dos fatos a seu nome. A proposta de preservação do nome de Rui

⁸⁰ Nina Rodrigues. *Os africanos no Brasil*, p. 23.

Barbosa não se resume à omissão, mas se configura justamente no momento em que um documento revela o número e a data – nº 29, de 13 de maio de 1891 – da Circular do Ministério da Fazenda que “mandou queimar os arquivos da escravidão”, como o leitor pode perceber na citação correspondente à nota de pé de página nº 48, eliminando qualquer tentativa de fazer transparecer que o responsável pela ação executada não foi uma pessoa, mas, sim uma abstração.

Alguns autores preferem ainda tratar do assunto recorrendo à utilização de eufemismos a exemplo de Roger Bastide. Na opinião de Bastide tudo não passou de uma “infelicidade”⁸¹ que veio “apagar a mancha escravocrata do brasão do país”⁸², palavras que, além de incapazes de configurar a defesa de Rui Barbosa, inevitavelmente revelam a profundidade de sua inconseqüente atitude, condição que se agrava quando, associada à citação anterior, Bastide procura fortalecer a idéia de que o “incêndio” foi um “gesto sentimental”,⁸³ quando todos sabemos que, na verdade, o gesto foi maquiavélico e delituoso.

Esta linha de ação e raciocínio perpassa todos os textos que têm essa índole e a insistente presença desses recursos em sua tessitura cada vez mais me convence de que propostas implícitas provavelmente estão sendo atendidas.

Dentro dessa perspectiva, é absolutamente inviável, por exemplo, partir-se do pressuposto de que Gilberto Freyre se refere aos escravos negros como imigrantes, conforme ele faz em *Casa-grande e senzala* e já destacado neste trabalho,⁸⁴ por uma questão de ignorância ou de simples simpatia pelo termo. Principalmente por ser um pesquisador do assunto, ele, mais que qualquer outra pessoa tinha pleno conhecimento de que o negro fora arrancado à força de sua terra natal, transportado em condições sub-humanas para o Brasil, e aqui chegando, fora arremessado no seio de uma sociedade que lhe destroçou a família, a dignidade e a cultura. Diante de circunstâncias tão expressivas como essas é de se indagar que motivos teria ele para optar por tal forma de expressão? Ainda que de forma pouco incisiva, é conveniente acrescentar que o conceito de imigração, e como conseqüência, o de imigrante, adota acepções muito específicas no caso do Brasil de então, principalmente em função dos liames existentes entre este episódio e a Abolição da escravatura, significando muito mais que a simples vinda de estrangeiros para nosso país. Para os interesses da classe dominante, o processo migratório, acima de tudo, significava o repto de realizar um projeto que visava organizar uma nova concepção da formação da nacionalidade brasileira, cuja realidade prática esbarrou em dificuldades trazidas justamente pela Abolição, pois

⁸¹ Bastide, *As religiões africanas no Brasil*, v. I p. 50.

⁸² Id. ib.

⁸³ Id.

⁸⁴ Veja nota nº 48 .

o fim do sistema escravista, em 1888, coloca para os pensadores brasileiros uma questão até então não crucial: a construção de uma nação e de uma identidade nacional. Ora, esta se configura problemática, tendo em vista a nova categoria de cidadãos: os ex-escravizados negros.⁸⁵

Célia Maria Azevedo observa que para atender a esses pressupostos, tornava-se imperioso investir num imigrante ativo, laborioso, inteligente, progressivo. Por sua vez, para vir para o Brasil seria necessário que o país lhe oferecesse “condições de bem-estar para si e para sua família, impossíveis de se encontrar na Europa”,⁸⁶ e uma vez preenchido esses requisitos, ele viria então a ser o amálgama que, de uma só vez, atenderia a dois interesses da classe dominante: encarregar-se da produção do trabalho considerado menos nobre e ao mesmo tempo começar a promover no Brasil um processo de branqueamento. O mesmo processo de embranquecimento que Nina Rodrigues mais tarde iria vaticinar e depois propor, e que Frederico Burlamaque anteriormente já havia enfatizado em seu tratado onde demonstra que o êxito de suas propostas poderia ser alcançado desde que se efetuasse a deportação para a África dos negros libertados pela Abolição, tema sobre o qual ele dispensa tratamentos que nos colocam em contato com a vertente cruel e desumana de um projeto que traz em sua índole a real intenção da classe dominante, traduzida por seu anseio em expulsar e se livrar de pessoas que lhe provocavam uma situação incômoda:

em todo o caso, os perigos que devem temer os possuidores d’escravos *são mais eminentes continuando a escravidão*, do que se ella for regularmente abolida. No primeiro caso a exterminação e a expoliação da classe dominante (se esta cathastrophe tiver lugar) hade ser feita com toda a barbaridade dos selvagens, com a energia da desesperação; no segundo caso, o temor e a previsão do futuro poderá fazer achar remédios que previnão parte dos males; e em todo o caso, a cathastrophe não póde ser tão temível, pelo que então o benefício chamará a gratidão, e a passagem da escravidão á liberdade não será tão rápida; salto funesto em que as reacções são terríveis. O que tiver lugar a respeito das colônias Inglezas, cuja escravatura acaba de ser emancipada, nos illustrará a tal respeito; mas ja há exemplos que nos podem servir de norma. No espaço de quarenta annos, virão-se seis exemplos de hum grande numero de escravos libertados em massa, sem que d’isto resultassem graves inconvenientes.

Supondo que todos concordarão na necessidade da abolição da escravidão convem indagar o como ella deve ser feita; applicar-se para tornal-a útil, *sem que perigue a segurança da raça branca e sem a ruína do paiz*; finalmente a maneira de supprir a actual população escrava, de sorte que formemos pelo decurso do tempo, huma *Nação homogenea*.

Quanto á abolição, deve ser ella gradual e lenta? Todos concordarão n’este principio; a controversia será sómente sobre a maneira de a levar a effeito.

Convirá que fique no paiz huma tão grande população de libertos, de raça absolutamente diversa da que a dominou? Não haverá grandes perigos a temer para o futuro, se as antigas tyrantias forem recordadas, se os libertos preferirem a gente da sua raça a qualquer outra, como he natural? Poderá prosperar e mesmo existir huma Nação, composta de *raças estranhas e que de nenhuma sorte podem ter ligação?* Eis uma serie de questões que convem discutir.

⁸⁵ Munanga, *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*, p. 54.

⁸⁶ Azevedo, *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites*, p. 53.

Não se pense que, propondo a abolição da escravidão, o *meu voto seja de conservar no paiz a raça libertada*: nem isto conviria de sorte alguma á *raça dominante*, nem tão pouco á *raça dominada*. Os primeiros terião a soffrer as reacções, e os segundos terião sempre a *supportar os resultados de antigos prejuizos, que nunca cessarião a seu respeito*.

Que a abolição deve ser lenta he evidente, se o contrário se intentasse o paiz se arruinaria, sem que os proprios libertados ganhassem muito. [...] He necessario reconhecer francamente, que hum escravo he hum homem feito como os outros, e não hum movel, huma maquina fragil, que póde ser despedaçada á vontade.

Para reconhecer-se este principio e dar-lhe applicação, *hum acto do Legislativo he bastante*; mas este *acto immortal* deve ao mesmo tempo precaver os futuros acontecimentos, e *garantir a segurança dos membros da Nação*. Porem um acto do Legislativo deve preceder a este, isto he *a maneira de supprir os braços dos homens que devem ser transportados para o seu paiz originario*.

Mas deixando isto por ora de parte, indaguemos sobre que bases deve ser construído esse *magestoso edificio* da emancipação, *por meio do qual se saptisfaria ao mesmo tempo a humanidade, os nossos interesses, nossa futura gloria e grandesa*. [...] O mesmo acto authorisaria o governo executivo a estabelecer d'esde ja *em qualquer lugar da Africa, huma colônia á imitação das que possuem os americanos do Norte*, decretando fundos suficientes para a compra do local, transporte dos escravos libertados, compra dos mantimentos e utensis necessarios, e sua *subsistência no primeiro ano*.

Decretaria igualmente rendas para a formação de hum caixa de piedade, para que fossem d'esde ja libertando se muitos dos escravos actuaes, *comprando os a seus donos*, preferindo-se no principio os escravos de officio, e em todo o caso os das Cidades aos dos campos, os moços aos velhos, com igualdade numerica entre os sexos.

Compete ao governo a melhor escolha do local da colonia ou Colonias; a indagação dos gêneros que alli podem ser cultivados; a administração e escolha dos directores coloniais; *finalmente o transporte o mais breve e o mais commodo dos negros que se forem libertando*. (sic)⁸⁷ [grifos meus]

Como é inevitável perceber, a visão de Burlamaque concentra a preocupação da classe dominante que se vê acuada diante de um problema que ela mesma criou, embora não perceba a escravidão dessa forma. Entretanto, passa a se sentir ameaçada, justamente em função dos rumos que ela imprimiu a um processo que estava na iminência de ser abolido, – pelo menos nos moldes que até então vinha se desenvolvendo –, ao qual ela mesma se incumbiu de atribuir contornos cruéis e desumanos, sob todos os aspectos que se possa imaginar e que, ao longo deste capítulo, tive a oportunidade de apresentar. Para a classe dominante os negros eram uma ameaça, punham em risco a segurança da raça branca e podiam levar o país à ruína se libertados em massa e de forma imediata. Dessa maneira, aquela classe demonstra que, de fato, nunca soube ou nunca teve interesse em resolver essa contundente questão social, entendendo que a solução para ela se encontrava na adoção da via rápida: o descarte de uma população para a qual ela não possuía qualquer projeto de vida digna, e em termos de futuro do país a elite brasileira na sua maioria pensava que a solução mais segura e definitiva seria a eugênica.⁸⁸

⁸⁷ Burlamaque, *Memoria analytica á cerca do Commercio D'Escravos e á cerca dos males da escravidão domestica*, pp. 94-95-96.

⁸⁸ Munanga, *Revista Vozes*, p. 86.

Por menos que se saiba a respeito da escravidão, e com certeza esta possibilidade não diz respeito a Gilberto Freyre, não há a menor coerência em tratar os escravos como imigrantes pois, se tomarmos por base apenas as condições que o Brasil tinha consciência de que seria importante oferecer aos verdadeiros imigrantes, como demonstrou ter e como fez, as afirmações feitas por Freyre, por si só desmoronam.

Ainda retomando o texto freyriano e dentro dele a questão do “mané-gostoso”, convém destacar que na sua essência este elemento é dotado de perspectivas muito contundentes dentro de uma discussão sobre o negro, para que em sua obra tenha uma dimensão resumida praticamente a uma gravura. Pela importância natural que esse mecanismo de degradação humana assimila dentro das conjunturas escravocrata e social, e pela capacidade de perpassar séculos além dela, não se percebe a menor intenção em proceder a um mapeamento que pudesse estabelecer uma relação de coerência entre acontecimento e as reações por ele provocadas; por esse motivo, acontece de ao redor do tema, o silêncio gravitar com maior abrangência que o interesse pelo debate.

A questão posta em destaque é de relevância tal que estimula um importante registro. Ao longo dos anos de 2004, 2005 e boa parte de 2006 a rede oficial de televisão⁸⁹ do governo brasileiro veiculou com bastante intensidade propagandas sobre *Casa-grande e senzala*, protagonizadas pelo ator Sérgio Brito, nas quais ele em diferentes interpretações, reproduzia variados trechos da obra, todos tratando de influências deixadas por negros e índios. Numa das propagandas o trecho lido pelo ator reproduz uma passagem de *Casa-grande e senzala* em que Gilberto Freyre complementa seu raciocínio lançando mão de um trecho da obra *As vítimas algozes: quadros da escravidão*, de Joaquim Manoel de Macedo, fazendo dela uma razão para mostrar as influências daquele acontecimento no espaço literário:

sabe-se que enorme prestígio alcançaram as mucamas na vida sentimental das sinhazinhas. Pela negra ou mulata de estimação é que a menina se iniciava nos mistérios do amor. “A mucama escrava”, observou no meado do século XIX o romancista Joaquim Manoel de Macedo, o célebre, d’*A moreninha*, “embora escrava, é ainda mais que o padre-confessor e do que o médico da donzela: porque o padre-confessor conhece-lhe apenas a alma, o médico, ainda nos casos mais graves de alteração da saúde, conhece-lhe imperfeitamente o corpo enfermo, e a mucama conhece-lhe a alma tanto quanto o padre e o corpo mais do que o médico”.⁹⁰

O que chama a atenção no trecho destacado pelo ator é a intenção – subliminar, como sempre – em convencer o telespectador de que muito do que a mulher branca agregou a sua formação, em se

⁸⁹ Refiro-me a publicidades veiculadas pela TV Nacional de Brasília-DF.

⁹⁰ Freyre. *Casa-grande e senzala*, p. 423.

tratando de noções relativas à vida sexual ao nível da sensualidade no sentido licencioso da palavra, foi a mucama quem lhe passou. A proposta de convencimento nesse e em outros sentidos não se resume apenas ao trecho da propaganda em evidência, perpassando, portanto, todas as demais veiculadas segundo as mesmas condições.

Nessa propaganda, a exemplo das demais, o ator Sérgio Brito tem em *chroma-key* (pano de fundo) imagens, em sua maioria congeladas de escravos, escravas e de aspectos inerentes a uma Casa-grande, tudo conduzido sob uma trilha sonora marcada por tambores e atabaques. A propaganda termina com as imagens congeladas passando de segundo para primeiro plano, – obviamente em função de o ator ser retirado de cena –, e ainda, sob a mesma trilha sonora, sobrepõe-se à nova imagem a gravura do “mané-gostoso”, exatamente como se encontra estampada no livro, porém, revestida de uma expressiva novidade: num universo de imagens prioritariamente congeladas, ela ganha vida, animada que é por computação gráfica. O movimento imprimido à gravura tanto quanto o tempo de duração, a forma e o momento da exibição dela – visto que ela é a imagem final –, sinalizam para que estejamos diante de uma proposta subliminar, semelhante às encontradas nos livros. Não se pode perder de vista que televisão também é linguagem, também é discurso; e como tal, também é representação. Neste caso, muito possivelmente estejamos diante de um fenômeno marcado pelo cruzamento de linguagens que se ramificam como componentes de uma teia em que, cada uma a seu modo, produzem discursos que se colocam a serviço da manutenção de interesses maiores e hegemônicos. E percebamos que, em termos cronológicos, estamos muito distantes da década de 30 do século passado, época em que a obra foi produzida. Da mesma forma que as demais modalidades discursivas, a linguagem televisiva também integra essa engrenagem e atua de maneira eficaz quando apela para a força da própria imagem em função da capacidade que esta possui em falar por si mesma.

O objetivo em traçar um paralelo entre duas diferentes linguagens, a escrita e a televisiva, que apresentam um mesmo objeto de enfoque, encontra razão de ser na expectativa de poder demonstrar que, na análise desse objeto, ambos os discursos adotam um comportamento marcado pela predisposição em preservar umas informações e em omitir outras.

*A*TÉ ESTE PONTO do trabalho uma das ênfases dadas foi no sentido de demonstrar o quanto o discurso de natureza prioritariamente histórica, ou quando não, amalgamado com sintomas sociológicos, antropológicos e até mesmo religiosos, elabora um perfil do negro a partir de sua

condição de escravo, de maneira a dedicar-lhe no edifício social uma posição que, no imaginário do senso comum, continua a ter como referência uma noção que não se distancia muito daquela que lhe era dedicada nos tempos de Brasil-colônia. Além de todas as questões que levantei como partes constitutivas de um discurso que se credencia como responsável pelo atendimento de circunstâncias que traduzam e mantenham interesses dominantes, destaco a presença da criação de mitos. Em grande medida a elaboração a que me referi configurou-se por meio da exploração de mitos, quer pela via das ações práticas na colônia; quer pela via das formas que os diferentes autores tanto da historiografia quanto da própria Literatura utilizaram para conformar seus textos e, no que diz respeito às ações práticas, sustentando outra proposta de abordagens a que me propus demonstrar, isto é, a de que aquela conjuntura engendrou também a figura do branco dominador.

Lá, no espaço colonial, a responsabilidade pela manutenção do negro naqueles patamares de adversidades era da competência dos senhores, uma minoria dominante que, não satisfeita em escravizar o negro, se encarregou de inferiorizá-lo, criando sobre ele toda sorte de mitos. Talvez o mais cruel entre todos eles tenha sido aquele relacionado com os jovens recém-iniciados na vida sexual – obviamente que me refiro aos do sexo masculino –, quando se viam contagiados por doenças venéreas. Quanto a esse episódio, consta que se propalava na colônia que uma eficaz forma de cura dava-se pela simples ejaculação do contaminado numa menina escrava, e como os jovens certamente acreditavam, é de se supor que eles faziam daquela crença uma prática, e no que diz respeito a esse aspecto, não convém deixar de se levar em consideração que os primeiros passos daqueles jovens no campo da sexualidade, na sua maioria eram dados também com as escravas e, nessa medida, é de se imaginar em que proporções aquelas relações sexuais eram predominantemente relações de poder e em que proporções poderiam configurar um ato de troca.

Esses e outros tipos de mito surgiram no seio de um complexo escravocrata que extrapolou em muito o exercício da exploração servil. As ações práticas efetuadas no cotidiano colonial encarregaram-se de revelar a eficácia do investimento feito pela classe dominante na criação de mitos sobre o escravo, demonstrando também que o empreendimento por eles executado surtiu efeito imediato e se prolongou através dos tempos, avaliação possível de ser mensurada nas evidências objetivas resultantes, comprovadas ao confirmar que “a função do imaginário é motivada não pelas coisas, mas por uma maneira de carregar universalmente as coisas como um sentido segundo, como um sentido que seria a coisa do mundo mais universalmente partilhado”.⁹¹ Como o recurso a esse expediente perpassou séculos, uma vez minimizada sua versão prática, coube aos textos tornar

⁹¹ Durand, *As estruturas antropológicas do imaginário*, p.378.

concretos os ideais dos homens da colônia e, certamente esta decisão prestou contribuições para o fato de ainda hoje termos de lidar, com uma frequência considerável, com situações que denunciam que não estamos de todo livres de substâncias que quanto mais perduram mais convencem de serem congênicas à índole de nosso povo.

O texto de Burlamaque citado anteriormente, continua constituindo a melhor referência representativa desse caráter da nossa nacionalidade. Nele o autor expressa com veemência um sentimento que sabemos não se tratar apenas da projeção de um individualismo, mas de toda uma visão de mundo imperada na colônia, representada pela intenção em, com o advento da Abolição, concretizar o projeto de descartar o negro e mandá-lo de volta à África, anseio que só não foi executado devido ao alto custo financeiro que demandaria uma jogada política já elaborada e aderida por um grande número de simpatizantes. A disposição em livrar-se de quem tanto lhes servira por quase quatro séculos, através das artimanhas que se pretendia utilizar, demonstra com propriedade a presença em nosso meio de um sentimento que não brota repentinamente e muito menos é capaz de desaparecer da noite para o dia e, *ipso facto*, torna-se pertinente trazer essas questões em definitivo para o tempo presente, levando em consideração a atualidade dessas tendências.

O poder de penetração que essas tendências possuem nos mais diferentes segmentos sociais deve-se às contribuições prestadas pelos mais variados tipos de mito criados sobre o negro, ao longo dos anos que descreveram a história do Brasil, contando também nessa dimensão temporal com a presença constante e quase que a ele associada do recurso à utilização de estereótipos. Quanto a suas formas de se apresentar na topografia textual é um assunto que deixo a cargo do capítulo intitulado Estratégias Discursivas da Criação Literária, espaço que além das ações do mito também tratará com detalhamento as ações desenvolvidas pelo estereótipo.

JOAQUIM NABUCO, NA OBRA *O abolicionismo*, faz um mapeamento interessante sobre aspectos da vida brasileira no século XIX que contribuem para que se entenda os motivos pelos quais existe a formação de um *constructo* sobre o negro, levando-nos a compreender com mais abrangência e maior profundidade também as assertivas feitas por Berger e Luckmann sobre um construtivismo espontâneo que em grande medida dá sustentação às certezas que as pessoas em geral acreditam ter acerca da realidade que as cerca. Na citada obra, Nabuco destaca um repositório de expedientes punitivos e degradantes contra o negro que, por volta de 1883, ainda vigoravam, segundo ele, “legalmente”, embora o país vivesse já havia muitos anos sob a égide de uma Constituição, a de 1824, que em seu bojo promovia uma série de modificações no que concernia a práticas dessa

natureza que ela havia extinguido, o que demonstra o quanto o descumprimento de tais normas legitimava com especificidade as ações do homem branco em sua relação direta com o escravo.

Entre os tópicos expostos por Nabuco, destaco cinco que reproduzem com fidelidade a feição de uma conjuntura social norteadas por procedimentos que contribuem para a formação de noções preconcebidas:

A lei não marca máximo de horas de trabalho, mínimo de salário, regímen higiênico, tratamento médico, condições de moralidade, proteção às mulheres, em uma palavra, interfere tanto na sorte da fábrica de uma fazenda quanto na dos animais de serviço. [grifos meus]

Qualquer indivíduo que saia da Casa de Correção ou esteja dentro dela, por mais perverso que seja, brasileiro ou estrangeiro, pode possuir ou comprar uma família de escravos respeitáveis e honestos, e sujeitá-los aos seus caprichos. [grifos meus]

Os senhores podem empregar escravas na prostituição recebendo os lucros desse negócio, sem que isso lhes faça perder a propriedade que tem sobre elas; assim como o pai pode ser senhor do filho.

Os escravos são regidos por leis de exceção. O castigo de açoites existe contra eles, apesar de ter sido abolido pela Constituição; os seus crimes são punidos por uma lei bárbara, a lei de 10 de junho de 1835, cuja pena uniforme é a morte. [grifos meus]

O Estado não protege os escravos de forma alguma, não lhes inspira confiança na justiça pública; mas entrega-os sem esperança ao poder implacável que pesa sobre eles, e que, moralmente, os prende ou magnetiza, lhes tira o movimento, em suma os destrói.⁹²

Como é possível perceber, esse conjunto de disposições estabelece um nexo entre os planos legal e consuetudinário, de forma a revelar a preponderância deste sobre aquele, principalmente se partirmos do pressuposto de que não há nenhuma plausibilidade em sequer pensar na possibilidade de considerar como sendo legal qualquer pretensão em normatizar atitudes e comportamentos que contrariem a Constituição. Embora pelas informações prestadas por Joaquim Nabuco não seja possível fazer uma leitura exata do termo “legalmente” por ele empregado, o dado concreto é que o exercício contumaz das normas daquelas disposições, – por parte dos detentores das mais variadas formas de poder –, considerando que implica a insubmissão declarada de seus agentes a uma lei magna, denota que a visão geral que a época possuía sobre o panorama político e social, e da mesma forma, sua vigente concepção de mundo eram muito mais produtos do hábito em apreender aquela realidade como uma situação padronizada que propriamente de formas de agir, fundadas em leis estabelecidas. Não é necessário observar com muita atenção para se perceber que, em 1883 o país estava apenas cinco anos distante da Abolição e a presença de dispositivos desse vulto, legalmente ou não, mas de uma forma ou outra ainda vigorando como alternativa eficaz, reafirma a insignificante

⁹² Nabuco, *O abolicionista*, pp. 99-100.

densidade crítica do processo abolicionista e faz crescer a chance de levar a acreditar que o que ocorreu no Brasil não foi simplesmente escravidão: foi *apartheid*.

Sabemos que a promulgação de uma lei é competente para erradicar o teor legal de ações que contrariem princípios morais, religiosos, políticos ou sociais, mas não o é para atuar na área do sentimento e muito menos na missão de neutralizar comportamentos impostos por concepções arraigadas pelo hábito secularmente construído ao longo dos tempos, perpassando gerações e gerações, a ponto de serem interpretadas como anódinas disposições que contrariam o que ela mesma preceituou como ilegal. Dependendo do grau do investimento feito no sentido de contar com mecanismos que contribuam para que a conjuntura social não sofra alteração em sua *performance*, o sucesso desse expediente depende muito das contribuições prestadas por elementos extrínsecos aos fatos em si, como ocorre, por exemplo, com a linguagem empregada em sua reprodução como sói acontecer nos patamares histórico e literário. Dessa forma, pode-se chegar a visões de mundo sobre as quais se vai estruturar a linguagem que as reproduzirá, isto é, uma linguagem que denota que seus limites são os mesmos do mundo ao qual ela está a serviço, e *ipso facto* ela tenderá a ser controlada, controladora, oportunista, contida e apropriada, como a Literatura brasileira em certos momentos se comporta, a exemplo do que ocorre nas oportunidades em que ela ecoa esse tipo de proposta discursiva.

Por ser recorrente em nossa produção textual esta linha analítica proporciona ao leitor elementos que lhe permitem fazer ilações quanto ao teor subliminar do discurso utilizado. O que mais concretamente sustenta as possibilidades de inferências e fortalece as impressões de que a *performance* do texto é exatamente a meta pretendida é o desinteresse e a dificuldade que a classe dominante deste país sempre demonstra ter nas oportunidades em que é chamada a compreender e a assimilar o *ethos* da gente negra fora dos parâmetros, fora dos conceitos e fora da noção de cultura dominantes.

No entanto, a realidade da vida cotidiana não se resume apenas a uma absorção imediata dos eventos por parte do senso comum, de maneira a resultar em ações defectivas. Atinge também esferas dos acontecimentos que vão além do aqui e agora e, quando tal situação ocorre, estamos diante de um fenômeno que Berger e Luckmann classificam como “zonas distantes”, e é a caminhada na direção delas que tenho a intenção de postular. Ao se referirem às zonas distantes, a dupla de autores as define como parte da realidade da vida cotidiana, caracterizadas como sendo

zonas que não me são acessíveis [...]. Mas, ou não tenho interesse pragmático nessas zonas ou meu interesse nelas é indireto, na medida em que *podem ser potencialmente zonas manipuláveis por mim*. Tipicamente meu interesse nas zonas distantes é menos intenso e

certamente menos urgente. Estou intensamente interessado no aglomerado de objetos implicados em minha ocupação diária, por exemplo, o mundo da garage se sou mecânico.⁹³ [grifos meus]

E providencialmente Berger e Luckmann complementam, concluindo que, de uma maneira geral o nosso

conhecimento da vida cotidiana estrutura-se em termos de *conveniências*. *Meus interesses pragmáticos imediatos determinam algumas destas, enquanto outras são determinadas por minha situação geral na sociedade*. É coisa que não tem importância para mim saber como minha mulher se arranja para cozinhar meu ensopado preferido, enquanto este for feito da maneira que me agrada. Não tem importância para mim o fato de algumas ações estarem caindo se não possuo tais ações, ou de que os católicos estão modernizando a sua doutrina se sou ateu, ou que é possível voar sem escalas até a África se não desejo ir lá.⁹⁴ [grifos meus]

Portanto, partindo da premissa que as zonas distantes têm a possibilidade de ser manipuladas pelo homem, elas devem ser vistas como partes constitutivas daquelas situações em que a Literatura é chamada a intervir pela capacidade que tem em ajudar o homem a ser, a enxergar além do imediato e do tangível e a reconhecer ações que se devem imprimir sobre o mundo, pois é dessa forma que ela produz significações dialéticas.

*F*INALIZANDO, diria que, em linhas gerais, a pretensão maior na elaboração deste capítulo se encontra na expectativa que espero ter atendido no sentido de apresentar circunstâncias capazes de ampliar possibilidades que revelem aspectos congênitos do discurso histórico, na medida em que a “‘história’ nunca é apenas a história, mas sempre a ‘história-para’, a história escrita no interesse de algum objetivo ou visão intracientíficos”.⁹⁵ É exatamente a presença dessa componente de natureza ideológica destacada por Lévi-Strauss, não raramente prioritária nesse tipo de discurso, que em muito contribui para que seu registro sobre o negro resulte numa interpretação historicizante e perspectivista, levando o leitor a dele engendrar uma imagem que mais se aproxima de um *constructo* do que propriamente do agente possuidor de densidade social e histórica que ele em sua essência é.

Longe de se supor que a busca da inteligibilidade culmine na História como seu ponto de chegada, é inegável considerar o quanto esta ciência funciona como ponto de partida para a busca de

⁹³ Berger & Luckmann, *A construção social da realidade*, p. 39.

⁹⁴ Id., pp. 66-67.

⁹⁵ Lévi-Strauss, *O pensamento selvagem*, p. 293.

inteligibilidade, residindo aí a importância do texto histórico. Entretanto, sua capacidade de conduzir à inteireza das informações precisa ser avaliada com ponderação a fim de evitar que jamais se perca de vista a necessidade de se ter de olhar para além dela e, dessa forma, procurar conhecer não apenas como os fatos são, mas também conhecer como e por que eles vieram a ser do jeito que são. Desprovido desse tipo de determinação, o discurso histórico tende a disseminar sob as marcas da limitação acontecimentos de contornos muito mais amplos e de muito maior profundidade.

Os textos históricos utilizados como base das discussões levantadas foram trazidos para o debate por traduzirem um modelo sistematizado e sistematizante de abordagem, e também pela pertinência apresentada no tratamento que dispensam quando a temática em destaque é a escravidão e o negro. Considerando esta como a instituição responsável não apenas por engendrar o negro dominado, mas sobretudo por também ter engendrado o branco dominador e, juntamente com ele, uma mentalidade dominadora à qual ainda não conseguimos imprimir mudanças significativas, o meu entendimento é no sentido de que esses textos, pela adoção de linhas de abordagem indiferentes à presença dessas particularidades, contribuem de maneira decisiva para a manutenção do *establishment*. Apesar de abordarem a escravidão como a instituição social revestida de interesses econômicos que de fato foi, os textos de índole histórica revelam uma capacidade em investir na valorização de mitos, – uns, nascidos na esfera colonialista, e outros, imanentes à forma ou reavivados pelo conteúdo, – que associados à exploração de estereótipos, ajudam a compor uma malha de estratégias discursivas que, tanto quanto na Literatura, alimentam formas de discurso, e nesta perspectiva, quando o sujeito sob ênfase é o negro e o pano de fundo é o Brasil, ambas, Literatura e História, produzem, mais do que retratam seu devir de referência.

~~~~//~~~~

### 3 - Estratégias Discursivas da Criação Literária

O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta, o poder de que queremos nos apoderar.  
(Michel Foucault)

### 3 - Estratégias Discursivas da Criação Literária.

[...] ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo. Mais precisamente: nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis, algumas são altamente proibidas – diferenciadas e diferenciantes –, enquanto outras parecem quase abertas a todos os ventos e postas, sem restrição prévia, à disposição de cada sujeito que fala. (Michel Foucault)

**D**EPOIS DE ESTABELECIDAS as discussões acerca das características definidoras do discurso utilizado pelos textos de ênfase histórica e de suas variantes, condição que me propus a demonstrar como sendo uma componente preponderante desse tipo de produção, é chegada a hora de proceder a um desvio do foco e incidi-lo na direção dos textos literários, a partir da execução de um mapeamento e de uma análise detalhada dos elementos responsáveis pela possibilidade da existência de um entrecruzamento de atitudes discursivas encontráveis nos espaços da Literatura e das produções não-estéticas, sobretudo, na História.

No capítulo antecedente minha preocupação maior centrou-se na intenção de procurar revelar a dimensão do discurso representativo de um fluxo histórico, no que se refere ao ponto de vista da busca por ele empreendida no sentido de apelar para a utilização de expedientes, cujo acesso, uma vez alcançado, resulta em contribuições que se desenvolvem em favor da manutenção de interesses da classe dominante.

Visando robustecer ainda mais a consistência das questões levantadas pelas abordagens até aqui efetuadas, o destaque a partir de agora passa a ter como alvo o investimento que será feito no sentido de considerar-se os textos literários como principal objeto de distinção e, na estrutura deles, considerar a valorização do viés sociológico próprio das linhas de raciocínio e desenvolvimento comumente empregadas em seus tratados acerca de temáticas que, de forma mais ou menos incisiva, focalizam aspectos das relações do cotidiano no plano sócio-histórico. Evidentemente que, quando me refiro a textos que têm como fio condutor a representação dessa realidade social, estou predominantemente tomando por base o tratamento que eles dispensam à presença e à participação do negro dentro do arcabouço social, bem como estou referindo-me também às implicações que lhe são atribuídas nesse processo, independentemente do comportamento que o artefato estético produzido lhe confere, quer este comportamento lhe proporcione um papel atuante, quer lhe proporcione um papel

secundário. É preciso esclarecer ainda que entendo por viés sociológico uma dimensão desses textos à qual o olhar crítico quase nunca dispensa a atenção devida, mesmo porque, na maioria das vezes, a construção dessa dimensão se processa por meio de componentes dissimulados. O viés que receberá tratamento prioritário não será, a despeito disso, marcado por qualquer pretensão em transformá-lo num mecanismo de elucidação ou de deslindamento da obra. O objetivo visa, sim, considerar imperativos relevantes de sua condição de elemento englobante da constituição de sua estrutura estética, tanto em nível de fomento quanto de implicações que impregnam a sua conformação a ponto de preencher os requisitos que esta tese quer defender. Isto significa investigar na tessitura textual literária a presença de componentes que, embora sejam, em sua gênese de natureza não-estética, uma vez ali empregados assumem na plenitude esse estatuto, ultrapassam as fronteiras do eminentemente estético e, na medida em que dessa forma o fazem, provocam no campo extraliterário, – e de maneira específica, no que diz respeito ao social –, a possibilidade da formação e da construção de perfis do negro, plasmados sempre dentro de circunstâncias que procuram manter vigentes a moldura social historicamente hegemônica.

A partir do momento em que tais recursos deixam de ser exclusividade das abordagens de predominância histórica, eles vão apresentar-se também nos textos dotados de proeminência literária, lá desempenhando comportamentos semelhantes. Essa situação, por sua vez, acaba funcionando como um elo que vai permitir o desdobramento de discursos que irão proporcionar um diálogo entre estes textos e aqueles.

Independentemente do domínio ao qual o texto pertença torna-se interessante relacionar sua tessitura com a dimensão eidética do arcabouço social que o abriga, na medida em que é nessa direção que todas as discussões tendem a convergir, e é o tecido social – por meio de seus dispositivos de análise e mesmo de juízos de valor – que traduz opiniões e legítimos comportamentos dos diferentes segmentos que o compõem.

Priorizando uma consistência de teor sociológico como ponto de partida de uma discussão que se amplia num momento posterior e em função do leque de alternativas de visada que essa circunstância nos oferece, uma vez direcionado o foco para o *locus* literário, as possibilidades de demonstrar alguns nós do texto vão se desenvolvendo, tendo como referência a eleição da crítica sociológica como caminho a ser percorrido. A opção de penetrar nesse terreno encontra justificativa em sua capacidade em atender a uma proposta que visa destacar aspectos determinantes da configuração do texto. Nesse particular, a referência ocorre de forma mais objetiva pela presença de

aspectos externos que se fazem internos,<sup>96</sup> a ponto de possibilitar discussões sobre as marcas de determinados fenômenos literários. O que, entretanto, necessita ser ressaltado é que, neste trabalho, a análise sociológica do discurso literário vai estabelecer como fatores externos, propósitos sociais utilizados com fins ideológicos que se tornam internos à medida que migram para a topografia textual e nela se mobilizam como elementos estéticos, participando da elaboração de significações implícitas. Portanto, o horizonte que começa a delinear-se como centro das discussões é caracterizado inicialmente por uma proposta de abordagem que se configura a partir do exame da organização do edifício social, no que diz respeito às diferentes classes sociais e, dentro delas, da hegemonia comportamental de um segmento dominante, cuja presença implica na necessidade de se olhar para uma função de dominação que perpassa a estrutura social.

Ora, quando o escopo maior corresponde à adoção de linhas de raciocínio que incidem de forma direta sobre elementos englobantes de uma conjuntura construída a partir da valorização de aspectos hierárquicos da organização social, pensamos primeiramente num entrave que se nos apresenta, qual seja a impossibilidade de se poder contar com a contribuição de um lugar não-ideológico de onde poderia emergir toda e qualquer referência discursiva. Por conseguinte, falar de um lugar axiologicamente neutro é, na mesma proporção, pensara existência de uma condição inexequível, e *ipso facto* pode-se afirmar que a faculdade de expressão humana, dentro dessa perspectiva, está sempre ocultando ou dissimulando o exercício da dominação bem como o da própria violência. À proporção que esses comportamentos se concretizam, a realidade da vida cotidiana se metamorfoseia, adequando-se a situações que designo como sendo representações parasitárias que a Literatura imprime sobre o real, tendo em vista o recurso que ela empreende na direção da tomada de atitudes ideológicas que, uma vez adotadas, mascaram a realidade e submetem ao engajamento de comportamentos estéreis. Como consequência, o feito a ser traçado por este trabalho começa a exigir que se confira ao termo ideologia algumas condições segundo as quais ele será explorado de maneira a atender propostas conjunturais específicas, para que só a partir de então possamos a ele recorrer como elemento primordial da minha predileção pela análise crítico-sociológica.

///

---

<sup>96</sup> Candido, *Literatura e sociedade*, p. 4.

### 3.1 – *Perspectivas ideológicas*

Do PONTO DE VISTA etimológico o termo ideologia, por si só possui múltiplas e amplas acepções, condição que o eleva à categoria de elemento controverso. Todos somos sabedores das exigências que a expressão –, pela sua própria abrangência –, impõe para ser traduzida com exatidão, o que, às vezes, torna necessário precisá-la; entretanto, a despeito disso, não há interesse em discutí-la neste nível e muito menos em estabelecer sobre o termo um debate que trace uma trajetória que venha de seus primórdios até a mais recente possibilidade de interpretação. Respeito e não vou deixar de considerar nenhum dos mais diferentes significados atribuídos à noção de ideologia aos quais estamos todos acostumados a lidar no cotidiano; contudo, para uma consistente adequação aos ditames deste trabalho, eles serão apreciados como elementos englobantes de uma discussão muito mais ampla, não apenas por tudo o que a expressão em si encerra, mas, sobretudo pelas implicações que causam no terreno da pragmática. Ademais, assim o farei, principalmente, pela pluralidade de situações que também envolvem as circunstâncias inerentes às relações sociais em que o negro se apresenta como elemento participante, resultante que procurarei explicitar de maneira oportuna e pontuada ao longo do tratamento dispensado às diferentes noções com as quais os conceitos de ideologia se permitem harmonizar.

Sem pretender polemizar e muito menos abdicar da inevitabilidade de buscar uma forma de pensar e adotar o termo de maneira compatível com os contornos do quadro que me proponho a descrever, opto como entendimento primeiro por sua associação, não a um significado singular, mas a uma concepção, a uma compreensão, a um espectro que o capacite a revelar, de formas múltiplas, comportamentos sociais cotidianos marcados pela diversificação. Embora sejam partes de uma realidade, esses comportamentos refletem e retratam uma outra realidade, podendo, por vezes, distorcê-la, ser-lhe fiel ou apreendê-la a partir de um ponto de vista específico, advindo daí a opção por uma proposta de aplicar-se à apreensão do termo, num primeiro momento, uma noção marcada pela multifuncionalidade.

No que concerne à perspectiva ideológica, o acolhimento da idéia de que, para os horizontes desta tese, é muito mais conveniente considerar uma pluralidade de significados do termo do que partir somente do privilégio de uma significação unívoca encontra sustentação, também, no grau de dilatação e alcance das ocorrências nas quais o negro se vê envolvido na realidade de seu cotidiano, no que se refere à dimensão de suas inter-ações e de suas relações com o branco. Mesmo nas oportunidades em que as práticas sociais apresentam algum tipo de limitação, a sua capacidade de

produzir efeitos objetivos marcados por uma profundidade que via de regra é dotada de proporções consideráveis, – priorizando a não-assimilação da presença do negro no tecido social por parte dos componentes brancos da sociedade –, sempre apresentará uma ou outra maneira de traduzir um sentimento de rejeição que o discrimina, e que, em alguma medida, será também a tradução de uma postura comportamental ideológica. O que pretendo explicitar com proposições dessa natureza é o quanto é conflituoso o *modus vivendi* do negro no que tange o ponto de vista da convivência com a classe dominante dentro da engrenagem social. É óbvio que o caráter conflitante dessas relações só se verifica nas oportunidades em que o negro não admite submeter-se às condições que visam manter o *status quo*. Nessa esfera de comportamentos, conflito pressupõe insubmissão, na exata medida que ausência de conflito significa passividade.

Com base nesses princípios, quero demonstrar que a realidade vivida pelo negro no cotidiano, por ser muito matizada, para se fazer representar literariamente, necessita de mecanismos capazes de aproximá-la da realidade factual; para isto, exige o acesso a artifícios discursivos que sejam dotados do mesmo teor performático que caracteriza esses mecanismos aos quais a realidade recorre. Em sendo assim, não posso dispensar pela ideologia como circunstância, uma visão reducionista, mesmo porque, embora seja muito simples a adoção de um significado de manual, a própria índole do trabalho, mais do que de uma perfeita definição do termo, necessita realmente de que o olhar direcionado sobre ele seja mais depurado, mais amplo, possibilitando que ele seja, acima de tudo, transtematológico.

Quando pesquiso o tema sinto que uma diversidade de significados me é colocada à disposição. É amplo o leque das formas possíveis de percepção do termo a ponto de remeter-me, inclusive, a conceitos que associam ideologia a planos distintos como o metafísico, o material, o social, o psicológico, entre outros.

Uma consulta cuidadosa sobre o tema apresenta como resultado mais corriqueiro, e nem por isso de menor valor, a noção imediata de que ideologia, em princípio, é aquilo que se funda em idéias. A partir de então o conceito começa a evoluir pelo fato de agregar para si elementos de índole filosófica, cultural, religiosa e outras que contribuirão para que cada vez menos possamos reduzi-lo a um conceito unívoco e cada vez mais devamos perceber sua forma multifacetada.

Um dos primeiros sintomas da evolução do conceito de ideologia manifesta-se no surgimento de uma dicotomia ao nível do sentido, ou seja ela começa a ser entendida em vista da atribuição que se lhe faz de um sentido positivo e de um sentido negativo.

Observando o que dizem alguns dos inúmeros especialistas e estudiosos do assunto, percebo o quanto eles diversificam os conceitos da mesma forma que às vezes os aproximam, à medida que mantêm determinados aspectos inerentes à índole do tema. A começar por Marilena Chauí, – sem que esta escolha como ponto de partida signifique qualquer tipo de organização cronológica –, se pudesse fazer uma síntese de seu trabalho, diria que, em tese, ela vê ideologia como sendo

[...] um fato “social” justamente porque é produzida pelas relações sociais, possui razões muito determinadas para surgir e se conservar, não sendo um amontoado de idéias falsas que prejudicam a ciência, mas uma certa maneira da produção de idéias pela sociedade, ou melhor, por formas históricas determinadas das relações sociais.<sup>97</sup>

Já Carlos Vogt, por sua vez, prefere dispensar pela ideologia um raciocínio que designa

tanto os sistemas de idéias-representação sociais (ideologias no sentido restrito) como os sistemas de atitudes e comportamentos sociais (os costumes) e não necessariamente como sinônimo de “má consciência” ou “mentira piedosa”, embora possa se dar o caso de que esta última acepção se aplique ao que vamos apresentar.<sup>98</sup>

A parte conclusiva da citação de Carlos Vogt corrobora minha opção por explorar o termo dentro de uma certa diversificação, muito embora entre a minha proposta de trabalho e a dele não se estabeleça a menor relação de conformidade. Nota-se que se evidencia em suas palavras uma preocupação em não priorizar uma designação reducionista, na medida em que, embora de certa forma designando, ele deixa alternativas para recorrer a outras possibilidades de interpretação, caso ao longo de seu trabalho essa necessidade venha a configurar-se.

Avançando um pouco mais no sentido de constatar outras linhas de raciocínio às quais me refiro, vamos deparar com conceitos universalmente conhecidos e reconhecidos, como, por exemplo, os formulados por Marx e Engels<sup>99</sup>.

Embora Marx não sistematize de forma delimitada a sua concepção sobre o assunto, defrontamos constantemente com a presença dessa questão em sua obra, condição que nos autoriza a interpretar a visão marxista como uma proposta que, em tese, embasa a noção de ideologia no entendimento das relações sociais, – aspecto que perpassa todas as designações –, vistas predominantemente como relações de produção. É a partir dessa consideração que Marx se posiciona, ora estabelecendo ideologia como sendo a propagação das idéias dominantes em uma época, e nesta perspectiva, as idéias são consideradas como a tradução das idéias da classe

<sup>97</sup> Chauí, *O que é ideologia*, p. 31.

<sup>98</sup> Vogt, *Linguagem, pragmática e ideologia*, p. 130.

<sup>99</sup> Marx e Engels, *Conceitos de ideologia* In: *A ideologia alemã*, p. XXI.

dominante; ora como sinônimo de falsa consciência, sendo possível ainda encontrar nele uma acepção muito próxima da primeira, que estabelece o termo com elemento representativo de idéias, principalmente daquelas provindas da tradição que, por assim o serem, impedem a transformação social.

Quanto a Engels, co-partícipe da obra, seu entendimento de ideologia traduz-se como sendo uma maneira especial de pensar, como uma falsa consciência em que os motivos determinantes permanecem inconscientes, apesar de demonstrar também que esse inconsciente, por vezes, não é tão inconsciente assim. Tal definição coloca-o numa rota divergente quanto à visão de Carlos Vogt, mas, além de uma possibilidade não inviabilizar outra, ainda confere maior consistência ao objetivo de demonstrar que nessa discussão, a eficácia será maior sempre que se puder contar com uma diversidade de significações.

Outra interessante noção de ideologia que devo considerar, tendo em vista sua capacidade de ir ao encontro de minha proposta de trabalho pode ser encontrada na ótica de Antonio Candido, na medida em que sua forma de ver está associada de maneira objetiva à estrutura do *locus* literário. Para Candido, a ideologia pode ser “um desígnio consciente, que pode ser formulado como idéia, mas que muitas vezes é uma ilusão do autor, desmentida pela estrutura objetiva do que escreveu”,<sup>100</sup> muito embora geralmente a “função ideológica se torne mais clara nos casos de objetivo político, religioso ou filosófico”.<sup>101</sup>

Como de certa forma já venho pontuando, juntamente com as abordagens mais objetivas sobre as diferentes possibilidades de conceituar ideologia, a pretensão de considerá-la inicialmente a partir de uma pluralidade, apresenta também, como razão de ser, aspectos retirados dos estudos desenvolvidos por Louis Althusser<sup>102</sup> no que diz respeito a sua tese desenvolvida sobre os aparelhos de Estado, quer sejam eles repressivos – governo, polícia, exército, tribunais, administração e prisões, entre outros –, quer sejam eles, eminentemente ideológicos, como Igrejas, escolas, sindicatos, imprensa, família e demais instituições presentes na sociedade civil. Embora na perspectiva althusseriana os aparelhos repressivos funcionem predominantemente através da violência, em minha maneira de entender, o que dá sentido à repressão é a sua capacidade de organizar-se a partir de uma necessidade em estabelecer, como referência, interesses e princípios ideológicos, antes de entregar-se à obtenção de efeitos práticos. Portanto, pensar nos aparelhos de Estado, repressivos ou ideológicos, como faz Althusser, significa também pensar em diversidade de

---

<sup>100</sup> Candido, *Literatura e sociedade*, p. 56.

<sup>101</sup> Id. ib.

<sup>102</sup> Cf. Althusser, *Aparelhos ideológicos de Estado*.

ações ideológicas. Baseados na presença dessa diversificação conjuntural é que também se diversificam os interesses ideológicos, razão pela qual estou partindo, em princípio, de uma linha de raciocínio mais ampla. Notadamente, os interesses ideológicos nos quais se sustenta um aparelho como a imprensa, por exemplo, tendem a ser muito diferenciados dos interesses de uma instituição prisional. O que pretendo dizer com uma abordagem dessa natureza é que interesses específicos estabelecem específicas formas de agir e pensar ideologicamente. É em função dessa perspectiva que entendo que o tratamento dispensado ao negro dentro do tecido social nas relações cotidianas torna-se multifacetado, muito embora todos eles estejam consubstanciados numa mesma proposta de discriminar e preconceituar.

Todas as situações até aqui mapeadas acerca das possibilidades de múltiplas leituras que o termo ideologia me sugere fazer, de certa maneira colocam-me diante de autênticas armadilhas que só poderão ser desfeitas a partir da adoção, não de uma marca que o identifique com base em determinantes formais, mas de um entre tantos traços por ele apresentados. Depois de consideráveis observações, chego a uma situação que me posiciona ante uma inevitável necessidade de definir ou mesmo de fazer um recorte epistemológico que traduza uma noção que entendo ser capaz de exprimir com maior adequação o tratamento que irei dispensar à questão da ideologia. Como não pretendo ser reducionista e estou estabelecendo como âncora o recurso a mecanismos ideológicos em virtude de uma função de justificação, atuante não somente no que diz respeito aos interesses de uma classe, mas fundamentalmente numa classe dominante, minha preferência pela definição do fenômeno ideológico tem como escopo ir ao encontro de uma análise baseada em termos de classes sociais e, dentro dessa conjuntura, das ações imprimidas pela classe dominante, procurando atingir dessa forma um conceito que corresponda a essa análise. Dentro dessa linha de pensamento, convém valorizar aqueles aspectos mais inclinados a demonstrar de quais formas a Literatura articula a visão e o entendimento de uma conjuntura social, tomando por base a presença, nela, do apelo a mecanismos ideológicos, considerando como *conditio sine qua non* nessa perspectiva a imperiosidade de se mediatizar a interesses de natureza dominantes a noção de ideologia que venha a ser adotada. Portanto, a concepção de ideologia que mais contribuições presta à atividade literária em seu papel de recompor e de reinterpretar nossas heranças culturais e transmitir uma visão da história e do mundo, a partir da utilização de discursos representativos das relações entre classes sociais, e que por esses motivos, a partir de agora, nelas estou centrando minhas abordagens, é aquela que prioriza na dimensão ideológica da qual a Literatura se vale sua capacidade em desempenhar funções básicas de simulação pela ocultação. É este o requisito que a capacita a erigir acontecimentos que constroem situações de aparências universais e eternas e, porque assim se configuram, são interpretadas por

determinações históricas com aspectos de evidências empíricas resultantes de impressões de sentido único e verdadeiro. No atendimento dessa perspectiva, o sentido que se lhe ajusta de forma mais emblemática é o de propagação de idéias dominantes em uma determinada época, associada ao de falsa consciência da realidade, – estando automaticamente embutida nesta forma de ver, a função de representante das idéias da classe dominante. Porque esta é a acepção mais favorável à estrutura literária para ela caracterizar como natural, o que em grande medida é produzido pela História.

///

### 3.2 – O silêncio como condição

COLOCANDO UM POUCO À MARGEM as questões relativas à ideologia, mas, nem por isso, delas buscando afastamento por completo, trago para apreciação no terreno das discussões outro elemento muito explorado pela criação literária como expediente estético ou como estratégia discursiva: o silêncio.

Sem dúvida, o que mais chama a atenção entre as características encontradas no silêncio é sua curiosa capacidade em atuar de forma impactante, sem se pronunciar. Contribuindo com a composição de uma conjuntura em que as impressões mais incisivas, em princípio, assim se configuram, justamente pelo seu poder de articulação, ou seja, a conjuntura literária, o silêncio nela transita como um ente que não se expressa, mas, principalmente como um ente que significa, sendo, portanto, indispensável à significação, que é o ato de sua dimensão fundante. Não há como mensurá-lo a não ser por seus efeitos retóricos, políticos, interpretativos ou ainda pelos muitos modos apresentados, sempre sob a custódia da elipse e do implícito, que ele utiliza para construir suas significações. Quando a matéria em pauta é o silêncio, não dispomos de marcas evidentes, mas apenas de sintomas, de sinais ou de pistas, como alguns dos responsáveis pela formação de um conjunto de circunstâncias que justificam as afirmações de Orlandi, em cujo entendimento manifestado sobre o tema evidenciam-se as potencialidades deste elemento em comportar-se como algo que, mesmo sem existir, vai existindo ou como um nada que consegue ser tudo:

o silêncio não é diretamente observável, e, no entanto, ele não é o vazio, mesmo do ponto de vista da percepção: nós o sentimos, ele está “lá” (no sorriso da Gioconda, no amarelo de Van Gogh, nas grandes extensões, nas pausas). Para torná-lo visível, é preciso observá-lo *indiretamente* por métodos (discursivos) históricos, críticos, des-construtivistas.<sup>103</sup>

Demonstrando uma intenção em ampliar suas impressões sobre a capacidade de auto-(re)velar-se encontrada no silêncio, Orlandi ainda acrescenta que é “por fissuras, rupturas e falhas que ele se *mostra*, fugazmente”.<sup>104</sup> [grifo meu]

Em linhas gerais o silêncio aparece como um objeto de reflexão de diversas teorias e em qualquer uma delas nos coloca diante da dicotomia dizível e indizível provocada pelo emprego de suas várias formas capazes de produzir seus diferentes sentidos. Por intermédio desses atributos, o silêncio cria formas de representações do mundo. E é devido a essa capacidade que lhe é congênita

<sup>103</sup> Orlandi, *As formas do silêncio*, p. 47.

<sup>104</sup> Id., p. 48.

que ele se credencia como uma fonte a ser explorada como componente de um repositório de mecanismos encontrados na tessitura literária, nela atuando de dissimuladas maneiras, por meio das quais o artefato produzido pela Literatura assume feições controversas como as que estou tratando na oportunidade, abrindo espaço para a pretensão em analisá-las sob o viés crítico.

Quando me refiro às formas do silêncio quero dizer que, na mesma intensidade que a ideologia, o silêncio também tem matizes, também tem dimensões. Igualmente, o silêncio manifesta-se de formas diferenciadas, e a forma de silêncio que mais interessa é aquela ligada a sua dimensão política, isto é, a dimensão do silenciamento porque esta é a que melhor dá sentido a minha proposta crítica. É nessa dimensão que se encontra toda a problemática de “cercear” a palavra, de “tirar” a palavra, de “conduzir” a palavra, a partir dos atos de obrigar a dizer, de fazer calar, da interdição de dizer, enfim, de silenciar ambígua e intencionalmente. É esta a dimensão do silêncio que, uma vez atendendo ao retorismo da dominação, converge para aquela situação que Kovladoff interpreta como o “silêncio da oclusão,”<sup>105</sup> uma forma que, em meu entendimento, também se apresenta impregnada de teor ideológico e que, ainda segundo o pensamento de Kovladoff, com o qual comungo,

constitui um corte interpretativo no campo total do inteligível. Pode nomear algo de certo modo, somente com a condição de que silencie alguma coisa, também de certo modo. Na linguagem do hábito jaz – justamente silenciada – uma dimensão de sentido do real que, como matiz, é decisiva para a compreensão do valor da existência.<sup>106</sup>

É esta a conformação do silêncio que entendo estar evidente nas narrativas que trazem a presença do personagem negro, estabelecendo como referência básica as condições de atuação desse personagem, já tratadas ao longo das abordagens anteriormente efetuadas. Um silêncio que não se faz mais ou menos atuante pela presença das palavras, mas pela omissão delas, erigindo uma condição onde, como prossegue afirmando Kovladoff, a prescindência de palavras que “provêm, usualmente, da garganta do hábito, do dogma e do preconceito – três manifestações de uma mesma e angustiante necessidade”–,<sup>107</sup> permite que o discurso, lugar teórico catalisador do encontro da materialidade da linguagem com a materialidade da história, contando, sobretudo, com o valor expressivo da ideologia, construa o imaginário necessário na produção dos sentidos. Esse silêncio não é apenas a representação de uma ausência ou de um vazio; mais do que isso é o reflexo da rejeição e do velamento de um discurso possível, porém, estrategicamente evitado, “como se disse, pelo medo,

<sup>105</sup> Kovladoff, *O silêncio primordial*, p. 24.

<sup>106</sup> Id. ib.

<sup>107</sup> Kovladoff, *op. cit.*, p. 21.

pelo hábito ou pelo preconceito.”<sup>108</sup> Um discurso que não tem por objetivo apenas calar, mas que, acima de tudo, visa fazer dizer uma coisa para impedir que outras sejam ditas. Ele se apresenta com o objetivo de encobrir o real, ocultando ou negando situações que, em princípio, poderiam ser explicitadas como “a mentira, o delito, o não sabido, o tácito, o que se abriga na simulação e, ainda, o que talvez com demasiada leviandade costumamos chamar de *inconsciente*”<sup>109</sup> [grifo meu]. A citação de Kovladoff com muita propriedade confere ao vocábulo silêncio uma configuração que passa a requerer que se lhe dispense um tratamento apropriado a elementos de natureza eminentemente ideológica, sendo esta a razão pela qual sua exploração se justifica como componente da discussão a ser desenvolvida.

Ao abrir mão de enunciados que poderiam ser proferidos e de idéias que poderiam ser problematizadas, o silêncio da oclusão realmente encobre situações e emudece vozes, mas muito provavelmente também contraria suas próprias pretensões porque, visto por outras óticas, inquieta, incomoda e desestabiliza. É justamente acerca da quase-inexistência dessas outras possibilidades de leitura que esta tese pretende desenvolver-se, com o intuito de demonstrar que elas se fragilizam no texto a partir da presença marcante, nele, do atendimento às mais variadas propostas ideológicas.

Enfim, o silêncio a ser explorado neste trabalho não se trata daquele de que o texto se nutre para expressar-se, para ajustar-se ou para realizar-se como objeto estético representante de uma realidade exterior, mas do silêncio que, prioritariamente, visa atender a pressupostos ideológicos dominantes. O silêncio que quer engendrar um silenciado a ponto de se lhe conferir uma conseqüente condição de subalternidade que, em certa medida consegue porque este silêncio, mais do que funcionar como um ente literário, funciona como uma eficaz ferramenta ideológica.

Esse mecanismo é encontrado de maneira recorrente nos textos literários onde a presença de personagens negros se faz notar e, por isso, em situações como essas, “a condição de subalternidade é a condição do silêncio.”<sup>110</sup> Encontrado quase sempre submetido a artifícios discursivos que o amordaçam – em especial por ter obstaculizados os acessos ao discurso direto – o personagem negro passa a carecer “necessariamente de um representante por sua própria condição de silenciado.”<sup>111</sup> Esta situação o transforma num “objeto nas mãos do seu procurador, o que o impede de se subjetivar plenamente.”<sup>112</sup> Seu contorno e sua estatura a partir de então, começam a ser delineados e legitimados “por outra pessoa que assume o seu lugar no espaço público, essencializando-o como o

---

<sup>108</sup> Kovladoff, *O silêncio primordial*, p. 25.

<sup>109</sup> Id., p. 9.

<sup>110</sup> Carvalho, *O olhar etnográfico e a voz subalterna*, p. 120.

<sup>111</sup> Id. ib.

<sup>112</sup> Id.

lugar genérico do outro do poder.”<sup>113</sup> Visto por esta ótica, o texto literário associa-se de maneira bastante harmoniosa ao texto histórico, com ele dialoga e imiscui-se pacificamente, e por meio dos apelos ideológicos presentes, tanto num quanto noutro, contribui para a confecção de uma moldura que mantém o negro numa esfera de dimensões excessivamente limitadas.

///

---

<sup>113</sup> Carvalho, *O olhar etnográfico e a voz subalterna*, p.120.

### 3.3 – A presença do mito

O APELO À IDEOLOGIA E AO SILÊNCIO já trabalhados até aqui, de maneira alguma significa a limitação das estratégias discursivas empregadas no desdobramento das narrativas de cunho literário que têm a intenção de fazer uso delas na produção de artefatos que, pela presença desses elementos, acabam por mostrar em suas tessituras aspectos capazes de contribuir para a manutenção da hegemonia da classe dominante.

Prosseguindo na busca da distinção desses mecanismos de que a Literatura dispõe, na perspectiva considerada deparamos com a presença do mito. Embora de certa forma já tenha feito algumas referências sobre esse recurso no capítulo anterior, desta feita o tratarei com mais especificidade por entender que este espaço é o mais adequado para se alcançar a dimensão do termo que minha pesquisa requer. Acontece, porém, que, se naquela oportunidade o enfoque dado sobre o mito foi direcionado de maneira a atender objetivamente propostas de caráter histórico vinculadas a ações práticas realizadas no cotidiano, muito bem acomodadas a uma visão extratextual, absolutamente despidas de quaisquer preocupações em revelar a contundência que pode ser explorada por um investimento estético, a meta a partir de agora é no sentido de valorizar uma concepção que seja pertinente a uma visão mais detalhada, procurando atender a necessidades que só os misteres do organismo literário por via de regra costumam requerer, uma vez consideradas algumas importantes significações do termo.

O capítulo antecedente tratou do tema explorando-o segundo uma conceituação proposta por Gilbert Durand, que confere ao mito valores correspondentes aos que são concedidos por uma “representação simbólica que expressa pensamentos, culturas e visões de mundo, projetando o imaginário coletivo no simbólico e vice-versa.” Entretanto, como desta feita surge o interesse em examiná-lo consoante ao atendimento a determinadas expectativas concernentes à topografia literária, entendo ser mais conveniente valorizar uma concepção que demonstre ter capacidade para interagir com especificidades estéticas encontráveis no campo da Literatura. Como não vejo grande necessidade em raciocinar com uma variedade muito ampla de significações, mesmo porque a pesquisa realizada sobre o termo me convenceu que apenas um número reduzido entre suas significações ajusta-se de maneira harmoniosa à vertente estratégica que desejo examinar, pelos mesmos motivos, também não julgo relevante empreender uma vasta discussão sobre o termo. Pensando dessa maneira, acrescentarei à noção de Gilbert Durand acima referenciada apenas mais uma forma de ver e pensar o mito, levando em consideração o fato de que esta outra concepção, ora a

ser apresentada, possui como principal característica um vínculo muito estreito com uma dimensão antropológica, no sentido de qualificar valores físicos, residindo exatamente nessa variante a condição que a torna adequada às pretensões das observações a serem verificadas.

Estabelecendo-se a partir da concentração de mecanismos que a afastam da concepção proposta por Durand, com ela mantendo, no entanto, consideráveis traços de afinidade ao nível do imaginário, a noção de mito à qual me refiro, se manifesta, tendo como elemento fundante seu viés antropológico. A opção por ela como referência de compreensão adequada para associar-se à concepção anterior é uma forma encontrada para conferir maior consistência às idéias que estou procurando defender. Tal opção encontra razão de ser no fato de, neste caso, apesar de mantidas certas identidades, provocar uma ampliação de seu sentido, fenômeno responsável por sua retirada de um espaço circunscrito a uma noção mais estritamente metafísica, aumentando dessa forma as possibilidades para que o mito não seja prioritariamente reconhecido apenas a partir de um sentido quase unívoco. O que se busca assim é a oportunidade para que se lhe permita ser reconhecido também em função de sua capacidade em comportar um “sentido *antropológico*, no qual essa narrativa é a solução imaginária para *tensões, conflitos e contradições* que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da *realidade*”<sup>114</sup> [grifos meus].

Conforme enfatizado há pouco, os objetos estéticos produzidos pela Literatura, que apresentam entre as suas diversas dimensões pelo menos uma que se mostre comprometida com uma proposta de contemplar conteúdos mediatizados pelo desdobramento das in-ações de personagens negros, no que concerne a esta particularidade são, *ipso facto*, tributários de ocorrências de situações que postulam sentidos, – embora nem sempre assim seja percebido –, tendo em vista o tratamento que comumente esse tipo de produção lhes dispensa, tanto no que diz respeito às possibilidades proporcionadas pelo plano da história<sup>115</sup>, quanto no que diz respeito às proporcionadas pelo plano do discurso<sup>116</sup>. Ora, como consequência natural do processo de criação, a condição de postulante de sentidos presente nos artefatos literários que primam por esse comportamento elabora um importante nível dos textos, que é o da complexidade, e como essa postulação não se manifesta com a clareza a que estamos acostumados a encontrar nas evidências objetivas, ela vai manifestar-se, então, sob os apelos da etiqueta tácita. Para que esta condição seja observada e apreendida em sua plenitude, é indispensável atender aos ditames de uma peremptória exigência gerada por tal complexidade, o que implica a imposição de se desenvolver sobre o artefato literário uma leitura que seja resultante de ações

<sup>114</sup> Chauí, *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*, p. 9.

<sup>115</sup> Neste caso o vocábulo história corresponde ao nível estrutural da narrativa composto por personagem, enredo e espaço.

<sup>116</sup> Aqui o vocábulo discurso corresponde ao nível estrutural da narrativa composto por narrador, tempo e ambiente.

norteadas por uma predisposição só encontrada em alguém que se propuser a fazer do ato da leitura, um ato de *démarche*. Caso contrário, a tendência é que a leitura não ultrapasse os níveis do imediato e do tangível, articulados pela preponderância de sentidos que, de certa maneira, são delineados já no ato da criação.

O sentido antropológico que reivindica reconhecimento na concepção de mito que ora apresento, não exclui nem minimiza a importância da componente imaginária que lhe é adjacente, quando, na estrutura em que eles se encontram, o convite ao imaginário também pode atuar como contributo de deslindamentos de conteúdos literários. Da mesma forma, a presença desta componente não implica na exclusão daquele sentido, sucedendo, entretanto, que o realce conferido ao domínio da vertente antropológica acaba credenciando essa variante como um meio capaz de problematizar e mediar pontos de vista sobre efeitos práticos distinguidos pelo discurso. Esses efeitos, por sua vez, acontecem como resultado da ocorrência de situações muito especiais, a exemplo daquelas que só uma dimensão antropológica tem capacidade de articular com a realidade social, muito embora nesse processo articulante a realidade social demonstre ser incapaz de resolver tensões, conflitos e contradições engendrados no decorrer do cotidiano. E para mascarar tal incompetência e apresentar uma resposta compatível com os interesses da classe dominante, a Literatura, nesses casos, dá a impressão de se deixar nortear de forma decisiva pelos ditames do imaginário. Por esses métodos, faz dele a saída para resolver questões nascidas no âmago das malhas das relações sociais cotidianas que, por serem profundamente alicerçadas em predisposições de origem biotipológicas, como expressa a própria concepção de mito à qual trago para enfoque, o mais coerente seria que ela dispensasse por essas circunstâncias um tratamento caracterizado por contornos diferenciados dos que normalmente são os por ela adotados.

O que se espera das relações marcadas pela tensão, pelo conflito e pelas contradições é que elas sejam apanágio de uma conjuntura preponderantemente fundada em atitudes comportamentais práticas e não imaginárias, e como tais, fundantes de resoluções objetivas que melhor irão adequar-se a tomadas de decisões sustentadas por semelhantes formas de pensar os acontecimentos. Em condições normais, a vida é tensa, a convivência diária é conflituosa, o mundo é contraditório e caótico, marcas que implicam relações de dominação e de resistência, implica adaptação ou resistência a hierarquizações, e é esse conjunto de elementos que se responsabiliza por gerar situações que tendem a tornar-se muito mais incisivas nas ocasiões em que as relações interpessoais se estreitam de maneira acirrada, em vista da colisão imposta pela disputa natural de interesses e de espaços comuns. Portanto, com base nessas evidências, percebemos que só mesmo medidas frontais são capazes de apontar soluções ou de aparar arestas engendradas por situações dessa natureza.

Acontece, porém, que um conjunto de ações que persegue a verdadeira solução de problemas dessa ordem, ou seja, de grande profundidade social, também procura preservar interesses e, em se tratando de priorizar preservação de interesses, a solução mais comumente adotada, quase sempre, é aquela que, embora não resolva de fato, procura colocar em harmonia substâncias que naturalmente não se coadunam.

É preciso deixar muito evidente que minha pretensão não é a de querer demonstrar que o simbólico e o imaginário sejam incapazes de atuar de maneira eficaz na formação da mundividência do leitor em sua relação com o artefato literário; muito pelo contrário, mesmo porque, na mais ampla medida, ambos, o simbólico e o imaginário, são entidades congênicas ao fazer literário; portanto, as noções de simbolismo e de representação imaginária a que me refiro são aquelas que se encontram embutidas na conjuntura mítica. O que pretendo, sim, é demonstrar o quanto, numa tessitura literária, o apelo a esses elementos míticos, quando valorizados a partir de uma dada preponderância, minimizam a capacidade decisória de personagens, neutralizam as ações de referências tácitas e bloqueiam o poder impactante de uma dimensão crítica do texto. Uma vez considerado em sua plenitude, o sentido antropológico reivindicado pela concepção de mito que se agrega à noção apresentada por Gilbert Durand transforma em ativos desdobramentos de recepções normalmente adeptas de certa passividade e amplia as possibilidades de visão que se pode construir sobre a realidade exposta pelo objeto estético literário, à proporção que se constitui como um aspecto capaz de conferir aos fatos relatados um pouco mais de visibilidade e uma quantidade maior de realismo, proporcionando com isso, muito mais elementos para reflexão.

///

### 3.4 – A modelação pelo estereótipo

TRATA-SE DO ESTEREÓTIPO a figura que por derradeiro mostro como mais um representante das estratégias empregadas pelo discurso literário em seu empreendimento de desdobrar conteúdos e técnicas formais a partir da utilização de métodos que lhe possibilitem disseminar idéias produzidas pelas criações que contribuem para a manutenção do *establishment*.

No que diz respeito à utilização do estereótipo como recurso intencionalmente empregado com o objetivo de modelar a figura do negro, convém lembrar que, embora sua elaboração em grande medida também dependa do resultado de ações práticas, as condições em que ele vai desenvolver-se de maneira mais percuciente são exatamente aquelas que lhe são proporcionadas pelo espaço da topografia textual. Tendo em vista que sua função básica é deformadora, para se instituir em sua plenitude o estereótipo necessita contar com a presença de uma razão preexistente à qual ele dará novas inflexões, centradas todas em idéias preconcebidas, alimentadas pela falta de um conhecimento mais apurado que se tem da realidade acerca do assunto sob enfoque, portanto, em circunstâncias contrárias às do mito que, por ser de índole formadora, mais irá consagrar-se como tal, à medida que mais puder levar em conta a prática de uma tradição oral. Por esses motivos a topografia textual acaba caracterizando-se como o espaço ideal para a difusão de discursos estereotipados, tendo em vista a própria índole da estereotipia, cuja essência é produto do desdobramento de um processo semelhante ao trabalho do filigranador, o que, no entanto, não significa dizer que os discursos míticos, ao utilizar os textos como veículos de expressão, nele também não sejam desenvolvidos a contento.

O estereótipo é um ente de caráter social e por assim ser, liga-se a um número bastante grande de contingências próprias do arcabouço social em que ele é empregado, a exemplo da ideologia, do preconceito ou da noção de alteridade, só para citar uns poucos exemplos de sua capacidade de relacionar-se com outras variantes. Muito embora qualquer um desses elementos exemplificados ou outros de natureza semelhante não raramente possam vir a ser encontrados fazendo parte da mesma conjuntura em que podemos encontrar um estereótipo, para atender à perspectiva deste trabalho o sentido do termo a ser adotado assim o será em função da aliança espontânea e harmoniosa que tal artifício, de maneira objetiva e decisiva em sua maneira de ser, estabelece com duas circunstâncias que, a rigor, nunca se lhes dispensam o devido tratamento, no âmbito das discussões que norteiam as relações sociais, quer sejam as que vigoravam em tempos de Brasil-colônia, quer sejam as vigentes no dia-a-dia dos tempos subseqüentes.

Uma das circunstâncias trata-se do indeclinável empreendimento que deve ser feito no sentido de procurar descrever com a maior abrangência e profundidade possíveis uma análise que resulte numa fotografia que seja, na verdade, uma reprodução ampla e nítida do sujeito que faz uso da estereotipia. A outra consiste em fazer com que desse comportamento analítico seja possível extrair os mais diferentes interesses que esse mesmo sujeito pode vir a ter, dentro de uma conjuntura social, e que o estimulam ao recurso de tal artifício, e ao mesmo tempo valorizar de forma peremptória, na análise dos fatos, tanto uma quanto outra situação colhidas.

Assim sendo, essas circunstâncias passam a ganhar pertinência pela capacidade que demonstram ter na medida em que passam a fazer parte das linhas de raciocínio empregadas no processo analítico desenvolvido sobre artefatos literários, – desde que nele recebam a adequada consideração –, a ponto de contribuir para a diversificação de interpretações, lançando por terra a fixidez presente nas formas de ver e pensar acontecimentos sociais, preponderantes nas oportunidades em que a ausência dessas circunstâncias, pela via de sua própria exclusão, proporciona ao estereótipo as condições necessárias para a consecução de seus objetivos. Em contrapartida, à medida que as circunstâncias referidas passam a integrar o conjunto de requisitos indispensáveis para uma compreensão mais consistente dos acontecimentos, o estereótipo credencia-se a ser percebido como uma estratégia discursiva que, no caso específico da Literatura brasileira, visa estigmatizar elementos oriundos da memória cultural africana, apagando deliberadamente da História, a história dos vencidos, pelo modo construído e não essencialista que traz à luz as identidades culturais dos afro-descendentes. Dessa forma, inclina-se a engendrar uma “forma de conhecimento e identificação que vacila entre o que está sempre ‘no lugar’, já conhecido, e algo que deve ser ansiosamente repetido”<sup>117</sup> para, dessa maneira, construir também ao nível das ideologias o conceito de alteridade que lhe interessa sobre o sujeito que, no caso em questão, se trata do personagem negro. Por ser providencial, a consideração das citadas circunstâncias inibe as ações do estereótipo e impede que se lhe confira uma capacidade decisória possível de reduzir a essência dos acontecimentos a um nível que, premeditadamente, quer atender aos mais variados interesses de grupos ou instituições dominantes.

Com o intuito de explicitar de forma mais precisa a maneira como pretendo explorar as ações dessas circunstâncias, torna-se interessante relacionar com elas uma condicionante que assume papel significativo dentro desse processo de avaliação, qual seja uma entidade chamada senso comum, bem como os modos por meio dos quais o senso comum apreende a realidade do cotidiano.

---

<sup>117</sup> Bhabha, *O local da cultura*, p. 105.

A capacidade do estereótipo em atingir com maior ou menor contundência maior ou menor número de pessoas depende da forma como ele será absorvido pelo senso comum. A razão de ser do estereótipo é o senso comum; é para ser recebido por ele que o estereótipo é criado e só em função dele o estereótipo consegue ter existência real. Já o senso comum, por sua vez, tem a consistência de seu arcabouço condicionada ao conhecimento que ele, senso comum, julga ter da realidade do cotidiano. Portanto, são relações de aliança que, conjugadas com relações de dependência, vão costurar todo um entrelaçamento responsável pelo resultado final alcançado pelas ações impactantes do estereótipo.

Além de se constituírem como fontes de conhecimento, – e justamente por esse motivo –, os textos trazidos para análise também influenciam no modo de construir a perspectiva que o senso comum alimenta sobre a realidade do cotidiano, na medida em que a construção teórica e as idéias lá contidas dos intelectuais autores, corroboram o que Berger e Luckmann asseveram sobre aspectos latentes a uma predisposição tão autotélica de se formular o mundo que temos ao nosso redor e do qual somos parte integrante:

o mundo da vida cotidiana não somente é tomado como uma realidade certa pelos membros ordinários da sociedade na conduta subjetivamente dotada do sentido que imprimem as suas vidas, mas é um mundo que se origina no pensamento e na ação dos homens comuns, sendo afirmado como real para eles.<sup>118</sup>

E são ainda os mesmos autores que destacam que “o senso comum contém inúmeras interpretações pré-científicas e quase-científicas sobre a realidade cotidiana, que admite como certas”,<sup>119</sup> e por isso podemos perceber que as exigências deste estatuto são atendidas com bastante propriedade nos casos em que o sujeito da investigação é o negro, tendo em vista uma associação que essas premissas estabelecem com um construtivismo – ora cientificista, ora espontâneo – nascido do hábito de observar o tratamento que a classe dominante costumeiramente dispensou ao negro, ao longo da história.

Uma condição que presta expressivo contributo para que o estereótipo obtenha sucesso em sua atividade de disseminar padrões fixos encontra sustentação na forma semelhante que empregamos no ato da apreensão da realidade da vida de todo o dia, visto que, no geral, todos apresentamos uma certa inclinação pela prática da padronização. Quanto ao exposto por esse ponto de vista, observam Berger e Luckmann:

---

<sup>118</sup> Berger & Luckmann, *A construção social da realidade*, p. 36.

<sup>119</sup> Id, p. 37.

apreendo a realidade da vida diária como uma realidade ordenada. Seus fenômenos acham-se previamente dispostos em padrões que parecem ser independentes da apreensão que deles tenho e que se impõem a minha apreensão. A realidade da vida cotidiana aparece já objetivada, isto é, constituída por uma ordem de objetos que foram designados como objetos antes da minha entrada em cena.<sup>120</sup>

Acostumado a apreender a realidade a partir das rotinas do dia-a-dia, enquanto esse processo não sofre interrupção, o senso comum as apreende como rotinas não-problemáticas, portanto, normais, cuja condição determinante é exatamente aquela com a qual ele já se habituou a conviver, em conseqüência da presença constante de situações que se configuram pela repetitividade e que são representadas pela manutenção de rotinas que, por sua vez, se dão pelo interesse em impedir o surgimento de fatos novos ou, em alguns casos, até pela tentativa de inibir as ações desses fatos. A interrupção desse processo ocorre em virtude do surgimento de fatos novos que alteram o panorama habitual, quase sempre provocado pela presença de um choque, oriundo da ruptura de uma linearidade. Os resultados trazidos por essa interrupção acabam exigindo a adesão e a adoção de redimensionamentos e de redefinições comportamentais, e de pensamentos que não necessariamente vão ao encontro dos interesses dos membros ordinários da sociedade, dos quais o senso comum é objeto de referência, mas inevitavelmente os colocam diante de um mundo novo, que exatamente por assim ser é também problemático. A partir do momento em que esta nova perspectiva não atende aos interesses desses membros, a reação normal é que eles também não atendam às exigências naturalmente colocadas por esta nova situação, comportamento que resulta na construção de uma relação de antagonismo com a nova situação que agora se lhes depara.

Em termos pragmáticos a rotina não-problemática por vezes assim se apresenta, exatamente por fazer uso do recurso à estereotipia, e tanto a relação antagônica que se verifica entre a interrupção e o surgimento de um mundo problemático, quanto nos casos em que se dá a manutenção de condições que impliquem na continuidade de um panorama não-problemático constituem expedientes que mantêm o *status quo*. É pela utilização de expedientes da natureza dos que foram expostos que se constroem prejudgamentos e se formulam generalizações que irão prevalecer em virtude do apelo a estereótipos que têm como razão de ser a função de manter situações que se coadunem com as noções de não-ruptura e de não-problematização de uma ordem social dada e instituída. Proveniente da valorização de padrões fixos que são elaborados a partir do investimento em idéias preconcebidas, este estado de conservação conquistada, por intermédio desse investimento, a possibilidade de, segundo seus interesses, classificar pessoas ou eventos sobre os quais propaga informações deformadas, em

---

<sup>120</sup> Berger & Luckmann, *A construção social da realidade*, p. 38.

virtude da falta de conhecimento da constituição do assunto, do formato do objeto ou da essência do sujeito que estiver sob seu enfoque.

*///*

### 3.5 – Discurso direto, indireto e indireto livre

ATÉ ESTE PONTO DAS EXPLANAÇÕES ficou patente que a proposta deste capítulo se encontra na intenção de demonstrar o quanto o texto literário – do ponto de vista das abordagens centradas sobre o personagem negro – contribui para consagrar circunstâncias que o cotidiano constrói com solidez, embora, nele elas se apresentem de forma latente e sendo, por vezes, fundadas num olhar estrábico. Quando afirmo que tudo se configura por intermédio de mecanismos que embora não sejam de emprego exclusivo da topografia literária, nela se associam na formação de um sistema que atua como produtor de elementos estéticos, começa a tornar-se gritante a necessidade de esclarecer de que maneira realmente se dá, na prática, a elaboração de uma conjuntura narrativa marcadamente caracterizada pelas ações de elementos que vão comportar-se no sentido de reservar ao personagem negro um espaço identificado pela invisibilidade, pela inação e pela passividade.

A grande pergunta que se faz, então, é onde, quando e de que maneira a ideologia, o silêncio, o mito, o estereótipo e mesmo outros dispositivos capazes de traduzir diferentes comportamentos estratégico-discursivos são colocados e explorados como tais, a fim de demonstrar procedimentos literários que justificam uma discussão ao nível da que estou propondo. Por muito do que se tratou até agora neste capítulo e até mesmo no final do capítulo anterior, a resposta se torna evidente, inevitável e imediata: na linguagem e pelo desdobramento da linguagem. Na exploração de uma linguagem que não se desenvolva apenas *de per se*, mas que em sua *performance* busque também a perseguição de *nuances* predominantemente ideológicas, possibilitando que artifícios discursivos se constituam como elementos responsáveis pela definição de uma perspectiva que produza representações mediatizadas a concepções ideológicas.

Em vista do exposto é possível, então, que o leitor sintonizado com os pormenores do fazer literário sinta-se impelido a questionar se um objeto estético já não está invariavelmente associado a uma proposta ideológica plena ou se a linguagem literária já não é por si só um fenômeno ideológico por excelência, tanto quanto podem ser feitos os mesmos questionamentos sobre qualquer modalidade de linguagem! Digo que sim; entretanto, digo também que tão importante quanto estar sintonizado com o desempenho de uma função ideológica espontânea, congênita, e por isso mesmo, naturalmente embutida numa composição escrita, seja ela literária ou não, é dispensar atenções semelhantes aos casos em que deparamos com uma função utilizada intencionalmente com fins estéticos em produções literárias e, nessas oportunidades, não perder a referência sobre a essência do produto das relações sociais do cotidiano, considerando nesse olhar diferentes aspectos da moldura

que as cerca de modo a transcendê-las no que elas apresentam, provindas de um caráter imediatista. Nesses casos estou referindo-me justamente aos resultados alcançados em vista do apelo aos mecanismos mencionados como estratégico-discursivos, a partir dos quais se consegue atender a propostas ideológicas. É muito em consequência da relevância dessa conjuntura que o assunto em tela na topografia literária demonstra até que ponto tem ou não interesses hegemônicos a preservar. Ao adotar uma linha de ação que os preserve, a Literatura está contribuindo para a manutenção do *establishment*, em razão de seu poder de penetração nos mais diferentes segmentos sociais e da consistência de sua natural vertente ideológica.

Partindo do raciocínio que o fazer literário é, por natureza, um fazer ideológico pleno, as marcas dos pressupostos ideológicos congênitos encontrados nos textos precisam ser notadas, sim, mas nem por isso devem constituir-se como um fenômeno. Entretanto, o que possibilita determinados matizes ideológicos serem vistos por esse aspecto são exatamente as pretensões embutidas neles no sentido de serem utilizados para construir ou possibilitar a formação de mundividências que configurem, tendo por base a dominância de uma condição. A partir dessa perspectiva, começa a consagrar-se como peremptória a presença de uma derivação da ideologia dominante comumente empregada, sobretudo como integrante decisiva no desdobramento de um processo criativo. Apresentando-se quase sempre em estado latente da mesma forma que os demais apelos ideológicos encontrados nas construções literárias, o que distingue essa variante ideológica das demais é a intenção acentuada no sentido de preservar valores de natureza dominante.

Nos casos em que estabeleci como referência o que estou denominando como presença espontânea e congênita da ideologia na Literatura, ela também quer convencer, quer persuadir e quer advertir, mas não necessária e invariavelmente apresenta qualquer tipo de comprometimento com o quesito dominância, que é a marca distintiva entre esta e aquela forma de apelo ideológico. É pela presença da dominância e em função dela que a utilização dos recursos discursivos aos quais venho referindo-me passam a ser imprescindíveis na missão de atingir metas que são de interesse da classe dominante.

Encontramos um exemplo sólido dessa predisposição numa providencial observação feita por Mikhail Bakhtin, segundo a qual, “o signo é, por natureza, vivo e móvel, plurivalente; *a classe dominante tem interesse em torná-lo monovalente*”<sup>121</sup> [grifos meus]. E eu acrescento que o objetivo da classe dominante em torná-lo monovalente encontra razão de ser – uma vez conquistada essa diminuição – no sentido de poder contar com uma limitação que resulte na tradução de uma visão

---

<sup>121</sup> Bakhtin, *Marxismo e filosofia da linguagem*, p. 15.

reducionista, que permita o desenvolvimento de uma leitura única e perspectivista, que possibilite erigir um critério de valoração único, preferencial e essencialista, e para priorizar um olhar sobre o objeto a partir de um local centrado em parâmetros preestabelecidos de forma a buscar o atendimento de seus interesses, proporcionando a si mesma, maneiras de reforçar e manter seu poder dominador. Portanto, os artifícios eminentemente ideológicos, bem como o recurso ao silêncio, ao mito e aos estereótipos como conteúdos estéticos impregnados de densidade ideológica constituem o arcabouço da linguagem por meio da qual é produzido um artefato literário pontuado em sua plenitude por um intuito ideológico dominante. Dessa maneira, quero imergir numa variante da representação literária pouco observada, mesmo porque, quer me parecer que esse aspecto não é fortuito, na medida em que esta feição do texto assim se pronuncia justamente por estabelecer-se como meta a ser alcançada por uma conjuntura sociopolítica, histórica, econômica ou de consistência correspondente que se pretende imperecível.

Em virtude da busca empreendida pelo texto no sentido de atender aos pressupostos dessa dimensão o leitor vê-se diante de imperativos da linguagem que se impõem de forma a prolongar um canal de cerceamento de possibilidades humanas, através da utilização de métodos que, sempre contando com contribuições prestadas por conteúdos ideológicos, visam construir sobre o personagem negro situações que lhe atribuam invisibilidade ou participações pouco atuantes, elaboradas pela mesma linguagem. Como conseqüência natural, essa linguagem passa a fazer uso de entes de eminência teórico-literária que, pela forma como são explorados, também se revestem de pregnância ideológica tanto quanto os elementos já citados como estratégias discursivas. Dessa maneira e por meio desses expedientes, o texto plasma seus personagens e dá a impressão de que seu autor pretensiosamente lida com alguém que conhece em profundidade, justamente por ele ser, também, o responsável por tal modelagem.

Todos os efeitos práticos dessa linguagem se configuram na e pela construção de situações que envolvem personagens negros. Nelas pode-se perceber com clarividência que esses personagens, apesar de sua presença amiúde em tais composições, por via da recorrência são confinados numa espécie de gueto literário que nada difere do gueto social. Esse comportamento literário corrobora e dá prosseguimento a uma prática do cotidiano em que a esfera dominante das relações sociais está habituada a ver e a identificar os negros como elementos com poder de trânsito circunscrito apenas a espaços marginalizados ou de pouca expressão, opostos aos espaços públicos – embora possamos pensar também nos espaços privados – em que todos podem ser vistos e ouvidos por todos, de forma a garantir a realidade do mundo e de nós mesmos. Por entender que esses locais e essas posições lhes

são naturalmente inerentes e próprias, e pelo hábito dessa visão prática, a linguagem, como ferramenta de dominação, demonstra toda sua incapacidade para romper com uma predisposição essencialista dispensada ao personagem negro, e constrói situações para que sua voz seja sempre uma voz silenciada e quando não, a voz de outrem, e para que sua ação, quando houver e se houver, que seja a mais anódina possível.

O principal ente teórico-literário utilizado como método para consecução das metas que com perseverança a linguagem busca é o discurso ou estilo, conferido ao personagem negro, ou seja, o discurso indireto, – utilizado com grande frequência –, e o discurso indireto livre, não raramente presentes em momentos expressivos das criações literárias. Convém ressaltar, entretanto, que tão importante quanto perceber a concessão de apenas essas modalidades de discurso ao personagem negro como algo intencional, é perceber, também como intencional, a quase absoluta ausência de discurso direto conferido a esse personagem, mesmo nos casos em que a presença dele se faz decisiva para que o texto se pronuncie em toda sua dimensão, tendo em vista os papéis por ele desempenhados, não somente no que diz respeito aos espaços por ele ocupado dentro da tessitura literária, mas principalmente, pelo fato de ser ele parte integrante dos contributos que precisam ser considerados num processo de valoração da obra que a contemple em sua plenitude.

A mais importante consequência contida nessa proposta de conferir ao personagem negro apenas os discursos indireto e indireto livre pode ser traduzida pela pregnância ideológica que nesse processo produtivo vai revestir esses entes que são, em princípio, de eminência teórica. Dessa forma, ocorre uma ampliação do conjunto de estratégias discursivas adotadas, na medida em que a imposição desses discursos coloca-os em igualdade de condições com o mito, com o estereótipo, com o silêncio e com os conteúdos ideológicos que, de fato, representam a função que todos eles estrategicamente passam a desempenhar nos artefatos literários que se propõem a desenvolver uma abordagem sobre o negro, numa arena que tem por pano de fundo um país chamado Brasil. E é evidente na mesma intensidade e tão estratégica quanto a adoção de tais métodos também a disposição em abdicar da possibilidade de conferir discurso direto ao personagem negro. Ora, se por um lado o discurso direto implica na capacidade do personagem em agir e expressar por si mesmo seus sentimentos e suas emoções, – implicações ambas que devem ser consideradas como sendo de natureza social – e, em se tratando de criação literária, esta componente obedece a uma lógica que resulta, fundamentalmente, se não na total impossibilidade, pelo menos na minimização da possibilidade de o personagem vir a ser conduzido, segundo influências do narrador, e por que não

dizer, do próprio autor, por outro lado, o discurso indireto quer significar exatamente o contrário, embora em muito menor dimensão que o discurso indireto livre.

Tanto o discurso indireto quanto o indireto livre tornam-se, portanto, formas estratégicas e ideológicas de silenciar o personagem negro, sobretudo porque a voz, os anseios e as ações desses personagens, no que diz respeito ao primeiro caso, não são transpostos literalmente para a estrutura desse discurso porque nela esses elementos não são encontrados nos conteúdos, mas, sim, nas formas da enunciação, que no caso em destaque, são formas indiretas. E à medida que são formas indiretas, são também formas passíveis de questionamentos porque evidenciam a imposição de um discurso que visa atender a conveniências ideológicas em detrimento da consideração de pressupostos literários. Nesse desdobramento, em algumas situações chegam mesmo a revelar uma representação a contrapelo por traduzirem um discurso que não obrigatoriamente é o proferido pelo personagem, sendo, em certa medida, o discurso de outrem que convém ser visto “como a enunciação de uma *outra* pessoa, completamente independente na origem, dotada de uma construção completa, e situada fora do contexto narrativo,”<sup>122</sup> além do fato desta outra pessoa integrar outro contexto social e nessa conjuntura ser postulante da continuidade dessa feição.

Já no que se refere ao discurso indireto livre, a situação é semelhante quanto a questões de aspectos estratégico e ideológico concernentes a seu emprego. Seu grau de percuciência, no entanto, sofre um aumento considerado, tendo em vista que uma topografia literária que reserva esse discurso ao personagem negro da forma premeditada, intencional e recorrente que normalmente estamos acostumados a deparar, faz com que a condição de personagem cerceado em suas básicas possibilidades de agir e expressar atinjam níveis bastante elevados, demonstrando a existência de uma manobra significativa no sentido de levar esse tipo de objeto estético a contribuir com a manutenção do sistema político, cultural e socioeconômico que norteia a sociedade como um todo. O discurso indireto livre é o expediente mais sutil e mais versátil que o autor tem a sua disposição para impingir infiltrações de réplicas e de comentários que acabam por desfigurar a essência de conteúdos pretensamente manifestados pelo personagem e, *ipso facto*, caracteriza-se como a apreensão do discurso de outrem por excelência porque, em tese, ele não se interessa em impactar em profundidade o intelecto do leitor, mas, quer com prioridade causar impacto sobre sua imaginação que, conforme todo um processo de construção e representação, busca seu estímulo pela via das conveniências ideológicas.

---

<sup>122</sup> Bakhtin, *Marxismo e filosofia da linguagem*, p. 144

Se bem observado podemos perceber que, num certo sentido, o recurso impositivo aos discursos indireto e indireto livre pressupõe uma incoerência, pelo fato de serem conferidos a personagens que têm presença expressiva dentro da tessitura literária da qual fazem parte, e na medida em que esses personagens são contemplados com presença física e espacial expressivas, era de se esperar que o fossem também com possibilidades de ação e de expressão. Esta defesa de posição não traduz, de forma alguma, qualquer proposta de convencimento no sentido de que não podemos raciocinar como sendo viável personagens virem a ter sua trajetória marcada pelo discurso indireto ou pelo indireto livre; e muito menos quer demonstrar que essas modalidades de discurso tenham, sempre, capacidade para minimizar a estatura de um personagem. Sucede, porém, que o comportamento natural, – especialmente em narrativas estruturadas sobre uma construção em abismo –, é que personagens com essas potencialidades em princípio sejam também providos de discurso direto e, quando assim não acontecer, que as narrativas das quais eles fazem parte sejam pelo menos, narradas em primeira pessoa, justamente para que possa continuar existindo uma relação de coerência que mantenha uma proporcionalidade entre presença e atuação. Já quando estamos diante de narrativas dotadas de estruturas que não proporcionam as mesmas possibilidades, isto é, narrativas desenvolvidas por personagens que têm presença e têm espaço sim, porém, dentro de uma conjuntura textual mais reduzida ou muito próxima da estrutura monocêntrica, o ato narrativo dá-se em terceira pessoa e, ao conferir ao personagem tanto o discurso indireto quanto o indireto livre, automaticamente o texto provoca o cerceamento das ações e expressões desse personagem, mas não necessariamente o fato consegue implicar a diminuição de sua estatura. O contrário, entretanto, ocorre com o tratamento que a Literatura brasileira por via de regra dispensa ao personagem negro, no atendimento de disposições estratégicas e de conveniências ideológicas.

Retomando a discussão a respeito do discurso direto, penso que é indispensável destacar o quanto a questão ideológica que o cerca é decisiva para que o desdobramento da linguagem utilizada com esses propósitos atinja suas metas. Em algumas passagens de algumas obras literárias eleitas por esta tese como objetos de análise, sobretudo em *As vítimas algozes: quadros da escravidão* e em *Menino de engenho*, percebemos que o discurso direto, artifício técnico tão postulado como forma de expressão autônoma, por vezes é conferido ao personagem negro, nitidamente com a função de plasmá-lo de forma pejorativa, e o que é muito mais grave, situação que se configura pelas palavras emitidas pelo próprio personagem negro, condição que demonstra outra vertente ideológica, na medida em que, nessas situações é o próprio personagem negro quem constrói o seu estereótipo<sup>123</sup>.

---

<sup>123</sup> Esta condição é exemplificada no capítulo 4, Cotidiano e Literatura.

E dessa forma a linguagem literária segue uma trilha pela qual ela desenvolve seus desideratos de conferir sentido à vida e às coisas, fazendo com que, pelos caminhos das relações entre Literatura e sociedade, o recurso individual ou associado a conteúdos ideológicos, ao mito, ao silêncio, aos estereótipos, às modalidades de discurso adotadas e a toda e qualquer possibilidade de estratégia discursiva provida de pregnância ideológica, constitua-se como canais por onde a linguagem possa fluir, e é nesse processo de fluência, como sói acontecer, que ela obtém conseqüências muito mais pela prática do que pelas idéias. Nesse desdobramento associativo convém ressaltar que não podemos perder de vista o fato de que a qualquer um desses elementos discursivos cabe como função precípua o mister de conferir contornos quase mânticos a conteúdos que, embora se apresentem como uma sucessão de fatos dotados de sentidos já definidos, são na verdade partes constitutivas de acontecimentos que na sua essência postulam sentidos.

///

### 3.6- *Entrecruzamentos textuais*

UMA VEZ ORGANIZADA a questão sobre os elementos discursivos estrategicamente utilizados na topografia literária, bem como tratadas as implicações advindas de sua utilização, é chegado o momento de ser retomada a discussão acerca da análise do diálogo efetuado entre textos possuidores de densidades díspares, mas que, a despeito disso, executam empréstimos mútuos, penetram-se reciprocamente e, de certa forma, transformam-se uns em outros, de maneira a apresentar como consecutórios dessa interação, artefatos cujo processo de elaboração de um, em grande medida, apresenta e mantém convenções e conveniências impostas pelas relações sociais cotidianas, e por isso hegemônicas, presentes na conformação do outro.

Como o mapeamento sobre os textos de natureza histórica já foi desenvolvido e neles se procurou demonstrar os pressupostos utilizados na descrição da trajetória traçada pelo negro, à imersão nos textos literários caberá construir condições viáveis de se verificar com propriedade as formas e os artifícios a partir dos quais esta estrutura produtiva se vale para, numa esfera da expressão humana de eminência estética, reverberar e manter situações semelhantes àquelas que se encontram nos textos históricos, tudo em função de tratamentos, também semelhantes, que ambos dispensam, de maneira prioritária, à presença do negro.

Por ser histórica e tradicionalmente construída com base em informações indigentes e simplistas, a imagem do negro enfrenta como consequência mais imediata o fato de quase nunca ter a realidade de seu cotidiano considerada em toda sua dimensão, quando o assunto em pauta o coloca no centro de discussões efetuadas, quer no dia-a-dia, quer nas esferas das expressões humanas, estéticas ou não. Esse tipo de proposta limita em muito qualquer linha de raciocínio interpretativo que se queira desenvolver sobre questões das quais ele é parte considerável, principalmente se observarmos que, no caso em pauta, isto é, em se tratando de Brasil, as questões às quais ele integra são sempre polêmicas e mal resolvidas, quando a preferência não recai sobre o interesse em evitar qualquer discussão sobre elas. À medida que as circunstâncias que envolvem o negro deixam de ser reveladas e abstraídas em sua inteireza, o quadro resultante desse desdobramento espontaneamente passa a exigir, então, que o seu observador tenha acesso a outros espaços da atividade humana, para que neles possa contar com elementos que, por sua própria essencialidade, o auxiliem a formar sobre o negro uma concepção que, na verdade, consiga traduzir toda uma realidade do cotidiano que não tenha sua essência mutilada pela ausência de um ou outro dado imprescindível ao processo de formação quando se trata de representar alguém ou mesmo uma situação, a exemplo do que

normalmente estamos habituados a ver. Geralmente o que é muito valorizado numa atividade crítica de natureza social é o resultado imediato, aparente, como conseqüência de uma demasiada valorização de efeitos práticos, visto que pouco ou quase nada se concentram atenções na essência das causas que deram origem aos episódios sob julgamento. Se não por total desconhecimento, para não causar polêmica; se não pelo interesse em manter inalterável o mundo ao redor, por simples comodismo, pois é muito menos complicado, menos trabalhoso e mais cômodo dispensarmos ao fatos sociais proeminentes,— já consagrados segundo uma tradição —, um tratamento que não problematize suas razões, do que sobre eles mapear condições que possam revelar outras facetas, principalmente porque nas teias das relações sociais quanto mais se contribui para o continuísmo, menos se é cobrado, menos se é questionado. E tendo-se em vista que esse processo analítico se desenvolve largamente a partir de propostas que permitem chegar a uma representação pela disposição em supervalorizar o que é fachada, considero sintomáticas as observações de Moscovici, para quem

o *status* dos fenômenos da representação social é o de um *status* simbólico: estabelecendo um vínculo, construindo uma imagem, evocando, dizendo e fazendo com que se fale, partilhando um significado através de algumas proposições transmissíveis e, no melhor dos casos, sintetizando um clichê que se torna um emblema.<sup>124</sup>

Pelas idéias que me passam as assertivas de Serge Moscovici, fica a certeza de que a consistência das representações sociais, que possibilitam chegar a conceitos terminantes, como os que são elaborados sobre o negro, estrutura-se sobre concepções fundadas em substâncias prontas, acabadas, e à medida que se constroem a partir desses componentes, aumenta o grau de limitação da *performance* do sujeito exposto. Prescindindo de dados valiosos, próprios de segmentos expressivos do saber tanto quanto de abordagens multifacetadas que estimulem outras formas de visão e de análise do sujeito ou do objeto sob enfoque e invariavelmente priorizando os mesmos vieses e os mesmo interesses, o resultado obtido é sempre o mesmo: representações que são autênticas “crônicas de uma morte anunciada”. Apesar da prescindência dessas premissas e da in-consistência de seu teor, as impressões concebidas instalam-se como axiomas, fazem-se respeitar como tais e adquirem a capacidade de reservar ou mesmo de preservar espaços e significações sociais, negando ou conferindo acessos, segundo interesses em atender a propostas hegemônicas. Portanto, para que o olhar sobre o negro seja desferido de forma a obter respostas que traduzam a verdade de todos os fatos que o envolvem é preciso que esse olhar se faça valer de olhares paralelos, isto é, que procure considerar outros elementos que circulam ao redor de situações que, em princípio, são tratadas de

<sup>124</sup> Moscovici, *Sociedade contra a natureza*, p. 32.

formas muito circunspectas, cunhadas no imaginário popular pela via da tradição oral ou por factóides lançados ao longo de séculos de dominação. Nesse processo de interpretação, é preciso, sobretudo, dimensionar e valorizar o lugar de onde se fala, de onde se olha e o que se vê.

OS CONCEITOS QUE O DISCURSO não-literário propõe, e por vezes, impõe sobre o negro, que de fato são formas de traduzir uma concepção que o senso comum está habituado a construir sobre ele no interior do panorama sócio-histórico, consolidam-se e encontram ressonância na Literatura quando para lá migram e se manifestam, atuando na ocupação de espaços, na definição de enredos, na elaboração de temas, enfim, colaborando para a conformação da estrutura estética que eles agora integram. Uma vez instalados no *locus* literário é especialmente a partir da *performance* dos personagens que esses conceitos são difundidos, a exemplo do que podemos constatar nas intenções embutidas nas palavras de Mário, personagem criado por José de Alencar, segundo o qual “a miséria nas classes pobres da Europa é tal, que o escravo no Brasil deve considerar-se abastado”.<sup>125</sup>

A presença no universo ficcional de episódios dessa natureza me convence de que o discurso literário, conjugado com o discurso não-literário, seja ele histórico, político, antropológico, sociológico ou de conteúdo análogo, contribui sobretudo para gerar uma “situação circular” que, como tudo que tem essa forma, traz como principal característica a obscuridade que assinala tanto sua origem quanto seu fim. Na mesma proporção, perpassando o cotidiano das pessoas de modo tão percuciente, não sabemos, de fato, onde este estado de coisas começa e onde termina; se ele se desloca da Literatura para o cotidiano ou do cotidiano para a Literatura. Também não se tem como meta proceder a um inventário que detecte o ponto de encetamento dessa proposta discursiva porque o mais importante não é o sentido que ela adota para si. Inevitável é não perder de vista a contribuição que o discurso literário presta às formas de discurso com os quais dialoga, corroborando idéias e até teorias que esses textos tendem a disseminar, bem como a contribuição que presta para a formação de mundividências viciadas, quando, em casos como este, decide pela adoção de comportamentos estéticos semelhantes aos adotados pelos textos de natureza sócio-histórica. A visão de Mário, como vimos, um personagem de uma ficção da Literatura brasileira do século XIX, é em toda sua dimensão uma fotografia muito fiel que abriga com nitidez o pensamento da classe dominante da época, de presença tão incisiva nas produções sócio-históricas daquele tempo, e o que é mais importante, de tendências muito atuais. Neste particular, o texto alencariano tem como envoltório as mesmas pretensões tão presentes em textos de natureza histórica: um acentuado teor

---

<sup>125</sup> Alencar, *O tronco do Ipê*, p. 30.

ideológico, grandes interesses em manter a hegemonia da classe dominante e a intenção em convencer a todos de que eram boas as condições de vida dos escravos.

Para tratar dessa situação com propriedade vou enveredar pelos caminhos da crítica sociológica e, uma vez eleita essa modalidade de análise crítica, os textos considerados são aqueles que priorizam fatos históricos e sociais, além de trazerem dentro de suas prioridades aspectos englobantes de outros segmentos do saber ou de outros setores de atividade humana vinculados àqueles tópicos, fatores que do ponto de vista discursivo serão estabelecidos como referência de assimilação, de cruzamento e de trocas mais imediatas. É pela via da imersão no discurso literário que são adquiridas as possibilidades para se demonstrar em que medida fatores externos dos mais diversificados matizes estão integrados neste discurso. A primazia pelo texto literário encontra razão de ser fundamentalmente numa exigência que lhe é congênita e pela competência com que ele preenche este requisito ao configurar-se como “campo minado de tensões”,<sup>126</sup> legitimado pelo fato de trazer embutido em si um repertório de efeitos produzidos pelas estruturas sociais.

Campo minado de tensões! É justamente a presença dessa perspectiva de formatação do texto, imprescindível para sua condição de literário, que julgo encontrar-se distorcida em determinados casos e até ausente em situações não raras – e é lógico que essa referência diz respeito exclusivamente às obras que trazem a presença do personagem negro –, a ponto de eliminar possibilidades de algumas formas de apreensão da criação literária. Tal prejuízo acontece a partir do momento em que se configuram como dominantes os efeitos produzidos pelas estruturas sociais que esses textos priorizam. Em sendo assim, o prejuízo maior recai sobre o próprio objeto estético literário que se torna menos opulento à medida que a construção de sua categoria de ação transformadora sobre o mundo passa a receber investimento apenas parcial. Em função de especificidades que não contribuem para aumentar seu grau de literariedade, mas que lhe são impostas pelo poder de preencher lacunas criadas e, porque não dizer, até pelo poder de fazer com que lacunas fiquem abertas, o texto literário se vê posicionado diante de uma situação que requer olhares diligentes que dimensionem essas marcas, tendo em vista que ele não mais se desenvolve impulsionado apenas por elementos próprios de sua tessitura estética, mas o faz em grande medida ancorado em significações sociais ideológicas, e como já devidamente destacado, de caracteres dominantes.

Entendo que a condição de campo minado de tensões, – básica numa criação literária por conferir a ela diferentes possibilidades de apreciação –, nem sempre é levada a efeito como deveria

---

<sup>126</sup> Bosi, *Literatura e Resistência*, p. 39.

de modo a viabilizar discussões mais diversificadas, numa leitura e numa análise mais aprofundadas. E o fator que mais contribui para neutralizar a presença desse requisito no texto literário tanto quanto nos textos de teor sócio-histórico, embora não veja neste a necessidade imperiosa de assim se manifestar, é exatamente a prevalência de seu teor ideológico, que se manifesta também a partir dos mais variados elementos discursivos e, conforme convém ressaltar, ideológico sempre ao nível da dominância.

A partir da minimização e até da ausência de tão decisiva componente, começa a haver entre textos pertencentes a diferentes topografias um diálogo que, na maioria das vezes, encontra resultados práticos na capacidade que o texto literário tem em reverberar propostas ideológicas oriundas de outras instâncias.

*Raízes do Brasil* reproduz a insatisfação do autor diante das transformações que o país começa a empreender, mas reproduz, sobretudo, a insatisfação de uma classe dominante. *Casa-grande e senzala* representa a visão de Gilberto Freyre lançada sobre uma topografia sócio-histórica, entretanto, certamente, mais que uma mirada individual, é também a representação do olhar de uma classe marcada por uma incompreensão que continua aí. Vigendo ideologicamente.

Os textos literários que contemplam a presença do negro, apesar de apresentarem restrições ao nível estético, ainda assim são dotados de uma predisposição em oferecer elementos inerentes, e, em alguns casos, vitais até a uma leitura interpretativa, que os textos sócio-históricos teimam em abdicar. As restrições a que me refiro configuram-se por meio da exploração de uma linguagem responsável pela elaboração do contorno do personagem negro que lhe permita plasmá-lo segundo uma circunstancialidade social. Já a oferta de figuras literárias, por sua vez, apresenta-se sim, porém, de forma acanhada, no recôndito do texto, justamente por ser asfixiada por uma proposta ideológica proeminente que, neste particular, não por acaso se assemelha à do texto sócio-histórico.

Neste cenário de textos que se entrecruzam, vale a pena ressaltar que o sócio-histórico conta com um expressivo poder de penetração nos mais diversificados âmbitos sociais, muito em função de seu menor grau de exigência interpretativa e de significação mais literal, condições que lhe proporcionam uma possibilidade maior e mais imediata de convencimento. Contrariamente, no mesmo espaço, o texto literário é dotado de menor poder de penetração até mesmo em função do seu maior grau de exigência interpretativa, de presença multissignificativa e, com todas as deficiências que ele possa vir a ter, por seu grau de literariedade que, associado às demais características, transformam-no num artefato de absorção acessível a um menor número de leitores. No entanto, é preciso que se diga que essas diferenças não inviabilizam o diálogo que eles estabelecem entre si, que acaba formando um todo de interesse comum.

A discussão proposta sustenta-se, por um lado, na presença do negro, tendo como consequência sua condição original de escravizado no Brasil; por outro lado, sustenta-se na atenção que o universo literário dispensa a esse episódio em vista de sua relação com o campo oficial-historicista. Por isso, o sentido e a razão começam a fazer-se presentes a partir de um construtivismo que circunda a figura do negro na sua realidade cotidiana.

Quando recorro à expressão construtivismo, refiro-me a uma forma de ver o mundo e as contingências que o cercam que, num sentido mais sistêmico, formalizaram-se no século XVI, no momento em que o negro pisou em terras brasileiras pela primeira vez, segundo alguns historiadores, em 1534. Partindo do princípio de que o negro foi arrancado de seu país e trazido para o Brasil para ser submetido a um trabalho forçado, começamos a verificar que, como efeito e como situação paralela, ele o foi também para ser destroçado naquilo que o homem tem de mais sagrado: a sua dignidade humana. Uma prova incontestável desta predisposição é o fato de as famílias serem desintegradas quando aqui aportavam. Como o nível da presunção nos permite perceber, tal decisão tinha por objetivo causar o enfraquecimento moral e psicológico do escravo. Todos sabemos que foram inúmeros os expedientes utilizados com a finalidade de provocar neles toda sorte de abatimento. E para que a condição humana daquela gente pudesse ser vilipendiada a ponto de mantê-la num constante estado de adversidades, tornava-se imperioso criar sobre eles uma imagem depreciativa dotada de um grande poder de persuasão.

O cotidiano do escravo negro de certa forma confirmava o que o imaginário do homem branco construía e internalizava sobre ele.

O construtivismo ao qual me refiro e que inicialmente posicionei lá no século XVI perpassa os séculos seguintes e no século XIX ganha *status* epistemológico. Essa condição torna-o mais percuciente em função de um caráter científico que agora o assinala e, por esse motivo, torna-o também mais abrangente e quase axiomático. A despeito disso é preciso que não se perca a referência de que seu aspecto cruel é congênito, aspecto que implica ressaltar que o século XIX, pela via do cientificismo, apenas estabeleceu como estatuto um conjunto de comportamentos que o século XVI, pela via das práticas do cotidiano, já antecipara.

Depois de quase quatro séculos de aplicação intensa e diária, o construtivismo, – ora de índole cientificista ora não –, se consolida definitivamente, tendo como causa principal sua introjeção na alma de um povo que aprendeu a cultivá-lo por meio das mais diversificadas formas de emprego que se possa imaginar, permanecendo atuante até nossos dias. É a partir do apelo a esse construtivismo, hoje muito mais congênito que cientificista e, em função dele que tudo se explica. É pela presença

dele que a classe dominante continua tendo dificuldades em assimilar a presença do negro fora de parâmetros “brancocêntricos” por ela estabelecidos, sejam eles éticos, morais, religiosos ou de teor que o valha.

Como vimos, inicia-se pois, no século XVI a trajetória de uma visão construtivista norteadora das atitudes que a classe dominante adota em suas relações sociais com o negro, evoluindo nos subseqüentes e adquirindo no século XIX uma consolidação que se faz presente até hoje. A Abolição “liberou” os escravos, sim, mas não mostrou competência suficiente para retirar da classe detentora do poder a sensação de superioridade que, no âmago de seus integrantes, adormece como a parte maior de um grande *iceberg* que emerge revelando sua real dimensão a cada movimento que o negro enceta para alterar sua própria vida, dando-lhe rumos que vão ao encontro daquilo que ele entende que é melhor para si. E o que o negro entende que é melhor para si, a classe dominante continua a entender que é pior para ela. Por isso, como ela vê como uma ameaça cada tentativa de transformação social imprimida pelo negro, recrudescem sentimentos dominantes que a um processo abolicionista verdadeiro também caberia discutir. Por esses motivos, não se poderia esperar resultado diferente de um mero ato administrativo que, por ser a empulhação que foi, demonstrou que ao inevitável cumprimento de uma obrigação que lhe foi imposta por circunstâncias de toda sorte, não associou o menor interesse em pensar alternativas que pudessem atuar sobre as mentalidades de então, de forma a influenciar as gerações futuras para que elas também viessem a construir condições de pensamento que não fossem petrificadas como as construídas naquele momento histórico.

Concluindo: o que pretendi demonstrar dentro deste capítulo é que nossa historiografia oficial é produto de uma perspectiva única construída ao longo de séculos e que, em sua essência, continua prevalecendo, ora de maneira consciente, ora não, mas, invariavelmente sustentada pela ideologia dominante. O importante é perceber que, de alguma forma e sempre por meio da linguagem, a topografia literária reverbera esta proposta, contribuindo em grande medida para sua celebração.



4 – Cotidiano e Literatura

O substrato da arte é a realidade. (T. S. Eliot)

## 4 – Cotidiano e Literatura

A obra de arte pode não ser a expressão da verdade, mas deve ser honesta. (W. Gass)

4.1 – *Realidade nossa, versão deles*

A PRESENÇA do personagem negro na Literatura brasileira, da mesma forma que as questões relacionadas com obras de autoria de escritores e poetas negros, ainda é muito pouco explorada por abordagens de caráter teórico e crítico que se aventuram a tratar do assunto. Em minha pesquisa, pude perceber que o poder de penetração que possuem no universo teórico-literário as publicações que tratam do assunto sob a responsabilidade de autores estrangeiros é muito maior que a de brasileiros que também examinam o mesmo tema. Neste particular, não pretendo e nem cabe questionar a capacidade de escritores de nacionalidade diversa da nossa, visto que esse dado não é o mais relevante. Acontece, porém, que justamente como consequência desse dado torna-se inevitável destacar a presença de equívocos lamentáveis em alguns textos teóricos que versam sobre o tema, em especial naqueles produzidos por autores que adotam como princípio básico, a predisposição em comparar a trajetória que o negro brasileiro descreve no plano social, com a descrita no mesmo plano pelo negro dos Estados Unidos, conforme insiste um desses autores, o americano David Brookshaw:

esta comparação inicial entre a experiência dos negros dos Estados Unidos e no Brasil pode ajudar a explicar a ausência de uma literatura de escritores negros preocupada especificamente com questões raciais.<sup>127</sup>

Minhas convicções levam-me a entender que, quando a questão do negro tem como pano de fundo o Brasil, torna-se indispensável o estabelecimento desse aspecto como ponto de partida prioritário para qualquer linha de raciocínio e discussão que se pretenda desenvolver sobre este assunto. Realmente não vejo como e por que razões empreender incursões em realidades muito diferentes da nossa, em detrimento da valorização de uma domesticidade que deve ser considerada, e a condição de priorizar valores externos se torna ainda mais grave quando se procura fazer deles referências que autores utilizam como bases de sustentação para o desenvolvimento de estudos que envolvem de forma decisiva realidades tão específicas como as que vivemos no Brasil. E na medida

---

<sup>127</sup> Brookshaw, *Raça & cor na literatura brasileira*, p. 149.

em que nossas especificidades são excluídas de pesquisas que não podem prescindir desse tipo de mapeamento, considero indigente qualquer tentativa de abordagem que se processe nessa direção.

Todos sabemos o quanto o negro nos Estados Unidos se sobressai com mais visibilidade nos diferentes ramos da sociedade americana, – ao contrário do que ocorre no Brasil. Entretanto, não se pode perder de vista que essa condição está diretamente ligada a especificidades que cercam a história dele lá, sem contar que esse elemento não necessariamente é a melhor referência para explicar nossas mazelas, aqui. No caso do Brasil, é preciso ter coragem para encarar e desnudar nossos problemas e, fundamentalmente, faz-se mister não nos prendermos a falácias como o mito da democracia racial ou como as afirmações que, através da própria negação, confirmam o preconceito contra o negro.

Ora, quanto ao exposto por Brookshaw na citação anteriormente referida, é preciso que se diga que não existe a menor preocupação no sentido de se postular uma Literatura que seja feita por escritores negros, como se dessa produção resultasse uma parcialidade possível de ser encontrada apenas nesses escritores ou, no caso de uma abordagem racial, uma criação que só poderia configurar-se como tal a partir da vivência empírica do autor. Muito pelo contrário e de total incongruência com os mais simples princípios teóricos, na medida em que um dos sintomas da linguagem que a caracteriza como literária é exatamente sua imparcialidade e, uma das implicações que envolvem o exercício da criação literária é o descompromisso que o autor tem para tratar de sua personalidade, embora eventualmente até possa fazê-lo. Muito menos se trata também de estimular a produção de uma Literatura que se preocupe com questões raciais inerentes ao negro, como se a Literatura tivesse cor. Trata-se, sim, de pensar um fazer literário brasileiro que, nos casos em que ele contemplar o personagem negro com a dimensão espacial e com a densidade literária que normalmente ocorre, que o faça com o mesmo investimento estético empregado em textos de desdobramentos semelhantes, em que personagens dotados de estatura comparável à citada conseguem fazer-se fluir pelo acesso a discursos que lhes possibilitam traduzir de forma explícita ou implícita, significações em toda sua dimensão e profundidade.

Os equívocos que Brookshaw demonstra em sua citação nos levam a entender o porquê da presença das afirmações que deparamos a todo o momento em seu texto, quando ele as confunde com a personalidade de escritores, a ponto de atribuir-lhes perfis que, muito claramente, são de sua inteira interpretação pessoal, embora no seu texto funcionem como autênticos axiomas.

Ao mesmo tempo, os próprios escritores afro-brasileiros acham difícil fugir da síndrome do branco positivo e do preto negativo. Toda a criação poética de Cruz e Souza, o mais

prolífico poeta negro do século XIX, está baseada no tema do simbolismo da cor e enquanto ele evolui para uma reavaliação do preto, porém, é atormentado até o fim pelo sentimento interior de que o branco é a cor afortunada social e esteticamente.<sup>128</sup>

O investimento que Cruz e Sousa faz na cor branca, por vezes, realmente permite a possibilidade de se fazer uma inferência de que, pela via de tal recurso, estaria havendo uma exaltação de “Formas alvas, brancas, Formas claras,”<sup>129</sup> até mesmo pela imensa quantidade de vezes que ele recorre a esta cor em seu *corpus*, 169 vezes, segundo Roger Bastide. Por outro lado, acontece que os valores cromáticos são parte expressiva da estética simbolista como um todo e, particularmente em relação à predisposição binária que se tenta atribuir ao Simbolismo é conveniente destacar que ela é muito mais apanágio de ações práticas do século XIX, – embora desde sempre e ainda hoje muitos norteiem sua visão de mundo a partir desse pressuposto –, do que propriamente do simbolismo da cor presente naquele estilo que ora também as vê como “Formas vagas, fluidas, cristalinas...”<sup>130</sup> Em Cruz e Sousa, seguramente, a obsessão pelo branco é um valor estético muito mais transcendente que um mero ponto de canalização do reverso da cor da pele do autor.

E Brookshaw investe ainda mais em sua enganada proposição, aproximando de Cruz e Souza outros nomes importantes de nossa Literatura: “Cruz e Souza, como Machado de Assis e Tobias Barreto, tentou ocultar suas origens humildes escrevendo uma poesia de extrema habilidade técnica e sensibilidade”.<sup>131</sup>

A meu ver, posicionamentos dessa natureza são improcedentes e se tornam complicados na medida em que as obras dos autores citados não lhes conferem sustentação pela simples falta de elementos estéticos, teóricos ou de outra natureza que possam justificar tais afirmações. Ademais, é uma temeridade reduzir as técnicas de poetas como Cruz e Sousa e Tobias Barreto e de um escritor como Machado de Assis a questões de ordem pessoal que, na exclusiva visão do analista, são consideradas pelos autores como elementos de reprovação. Aliás, o que me parece curioso é que a tentativa de tais autores resultou infrutífera pois, pelo que diz Brookshaw, eles não conseguiram ocultar aquilo que ele afirma ser objeto de ocultação: seus mal-estares com a cor das próprias peles. Ora, os objetos estéticos produzidos por Cruz e Sousa, Machado de Assis e Tobias Barreto apresentam conteúdos e significações que estão muito além de motivações pessoais. Circunscrevê-las

<sup>128</sup> Brookshaw, *Raça & cor na literatura brasileira*, p.21.

<sup>129</sup> Cruz e Sousa, poema *Antífona*, In: *Obra completa*, p. 63.

<sup>130</sup> Id. ib.

<sup>131</sup> Brookshaw, *op. cit.*, p. 156.

à esfera da personalidade de seus autores significa conhecer pouco o autor e menos ainda a verdadeira história do negro no Brasil.

OUTRO AUTOR ESTRANGEIRO responsável por teses que tratam da presença do negro na Literatura brasileira é o inglês Gregory Rabassa, em cuja obra se fazem presentes equívocos da natureza dos anteriormente já apresentados. No trabalho de sua autoria a que recorri, o exemplo tácito do que afirmo revela-se já num prefácio que prenuncia essa dimensão do texto, a começar por referências feitas ao país e ao índio, a partir de posicionamentos sedimentados sobre uma visão que, se não for a tradução de um absoluto desconhecimento de nossa realidade, quer significar a preferência pelo absurdo:

O Brasil contemporâneo situa-se entre as nações do mundo como um modelo de relações livres de preconceito. Os índios que os portugueses (sic) encontraram ao chegar a suas praias desapareceram, não através de sangrenta exterminação, mas por meio de uma gradual miscigenação.<sup>132</sup>

E mais especificamente em relação ao negro, o autor prossegue em sua seara de afirmações desacertadas, quando acrescenta:

e, embora tenha sido um dos últimos dêsses (sic) países a libertar seus escravos – a abolição não se consumou antes de 1888 – a razão parcial dessa data tardia reside no fato de que no Brasil os negros eram tratados de um modo que chega a parecer benevolente quando comparado ao tratamento dispensado aos escravos em outras terras.<sup>133</sup>

Minha posição é desprovida de qualquer sentimento de xenofobia, tanto quanto entendo ser indispensável que todo tratamento sobre o negro seja desprovido de qualquer sentimento de escamoteação<sup>134</sup> própria do discurso histórico, mas que não raramente se faz presente também no literário ou mesmo no teórico, como no caso em questão. O que se percebe, entretanto, é que a visão traduzida pela maioria dos teóricos estrangeiros sustenta-se basicamente numa realidade intramuros que não é a nossa, é a deles; e por isso quase sempre revelam por meio dela a evidência de um conhecimento ínfimo da realidade social que marca nossa vida de todo dia. Partindo de princípios tão inconsistentes, e não raramente tão inverídicos, torna-se inviável considerar como veículos de

<sup>132</sup> Rabassa, *O negro na ficção brasileira*, p. 13.

<sup>133</sup> Id. ib.

<sup>134</sup> Esta questão foi tratada com mais profundidade no cap. I desta tese, em especial nas abordagens sobre Rui Barbosa e sobre grande parte das idéias encontradas em *Casa-Grande e senzala*.

transmissão de conhecimentos, sem grandes restrições, trabalhos dessa natureza; entretanto, o mais lamentável é o fato de esses trabalhos, em que pese tantas irregularidades, gozarem de considerável prestígio nos meios acadêmicos, mesmo através dos pressupostos por eles utilizados. Dessa forma, percebo que grande parte das posições tomadas por esses autores é muito discutível, com algumas delas, inclusive, beirando à insensatez e, em vista disso, considero pouco densas as informações possíveis de serem trazidas para o terreno das discussões, como contribuições relevantes que possam contribuir para uma proposta de entendimento de nosso país.

///

#### 4.2 – A hora do vis-à-vis

O PRINCIPAL OBJETIVO ao atribuir caráter de intróito às primeiras abordagens desenvolvidas neste capítulo, justifica-se, porque, de certa forma, também estou me embrenhando na mesma seara dos autores citados, entretanto, com propostas e escopos diferenciados que mantêm como elemento comum apenas o centramento na presença do negro. Desta feita, o objetivo é desferir um olhar crítico capaz de apontar aspectos de criações literárias que, especificamente em relação ao discurso confiado ao personagem negro, adotam comportamentos estéticos que se distanciam de seu próprio curso normal, não inovando e nada acrescentando quanto ao quesito criatividade e, nesse particular, provocar reflexões sobre a consistência de artefatos que, no desdobramento da linguagem utilizada mantêm um diálogo bastante estreito com seus correspondentes históricos. Portanto, começa a constituir-se como premissa básica a partir de agora, a tarefa de delinear os contornos do sujeito da investigação: o negro; de não perder a referência de uma topologia que com suas especificidades é palco de relações sociais complexas: o Brasil; e de imergir na essência de uma conjuntura, – na qual o negro se insere –, que pelas ações de sistemas simbólicos<sup>135</sup> controlados por seu segmento dominante, determina os processos de construção do perfil desse sujeito: a social.

Como é possível perceber, as obras componentes do *corpus* de natureza histórica trabalhadas no capítulo 2 desta tese, até mesmo por uma questão de respeito a desdobramentos cronológicos, apresentam como sujeito histórico um ser humano engendrado pela escravidão, ao qual elas dispensam um tratamento, em sua plenitude, condicionado a marcas produzidas pelas implicações advindas dessa mesma escravidão. Uma das conseqüências provenientes desse processo de escravização e de demonização desenvolvido sobre o negro diz respeito à transferência de atributos do plano individual para o plano generalizado, imprimida pela classe branca dominante, ou seja, tudo o que em princípio era específico de um escravo, – e a referência é sobre aspectos que aos olhos da classe dominante eram negativos – adquiriu dimensão maior ao vir a ser interpretado como sendo inerente a toda uma raça. Em vista dessa generalização, juntamente com o conceito de raça, o conceito de cor na mesma proporção e o de etnia em menor intensidade, também passaram a ser justificativas dos mesmos aviltamentos que deixaram de ser exclusividade do representante de uma raça de modo a transformar o individual em coletivo.

---

<sup>135</sup> Cf. Bourdieu em *O poder simbólico*, cap I, p. 7.

Os conceitos de raça, cor e etnia que sustentam tais abordagens não apresentam nestas exatamente as mesmas conotações que hoje são estabelecidas e disseminadas por segmentos culturais como o histórico, o sociológico e o antropológico, por exemplo, tendo em vista as variadas evoluções imprimidas sobre esses conceitos pelo universo científico, tanto quanto as evoluções sofridas por este próprio meio, bem como pelas evoluções sofridas pela circunstancialidade histórica como um todo. Embora não tenha a pretensão de querer ressuscitar o debate sobre os conceitos de raça, cor e etnia, entendo, no entanto, que se faz necessário trazer esclarecimentos sobre esta questão, até mesmo no intuito de atender à índole deste trabalho de forma a tornar a proposta mais palpável, mais visível, e principalmente, menos controversa.

De acordo com o desdobramento natural deste trabalho, venho demonstrando desde os primeiros momentos que a proposta básica desta tese é a de comparar discursos que, cada um em sua trilha, denotam uma predisposição por um certo conservadorismo quando se estruturam para tratar a figura do negro como elemento englobante e motivador de diferentes situações que se efetivam no campo social, num cenário que tem como pano de fundo o Brasil. Ora, no que diz respeito à necessidade de definir os conceitos de raça, cor e etnia segundo os quais defendo o meu pensamento, talvez devesse, à guisa de demonstrações mais práticas e imediatas, raciocinar tão somente com fundamentações cunhadas em embasamentos científicos formulados à luz da antropologia moderna. Entretanto, como ponto de partida dessas demonstrações, vou optar pela adoção de uma perspectiva que prioriza ocorrências empíricas, sedimentadas tanto pelo que ocorre no cotidiano quanto pelo que se processa na topografia literária. Num trabalho de índole eminentemente epistemológica como este, pode parecer incoerente a opção por essa forma de exame, todavia, ao decidir pela preferência por tal linha de pensamento não estou detratando a epistemologia em benefício do empirismo; estou, sim, estabelecendo essa linha como referência prática capaz de contribuir para uma melhor explicitação daquela.

Todos sabemos que quanto aos termos raça, cor e etnia hoje não mais se lhes associam, exatamente os mesmos conceitos que se lhes associava, por exemplo, o pensamento predominante do século XVII a meados do século XX, visto que esses termos aderiram novas concepções e novas compreensões. De lá para cá o mundo sofreu muitas transformações, os homens alteraram em grande dimensão vários de seus comportamentos, a ciência passou por profundas evoluções e os conceitos acerca de princípios consagrados, não necessariamente exprimem o mesmo pensamento de antes; no entanto, o pensamento do homem branco acostumado a dominar, em sua dimensão para com o homem negro continua inalterável no tocante à dialética que os coloca frente a frente na dura realidade social do cotidiano.

E cabe perguntar: por que continua se verificando de forma inalterável o pensamento do homem branco dominador? Porque ele continua sendo o detentor do poder simbólico que Pierre Bourdieu estabelece como sendo o “poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem,”<sup>136</sup> ou seja, um poder que assim é exercido fundamentalmente, porque aqueles que a ele estão subordinados o constroem como poder. Nas mesmas proporções, esse mesmo homem é ainda o controlador dos sistemas simbólicos<sup>137</sup> presentes no tecido social que, do ponto de vista da configuração de sua existência real, são os mesmos que na visão althusseriana exposta no capítulo 3 foram examinados como aparelhos de Estado, sendo que o fator de diferenciação entre a concepção destes e daqueles encontra-se na categorização de estruturas estruturadas e estruturantes em que aqueles são dispostos.<sup>138</sup> Do ponto de vista das ações práticas, tanto a noção de aparelhos de Estado quanto a de sistemas simbólicos, em sua essência, é representativa de instrumentos de conhecimento e construção do mundo; estruturas estruturadas enquanto estrutura imanente a cada produção simbólica, e estruturante enquanto estrutura capaz de atribuir sentido às coisas e ao mundo. E tanto o exercício do poder simbólico quanto o domínio dos sistemas simbólicos estão à mercê do homem branco dominador, porque essa questão está diretamente condicionada a uma discussão mais ampla, no interior deste conjunto de análises também sistematizada por Bourdieu como um fenômeno denominado *habitus*, e que, conforme sua sistematização, deve ser interpretado como sendo um

sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes. Tais práticas e ideologias poderão atualizar-se em ocasiões mais ou menos favoráveis que lhes propiciam uma posição e uma trajetória determinadas no interior de um campo intelectual que, por sua vez, ocupa uma posição determinada na estrutura da classe dominante.<sup>139</sup>

A construção do *habitus* como processo cotidianamente desenvolvido pelos componentes do tecido social, no caso em questão consagra-se pelo dimensionamento do caráter dos sistemas simbólicos e do exercício do poder de mesma natureza por parte do segmento dominante e, uma vez incorporados e internalizados nos seus agentes, essas referências passam a funcionar para eles como esquemas de percepção, de avaliação, de pensamento, e sobretudo, de ações. Obviamente que é em

<sup>136</sup> Bourdieu, *O poder simbólico*, pp. 7-8-9

<sup>137</sup> Id. ib.

<sup>138</sup> Id.

<sup>139</sup> Bourdieu, *A economia das trocas simbólicas*, p.191.

função dos *habitus* que os aparatos da classe dominante começam a ser utilizados com sensação de espontaneidade por seus integrantes.

Como em momento algum devemos perder de vista que é o Brasil a referência espacial a ser considerada como pano de fundo desses acontecimentos, quero destacar que, no jogo dessas relações cotidianas, é pelo fato de ter essas condicionantes como causa que as ações do homem branco parecem estar naturalmente embutidas na ordem das coisas. Por assim se comportarem, mostram-se na percepção social como elementos não-acentuados, ao contrário de quaisquer das ações de seu oponente que exigem caracterizações. Devido a isso o homem branco é isento da necessidade de justificativas, na medida em que, no referido cenário e por tudo o que este implica historicamente, os *habitus* da visão dominante impõem-se como soberanos, e então, não têm necessidade de se enunciar através de discursos que tenham como função legitimá-los. E é com base na presença dessa recorrência que se sustenta a minha proposta em tratar desse assunto sedimentando-o numa visão do dia-a-dia e, ao mesmo tempo, realçando efeitos práticos, mesmo porque é este o conservadorismo que na Literatura vamos encontrar travestido, tanto nas ações de mando e de auto-suficiência que se apresentam como atributos inerentes aos personagens brancos, quanto nas diferentes limitações também ideologicamente tomadas como inerentes a personagens negros.

*AS* RELAÇÕES DE CONVIVÊNCIA que cotidianamente são estabelecidas pelas pessoas no âmbito do tecido social quase sempre são reguladas por uma lógica binária encontrada na associação de preceitos antagônicos representados por pares assimétricos como água e fogo, luz e trevas, positivo e negativo, sagrado e profano, branco e preto, e assim indefinidamente. O recurso a essas disposições binárias está implícito em nossas atitudes diárias, impostas que nos são por convenções sociais, também impostas de cima para baixo e que, por assim serem, são atendidas simplesmente pela presença do *habitus*, portanto, sem sofrer questionamentos que levem a perceber sua real dimensão, como ocorre na maioria das vezes. Apesar de seu caráter restringente, a presença desses pares assimétricos empregados como métodos de percepção, avaliação e até de julgamento que com frequência desenvolvemos, não consegue neutralizar as convicções que temos em presumir que as idéias que, pela via dessa consideração construímos sobre casos que por vezes são de grande complexidade, fluem em todos os níveis, dentro de uma certa normalidade. É esta cissiparidade que na maioria das vezes norteia nossa mundividência e nossos julgamentos de valor, tendo em vista uma natural predisposição que temos em polarizar nosso pensamento através desse binarismo, utilizando um processo de qualificação que, embora seja aparentemente simplista, acaba legitimando pontos de

vista, chancelando idéias e impondo paradigmas, a partir da tendência em estabelecer como parâmetros de “normalidade” a água, a luz, o positivo, o sagrado e o branco e, em contrapartida, configurar o fogo, as trevas, o negativo, o profano e o preto como o “desvio”, como o “outro”.

No momento em que essa discussão é centrada no dualismo branco e preto e procede-se à execução de um mapeamento em busca da capilaridade subjacente a essa divisão, começamos a perceber com mais inteireza a dimensão e a profundidade de tal processo seletivo, no que diz respeito a predisposições fenomenológicas que em grande medida são tradutoras dos *habitus* que trazemos internalizados e reproduzimos através de diferentes formas de expressão e pensamento. Histórica e tradicionalmente, pelo menos nas culturas do mundo ocidental, esta divisão binária se reveste de um profundo teor maniqueísta, não apenas no que diz respeito ao aspecto antinômico que a caracteriza, mas em especial pelo intercurso que ocorre com a presença dos princípios do bem e do mal nela embutidos. No inconsciente coletivo reinante no Ocidente, a cor preta, tanto quanto tudo o que a ela se liga e tudo o que ela faz lembrar, em linhas gerais sempre simbolizou o mal, o pecado, a morte, enfim, um sem número de situações que se referem à rejeição e ao indesejável. Na mesma proporção e obviamente que mantendo aspectos relacionados com o caráter contrário desses significados, encontra-se a cor branca revestida de acepções que revelam aceitação e simpatia universais, também em nível de inconsciente coletivo. Se por um lado temos o negro, o obscuro, a sombra, o denigrescimento da reputação de alguém, a mácula, tudo associado ao pólo negativo das coisas e dos fatos; por outro lado temos a candura, a pomba branca da paz, a pureza, os anjos, os santos<sup>140</sup> como representantes do pólo positivo. Essas componentes que sempre foram ingredientes de discussões relativas às tradições, às cosmogonias, às mitologias e, principalmente às religiões, são atuantes também nas relações sociais cotidianas e, apesar de se encontrarem lá de forma latente, geram conseqüências determinantes no mundo prático.

Apenas como ilustração, se tomarmos como exemplo o que diz respeito às religiões de origem cristã e dentro delas estabelecermos como parâmetro sua representação mais expressiva – a Bíblia Sagrada – veremos que estes elementos lá se encontram impregnados dessa conotação maniqueísta à qual me referi, refletida pelo dualismo bem e mal, como se pode perceber no episódio do dilúvio envolvendo Cam,<sup>141</sup> o mais novo dos filhos de Noé. Segundo a tradição judaico-cristã, é a partir desse personagem bíblico que se origina a ancestralidade da raça negra, cuja causa está no fato de Cam ter protagonizado um acontecimento de natureza própria de ações transgressoras de uma ordem

---

<sup>140</sup> É bem verdade que quanto a anjos e santos também os encontramos negros, porém, quando esses fatos ocorrem estamos diante de exceções que confirmam regras.

<sup>141</sup> Cf. *Bíblia Sagrada*, *Gênesis*, capítulo 9, versículos 18-27.

social, ética e religiosa estabelecida, mas, principalmente religiosa, na medida em que esse episódio está relacionado com o cometimento de um pecado e com a conseqüente imputação de um castigo. A maldição de Noé recai sobre o filho Cam de forma a responsabilizá-lo pela proliferação dos camíticos que, segundo princípios histórico-religiosos, correspondem aos africanos, além de ter de sofrer as dores de pai por ter de ver seu filho Canaã ser transformado em servo dos servos, propositura muito utilizada como motivos que justificam como intrínseco aos negros a condição de escravos, como encontramos com recorrente apelo, por exemplo, nos discursos religiosos de Padre Antonio Vieira.

Como se sabe, do ponto de vista antropológico, quando referências são feitas à raça, cor e etnia, tem-se por objetivo o desenvolvimento de linhas de raciocínio e até mesmo de estudos sobre grupos sociais humanos, a partir da colocação desses grupos em espécies de nichos onde eles possam vir a ser classificados segundo a apresentação de caracteres somáticos distintivos, no que diz respeito à raça e cor, e segundo a exploração de características comportamentais e de experiências compartilhadas nos mais diferentes planos, a exemplo do cultural, do religioso ou de outros de natureza semelhante, no caso da etnia. Até o princípio do século passado, tal proposta analítica prioritariamente tomava por base pressupostos científicos e, por vezes, empíricos, que atualmente já são considerados segundo outras formas de compreensão.

À luz da chamada antropologia moderna, o conceito de raça não mais se encontra necessariamente atrelado a teses cunhadas em princípios cientificistas do porte do evolucionismo ou mesmo do gobinismo que, de forma tão definitiva, exerceram um domínio quase que absoluto na elaboração do pensamento do século XIX, chegando mesmo a vigorar até em períodos próximos da metade do século XX. Engendrando teorias racistas que nessas referidas épocas triunfaram soberanas, não só na perspectiva do senso comum como também em boa parte do universo acadêmico, as marcas dessas acepções apresentam-se nos textos de teor antropológico, histórico e sociológico reunidos por este trabalho como referências de discursos não-estéticos. Muito embora alguns daqueles princípios ainda continuem de certa forma norteando pensamentos e atitudes de muitas pessoas, essas ocorrências, hoje, felizmente não mais se sustentam, sobretudo fundadas em acepções com caráter de axioma científico.

Portanto, na atualidade, quando pensamos em raça pensamos fundamentalmente, no resultado de processos analíticos realizados com a finalidade de obter informações generalizadas sobre o segmento humano, a partir da presença de aspectos que possibilitam o surgimento de discussões que se tornam ainda bem mais amplas do que eram nos séculos anteriores. Pelo menos na visão de Franz Boas, aos determinantes biológicos, componentes quase que exclusivos na conjuntura responsável

pela definição do sujeito da análise durante determinada época, agora são também associados elementos fisiológicos, psicológicos, de hereditariedade, culturais e até mentais. Este repositório de elementos leva-nos a perceber que os pressupostos antropológicos não mais se satisfazem apenas com aspectos puramente tangenciais ou aparentes como cor da pele, aspectos da compleição física, textura dos cabelos, tamanho e formato da cavidade craniana e da mandíbula, sinais todos integrantes de um rol de condições antes considerado como decisivo nesse processo de pesquisa. Em vista disso, não mais se chega ao entendimento do termo raça nos dias atuais, valorizando apenas elementos estritos e restritos a pessoas pertencentes a grupos específicos que partilham uma diversidade de traços somáticos, na medida em que um ou outro desses aspectos, próprios de um determinado grupo social, poderá, eventualmente aparecer noutro grupo marcado pela concentração de componentes opostos, proporcionando dessa forma a possibilidade de associar novos elementos às investigações sobre a origem e o significado do termo. Franz Boas sugere que a raça precisa ser estudada, “não como uma totalidade, mas em suas linhas genótípicas que se desenvolvem sob condições variáveis”<sup>142</sup> e, assim sendo, tentar compreender os passos por meio dos quais o homem passou a ser o que hoje é biológica, psicológica e culturalmente.

Como se pode perceber, atualmente a noção do termo é muito mais diferenciada e mais condicionada à presença de fatores extrínsecos do que fora num passado não muito distante. Em consequência, o que necessita ser percebido como importante fato concreto, como efeito prático e como evidência objetiva é que, apesar de toda a evolução por que passou no terreno científico, o conceito de raça demonstra de forma inequívoca que esse desdobramento evolutivo também gerou perdas e ganhos de antigas e novas dimensões científicas. Quanto a esse aspecto, o que de maneira mais acentuada passa hoje a caracterizá-lo como referência de significações sociais é uma dimensão conquistada nesse processo e que assume papel decisivo na elaboração de um conceito moderno, ou seja, sua indiscutível dimensão sociopolítica.

Mais uma vez chamando a atenção para o destaque de nosso pano de fundo, quero trazer como exemplo contundente, prático, atual e imediato dessa nova dimensão do termo a questão da distribuição de cotas para negros nas universidades federais, tão discutida nos dias de hoje. Certamente, este é o maior e mais conspícuo exemplo de situação em que a dimensão social e política do conceito de raça consegue revelar-se como predominante, visto que não há neste caso, a menor preocupação com aspectos relacionados com determinantes biológicos. Não há por parte dos que são favoráveis à distribuição, não há por parte dos que são contrários, por parte dos que são

---

<sup>142</sup> Boas, *Antropologia cultural*, p. 92.

objetivamente beneficiados e muito menos há por parte dos critérios utilizados para definir quem deve ou não ser contemplado. Ainda no que diz respeito a discussões atuais sobre o termo, temos percebido num nível midiático, um verdadeiro *frisson* por parte da elite, procurando provar a qualquer preço que não mais existe raça, esquecendo-se que, se para o biólogo molecular ou o geneticista humano a raça não existe, ela existe na cabeça dos racistas e de suas vítimas.<sup>143</sup>

Nessa perspectiva é conveniente ressaltar também que essa nova dimensão, praticamente definidora de uma nova maneira de encarar o conceito de raça, revela-se muito em função de ações imprimidas no tecido social pelo próprio negro, as quais, ainda que pouco incisivas, são encetadas no sentido de sinalizar para a minimização de sua invisibilidade nos mais diferentes setores desse segmento. Nesse particular deve ser observado ainda o fato de que essas incursões pelo negro imprimidas, só resultam na produção de efeitos objetivos de caráter sociopolítico, na medida em que produzem tensões, e essas tensões, livres de significados que possam implicar agressão ou agressividade, são resultantes de atitudes tomadas com a finalidade de se constituírem como elementos capazes de se impor de forma a provocar discussões que possam produzir novos discursos e novas práticas sociais que, como a realidade do cotidiano tem demonstrado, são sempre avessas aos interesses da classe dominante.

QUANTO AO CONCEITO DE ETNIA, pouco tenho a acrescentar como uma noção que possa, na contemporaneidade, ter adquirido novos contornos além dos já tradicionalmente conhecidos. A observação que entendo ganhar pertinência como aspecto de possível atualização da noção de etnia, diz respeito ao fato de ela hoje ser considerada de forma decisiva como elemento englobante do processo de compreensão do conceito de raça, havendo mesmo situações em que adeptos dessa nova visão consideram que este conceito se confunde com o conceito de raça, visto que ele também pressupõe, segundo seus adeptos, uma base biológica. Fora este aspecto, hoje, como dantes, a etnia continua traduzindo a noção de concentração de uma população ou grupo social que apresentam uma considerável homogeneidade nas questões relativas à cultura e à religião, refletidas no uso da língua e nos modos de agir, e que, ao mesmo tempo, compartilham histórias, experiências e origens comuns, implicando de maneira natural numa relação com os elementos raça e cor, o que significa dizer que, em certa medida, o conceito de etnia, a exemplo do conceito de raça, não mais é petrificado como até então estávamos acostumados a considerar.

---

<sup>143</sup> Munanga, *Revista USP*, nº 68, p. 152.

*J*Á AS ABORDAGENS ACERCA da categoria cor, por sua vez, passam a ser implementadas por último, porque é exatamente a partir da consideração das idiossincrasias do Brasil ao nível dos intercursos sociais, que os casos relativos à cor passam a assumir valores e significações também específicos, quer ao nível social, quer como noção antropológica. Na medida em que se apresentam como autênticos imperativos sob os quais se constroem discursos, pensamentos e práticas sociais que conferem ao Brasil um *status* de palco específico dos acontecimentos, tais idiossincrasias possibilitam que o país se imponha como componente indispensável às discussões sempre controvertidas que marcam esses assuntos. Portanto, julgo oportuna e providencial uma abertura de parêntesis nas discussões sobre a cor, para que possa inserir em seu fluxo aspectos relacionados às marcas de brasilidade tão presentes e tão incisivas nas relações sociais de nosso cotidiano.

Certamente, um bom elemento para ser destacado como convincente ponto de partida de um mapeamento que se proponha a tratar de nossas peculiaridades comportamentais diz respeito a “um estilo, a um modo de ser, um ‘jeito’ de existir que, não obstante estar fundado em coisas universais, é exclusivamente brasileiro”.<sup>144</sup> Como é exclusividade nossa acreditar em santos católicos, mas não dispensar uma consulta aos orixás africanos; não concordar com as atitudes de determinado político, mas votar nele; reclamar do que nos prejudica, mas, por simples comodismo, aceitar passivamente a situação imposta, não nos rebelando para mudar o que desejamos que seja mudado; e, sobretudo, é exclusividade nossa não sermos um país ambivalente no que se refere a questões raciais, fato que nos impede de operar somente com uma lógica do preto ou branco, como se verifica em qualquer país do mundo. Lógica, porque de forma visível e concreta define muito bem as coisas, as pessoas e as ações e pensamento delas, na construção de um mundo em que se sabe quem é quem, em que se sabe quem pensa o quê e quem pensa como, resultando na existência de um processo de discriminação e de práticas raciais marcadamente caracterizadas por sua natureza ostensiva, com fronteiras e limites bem definidos.

Aqui no Brasil, não. A ausência desse dualismo, implica de imediato o surgimento de uma pluralidade que situa o branco na parte mais alta de um escalonamento que, por um lado, dissimula e dissemina um “racismo à brasileira”, por suas gradações, por seus vários matizes; e por outro lado, gera um comportamento bem característico de nossa maneira de ser, que é o fato de possibilitar que os não-negros transitem em toda a abrangência dessa escala, segundo determinadas circunstâncias e determinados interesses. Um exemplo que demonstra com profundidade esse tipo de comportamento pode ser encontrado nos momentos de disputa política em que, embora brancos, candidatos a cargos

---

<sup>144</sup> DaMatta, *O que faz do brasil, Brasil?*, p. 15.

públicos fazem uma absoluta questão de se declararem negros ou afro-descendentes. Também encontramos com freqüência exemplos dessa natureza, nas oportunidades em que, diante do desapontamento de serem flagrados praticando atos de preconceito e de racismo manifestos, pessoas brancas se defendem, negando a consistência de seus atos, justificando a negativa mediante argumentos como: “eu não sou branco” ou “eu também sou negro” ou ainda “meus avós eram negros”. Na verdade, uma negativa que na sua essência funciona perfeitamente como confirmação.

Questões que, na prática, normalmente são manifestadas nas relações sociais, pela presença dessa pluralidade racial se mantêm latentes, a partir da utilização de discursos retóricos segundo os quais vivemos uma democracia racial ou ainda pela repulsa sempre demonstrada no sentido de dar preferência em manter intocável tema tão brasileiro. Enfim, no Brasil, como bem observa Roberto Da Matta, apesar de fazê-lo por caminhos transversos,

não ficamos com uma classificação racial formalizada em preto e branco (ou talvez, mais precisamente, em preto *ou* branco), com aqueles conhecidos refinamentos ideológicos que, na legislação norte-americana, eram prodígios em descobrir porções ínfimas daquilo que a lei chamava de “sangue negro” nas veias de pessoas de cor branca, que assim passavam a ser consideradas pretas, mesmo que sua fenotipia (ou aparência externa) fosse inconfundivelmente “branca”.<sup>145</sup>

Muito embora não seja simpático a comparações, até mesmo por entender que nossa grande marca são as nossas idiossincrasias, ainda assim considero oportuna a observação de Da Matta, justamente por ela ser, embora às avessas, um modelo de princípios que tão bem nos tipificam e nos singularizam como uma sociedade dividida entre múltiplas possibilidades de classificação e que, pela sua capacidade de combinar essas possibilidades, engendra seu *modus operandi* próprio.

Fechando o parêntesis e retornando ao ponto inicial, afirmo que é por intermédio da cor que as discussões propostas por esta tese passam a contar com o aspecto paroxístico próprio do terreno das práticas do cotidiano centradas no empirismo. Tal situação ocorre justamente em função da dimensão que essa circunstância assume na constituição de uma conjuntura social que continua valorizando a classificação da sociedade em brancos, pretos e pardos, embora quanto a esta última categoria a valorização não siga os mesmos moldes, e é bom que não se perca de vista, o quanto as situações envolvidas e referentes à condição de pardo estão relacionadas com a questão do negro. Embora não tenha interesse em tratar aqui de causa dessa natureza, por julgá-la extemporânea, ainda assim entendo que pelo menos uma dessas condições deve ser tratada a fim de evitar a construção de uma

---

<sup>145</sup> Da Matta, *O que faz do brasil, Brasil?*, p 42.

lacuna que, de repente, pode parecer pouco exprimir. Por isso quero apresentar a título de ilustração da situação inferida, a flexibilidade que permite ao pardo amoldar-se tal como é à condição de negro ou de branco e até mesmo de quase negro ou de quase branco, dependendo das circunstâncias em que estiver envolvido, não somente aos olhos dos brancos, mas também segundo sua própria maneira de se ver, fato que em dada proporção já reflete uma das idiossincrasias do Brasil.

Como se sabe, para o preenchimento de requisitos epistemológicos a noção de cor não se sustenta isoladamente, inclusive por ser, em sua origem, de índole científica. Ela traz consigo e considera outros aspectos ligados à raça e por vezes até mesmo ao próprio conceito de etnia, ou seja, a pele preta, branca ou parda constituem condições que por si só não atendem inteiramente como substâncias capazes de definir uma situação biológica. Paralelamente a esses dados, é indispensável ao sujeito da investigação apresentar determinantes de natureza variada, acentuadamente predominantes num dado segmento humano, bem como apresentar também traços característicos próprios de um determinado grupo cultural, para que, contando com a combinação de elementos específicos, ele finalmente possa vir a ser considerado segundo uma ou outra classificação.

No atendimento dos propósitos deste trabalho, o quesito cor tem autonomia para sustentar-se isoladamente, não só por tudo o que nos proporcionam as relações sociais do cotidiano, – todas refratárias a princípios epistemológicos estabelecidos pela antropologia –, mas sobretudo pelo quadro com o qual vamos deparar na topografia literária e, quanto a isso, se faz inevitável dizer que é um quadro cuja estrutura é formada pelos mesmos ingredientes encontrados na estrutura das relações sociais, presença que no texto literário desempenha a função de reforçar aspectos do cotidiano. Esses elementos são decisivos na resolução da questão essencial de se definir o perfil e o contorno desse negro que é o sujeito da investigação como personagem dos discursos histórico e literário e, uma vez resguardados e respeitados todos os pressupostos epistemológicos de caráter antropológico na busca dessa definição, vamos valer-nos de efeitos práticos como forma de construir este pressuposto básico.

O negro sobre o qual este trabalho prioriza seu enfoque, porque entende ser este o sujeito sob análise, quer do ponto de vista histórico, quer do ponto de vista literário, trata-se de um ser humano que num primeiro momento carrega como principal característica o estigma de ter sido engendrado pela instituição da escravidão, o que faz dele a figura que, em linhas gerais, habita o espaço histórico. Num segundo momento, nossas referências vão ao encontro de alguém que veio a tomar conhecimento dessa condição, quando pela primeira vez na vida saiu de casa e foi à rua caminhando com seus próprios pés, para se juntar a crianças de idades tão tenras quanto à dele. É ali, na brincadeira de rua, na hora do vis-à-vis, no convívio com a criança branca que a criança negra

“descobre” que é negra; e muito pior, “descobre” de forma cruel, porque a reboque dessa certificação ela toma conhecimento de outras que estão associadas ao pólo preto da maniqueísta divisão binária branco e preto, tratada alguns poucos parágrafos atrás. Ganhar a rua significa deixar a casa, mas, mais do que isto, significa deixar um espaço social e ganhar outro, e numa escala ainda muito maior, deixar um mundo e ganhar outro. E nessa dialética entre a casa e a rua, a casa é sempre uma estrutura onde nós nos realizamos basicamente como seres humanos que têm um corpo físico, e também uma dimensão moral e social.<sup>146</sup> Ela demarca um espaço definitivamente amoroso onde a harmonia deve reinar sobre a confusão, a competição e a desordem<sup>147</sup> e por isso nela somos únicos e insubstituíveis, ao contrário da rua que é um espaço que se mede pela luta, pela competição e pelo anonimato cruel de individualidades e individualismos<sup>148</sup>, podendo vir a ser um espaço muito mais excludente que inclusivo e, nesse processo dialético, a rua, numa dimensão muito maior que a casa, mais que mero espaço geográfico configura-se como uma perspectiva pela qual podemos ler, interpretar e explicar o mundo. É sob essas condições que a criança negra, – embora ela ainda não perceba – inicia a caminhada de uma vida que será pautada por uma intolerância racial, que assumindo comportamentos multifacetados permeará toda sua trajetória. É a partir de acontecimentos dessa natureza que pensar o Brasil no tocante à escravidão, ao preconceito e à intolerância racial, implica necessariamente também avaliar atitudes e pensamentos brancocêntricos estabelecidos.

Quem fez a escravidão e quem por meio dela investiu na inferiorização do negro foi o homem branco. Não podemos, portanto, pensar o negro a partir de pressupostos isolacionistas, mas sim em sua dimensão com o branco. Com o branco que não consegue dispensar ao negro um olhar desprovido de amarras e de vendas tão antigas quanto à própria escravidão que historicamente lhe proporcionou mecanismos de coerção, de cerceamento e de inaceitação que ele se habituou a operar diante da presença da gente negra. De um branco que urge ser “libertado” por um processo abolicionista que não seja erigido sob a égide do embuste e do farisaísmo, como ocorreu com a Lei Áurea que “libertou” os escravos, mas que cada vez mais menos nos possibilita desatualizar uma proposição secular de Machado de Assis, na qual ele diz que “a abolição é uma aurora da liberdade: esperemos o sol; emancipando o preto, resta emancipar o branco”.<sup>149</sup> Uma abolição que não priorize apenas o corpo físico de quem quer que seja, mas que, acima de tudo, demonstre um poder de atuação que além de incidir sobre o físico, também seja capaz de transformar mentalidades.

---

<sup>146</sup> Da Matta, *O que faz do Brasil, Brasil?*, p. 29

<sup>147</sup> Id., p. 27.

<sup>148</sup> Id., p. 28.

<sup>149</sup> Machado de Assis, *Esau e Jacó*, p. 992.

Ora, a criança branca, justamente e até por ser criança, não tem a menor noção do que vêm a ser determinantes biológicos, orgânicos, fisiológicos, psicológicos ou culturais. Na mesma intensidade, pode-se afirmar que ela não possui as mínimas condições de raciocinar com a presença de componentes como traços raciais hereditários, de constituição anatômica ou genotípica. A despeito disso ela sabe discriminar sim, ela possui a exata noção do que vem a ser um tratamento preconceituoso, em consequência de uma visão construída com solidez a partir de dois mecanismos que o cotidiano lhe disponibiliza: um, a orientação que lhe é transmitida de forma direta pelo adulto ou, de forma indireta, por tudo o que ela observa e percebe no mundo “branco” ao seu redor, sobretudo nos adultos; outro, pela associação do primeiro mecanismo à cor do sujeito que ela tem como alvo de discriminação e de tratamento preconceituoso, tudo em consequência da utilização de conceitos formalizados no âmago de um sistema simbólico – ou aparelho ideológico – denominado família, a partir de sua condição de estrutura estruturada e estruturante. Para atender a essas metas, a cor é suficiente como requisito básico. Ela é o bastante para forjar toda a conscientização que a criança branca constrói, em vista dos ensinamentos que lhe são transmitidos, associados que são a condições evidenciadas no mundo circundante. E mais: é a partir daí que, ao nível do senso comum e das relações do cotidiano, o conceito de raça, já para a criança negra, passa a ter como correspondente direto e imediato, uma cor que não é a mesma sua. Com certeza são evidências objetivas dessa natureza que autorizam Frantz Fanon a afirmar de maneira categórica que o fato da cor ser o sinal exterior mais visível da raça, contribui para que ela se transforme no critério através do qual homens são julgados sem se levar em conta sua educação e seu nível social<sup>150</sup> e, é óbvio que sua asserção tem por base comportamentos observados no mundo empírico.

Numa conjuntura de predominância branca, portanto, aquele indivíduo cuja cor da pele é preta passa a ser mantido na condição de “estranho”, de “atópico”, de “outro”. De um “outro” que tem suas ações e comportamentos mediados por um sentimento de antagonismo racial; este, embora seja absolutamente indiferente a fundamentos biológicos, anatômicos ou fisiológicos, é capaz o suficiente de provocar a fusão do indivíduo negro com sua população, atitude que resulta na sua avaliação, não conforme seu valor pessoal, mas prioritariamente como referencial de uma classe. Dessa maneira, outorga-se à cor preta uma competência que lhe possibilita convencionar um sentido de raça, em função de aspectos que, por serem epidérmicos, passam a ser pregnantes, isto é, a noção de cor se faz coincidir com a noção de raça. E é devido a esses aspectos que, na estrutura do cotidiano tanto quanto na do espaço literário, tornam-se anódinas as noções de determinantes biológicos ou de outras

---

<sup>150</sup> Fanon, *Pele negra, máscaras brancas*, p. 97.

naturezas semelhantes e, nesta linha, assim o são também as noções de quase brancos ou de quase pretos presentes em muitas situações de relevo em algumas regiões do país, exceção feita às do sul, onde quem é quase branco ou quase preto acaba sendo integrado à população negra, sobretudo em vista da valorização de aspectos aparentes mais acentuados e também pela carga genética daquelas populações, cuja base é constituída por pessoas que em sua maioria descendem de povos acostumados a operar a lógica do preto ou branco.

Por diversas vezes ao longo do trabalho tenho insistido no quanto é notória a impotência demonstrada pelo evento da Abolição, no que diz respeito a sua capacidade de eliminar de forma totalizante a instituição escravidão, na medida em que esta continuou acontecendo, se não mais através de uma prática conspícua e generalizada, nas relações sociais como temática central no terreno das reflexões desenvolvidas por mentalidades refratárias ao ato de libertação, a despeito de todas as falhas possíveis de serem encontradas no processo que a efetuou. A condição de negro – independentemente de condições biológicas, mas não de aspectos aparentes – sempre esteve natural e indelevelmente associada à condição de escravo, introduzindo nos *habitus* das pessoas uma referência de assimilação e absorção de formas de ver, interpretar e de tentar inferiorizar o homem negro através de uma hierarquização que, visto pela ótica daqueles que se encontravam no ápice da estrutura estamental, a todo custo deveria ser mantida. A Abolição foi responsável por ações capazes de fazer com que um dia o homem negro deixasse de ser escravo; no entanto, uma vez continuando a ser negro, ele não se livrou do estigma de ter de continuar sendo visto como escravo por uma sociedade branca incapaz de percebê-lo e de respeitá-lo como um homem marcado por um novo *ethos*. É devido à presença de predisposições dessa ordem que Barthes encontra razões para observar que a ciência segue seu caminho depressa e bem; mas as representações coletivas não a acompanham, mantêm-se séculos atrás, estagnadas no erro pelo poder, a imprensa, e os valores da ordem.<sup>151</sup> E em sendo assim, as evoluções trazidas pela antropologia não foram eficazes a ponto de frear significações – a despeito de não ser este seu papel – que a coletividade insiste em continuar valorizando como elementos norteadores da construção de sua visão de mundo, a exemplo da valorização que ela atribui à cor, que numa perspectiva literária, assume proporções muito mais amplas, uma vez considerado o ponto de vista do campo semântico inerente a este quesito.

Outro aspecto que confirma essas proposições, funcionando meio como contraponto das discussões levantadas nesse particular, trata-se das questões relacionadas ao chamado “embranquecimento”, situação que, muito mais que um ato gratuito ou isolado, foi uma espécie de

---

<sup>151</sup> Barthes, *Mitologias*, p. 45.

preocupação e de idéia que há séculos perpassaram escopos da classe dominante, presentes com bastante ênfase nos textos históricos, mas, apresentando-se também nos textos literários como poderemos notar, por exemplo, no *Sermão da XX<sup>a</sup>*, do Padre Antonio Vieira e em *Menino de engenho*, de Lins do Rêgo. Embora eu ainda vá tratar dessa questão nos espaços adiante, considero oportuno antecipar aqui as preocupações centradas nas categorias branca, preta e parda, destacadas por Padre Vieira no sermão citado, demonstrando o quanto o elemento cor assume uma capacidade decisória e uma relevância que transcende sua dimensão primeira no pensamento dominante. O termo embranquecimento, tão difundido, tão discutido e tão almejado por muitos ao longo de um período histórico do Brasil, visto por uns, como a possibilidade de se livrar da sua condição de negro, e por outros, como a possibilidade de se livrar dos negros, sempre foi a expressão de uma mentalidade dominante que tinha a intenção de resolver um problema ao nível da aparência física, exterior, portanto, resolver aquilo que para ela era um incômodo ao nível da cor, como revela a observação feita por Kabengele Munanga:

A elite “pensante” do País tinha clara consciência de que o processo de miscigenação, ao anular a superioridade numérica do negro e ao alienar seus descendentes mestiços graças à ideologia de branqueamento, ia evitar os prováveis conflitos raciais conhecidos em outros países, de um lado, e de outro, garantir o comando do País ao segmento branco, evitando a sua “haitinização”.<sup>152</sup>

Uma inequívoca comprovação do poder de abrangência e da capacidade de se estabelecer como referência de raça, que a categoria cor apresenta no sentido de demonstrar sua transcendência, encontra-se nas oportunidades em que ela tende a objetivar-se como realidades racializadas e racializantes, possíveis de serem percebidas com relativa facilidade nos mais diferentes espaços de expressão e de manifestação humanas, como o comércio e o segmento midiático, só para citar dois deles. A visibilidade com que essas condições se expõem no âmbito comercial, dependendo do porte do estabelecimento e do local onde este se encontra instalado, não exige que ninguém dispense uma atenção excessiva no sentido de percebê-la. Os tradicionais *shoppings centers* constituem o que há de mais concreto como reconhecimento explícito de distribuição espacial que comporta estruturas racializadas e racializantes, circunstância que também influi na formação de nosso *habitus*, na medida em que é a partir de seu potencial estruturante que as diferenciações socialmente construídas

---

<sup>152</sup> Munanga, *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*, p. 87.

por esses espaços causam impactos e obtêm resultados vinculados sempre ao nível da cor e jamais ao nível de determinantes biológicos.

Do ponto de vista das produções midiáticas, sobretudo no que se refere à mídia televisiva, observamos a mesma predisposição em muitos dos programas veiculados que se revelam como racializados e racializantes, nem tanto pela presença de poucos negros atuando na condição de participantes ou pela presença mais acentuada de brancos nessa mesma condição, mas sim, porque a presença mais acentuada de brancos na condição de participantes está diretamente relacionada à maior presença de brancos, também na produção desses programas, na condução deles e, sobretudo, na condição de proprietários das emissoras que os veiculam, o que faz com que eles sejam veiculados essencialmente para um público de predominância branca. É nesse nível que esses programas se realizam como estruturas estruturantes, muito embora, no desempenho dessa função, eles sejam bem menos competentes a fazê-lo na profundidade que mais incisivamente se evidenciam, por exemplo, nas informações disseminadas pelas ações desenvolvidas pelas publicidades subliminarmente embutidas nas propagandas comerciais.

E dessa forma, sem negar o conteúdo epistemológico dos pressupostos antropológicos, pelo contrário, sempre caminhando em busca de repensá-los no que diz respeito aos resultados da sua capacidade analítica, minha pretensão é problematizar suas versões a partir da consideração de valores empíricos realçados em efeitos práticos multifacetados nas relações do cotidiano sobrevividas numa arena chamada Brasil.

*A*NTES DE EXAMINAR com mais objetividade as formas através das quais a linguagem literária articula desempenhos do personagem negro, ou seja, revelando uma maneira tal que acaba corroborando atitudes comportamentais dominantes das relações do cotidiano, a partir da adoção de estratégias discursivas que não provocam ruptura com predisposições estabelecidas e não apresentam nenhum nível de inovação, julgo oportuno recorrer a mais uma linha de raciocínio que considero de pertinência considerável no atendimento de princípios básicos trazidos por este capítulo, sobretudo porque, na verdade, os dispositivos práticos presentes nessa linha de pensamento perpassam de forma latente toda a problemática existente no campo das relações sociais do cotidiano.

A complexidade dos aspectos práticos dos desdobramentos das relações sociais que estão sendo abordadas deixa de ter sua essência sopesada quase sempre em função da perda do foco nos detalhes. As tensões presentes no campo social às quais me referi poucos parágrafos atrás eclodem exatamente porque se constituem num conjunto de ações que vão de encontro ao repositório de ensinamentos

modeladores da visão de mundo da classe dominante, ou, mais adequadamente até, contra seus *habitus*, transmitidos que lhes são pelos aparelhos ideológicos de Estado ou sistemas simbólicos, sobretudo pela família, instância dotada de grande facilidade de acesso e a que com mais propriedade concentra o húmus de toda essa proposta de auto-suficiência que caracteriza a classe dominante.

Uma vez penetrando no terreno das discussões literárias não se dispensará aqui uma primazia pela sociologia da Literatura, entretanto, não há por que excluir do trabalho sua dimensão crítico-sociológica, na medida em que a Literatura apresenta uma realidade social que aí está, da qual o negro é ente expressivo como parte representativa, acrescentando-se a isto a tese que estabelece que os personagens, embora não correspondam a pessoas vivas, nascem delas. É possível perceber, entretanto, que as abordagens literárias não se resumem a isso; elas constituem também uma forma de ver a realidade, e ao representar a realidade do cotidiano, se o fizerem por meio de padrões que atendam a essa realidade apenas parcialmente, renunciando a tensões, correm o risco de beirar a indigência.

*E* M LINHAS GERAIS, É ESTA A REALIDADE que marca nosso cotidiano. É desse plano das relações sociais que emerge o negro que em sua essência é muito mais produto de um registro empírico e inventivo que propriamente fruto de análises antropológicas ou preservacionistas, dali migrando para os espaços textuais. É com este negro e com a mesma concepção do termo com a qual estamos acostumados a lidar no cotidiano que deparamos na Literatura brasileira, dando vida ao “negro José Guedes”, ao “negro Passarinho”, à “negra Margarida” e ao “negro Domingos” de *Fogo Morto*; à “negra Bertoleza”, de *O cortiço*; ao “negro Feliciano”, à “negra Esmeralda” e ao “negro Lelê”, de *Viva o povo brasileiro*; ao “negro Damião”, à “negra Francisca”, à “negra Generosa” e à “negra” Luísa, de *Menino de engenho*; ao Negrinho, de *O Negrinho do pastoreio*; à “Negrinha”, de *Urupês*; ao “negro Benedito”, de *O tronco do Ipê*; à “negra Florinda”, de *Um defeito de cor* ou ao “crioulo Simeão” e à “crioula Esméria” de *Vítimas algozes*. Eles aí estão dando vida a esses “negros” citados e representando tantos outros “negros” e “negras”, “negos” e “negas”, “pretos” e “pretas”, “crioulos” e “crioulas”, assim tratados pelos textos em geral, de forma a nos convencer que, tanto na vida como na Literatura, o tratamento racista e preconceituoso se define pelo fenótipo, invariavelmente tendo a ver com melanina e jamais com pureza genética. Em certa medida, o problema fundamental não está na raça que é uma classificação pseudocientífica rejeitada pelos próprios cientistas da área biológica. O nó da questão está no racismo que hierarquiza, desumaniza e

justifica a disseminação existente,<sup>153</sup> o que significa dizer que, a concepção que se tem da condição de negro, quer no dia-a-dia, quer na topologia literária é sempre construída a partir de ditames impostos por pressupostos sociais e históricos, e nunca biologicamente.

E sobre este eixo de raciocínio, quando imergimos na topologia literária já não estamos mais diante de um problema ontológico, mas, sim, diante de questões relacionadas com estratégias discursivas, pois, somente o discurso visa às coisas, aplica-se à realidade, exprime o mundo. Sua referência é seu valor de verdade e sua pretensão é atingir a verdade.

///

---

<sup>153</sup> Munanga, *Revista USP*, nº 68, p. 53.

### 4.3 – Vieira: negritude e retórica religiosa

**P**OR OBEDIÊNCIA A UMA questão cronológica e na perseguição de uma linearidade que possa representar a tradução de uma trajetória da Literatura brasileira em toda sua extensão temporal, a partir de agora o objetivo será centrado em obras literárias e cronologias capazes de retratar com exatidão situações que embora pareçam pontuadas, na verdade perpassam a Literatura brasileira como um todo.

Inicialmente o discurso a ser examinado é aquele que encontramos nos *Sermões da XIV<sup>a</sup>, da XX<sup>a</sup> e da XXII<sup>a</sup>*, do Padre Antonio Vieira. Antes, porém, merece ser destacada a capacidade que esse discurso possui em caracterizar-se como histórico, como religioso e como literário, sendo esta última vertente a que me interessa como objeto de análise comparativa com as vertentes não-estéticas encontradas, inclusive em si mesmo bem como em outros textos, dando sustentação e reverberando pensamentos, *habitus* e ideologias dominantes presentes na Literatura já a partir do século XVII. Esses três textos de Vieira traduzem de forma precisa uma predisposição literária recorrente e própria de parte de seu *corpus*, ou seja, o desenvolvimento de um discurso sobre o negro e dirigido ao negro, nitidamente com a pretensão de convencê-lo a dar-se por satisfeito com a condição de escravo, através da utilização de mecanismos de persuasão eminentemente religiosos.

O *Sermão da XIV<sup>a</sup>*, o primeiro a ser observado como referência de discurso literário que apresenta uma expressiva capacidade de entrecruzar-se com discursos não-estéticos foi proferido pelo Padre Antonio Vieira em 1633, na Bahia, à irmandade dos pretos de um Engenho, em dia de São João Evangelista, o que nos leva a perceber, que na citada conjuntura o negro já se faz presente e de forma dupla: por um lado, presente como ouvinte, e, por outro lado, presente como sujeito sob enfoque, portanto, como personagem. Na mesma proporção é indispensável que se diga que, tanto numa condição quanto noutra, a despeito da expressiva ocupação de espaço, ele se encontra absolutamente desprovido de voz, também duplamente. Silenciado como ouvinte porque ao fiel não cabe falar, não cabe questionar, e silenciado como personagem porque construído sem voz, como tal, sobretudo pela própria estrutura do sermão.

No referido sermão e em seu sermonário que trata do negro como assunto, Vieira joga com as palavras através do apelo ao cultismo, faz uso do conceptismo, abusa do investimento na retórica e nas ideologias religiosa e laica, proferindo um discurso para um público de predominância negra que ele quer convencer de que sua posição de escravizado nada mais é que parte integrante de uma ordem religiosa, natural às coisas e à vida de humanos e de santidades.

Esse sermão contém nove partes e, nas quatro primeiras, Vieira recorre a pressupostos religiosos que devem ser vistos pelos escravos como formas de aceitação do estado no qual eles se encontram, a partir de uma evolução alegórica apresentada por elementos religiosos, que se expressa inicialmente pela exaltação da Mãe de Deus e pela honra em recebê-la. Em seguida, o texto dá prosseguimento a sua postura alegórica, através do tratamento de três modalidades de nascimento possíveis, a começar pelo nascimento de Cristo, e com esses primeiros passos é feita uma preparação no intuito de que aquela instância religiosa que Vieira vê prioritariamente como a mãe de todos nós, seja vista pelos escravos, sobretudo, como mãe deles também, convencidos que serão por argumentos apresentados em três das nove partes que o compõem.

Na primeira veremos com novo nascimento nascido de Maria a Jesus; na segunda com outro nascimento nascido de Maria a S. João; e na terceira, também com novo nascimento nascido de Maria aos *Pretos seus devotos*. Dêem-me eles principalmente a atenção que devem, e destes três nascimentos nascerão outros tantos motivos, com que *reconheçam a obrigação que têm de amar, venerar, e servir* a Virgem Senhora Nossa, como Mãe de Jesus, como Mãe de S. João e como Mãe sua.<sup>154</sup> [grifos meus]

Em seu desdobramento o sermão nos mostra que o reconhecimento e a obrigação que o pregador instiga para que os escravos tenham vão muito além do ato de amar, venerar e servir a Virgem Senhora Nossa, como em princípio quer fazer parecer. Subjacente a essa proposta encontra-se uma empresa que se coloca a serviço da manutenção de uma situação que será tanto mais favorável aos setores dominantes, quanto mais o segmento humano representado pelos escravos mostrar-se inconsciente a sua condição de explorado dentro do tecido social. Portanto, torna-se indispensável, a partir desse ponto da pregação, começar a reparar, a destacar e a considerar como elemento decisivo da proposta discursiva em dialogar, reverberando aspectos de textos não-estéticos, o domínio prático e o conhecimento teórico das formas retóricas de Antonio Vieira, tendo em vista que elas são objeto do sujeito falante e não do sujeito ouvinte, e nessa medida, “a diferença de informação entre sujeito falante e sujeito ouvinte é válida igualmente para a literatura”.<sup>155</sup> Essa validade se processa também no terreno das práticas literárias em virtude da capacidade inerente à retórica de não funcionar como um mecanismo isolado, mas sim como um “sistema mais ou menos elaborado de *formas de pensamento e de linguagem, as quais podem servir à finalidade de quem discursa para obter, em determinada situação, o efeito que pretende*”<sup>156</sup> [grifos meus]. E os efeitos pretendidos por Padre Vieira não se resumem à esfera pessoal; são interesses bem mais abrangentes

<sup>154</sup> Vieira, *Sermão da XIV<sup>a</sup>*, pp. 636-637.

<sup>155</sup> Lausberg, *Elementos de retórica literária*, p. 77.

<sup>156</sup> Id., p. 75.

que vão muito mais além porque ele não prega para si, mas, o faz sim, em nome de uma instituição que, ao mesmo tempo em que detinha todos os mecanismos capazes de alterar os quadros da escravidão, tinha também todos os interesses para não o fazer, conforme já foi demonstrado com propriedade no capítulo 2 deste trabalho.

Uma vez preparado o terreno, é chegada a hora de começar a aprofundar-se naquilo que o pregador realmente tem como interesse maior: a objetividade necessária e percuciente, explorada através das marcas de um “segundo” nascimento de Jesus, de S. João e do “segundo” nascimento dos negros.

O segundo nascimento de Jesus ao qual o texto se refere diz respeito ao “nascimento” ocorrido na cruz, portanto, no ato da morte.

O segundo nascimento de S. João acontece na formação de uma autêntica simbiose que se processa entre ele e Jesus, ocorrido no mesmo momento em que se dá a crucifixão, extraída da indistinção que Cristo propõe existir entre ele e João, como filhos de Maria que são, ao apontar para João e dizer a sua mãe: *Ecce filius tuus*,<sup>157</sup> revelando, ao utilizar esses termos, que suas palavras foram proferidas no sentido de querer “significar declaradamente que ele e João não se distinguiam, e que João não era outro filho da Senhora, senão o mesmo Jesus, que ela gerara, e dela nascera”.<sup>158</sup>

E quando é que os negros nasceram de novo? No mesmo dia em que Cristo e João renasceram. Como parte integrante do mesmo conjunto de acontecimentos e de circunstâncias que possibilitaram o renascimento de Cristo e de João, porque o terceiro nascimento do qual advieram as mesmas palavras, *Ecce filius tuus*,<sup>159</sup> “é o dos Pretos, devotos da mesma Senhora, os quais também são seus filhos, e também *nascidos entre as dores da Cruz*” [grifos meus]. E a partir da execução dessa forma de intróito, Vieira tem a sua mercê todos os caminhos abertos para desenvolver um discurso que vai ao encontro dos interesses de uma classe dominante que ele integra. Por isso ele utiliza ações imprimidas na manutenção de um estado de dominação, que por via de regra é alcançado, sobretudo pelo uso de uma linguagem que conta com a contribuição de uma retórica imprescindível à compreensão do substrato das suas produções literárias. Esse comprometimento retórico encontra-se subjacente ao estilo desse escritor, ajudando a compor uma tessitura eivada de elementos discursivos, estrategicamente utilizados, como, por vezes, se observa na aplicação do conceptismo e de um húmus ideológico próprio da Contra-Reforma:

---

<sup>157</sup> “Eis aí teu filho.”

<sup>158</sup> Vieira, *Sermão da XIVª*, p. 640.

<sup>159</sup> Id., p. 642.

se um destes homens nascidos de Maria é Deus; o outro homem também nascido de Maria quem é? É todo o homem que tem a fé e conhecimento de Cristo, de qualquer qualidade, de qualquer nação, e de qualquer cor que seja, ainda que a cor seja tão diferente da dos outros homens, como é a dos Pretos. [...] De maneira que vós os Pretos, que tão humilde figura fazeis no mundo, e na estimação dos homens, por vosso próprio nome, e por vossa própria nação, estais escritos e matriculados nos livros de Deus, e nas Sagradas Escrituras: e não com menos título, nem com menos foro, que de filhos da Mãe do mesmo Deus.<sup>160</sup> [grifos meus]

Juntamente com o apelo ao conceptismo, o jogo retórico é proclamado como o elemento que confere sustentação a seu discurso, na medida em que a proposta básica é a de convencer o negro que, apesar de ser negro, ele goza de todas as regalias liberadas a quem é filho da Mãe do mesmo Deus. Entretanto, também é preciso conduzir a pregação no sentido de fazer com que o negro jamais perca de vista que, em sua essência, ele é negro e o que isto representa e significa na conjuntura na qual ele está inserido.

A partir de então o discurso é pura objetividade na direção do que sustenta a minha proposta maior, ou seja, demonstrar o quanto ele reverbera interesses hegemônicos expressos com veemência nos textos de natureza histórica:

o Profeta pôs no último lugar os Etíopes e os Pretos; porque este é o lugar que lhes dá o mundo, e a baixa estimação com que são tratados dos outros homens, filhos de Adão como eles. Porém a Virgem Senhora, sendo Mãe do Altíssimo, não os despreza, nem se despreza de os ter por filhos, antes porque é Mãe do Altíssimo, por isso mesmo se preza de ser também sua Mãe. Saibam pois os Pretos, e não duvidem que a mesma Mãe de Deus é Mãe sua: [...] que assim pequenos como são, os ama, e tem por filhos.<sup>161</sup> [grifos meus]

Tal linha de comportamento discursivo prossegue, contando com o reforço de um argumento segundo o qual nem todos os negros tinham a felicidade de ser cristãos, mas aqueles aos quais o texto se dirigia, sim, o que fazia daqueles escravos, figuras especiais, portanto, portadoras de mais uma referência que eles não poderiam desconsiderar, ou seja, o acesso a princípios de cristandade e o conhecimento das Escrituras Sagradas.

Os Etíopes de que fala o texto de Davi, não são todos os Pretos universalmente, porque muitos deles são gentios nas suas trevas; mas fala somente daqueles de que eu também falo, que são os que por mercê de Deus, e de sua Santíssima Mãe, por meio da Fé e conhecimento de Cristo, e por virtude do Batismo são Cristãos.<sup>162</sup>

<sup>160</sup> Vieira, *Sermão da XIV<sup>a</sup>*, p. 642.

<sup>161</sup> Id., p. 643.

<sup>162</sup> Id., p. 644.

Ou, ainda, chamando a atenção para a posse de uma dádiva que os céus lhes proporcionavam pela via da Igreja, não importando em que medida aquela operação implicava a degradação, a espoliação e a destruição da cultura e da religião próprias daquela gente:

assim como Deus na lei da Natureza escolheu a Abraão, e na Escrita a Moisés, e na Graça a Saulo, não pelos serviços que lhe tivessem feito, mas pelos que depois lhe haviam de fazer; assim a Mãe de Deus antevendo esta vossa fé, esta vossa piedade, e esta vossa devoção, *vos escolheu entre tantos outros de tantas e tão diferentes nações, e vos trouxe ao grêmio da Igreja*, para que lá, como vossos Pais, vos não perdêsseis, e cá, como filhos seus, *vos salvásseis*.<sup>163</sup> [grifos meus]

A abordagem anterior complementa-se na observação que recomenda aos escravos que eles devem “dar infinitas graças a Deus por vos ter dado conhecimento de si, e por vos ter tirado de terras, onde vossos pais e vós vivíeis como gentios, e vos ter trazido a esta, onde instruídos na Fé, vivais como Cristão, e vos salveis”.<sup>164</sup> Enfim, na visão da Igreja, ter saído da África foi um grande negócio feito pelos escravos!

O pregador começa a estreitar seu campo de ação ao recorrer a estratégias literárias que lhe possibilitam apelar cada vez com mais intensidade para o duplo sentido, para a proposta alegórica, em dizer o máximo com o mínimo de palavras e em apelar para o requinte expressivo e para a sutileza das idéias defendidas, dirigindo-se de maneira específica àqueles que, embora constituam um público-alvo, de fato representam todo um povo:

[...] Que unidos estes três nascimentos em um mesmo intento, todos e cada um deles se ordenam a declarar e persuadir a devoção do Rosário; e do Rosário *particularmente dos Pretos*; e dos Pretos em *particular que trabalham* neste e nos outros Engenhos. [...] O novo nascimento de Cristo os persuade a que sem embargo do *contínuo e grande trabalho em que estão ocupados*, nem por isso se esqueçam da soberana Mãe sua, e de lhe rezar o Rosário, ao menos parte quando não possam todo. E finalmente, o novo nascimento de S. João lhes ensina quais são, entre os mistérios do Rosário, os que mais pertencem ao seu estado, e com que devem aliviar, santificar, e oferecer à Senhora o seu mesmo trabalho. Este é o fim de quanto tenho dito, e me resta dizer: e este haverá por bem festejado o seu dia. *E porque agora falo mais particularmente com os Pretos, agora lhes peço mais particular atenção*.<sup>165</sup> [grifos meus]

Para os interesses do pregador a exigência da atenção se justifica, mas só de modo a atender o nível de atenção que lhe convém, no que se refere ao ouvinte; e de uma atenção que se limite a uma leitura tangencial, no caso do leitor, implicando a resposta pretendida que é a resultante de uma leitura oficial e perspectivista. No entanto, como artefato literário que é, o texto exige que as

<sup>163</sup> Vieira, *Sermão da XIV<sup>a</sup>*, p. 647.

<sup>164</sup> Id., p. 646.

<sup>165</sup> Id. ib.

atensões do leitor o levem a perceber aspectos localizados nas entrelinhas do texto, pois só dessa forma poderemos notar a presença de substâncias que estão embutidas em seu nível ideológico dominante, levando-nos a perceber também sua dimensão como veículo de expressão humana a serviço de segmentos sociais habituados a verem e a terem preservados todos seus desideratos hegemônicos.

Uma vez obtendo a atenção desejada e possivelmente por já se dar por satisfeito com a posse de um considerável grau de convencimento, ou mesmo por uma questão de oportunismo, o pregador acrescenta ao discurso outro eficaz instrumento de persuasão: o medo, o pavor.

Caminhando os filhos de Israel pelo deserto em demanda da terra de Promissão, rebelaram-se contra Deus três cabeças de grandes famílias, Datã, Abirão, e Coré: e querendo a Divina Justiça *castigar exemplarmente* a atrocidade deste delito, *abriu-se subitamente* a terra, *tragou vivo aos três delinqüentes*, e em um momento todos três, com portento nunca visto, *foram sepultados no inferno*. Houve porém neste caso *uma diferença ou exceção* muito notável, e foi que com Datã e Abirão pereceram juntamente, e foram também tragados da terra, e sepultados no inferno *seus filhos; mas os de Coré não*: e este é o que a Escritura chama grande milagre.<sup>166</sup> [grifos meus]

Na analogia feita, os escravos correspondem aos únicos filhos salvos de pais que receberam o castigo de perecerem pelo cometimento de pecados. Nessa perspectiva, o grande milagre é operado pela fé e pela Igreja, portanto, trata-se de salvar filhos de pais que, condenados, foram para o inferno, mas os filhos, não. Aos pais dos escravos nada mais se pode fazer, mas quanto aos filhos o grande milagre operado com eles se chama escravidão:

oh se a gente preta tirada das brenhas da sua Etiópia, e passada ao Brasil, conheceu bem quanto deve a Deus, e a sua Santíssima mãe por este que *pode parecer desterro, cativoiro, e desgraça*, e não é senão *milagre, e grande milagre!* Dizei-me: vossos pais, que nasceram nas trevas da gentilidade, e nela vivem e acabam a vida sem lume da Fé, nem conhecimento de Deus, aonde vão depois da morte? Todos, como já credes e confessais, vão ao inferno, e lá estão e arderão por toda a eternidade.<sup>167</sup> [grifos meus]

Estabelecidas como parâmetros a escravidão e a condição de negro, resta ao pregador priorizar um discurso que tenha como alvo manter esses dois aspectos como coisas fixas e inalteráveis. E para a consecução desse propósito torna-se imperioso investir na utilização de estratégias que, a um só tempo, tenham a finalidade de produzir efeitos práticos, tanto no segmento dominado quanto no dominante. No segmento dominado, de modo a convencê-lo de que o seu *status* mais do que uma questão material é também uma situação que tem a ver com as coisas sagradas e, por isso, é definido

<sup>166</sup> Vieira, *Sermão da XIV<sup>a</sup>*, p. 647. Sobre Coré ou Corá, Cf. *A Bíblia de Jerusalém*, 1<sup>o</sup> Crônicas, 9-19 ou Salmos 42-49.

<sup>167</sup> Id., p. 648.

por elas. Na mesma proporção atua no segmento dominante, produzindo em sua mentalidade uma auto-suficiência e uma visão de mundo que dão aos seus membros a certeza de que aquela é a ordem natural das coisas. Por isso, no texto vieiriano a relação estabelecida entre escravidão e as coisas divinas fica ainda mais acirrada, com estas cada vez mais configurando-se como elementos comprobatórios e justificadores da necessidade da existência daquelas.

*Não há trabalho, nem gênero de vida no mundo mais parecido à Cruz e Paixão de Cristo, que o vosso em um destes Engenhos. Bem-aventurados vós se soubésseis conhecer a fortuna do vosso estado, e com a conformidade e imitação de tão alta semelhança aproveitar e santificar o trabalho!*<sup>168</sup> [grifos meus]

A prova maior da adoção de um conjunto de medidas que visa à obtenção de resultados dessa natureza patenteia-se em diversas passagens possíveis de serem percebidas ao longo do texto, sobretudo a partir do momento em que o autor, arditamente, retoma o momento mais representativo da historicidade cristã, – o suplício de Cristo na cruz. Mais uma vez esse acontecimento é transformando numa referência incontestável, e estrategicamente são retiradas dele as palavras proferidas por Cristo no momento mais paroxístico daquela ocorrência, fazendo delas a substância material necessária ao desenvolvimento de uma empreitada, cuja missão precípua é a caminhada na direção da tese que venho defendendo. Neste ponto do sermão, Vieira aponta para uma situação que ele denomina de Mistérios, que significam uma tripartição do Rosário, configurados na presença de mistérios que ele categoriza como gozosos, dolorosos e gloriosos, sustentados que são pelo uso de um comportamento alegórico que se faz presente em três expressivos momentos vividos por Cristo, no ato da crucifixão.

Antes, porém, vale a pena complementar aspectos relacionados com as proposições de Vieira, dada a riqueza que trazem embutidas em si, no que diz respeito à astúcia que ele emprega no trato da coisa de caráter dominante que ele está imbuído de realizar, porque é a partir desse ponto que sua segunda intenção começa a delinear-se de forma mais intensa. Primeiramente, ele recorre aos Hebreus como referência de trabalhadores de uma conjuntura social e religiosa daqueles tempos, que apesar da dureza do seu trabalho se mantiveram fiéis como ele incita os negros a serem. Em seguida, como já salientado, ele propõe que os mistérios são em número de três, todos condicionados a três breves orações feitas por Cristo, associando a terceira oração aos mistérios gloriosos, a segunda, aos mistérios dolorosos e a primeira, aos mistérios gozosos.

---

<sup>168</sup> Vieira, *Sermão da XIV<sup>a</sup>*, p. 650.

Os gloriosos ele associa à terceira oração e simultaneamente às palavras proferidas por Cristo, no exato momento de sua partida deste mundo, quais sejam: *Pater in manus tuas commendo Spiritum meum*, o que significa dizer: Pai, nas tuas mãos entrego o meu espírito, e por isso a glória.<sup>169</sup>

Já os dolorosos Vieira associa à segunda oração em que Cristo, amorosamente queixoso proferiu em alto e bom som as seguintes palavras: *Deus meu, Deus meu, ut quid dereliquisti*, ou seja, Deus meu, Deus meu, por que me desamparaste?<sup>170</sup>

Quanto aos gozosos a associação se verifica no momento em que Cristo roga pelos mesmos que o estavam pregando na cruz, alegando que eles não sabiam o que faziam: *Non enim sciunt quid faciunt*.

E a sua habilidade começa a ser construída em função do teor alegórico imposto à articulação empreendida a determinadas passagens, reveladas por aspectos do texto que só uma leitura das mais atentas pode proporcionar ao leitor uma percepção deste porte. Nessa perspectiva, um binarismo maniqueísta se interpõe revelando marcas do cotidiano:

e que tem que ver a pomba com o triste escravo e negro Etíope, que entre todas as aves só é parecido ao corvo? Que tem que ver a prata e o ouro com o cobre da caldeira, e o ferro da corrente a que está atado? Que tem que ver a liberdade de uma ave com penas e asas para voar, com a prisão do que pode bulir dali por meses e anos, e talvez toda a vida?<sup>171</sup>

A partir dessa linha de ação a o-pressão começa a atingir dimensões que desconhecem limites...

[...] se não só de dia, mas de noite vos virdes atados a essas caldeiras com uma forte cadeia, que só vos deixe livres as mãos para o trabalho, e não os pés para dar um passo; nem por isso vos desconsoléis e desanimeis; orai e meditai *os mistérios dolorosos*, acompanhando a Cristo neles, como S. João; e nessa triste servidão de miserável escravo tereis o que eu desejava sendo Rei, quando dizia: Ah! Quem me dera asas como de pomba! Voaria e estaria em descanso.<sup>172</sup>

... a confusão entre realidade e religiosidade beira o desrespeito a uma condição humana...

... porque é tal a virtude dos mistérios dolorosos da Paixão de Cristo para os que orando os meditam, gemendo como pomba, que o ferro se lhes converte em prata, o cobre em ouro, a prisão em liberdade, o trabalho em descanso, o inferno em paraíso, e os mesmos homens, posto que pretos, em Anjos.<sup>173</sup>

<sup>169</sup> Vieira, *Sermão da XIV<sup>a</sup>*, p. 653.

<sup>170</sup> Id. ib.

<sup>171</sup> Vieira, *op. cit.*, p. 656.

<sup>172</sup> Id. ib.

<sup>173</sup> Vieira, *op. cit.*, p. 657.

...e o embuste se consagra, como se consagra o despudor revelado até mesmo por um sentimento de religiosidade:

os *dolorosos* (ouçam-me agora todos), são os que vos pertencem a vós, como os *gozosos* aos que devendo-vos tratar como irmãos, se *chamam vossos senhores*. *Eles mandam e vós servis: eles dormem, e vós velais: eles descansam, e vos trabalhais: eles gozam o fruto de vosso trabalho, e o que vós colheis deles, é um trabalho sobre o outro. Não há trabalhos mais doces que os das vossas oficinas; mas toda essa doçura para quem é? Sois como as abelhas, de quem disse o Poeta: Sic vos non vobis mellificatis apes*. O mesmo passa nas vossas colméias. As abelhas fabricam o mel, sim, mas não para si. E posto que os que o logram é com tão diferente fortuna da vossa; se vós porém vos souberdes aproveitar dela, e conformá-la com o exemplo e Paciência de Cristo, eu vos prometo primeiramente que esses mesmos trabalhos vos sejam muito doces, como foram ao mesmo Senhor.<sup>174</sup> [grifos meus]

Entendo que toda a proposta vieiriana que o *Sermão da XIV<sup>a</sup>* traz a reboque, pode ser resumida na compreensão dos mistérios dolorosos e dos gozosos. Relembro ao leitor que os mistérios dolorosos são traduzidos pelas palavras de Cristo: “Deus meu, Deus meu, por que me desamparaste?,” revelando sofrimento e abandono, portanto, características naturais e próprias dos escravos que têm mais é que considerá-las normais e até gratificantes porque, em sua essência, esses sofrimentos não são deles, mas, sim, de Cristo.

Os mistérios gozosos, por sua vez, dizem respeito às seguintes palavras proferidas por Cristo: *Non enim sciunt quid faciunt*, isto é, “Pai, perdoa-lhes porque eles não sabem o que fazem”. Na mesma proporção que os mistérios dolorosos são os mais adequados ao perfil dos escravos, o desdobramento do texto nos mostra que os gozosos são os que mais bem se ajustam aos senhores-de-engenho, e, sobretudo pelo que se expressa na citação acima, uma leitura, ainda que tangencial que seja, possibilita perceber com facilidade a proposta do texto em procurar, pela via da religiosidade, isentar de culpabilidade os verdadeiros responsáveis pela construção de um panorama social marcado por extrema hediondez. E não satisfeito com essa intervenção o *Sermão da XIV<sup>a</sup>* insinua ainda que aos escravos negros cabia perdoar os maiores detratores da sua dignidade, sob a alegação de que os senhores-de-engenho não tinham consciência do que faziam.

*T*RANSFERINDO AS DISCUSSÕES para o *Sermão da XX<sup>a</sup>*, percebemos que o seu desdobramento, em sua essência mostra que Padre Vieira continua centrando seu enfoque na questão do negro e na relação deste com a escravidão; no entanto, além desse centramento, também deriva para uma

---

<sup>174</sup> Vieira, *Sermão da XIV<sup>a</sup>*, p. 657.

importante esfera de julgamento e de descrição, que vem a ser a dos posicionamentos que ele adota e defende acerca da categoria cor.

Neste sermão o que se evidencia desde o início é a postura nitidamente conciliadora do pregador que discursa com ares de quem busca a reparação de um erro cometido, comportamento que se traduz na objetividade com que ele age, sem os rodeios e os circunlóquios tão presentes no *Sermão da XIV<sup>a</sup>*. Desta feita Vieira, a cada capítulo vai direto ao assunto, cuja tônica é a tentativa de convencer que é melhor ser negro, é melhor ser escravo, porque é melhor ser humilde e é melhor ser desassistido, porque esses são os verdadeiros protegidos da Mãe de Deus, visto que ela também fora escrava. Ou seja, no *Sermão da XX<sup>a</sup>*, ao longo de nove capítulos, a tática adotada é a da persuasão pela supervalorização dos contrários, a despeito da reutilização de métodos discursivos já conhecidos.

Uma das novidades trazidas pelas abordagens feitas por este sermão diz respeito ao quesito cor e, neste particular, dentro dos aspectos tratados, este é o único que coincide com uma predisposição fenomenológica com a qual deparamos ainda hoje nas relações sociais de nosso dia-a-dia. Nessa perspectiva, ele promove uma associação entre diferentes tipos físicos em função dos seus respectivos tons de pele, e assim define um conceito de raça a partir das cores branca, preta e parda, indo ao encontro do tratamento que dispensei sobre a categoria cor ainda dentro deste capítulo. Através da utilização de binarismos maniqueístas, Vieira tenta evidenciar o quanto a cor branca polariza o bem e tudo o mais que se encontra nesta linha, demonstrando que a cor preta, em contrapartida, em tudo implica condições absolutamente opostas.

Já no início do sermão, Vieira assume uma interessante posição ao defender a idéia de que brancos, pretos e pardos, como seres humanos que são, do ponto de vista do tratamento que recebem e que dispensam uns aos outros e da posição que ocupam no espaço social, estão visceralmente condicionados à categoria cor. Para convencer o leitor ou o ouvinte de que estas questões são provenientes das circunstâncias próprias do meio, busca sustentação para seus argumentos observando que “até nas coisas sagradas e que pertencem ao culto do mesmo Deus, que fez a todos iguais, primeiro buscam os homens a distinção que a piedade”.<sup>175</sup> Com isso, Vieira quer também fazer transparecer que a igualdade que em princípio deveria existir entre os homens é resultante de obra divina, que procura “renovar e reformar em todos os homens a imagem a que Deus os tinha criado, na qual não há bárbaro ou cita, escravo ou livre”,<sup>176</sup> portanto, se ela não se apresenta sob a forma de efeitos práticos é pela preferência à distinção existente entre os próprios homens. Nessa

---

<sup>175</sup> Vieira, *Sermão da XX<sup>a</sup>*, p. 132.

<sup>176</sup> Id., p. 133.

linha, Vieira vê as cores branca e preta como cores extremas e a cor parda como intermediária, daí o apelo a uma lógica binária de profundo teor maniqueísta em que ele defende a idéia de que, numa conjuntura composta por pares assimétricos delimitadores de extremos, a porção intermediária deve sempre tender para uma posição mais próxima do pólo positivo da divisão binária proposta, como observa em várias passagens sobre o assunto, obviamente que sustentada por pressupostos divinos:

compara-se a Senhora à aurora, à lua e ao sol, por quê? Porque igualmente como Mãe, e como a filhos e irmãos, abraça com seu amor os brancos, os pretos e os pardos, e alumia com sua luz todas estas diferenças de cores: como sol aos brancos, que são o dia, como a lua aos pretos, que são a noite, e como aurora aos pardos que são os crepúsculos.<sup>177</sup>

E prossegue, acrescentando a sua linha de raciocínio, que,

bem puderam os pardos agregar-se aos pretos pela parte materna, segundo o texto geral, mas eu não quero senão que se agregassem aos brancos, porque entre duas partes iguais, o nome e a preferência devem ser da mais *nobre*. Nas mesmas duas cores temos a prova.<sup>178</sup> [grifo meu]

E procura justificativas para seu pensamento recorrendo a mecanismos alegóricos, segundo os quais

fez Deus o dia e a noite com tal igualdade que, segundo diversos tempos do ano, nem em um minuto de tempo excede o dia à noite, ou a noite ao dia. E a este espaço de vinte e quatro horas, que se compõe de dia e de noite, como lhe chamou Deus desde seu nascimento? *Chamou-lhe dia*. Pois, se no mesmo espaço de tempo, composto de duas ametades iguais, tanta parte tem a noite como o dia, *por que se chama dia e não se chama noite?* [...] Ainda que no círculo que faz o sol, do Oriente ao ocaso e do ocaso ao Oriente, tanta parte tenha a noite como o dia, e o dia seja claro e a noite seja escura, contudo, aquele espaço, que se compõe destas duas partes iguais, *chama-lhe Deus dia, e não lhe chama noite*, por que o nome e a preferência sempre devem seguir a parte mais *nobre*. Por esta regra, *que não é menos que divina*, ainda que a cor parda se componha igualmente da preta e da branca, se devia agregar, como digo, à branca e não à preta.<sup>179</sup> [grifos meus]

Conforme trouxe à luz nas abordagens que desenvolvi sobre a categoria cor, percebem-se já em Vieira aspectos que as práticas sociais do cotidiano confirmam, traduzindo uma tendência do pardo em buscar um “embranquecimento”, embora o Brasil, justamente pelo exercício de suas idiosincrasias, às vezes fuja dessa recorrência e consiga sobre elas empreender novas releituras. De

<sup>177</sup> Vieira, *Sermão da XXª*, p. 134.

<sup>178</sup> Id. ib.

<sup>179</sup> Vieira, *op. cit.*, pp. 134-135.

qualquer maneira, o que constatei nas defesas de seus pontos de vista corresponde à opinião que tenho sobre a valorização que a categoria cor recebe quando se trata de pensar o conceito de raça.

Uma vez feita a distinção, o pregador canaliza as discussões no sentido de convencer de que entre as irmandades compostas por brancos, senhores, pretos e escravos, as posições mais compensadoras são as duas últimas porque elas são as mais gratas e as mais favorecidas da Mãe de Deus, juízo que lhe confere um comportamento até certo ponto repetitivo, por ser resultante da adoção de propostas que de fato acabam conseguindo conciliar e contemporizar uma situação vigente, mesmo porque um argumento apresentado como novo nada acrescenta ao anterior já conhecido e nada altera no *modus operandi* de uma conjuntura instituída.

Ora, a finalidade é persuadir através da exposição de razões pelas quais se esclareça se “na estimação da soberana Rainha dos Anjos tenham melhor lugar os senhores que os escravos, os brancos que os pretos, e a humilde fortuna desta segunda irmandade que a nobreza da primeira”.<sup>180</sup> Os argumentos vão encontrar-se na descrição de fatos que demonstrem que a Mãe de Deus também foi escrava:

para prova de quanto a Virgem Maria *ama e estima os escravos*, e não despreza este nome, não tenho menos que três testemunhos, todos os três divinos: o de Deus, o do filho de Deus e o da Mãe de Deus. Começemos por este último. [...] Quando o Anjo trouxe embaixada à Senhora, depois de lhe chamar cheia de graça e bendita entre todas as mulheres, lhe disse que seria Mãe de um Filho tão grande, que se chamaria Filho de Deus e herdaria o cetro de Davi, seu pai. *E a Virgem que, sobre todos os títulos, estimava o de Virgem*, depois de replicar o que podia fazer dúvida a sua pureza, as palavras com que aceitou a embaixada foram: *Eis aqui a escrava do Senhor*.<sup>181</sup> [grifos meus]

Para um discurso que tenha por meta manter a situação vigente nada é mais eficaz como elemento de persuasão que apelar para testemunhos dessa natureza pois, numa conjuntura em que até a Mãe de Deus “se orgulha de ser escrava”, por que um simples escravo não se resignaria com sua condição que, de fato, em função dessa nova companhia assume ares de nobreza, visto que, com a Senhora se assumindo como escrava abrem-se perspectivas para que julguem os senhores e os escravos se ela estimará mais estes que aqueles. E, como se não bastasse, Vieira ainda persiste em sua empreitada, afirmando que com tal decisão “quis a Senhora por esta declaração antecipada, que o Filho, que havia de ser seu, *como Filho de escrava, nascesse também escravo nosso*”<sup>182</sup> [grifos meus]. Dessa maneira o discurso vieiriano revela o quanto seu principal objetivo é persuadir pela via da equiparação, pois nota-se que sua intenção é mostrar que com tanto escravo nobre, não havia motivo para o escravo não se convencer da nobreza de sua condição, demonstrando também que, à

<sup>180</sup> Vieira, *Sermão da XXª*, p. 137.

<sup>181</sup> Id., p. 141.

<sup>182</sup> Id., p. 143.

humildade e à baixeza impostas à condição em que se encontra sobrepõem-se uma virtude e uma excelência que na Mãe de Deus foram sumamente perfeitas.

Compondo o conjunto de estratégias discursivas próprias do fazer literário de Vieira, neste sermão, especificamente, destaca-se um repositório de autênticos elogios que, da forma que são direcionados a negros e escravos e em detrimento de brancos e senhores, revelam com certa nitidez o diálogo que o texto estabelece com outros de natureza histórica.

Comparai-me agora aqueles filhos das senhoras com estes das escravas, e naqueles achareis imprudências e ignorâncias, nestes a prudência; naqueles injustiças e tiranias, nestes a justiça; naqueles intemperanças e graves excessos, nestes a temperança. *Não há dúvida que o senhorio e liberdade é mais aparelhada para os vícios, e a obediência e sujeição mais disposta para as virtudes.* (sic)<sup>183</sup> [grifos meus]

Ou usando de maior abrangência e maior objetividade:

e não seria maravilha que a Mãe de misericórdia, que tanto favorece os miseráveis, fizesse esta justiça. Como se dissera: Já que vós – ó brancos – tanto desprezais o nome de escravos, tendo-me eu chamado escrava, e tanto abateis a cor preta, tendo-me eu honrado da mesma cor, e tão pouco vos compadeceis da fortuna dos miseráveis, sendo eu sua protetora, *venham os miseráveis, venham os escravos, venham os pretos para o jardim do meu Rosário, e separem- dele os brancos.*<sup>184</sup> [grifos meus]

Na medida em que dessa forma age, Vieira fortalece uma situação instituída e como compensação ainda constrói ao redor de si mesmo uma imagem de defensor dos fracos e dos oprimidos como encontramos ainda vigendo no imaginário do pensamento literário brasileiro, traduzida em passagens significativas como as que sugerem que “nem se diga que Vieira foi insensível ao escravo negro preterindo-o no ardor da defesa ao indígena”.<sup>185</sup> Este e outros argumentos são sustentados justamente pela capacidade por ele demonstrada na arte de equiparar os sofrimentos dos escravos aos sofrimentos de Cristo, tônica do *Sermão da XIV<sup>a</sup>*, que representa uma idéia tanto mais forte quando se lembra que os ouvintes eram os próprios negros.

Distorcendo totalmente o conceito de escravo e de escravidão e insistindo na idéia de que não vale a pena ser branco e muito menos ser senhor pois, junto às coisas divinas esta é uma condição que implica desprezo, vileza e miséria da fortuna, Padre Antonio Vieira inverte a visão desferida sobre o tradicional conceito de lógica binária, – largamente utilizado por ele mesmo –, e trata a questão como se, neste caso, para o mundo prático, bom é exatamente o que é ruim. Nessa

<sup>183</sup> Vieira, *Sermão da XX<sup>a</sup>*, pp. 180-181.

<sup>184</sup> Id., pp. 183-184.

<sup>185</sup> Bosi, *História concisa da literatura brasileira*, p. 51.

perspectiva, no *Sermão da XX<sup>a</sup>* ele se revela como autor de uma proposta que se coloca a serviço da classe dominante, a partir da utilização de um discurso muito menos retórico que embusteiro.

CONCLUINDO AS DISCUSSÕES apresentadas pelo *Sermão da XX<sup>a</sup>*, adentro o terreno do *Sermão da XXVII<sup>a</sup>*, considerando-o como representante mais contundente dentre as situações em que uma manifestação literária se situa como *locus* de enunciação de discursos que corroboram propostas não-estéticas, apesar da eminência do seu teor artístico. Configurando o último momento de uma trilogia em que Vieira se dirige aos escravos, este sermão constrói as passagens mais marcadamente caracterizadas pela incoerência, pelo retorismo e pelo desprezo da condição humana; acima de tudo traz as marcas de uma predisposição férrea no sentido de manter o negro exatamente onde e como ele se encontrava: no cativeiro, vivendo sob as crueldades da escravidão.

Incoerente, porque desta feita o escravo já não é mais aquela figura “privilegiada” de antes. Agora os motivos pelos quais ele deve ser indiferente a sua própria adversidade não são mais aqueles que faziam do senhor uma figura insignificante diante de sua excelsitude ou os que o colocavam no mesmo patamar de Cristo. Na conjuntura proposta pelo *Sermão da XXVII<sup>a</sup>*, muito embora ela também seja construída com base em pressupostos sagrados, o escravo tem diante de si um senhor que deve e precisa ser servido sim, porque servir é inerente ao escravo e é pela ação de servir que ele se tornará um homem livre. Incoerente, por uma questão de organização interna do discurso, com a qual estrategicamente Vieira joga, não se definindo como contrário à escravidão, como por vezes dá a impressão de ser, por aparentar se contrapor, inclusive, à própria Igreja ...

[...] mas que Teologia há ou pode haver que justifique a desumanidade e sevícia dos exorbitantes castigos, com que os mesmos escravos são maltratados? Maltratados, disse, mas *é muito curta esta palavra para a significação do que encerra ou encobre*. Tiranizados, devera dizer, ou martirizados, porque serem os miseráveis pingados, lacrados, retalhados, salmourados, e os outros excessos maiores que *calo*, mais merecem nomes de martírios que de castigos.<sup>186</sup> [grifos meus]

... nem se definindo como favorável a ela, como às vezes nos dá a impressão de fazer, como nos momentos em que recorre a alegorias que são verdadeiras preciosidades ...

pois, se os cetros e coroas não livraram do cativeiro a tantos reis, e, depois de adorados dos seus vassalos, se viram escravos dos estranhos, estas voltas tão notáveis da roda da fortuna *vos devem consolar também na vossa*. Se isto sucede aos *leões e aos elefantes*, que razão

<sup>186</sup> Vieira, *Sermão da XXVII<sup>a</sup>*, p. 117.

podem ter de se queixar as *formigas*? Se estes, nascidos em palácios dourados e embalados em berços de prata, se viram cativos e carregados de ferros, vós, *nascidos e criados nas brenhas da Etiópia, considerai as grandes razões que tendes para vos compor com a vossa fortuna*, tanto mais leve, e levar com bom coração os descontos dela. O que haveis de fazer é *consolar-vos muito com estes exemplos, sofrer com muita paciência o trabalho do vosso estado*, dar muitas graças a Deus pela *moderação do cativo* a que vos trouxe, e, sobretudo, *aproveitar-vos dele para o trocar pela liberdade e felicidade da outra vida*, que não passa, como esta, mas há de durar para sempre.<sup>187</sup> [grifos meus]

... levando o texto a se desdobrar de forma a atender a essas duas leituras possíveis, gerando uma situação inusitada em que ele, curiosamente, parece apresentar-se como uma manifestação duplamente panfletária, quando de fato só o é no sentido de atender à manutenção do *establishment*.

Mais uma vez Vieira inicia apelando para a exploração de uma alegoria. Considerando a fuga dos judeus do Egito, como uma saída da África para a Ásia, tal qual a fuga de um cativo, e interpretando a travessia do mar Vermelho como a conquista do êxito, ele vê a saída da África para a América como sendo um acontecimento que proporcionou aos africanos uma passagem para viver e morrer cativos, concluindo que “os outros nascem para viver, estes para servir”.<sup>188</sup>

Tomando por base o episódio bíblico envolvendo os judeus, o qual Vieira explora sob o conceito de transmigração, ele estabelece um paralelo com o episódio envolvendo os escravos e, com a finalidade de atender a interesses metodológicos, ele dispensa a este fato a mesma conceituação. Na visão de Vieira, que prefere tratar como um elemento da conjuntura bíblica, a fuga dos judeus implica duas transmigrações: uma que se configura no ato da fuga do Egito para a Ásia e outra que ocorre como consequência desta que, no caso, é a liberdade conquistada. No caso dos escravos, a transmigração também é dúplice, com a primeira configurando-se de forma semelhante ao caso anterior, ou seja, no ato da saída da África para a América, e com a segunda transmigração acontecendo também em forma de liberdade, uma liberdade que, no entanto, para os escravos só viria a materializar-se na vida eterna, desde que para conquistá-la o escravo se comprometesse a cumprir determinações impostas por princípios religiosos, a exemplo de ter de servir seus senhores sob qualquer condição e circunstância. Quanto a isso, Vieira afirma estar, sem dúvida, convencido de que o cativo da primeira transmigração é ordenado pela misericórdia da Senhora do Rosário para a liberdade da segunda, insinuando, portanto, que a vida dos escravos dependia de regras que continuavam a ser determinadas por instâncias sagradas. É este o ponto sobre o qual o *Sermão da XXVIIª* incide seu foco, através da utilização de um discurso que, na mesma proporção dos demais sermões examinados, explora todas as possibilidades de manter um quadro inalterado em toda sua dimensão social, sobretudo pela via da manutenção do segmento dos escravos num nicho ao qual os

<sup>187</sup> Vieira, *Sermão da XXVIIª*, p. 114.

<sup>188</sup> Id., p. 64.

segmentos hegemônicos entendem que ele não deve deixar de ocupar, condição caracterizada sempre pela presença de justificativas que, pelo caráter religioso que apresentam, (im)põem-se como se fossem axiomas.

Vós sois os irmãos da preparação de Deus, e os filhos do fogo de Deus. Filhos do fogo de Deus na transmigração presente do cativo, *porque o fogo de Deus neste estado vos imprimiu a marca de cativos; e, posto que esta seja de opressão, também como fogo vos alumiu juntamente, porque vos trouxe à luz da fé e conhecimento dos mistérios de Cristo, que são os que professais no Rosário*. Mas, neste mesmo estado da primeira transmigração, *que é a do cativo temporal*, vos estão Deus e sua Santíssima Mãe dispondo e preparando para a segunda transmissão que é a da *liberdade eterna*. Isto é o que vos hei de pregar hoje, para *vossa consolação*. E reduzido a poucas palavras, será este o meu assunto: *que a vossa irmandade da Senhora do Rosário vos promete a todos uma carta de alforria*, com que não só gozeis a liberdade eterna na segunda transmigração da outra vida, mas também vos livres nesta do maior cativo da primeira.<sup>189</sup> [grifos meus]

Toda a discussão que envolve a conformação do *Sermão da XXVIIª*, em termos práticos, verdadeiramente se sustenta na defesa de uma tese, segundo a qual ninguém é escravo por completo, ninguém é escravo na plenitude de sua essência, tendo em vista a absoluta impossibilidade de se conseguir imprimir esta condição sobre quem quer que seja, pelo fato de o homem tratar-se de um ser dual, composto de corpo e alma. Nessa perspectiva, a possibilidade da escravização só pode realizar-se sobre o corpo, que é uma entidade física, material, jamais sobre a alma, sua porção subjetiva e abstrata. E é respaldado nesse pressuposto básico que Vieira desenvolve toda sua discussão, a partir do emprego de uma habilidade retórica, perspicaz e sutil, que em grande medida confere ao discurso as características já citadas acerca de uma feição dúbia que este assume, do ponto de vista de possibilitar a seu desdobramento uma espécie de jogo, sem que, no entanto, se transmita a impressão de que ele esteja numa encruzilhada dos talvezes.

Uma vez instituída essa idéia, Vieira busca comprovações no sentido de convencer o escravo negro de que ele não deve ter qualquer tipo de preocupação com o seu *status*, por se tratar de um *status* irreal, intangível, desprovido de consistência física, e partindo desse pressuposto, insinua que não há por que alguém se sentir escravo se esse alguém é apenas meio-escravo, e insiste nessa linha de raciocínio, fazendo dela uma autêntica cláusula pétreia, pelo oportuno recurso a digressões:

de maneira, *irmãos pretos*, que o cativo que padeceis, *por mais duro e áspero que seja ou vos pareça*, não é cativo total, ou de tudo que sois, senão meio cativo. Sois cativo naquela ametade exterior e mais vil de vós mesmos, que é o corpo, porém, na outra ametade interior e nobilíssima, que é a alma, principalmente no que a ela pertence, *não sois cativos, mas livres*.<sup>190</sup> [grifos meus]

<sup>189</sup> Vieira, *Sermão da XXVIIª*, pp. 69-70.

<sup>190</sup> Id., p. 75.

Uma síntese do *Sermão da XXVII<sup>a</sup>* nos dá conta de que em sua essência o texto é isto, quer isto, busca isto e, inclusive, mostra que quer impor-se pela via da produção sistemática de métodos que se tornam coercitivos à proporção que se repetem incessantemente, dizendo sempre o mesmo, procurando vencer pelo cansaço e nada inovando quanto a sua proposta básica de provar que o cativo maior é o da alma. A pregnância desses elementos no texto traduz esta forma de pensar, embora nenhum deles traga qualquer tipo de fato novo. Entretanto, uma passagem que não pode deixar de ser citada, sobretudo por sua capacidade em concentrar toda a dimensão do pensamento dominante, diz respeito a mais um momento de digressão em que Vieira se dirige aos escravos de maneira peremptória:

*escravos, estais sujeitos e obedientes em tudo a vossos senhores, não só aos bons e modestos, senão também aos maus e injustos. – Esta é a suma do preceito e conselho que lhes dá o Príncipe dos Apóstolos, e logo ajunta as razões, dignas de se darem aos mais nobres e generosos espíritos. Primeira: porque a glória da paciência é padecer sem culpa. Segunda: porque essa é a graça com que os homens se fazem mais aceitos a Deus. Terceira e verdadeiramente estupenda: porque nesse estado, em que Deus vos pôs, é a vossa vocação semelhante à de seu Filho, o qual padeceu por nós, deixando-vos o exemplo que haveis de imitar.* <sup>191</sup> [grifos meus]

Finalmente tudo se esclarece, muito embora ao longo de sua extensão os textos da trilogia vieiriana sejam eivados de traços que sinalizam para a existência de um discurso que veio fundamentalmente para manter o *establishment* através da utilização de estratégias discursivas que a todo o momento visam o vilipêndio da condição humana de uma gente. Composto um autêntico cipoal de recursos, a pregnância deles nos sermões examinados transita do apelo ao cultismo ao apelo à ideologia, passando por outras formas estratégico-discursivas como o conceptismo, a metáfora, a alegoria, o silêncio, o binarismo maniqueísta e a retórica, não se esgotando aí. Finalizando a análise dos sermões do Padre Antonio Vieira, diria que eles constituem uma espécie de reprodução fiel do pensamento social brasileiro dominante e, que nessa arena, a ele Padre Antonio Vieira, coube engendrar um discurso que, pela via da religiosidade teve precipuamente uma dupla incumbência: a primeira, manter inalterável o panorama social em toda a sua dimensão; e a segunda, manter o escravo constantemente sob uma espada semelhante à de Dâmocles.

///

---

<sup>191</sup> Vieira, *Sermão da XXVII<sup>a</sup>*, pp. 102-103.

#### 4.4 – *Macedo: as vítimas duplamente vítimas*

UM SALTO NO TEMPO retira-nos do século XVII e coloca-nos frente a frente com aspectos da produção literária do século XIX, da qual um dos representantes eleitos trata-se de *As vítimas algozes: quadros da escravidão*, de Joaquim Manoel de Macedo.

Dois séculos se passaram e trouxeram muitas mudanças, porém, no que diz respeito à presença do negro no tecido social, no que se refere ao ponto de vista de sua inserção e de sua aceitação por parte da classe dominante, quase nada mudou. Em alguns aspectos a tensão social até recrudesciu, influenciada que foi pelos entraves que se contrapunham à continuidade do tráfico negreiro, pela aproximação de uma Abolição que se fazia inevitável, pelas ações de abolicionistas e de negros libertos, pela *performance* de um quadro internacional que já se mostrava avesso àquele *modus operandi* e pelas atitudes de próprios escravos que protagonizavam ações comprobatórias de que, àquela altura, já vivíamos um processo de escravidão agonizante.

A leitura de *As vítimas algozes: quadros da escravidão* coloca-nos em contato com um dos textos mais expressivos daquele século e, seguramente, o que apresenta o discurso mais bem elaborado no sentido que estou tratando, não só numa referência à Literatura da época, mas na Literatura brasileira de forma sistêmica. É sobretudo pelas ações de um narrador dotado de uma onisciência e de uma intrusão pouco comuns, condições que se acentuam ainda mais quando associadas a vozes narrativas, – artifício não muito próprio do período –, e também através do investimento em aspectos notadamente relevantes, a exemplo das peculiaridades dos nomes de personagens, como veremos oportunamente, que esse texto se configura como referência fundante que sustenta a cumplicidade existente entre Literatura e classe dominante.

Composta por três narrativas distintas e independentes, *Simeão: o crioulo*, *Pai-raiol: o feiticeiro* e *Lucinda: a mucama*, a obra de Macedo é a síntese do esmero na proposta de estigmatizar o negro a partir de um sentimento obsessivo: mostrar que a escravidão é um grande mal cometido pela espécie humana, pela capacidade que esta instituição demonstra ter para engendrar uma vítima que é algoz em potencial. Todas as três histórias denotam a luta por uma verdadeira obsessão em promover ataques à escravidão e em postular sua imediata eliminação, entretanto, a linguagem utilizada por elas desfigura este *leitmotiv* e faz dele elemento de referência adequada como meio de revelação da essência dos escravos, no que diz respeito a seus atributos. O interesse dissimulado no sentido de agir de forma a só trazer prejuízos a sua imagem, nesta oportunidade materializa-se e

implica que suas peculiaridades realçadas sejam as mais degradadas e degradantes possíveis: “o escravo é a matéria-prima com que se preparam crimes horríveis que espantam nossa sociedade”.<sup>192</sup>

Uma obra que quer fazer crer que tem por objetivo mapear as ignomínias cometidas pela escravidão não deve fazê-lo como se ela fosse uma atividade unipolar, concentrando as discussões e seus argumentos apenas no pólo representado pelos escravos. Ora, para que haja escravo é imprescindível a existência do escravocrata, e nessa perspectiva não é plausível que o sistema escravista seja tratado como se fosse uma coisa capenga, inclinada para um lado, porque não é esta a realidade dos fatos, o que contraria a visão que o texto, primariamente quer veicular. Na mesma proporção que a escravidão engendra um escravo, ela engendra um escravocrata, e as re-ações do escravo como tal acontecem na razão direta das ações que lhe imprime o escravocrata. Portanto, penso que não pode haver lisura num processo que pretende promover sobre a escravidão, a execução de uma radiografia cujo registro apresente apenas parte da imagem produzida. Esta linha de raciocínio descredencia passagens do texto que visam convencer o leitor sobre questões que, embora amplas, profundas e discutíveis, são colocadas como expressão da verdade, a exemplo de manifestações do narrador segundo as quais “a escravidão gasta, caleja, petrifica, mata o coração do homem escravo”,<sup>193</sup> levando a escravidão a ser tratada como se fosse uma abstração e não como um organismo vivo, resultante da soma das atitudes dos homens responsáveis por sua implantação, por sua exploração e por seus efeitos práticos.

Esta obra de Macedo representa o que há de mais completo e contundente em se tratando de tessitura literária que de maneira escancarada plasma o negro, de forma a contribuir para a manutenção do *status quo*, e do ponto de vista de fazer eco para o discurso não-estético, o quanto reforça a construção dos *habitus* do homem branco, sobretudo pela total ausência de contraponto. Em sua conformação, a referência única é o escravo construído por meio do apelo a estratégias discursivas já conhecidas, além do surgimento de pelo menos mais uma muito percuciente, como é o caso do poder de iconoclastia demonstrado pelo narrador, convindo destacar ainda o quanto este elemento estrutural do discurso participa do processo de desfocalização da imagem do homem negro, merecendo, por isso, que se dedique para o enfoque sobre seu comportamento um espaço que traduza a inteireza de suas ações e as implicações causadas por elas.

Nada mais oportuno, portanto, que iniciar pelo narrador a apresentação dos elementos que fazem de *As vítimas algozes* uma referência ímpar de defesa dos interesses da classe dominante, pela via da expressão artística.

---

<sup>192</sup> Macedo, *As vítimas algozes: quadros da escravidão*, p. 33.

<sup>193</sup> Id., p. 46.

Embora independentes do ponto de vista da diegese histórica, *Simeão: o crioulo*, *Pai-raiol: o feiticeiro* e *Lucinda: a mucama*, partes constitutivas do todo macedeano são perpassadas por um fio condutor que as aproxima e as unifica segundo uma perspectiva temático-ideológica. Nessa trilogia, já no prólogo, o narrador fornece ao leitor uma espécie de prolepse, não só no que diz respeito ao conteúdo, mas também e sobretudo, a respeito de seu próprio comportamento. Por conta disso, ele começa a se fazer interessante e a surgir como um elemento estrutural da narrativa que requer atenção especial, tendo em vista que ele se manifesta na primeira pessoa do plural, sem que haja a possibilidade de raciocinarmos com o uso do plural majestático, não só porque não cabe esta noção, mas principalmente porque o próprio texto derruba a possibilidade de comportá-la, no exato momento em que expõe idéias como as que agora apresento:

*queremos* agora contar-vos em alguns romances histórias verdadeiras que todos vós já sabeis [...]  
Serão romances sem atavios, contos sem fantasias poéticas, tristes histórias passadas a *ossos* olhos, e a que não poderá negar-vos o vosso testemunho.  
Não *queremos* ter segredos, nem reservas mentais convosco.  
É *nosso* empenho e *nosso* fim levar ao vosso espírito e demorar nas reflexões e no estudo da vossa razão fatos que tendes observado, verdades que não precisam mais de demonstração, obrigando-vos deste modo a encarar de face, a medir, a sondar em toda sua profundidade um mal enorme que afeia, infecciona, avilta, deturpa e corrói a *nostra sociedade*, e a que a *nostra sociedade* ainda se apega semelhante à desgraçada mulher que, tomando o hábito da prostituição, a ela se abandona com indecente desvario.<sup>194</sup> [grifos meus]

As idéias que o narrador propõe no prólogo confirmam-se ao longo das narrativas, e nestas, no que se refere à esfera de suas ações, ocorre uma sintomática mudança de natureza formal, ou seja, ele deixa de manifestar-se na primeira pessoa do plural como fizera até então, e assume uma postura heterodiegética de terceira pessoa onisciente intrusa. Entretanto, a despeito da alteração sofrida pelo comportamento do narrador quanto à maneira como ele se posiciona no prólogo, as narrativas conservam e, por vezes, nelas ganha mais espaço ainda a possibilidade de estarmos diante da ocorrência de uma voz autoral dentro do texto. A possibilidade da existência de um “eu” autoral projetando-se no interior da narrativa, – situação que também se apresenta no prólogo –, entre outras implicações oferece ao leitor mais um acesso por meio do qual ele pode compor outros sentidos do texto, proporcionados justamente por uma imagem do autor empírico criada pela escrita e transformada num mecanismo pelo qual o autor comanda movimentos do narrador, dos personagens, dos acontecimentos, do tempo e da própria linguagem utilizada. Nessa perspectiva,

<sup>194</sup> Macedo, *As vítimas algozes: quadros da escravidão*, p. 7.

começa a delinear-se como uma estrutura ainda mais incisiva o conjunto de ações e de esforços desencadeados por um processo criativo que tem como fim a deformação da imagem do negro e, através dela, quer preservar interesses hegemônicos das mais diversificadas naturezas. No prólogo, se bem observado, o narrador deixa evidente que, embora se pronunciando na primeira pessoa do plural, sua participação não revela uma manifestação de caráter coletivo, produtora de uma voz unissonante, mas revela, sim, a voz de um “eu” que tem legitimidade para ser porta-voz de um segmento social. As três narrativas confirmam esta condição e em alguns momentos o fazem até com relativa clarividência:

pobre escritor de acanhada inteligência, rude e simples romancista sem arte, que somente escreve para o povo, não nos animaremos a combinar planos de emancipação, nem presumidos de ciência procuraremos esclarecer o público sobre as altas conveniências econômicas, e as santas e irrecusáveis lições filosóficas que condenam a escravidão. Como porém, é dever de cada um concorrer a seu modo, e nas suas condições, para o desenlace menos violento desse nó terrível, e servir à causa mais melindrosa e arriscada, porém indeclinável, que atualmente se oferece ao labor e à dedicação do civilismo, *pagaremos o nosso tributo nas proporções da nossa pobreza, escrevendo ligeiros romances.*<sup>195</sup> [grifos meus]

Se qualquer tipo de nebulosidade porventura ainda persistir quanto à existência de uma outra voz narrativa perpassando o texto, com certeza ela se diluirá diante da associação da citação anterior a outra de caráter semelhante:

o romance tem contra o seu legítimo fim comprometer a lição da verdade pelas prevenções contra a imaginação que deve ser exclusivamente a fonte de ornamentos da forma e de circunstâncias acessórias e incidentais que sirvam para dar maior interesse ao assunto; no seu fundo, porém, o romance precisa conter e mostrar a verdade para conter e mostrar a moral. *Alto o proclamamos: também neste nosso romance há no fundo plena, absoluta verdade.*<sup>196</sup> [grifos meus]

Esta passagem é sintomática e sem dúvida representa com proficiência o quanto a obra de Macedo é marcada pela presença do autor-implícito. E é sintomática também no que diz respeito à proposta do texto em repercutir idéias e pensamentos dominantes, não só pela via da exploração de estratégias discursivas mais tradicionais, mas sobretudo pela presença tácita e pelas ações explícitas de um autor que se coloca em defesa dos interesses do segmento social do qual ele é integrante. Tal fato confere maior sustentação ainda à tese de que a obra é mais uma da Literatura brasileira a configurar-se como um veículo a serviço de uma conjuntura socialmente instituída que tem a obra como mecanismo de manutenção de sua posição hegemônica e de sua soberania. E é a partir do manuseio dessa ferramenta dupla-face que o texto prioritariamente lida com a questão do negro em

<sup>195</sup> Macedo, *As vítimas algozes: quadros da escravidão*, p. 10.

<sup>196</sup> Id., p. 98.

*Vítimas algozes*: ora contando com a cumplicidade do narrador, ora pelas intervenções do autor, mas, tanto de uma forma quanto de outra, sempre estabelecendo como escopo a construção de uma imagem do negro que marque pela deformação.

É MUITO VARIADO o leque de alternativas discursivas utilizadas pelo texto no intuito de atingir suas metas e dentro desse repositório de estratégias apresentadas, destaco como prioritária a questão da falta de contraponto. *As vítimas algozes: quadros da escravidão*, em sua inteireza é um texto quase que absolutamente desprovido de contraponto, na medida em que, em sua conformação, o negro é sistematicamente apresentado pela via da unilateralidade. Mesmo nos raros momentos de lucidez contrapontística o texto imediatamente se corrige, demonstra autopolicar-se e, ato contínuo, retoma sua linha de abordagem unívoca, como acontece na narrativa *Lucinda: a mucama*, no episódio em que Florêncio, a esposa Leonídia e os filhos Liberato e Cândida discutem sobre o capítulo final de *A cabana do Pai Tomás*. Na oportunidade, Liberato, Cândida e a mãe Leonídia, ao contrário do pai Florêncio, que reveste as palavras de ironia, demonstram ter uma visão um pouco mais ampla e diferenciada acerca da questão da escravidão:

Leonídia e Cândida tinham lágrimas nos olhos.  
 [...] – Pois vocês choram por isso? – perguntou Florêncio.  
 – Meu pai – disse Liberato –, este romance concorreu para uma grande revolução social; porque encerra grandes verdades.  
 – Quais, meu doutor?..  
 – As do contra-senso, da violência, do crime da escravidão de homens, como nós outros, que nos impomos senhores; as da privação de todos os direitos, da negação de todos os generosos sentimentos das vítimas, que são os escravos; as da insensibilidade, da crueldade irrefletida, mas real, e do despotismo e da opressão indeclinável dos senhores.  
 – Admiravelmente, meu doutor: o tal romance, belo presente que fizeste a Cândida e que eu já tinha lido, mostra e patenteia o mal que os senhores fazem aos escravos.<sup>197</sup>

Este é um dos dois momentos de toda a narrativa em que percebemos o esboço de uma possibilidade de abordagem contrapontística; no entanto, as palavras de Liberato não ecoam dentro do texto e no episódio em questão. Assim que ele insiste na tentativa de querer mostrar um outro lado da escravidão, é imediatamente cerceado por Florêncio que, apelando para a autoridade paterna, proíbe o filho de continuar argumentando na linha em que desenvolvia seu raciocínio e, uma vez impedido de falar, a narrativa retoma seu curso normal.

A ausência de contraponto não se processa como um recurso isolado dentro da conjuntura textual, e dentro desta ajuda a compor uma estrutura que se faz atuante juntamente com uma

---

<sup>197</sup> Macedo, *As vítimas algozes: quadros da escravidão*, p. 158.

profusão de elementos discursivos, todos empregados de forma a buscar um convencimento sobre a imagem do negro que o texto quer plasmar, a começar pelos nomes próprios de alguns personagens mais expressivos. Aos personagens brancos, os nomes adotados têm sempre uma ligação muito estreita com aspectos próprios do pólo positivo da divisão binária maniqueísta que venho tratando como uma linha de estratégia discursiva utilizada por esses textos. Nomes como Angélica, Florinda, Plácido, Florêncio, Liberato e Cândida, todos vinculados aos senhores e todos implicando uma conotação de bondade ou de serenidade ou de beleza, qualidades que vão apresentar-se também nas expressões empregadas como referências desses mesmos personagens, tais como: “a branca pureza da filha do senhor”,<sup>198</sup> “a mulher que era ainda um anjo de inocência”,<sup>199</sup> e “bom, afável e generoso”,<sup>200</sup> numa referência ao personagem Florêncio. Esses adjetivos também impregnam o texto em nível de idéias defendidas por argumentos dotados de maior amplitude:

Cândida era loura: seus finos cabelos caíam em anéis; tinha os olhos azuis e belos e o olhar de suavidade cativadora; o rosto oval da cor da magnólia com duas rosas a insinuarem-se nas faces, um céu alvo com duas auroras a romper; a boca, ninho de mil graças, era pequena, os lábios quase imperceptivelmente arqueados, lindíssimos, os dentes iguais, de justa proporção e de esmalte puríssimo, o pescoço e o corpo com a gentileza própria da sua idade, as mão e os pés de perfeição e delicadeza maravilhosas.<sup>201</sup>

E como esta linha é também comparatista, resta ao personagem negro ser alvo da aplicação de qualificativos que, pelo grau de intensidade e pela posição contrária à dos qualificativos empregados aos personagens brancos, contribuem para que sua imagem seja depreciada com um vigor proporcionado por expressões que, embora breves, demonstram grande poder de percuciência, tais como: “[...] posto o charco em comunicação com a fonte límpida”,<sup>202</sup> “[...] a luta entre o anjo e o demônio; entre o gênio benéfico que se empenhava em salvar, e o gênio maléfico a quem convinha perder Cândida”,<sup>203</sup> “[...] gênio do mal, a vítima-algoz, a escrava desmoralizada, o demônio”,<sup>204</sup> ou ainda “a escrava-demônio”.<sup>205</sup>

Ainda na linha do apelo aos pares assimétricos utilizados com a pretensão de demonstrar uma noção de alteridade, e produzir através dela, a desconstrução do outro, deparamos com a revelação de uma curiosa linha de raciocínio defendida pelo narrador, marcada por um acacianismo nunca

<sup>198</sup> Macedo, *As vítimas algozes: quadros da escravidão.*, p. 32

<sup>199</sup> Id. ib.

<sup>200</sup> Macedo, *op.cit.*, p 122.

<sup>201</sup> Id., p. 123.

<sup>202</sup> Id., p. 132.

<sup>203</sup> Id., p. 194.

<sup>204</sup> Id., p. 222.

<sup>205</sup> Id., p. 242.

visto, mas que sedimenta a argumentação do narrador em todos os níveis. Curiosa, sim, apesar de não apresentar nada de surpreendente, por se tratar de uma visão dominante que todos sabemos existir e ser integrante do universo mítico de nossas tradições populares. A certa altura dos acontecimentos, o narrador dirige o foco de sua argumentação para o comportamento amoroso dos brancos, e em contrapartida faz o mesmo em relação aos escravos. Em sua maneira de ver, o amor é um sentimento que apenas os brancos são capazes de cultivar com a nobreza inerente a esta inclinação; e sobretudo em sua versão carnal entre um homem e uma mulher, as disparidades comportamentais são profundas. Enquanto entre os brancos, numa atmosfera de troca e de perfeita simbiose, prevalecem o respeito, o carinho, a ternura e o romantismo, a relação amorosa entre negros se processa no terreno da estupidez, do desrespeito e da selvageria, revelando o quanto foram desconsideradas nas análises desses fatos as ações “amorosas” dos senhores empreendidas nas investidas que realizavam sobre as escravas, muitas das vezes meninas ainda, que aos desejos animais deles eram obrigadas a se submeter. Entretanto, o que o texto trabalha é a desfiguração do outro pela valorização do eu:

o amor entre Hermano e Florinda era a harmonia suave de dous corações que se entendiam: aromas exalados por duas flores, encontraram-se no espaço e misturaram-se na aura encantada a que dão o nome de amor.

Na vida e nas relações do campo que entre nós geralmente se chama a *roça*, o amor de dois jovens é simples, temeroso e poético; simples como os costumes da boa gente agricultora, temeroso como o pudor da donzela que é puríssima flor da solidão, poético porque suspira à sombra da árvore vizinha da estrada por onde espera ver e passar o cavalheiro desejado; porque medita e sonha junto à fonte solitária; porque a distância que sempre separa os amantes é mãe da saudade que chora lágrimas doces; poético porque a lembrança, a saudade, o desejo, o ciúme, os sofrimentos, o encontro, a confissão, e a esperança não têm artifício que o desnature, e toda natureza apura o seu encanto ao trinar dos passarinhos, ao murmurar do arroio, e ao ruído misterioso e romanesco do bosque.

Hermano e Florinda amaram-se com esse amor da *roça*.<sup>206</sup>

Hermano e Florinda amaram-se com esse amor quase platônico; já “os escravos não compreendem o amor platônico, nem os limites que as moças hábil ou rudemente namoradeiras, impõem ao galanteio dos seus namorados: para eles não há intrigas amorosas, nem cultos rendidos por cavalheiro à senhora sem reservado cálculo físico, que somente a falta de ocasião contrasta”.<sup>207</sup> O amor entre escravos, por sua vez, não conserva nenhum dos pressupostos humanizados e humanizantes que se espera de uma relação amorosa entre um homem e uma mulher, como observa o narrador:

<sup>206</sup> Macedo, *As vítimas algozes: quadros da escravidão*, p. 39.

<sup>207</sup> Id., p. 150.

sabem todos o que é o amor entre escravos: a condição desnaturada desses exilados da sociedade, desses homens reduzidos a cousas, desses corpos animados a quem se negam direitos de sensibilidade, materializados à força, materializa neles sempre o amor: sem o socorro da poesia dos sentimentos que alimenta o coração e o transporta às regiões dos sonhos que se banham nas esperanças de santos e suaves laços, os escravos só se deixam arrebatados pelo instinto animal, que por isso mesmo os impele mais violento.<sup>208</sup>

Outra incursão nesse sentido manifesta-se no terreno da iconoclastia religiosa ou mesmo de caráter secular. Senão, vejamos: as opiniões expostas pelo narrador relativas às religiões trazidas pelos escravos são de um absurdo que chega às raias do inusitado. De início ele insinua que a religião católica é a única verdadeira, e a partir desse pressuposto constrói uma relação de antagonismo entre esta e as de origem africana, sempre procurando destacar aspectos das religiões africanas que, em sua maneira de ver, são nocivas às pessoas em geral. A todo o momento o narrador demonstra que suas abordagens sobre o comportamento religioso dos escravos são desprovidas do mínimo embasamento teológico e são exatamente iguais a todas as outras cunhadas em mitos e em credences populares. Caindo num facciosismo pernicioso que visa destruir toda e qualquer intenção de alguém adotar para si essa ou aquela religião e exercer com liberdade seu direito de pensar a vida espiritualmente, ele consegue trazer para o plano geral noções de práticas religiosas exercidas pelos escravos, de forma que elas possam ser vistas pela sociedade como mais um objeto de reprovação, ao concentrar numa vala comum, princípios religiosos aos quais ele atribui uma conotação de feitiço, de bruxaria, da busca da maldade do próximo. *As vítimas algozes* é um texto que, trilhando os caminhos da leviandade e da irresponsabilidade, quer reduzir um sentimento de religiosidade de facetas múltiplas a uma noção única semelhante à de caixa de Pandora: “o feitiço, como a Sífilis, veio d’África”.<sup>209</sup> Prosseguindo nessa linha o narrador se faz pronunciar de maneira bastante contundente, retomando, inclusive, métodos próprios de Vieira:

o escravo africano é o rei do feitiço.

Ele o trouxe para o Brasil como o levou para quantas colônias o mandaram comprar, apanhar, surpreender, caçar em seus bosques e em suas aldeias selvagens da pátria.

Nessa importação inqualificável e forçada do homem, a prepotência do importador que vendeu e do comprador que tomou e pagou o escravo, pôde pela força que não é direito, reduzir o homem a cousa, a objeto material de propriedade, a instrumento de trabalho; *mas não pôde separar do homem importado os costumes, as crenças absurdas, as idéias falsas, de uma religião extravagante, rudemente supersticiosa, e eivada de ridículos e estúpidos prejuízos.*

[...] Mas o africano vendido, escravo pelo corpo, *livre sempre pela alma, de que não se cuidou, que não se esclareceu, em que não se fez acender a luz da religião única verdadeira*, conservou puros e ilesos os costumes, seus erros, seus prejuízos selvagens, e inoculou-os todos na terra da procriação e do cativo.

<sup>208</sup> Macedo, *As vítimas algozes: quadros da escravidão*, p. 37.

<sup>209</sup> Id., p. 58.

O gérmen lançado superabundante no solo desenvolveu-se, a planta cresceu, floresceu, e frutificou: os frutos foram quase todos venenosos.

Um corrompeu a língua falada pelos senhores.

Outro corrompeu os costumes e abriu fontes de desmoralização.

*Ainda outro corrompeu as santas crenças religiosas do povo, introduzindo nelas ilusões infantis, idéias absurdas e terrores quiméricos.*

E entre estes (para não falar de muitos mais) *fundou e propagou a alucinação do feitiço com todas as suas conseqüências muitas vezes desastrosas.*

*E assim o negro d'África, reduzido à ignomínia da escravidão, malfez logo e naturalmente a sociedade opressora, viciando-a, aviltando-a e pondo-a também um pouco assalvajada, como ele.*

[...] No Brasil a gente livre mais rude nega, como o faz a civilizada, a mão e o tratamento fraternal ao escravo; mas adotou e conserva *as fantasias pavorosas, as superstições dos míseros africanos*, entre os quais avulta por mais perigosa e nociva a crença do *feitiço*.

[...] O *feitiço* tem o seu pagode, seus sacerdotes, seu culto, suas cerimônias, seus mistérios; tudo *porém grotesco, repugnante, e escandaloso.*

[...] Soam os grosseiros instrumentos que lembram as festas selvagens do índio do Brasil e do negro d'África; vêem-se *talismãs rústicos, símbolos ridículos.*

[...] A *bacanal* se completa: *com a cura dos enfeitizados*, com os tormentos das iniciações, com a concessão de remédios e segredos de *feitiçaria* mistura-se a aguardente, e no delírio de todos, nas flamas *infernais das imaginações depravadas, a luxúria infrene, feroz, torpíssima*, quase sempre *desavergonhada*, se ostenta.

[...] Saem dele o contágio da superstição, que é um flagelo, a aniquilação do brio, que é a ruína dos costumes e das noções do dever, a religião do mal, e o recurso ao poder de uma entidade falsa, mas perversa, que é a fonte aberta de confianças loucas, e de crimes encorajados por uma espécie de fanatismo selvagem, que por isso mesmo se torna mais tremendo e fatal.

[...] Essa prática da *feitiçaria* organizada, instituída com cerimônias e mistérios, embora *repugnantes e ignóbeis*, é uma *peste que nos veio com os escravos d'África*, que desmoraliza, e mata muito mais do que se pensa, e que há de resistir invencível a todas as repressões, enquanto houver escravos no Brasil, e ainda depois da emancipação dos escravos, enquanto a luz sagrada da liberdade *não destruir todas as sombras, todos os vestígios negros da escravidão que nos trouxe da África as superstições, os erros, e as torpidades da selvaticidade.*<sup>210</sup> [grifos meus]

Procedimentos semelhantes o narrador adota quando deixa o terreno religioso e penetra no terreno dos enfoques sobre questões de caráter profano, no que diz respeito a aspectos relacionados com as tradições do povo negro e com suas referências culturais e históricas, traduzidas pelas ações e pelo pensamento de uma figura emblemática como Zumbi dos Palmares, cuja imagem é engendrada de forma distorcida na mentalidade de crianças, ainda em seus primeiros anos da infância:

Luís, o filho mais velho de Paulo Borges e Teresa, *menino de quatro anos*, tinha um dia visto chegar da *roça* o Pai-Raiol e desatara a chorar assustado; sua mãe correria a tomá-lo nos braços, e, perguntando-lhe por que chorava, o pobre anjinho apontara para o feio escravo, e dissera a soluçar:

– É o *zumbi... o zumbi...*

O *zumbi* era um *monstro negro e imaginário, herói sinistro de estúpidas e horríveis histórias*, com que as escravas, em vez de entreter, assombavam o nervoso menino com a

<sup>210</sup> Macedo, *As vítimas algozes: quadros da escravidão*, pp. 59-60-61.

mais lamentável e perigosa inconveniência, o que aliás é infelizmente muito comum em nossas famílias.<sup>211</sup> [grifos meus]

Além de promover a destruição de uma referência da coletividade negra, o texto ainda atua como elemento construtor de uma situação que prejudica os escravos em particular e os negros em geral, atribuindo àqueles a autoria de uma ação deletéria que, na verdade, é da inteira responsabilidade da classe dominante que procurou transformar em criminoso aquele que de fato é vítima. Muito do que cercou a imagem de Zumbi até um passado bastante recente, e que em certa medida ainda persiste, foi criado pelos detentores do domínio da situação e vai precisar de muitos anos para que seja totalmente erradicado.

Muito embora uma visão mítica do negro esteja naturalmente embutida em quase todas as linhas de abordagens expostas pela narrativa macedeana, há alguns momentos da conjuntura textual em que esse elemento se destaca de maneira prioritária. Algumas passagens que expressam com exatidão os efeitos desse mecanismo ocorrem na narrativa *Pai-Raiol: o feiticeiro*, que entre as três narrativas componentes da obra é a que mais prima pelo investimento em demonstrar o quanto a prática da feitiçaria é indelével no escravo, procurando ainda dimensionar sua capacidade em comportar-se como um especialista na execução de tais atividades. Embora perpassa a obra como um todo, há momentos pontuais que especificam com maior nitidez as observações do narrador:

uma vez, Raiol conduziu Esméria ao bosque e parando em um lugar onde mais se cerrava o cipoal assobiou por vezes, imitando os silvos das serpentes; em breve acudiram uma depois de outra três cobras ameaçadoras (sic); o negro fixou os olhos sobre elas, e segurou junto da cabeça em uma que se enrolou em seu braço, depois deixou-a livre e assim enrolada, ameigou-a, tirou-a do braço, guardou-a no seio e por fim soltou-a no chão; e enquanto a crioula recuava tremendo de medo, repetiu o mesmo brinco, ou a mesma operação com outra cobra.<sup>212</sup>

Dessa forma começa a ser traçada a trajetória de Pai-Raiol, cercada pela construção de mitos populares, cuja idéia se completa com a associação da citação que segue:

– O Pai-Raiol pode muito, e sabe matar com os olhos: Esméria quer ver? [...]  
A crioula não respondeu; mas o negro fixou os olhos na ninhada de pintainhos, como se os quisesse absorver nas órbitas.  
O Pai-Raiol não tinha idéia alguma do magnetismo; mas extraordinariamente dotado de força magnética que só empregava para fazer o mal, sabia que lhe era fácil servir-se do *olhado*, adjetivo que exprime uma realidade que, por inexplicável à ignorância, põe em tributo de quiméricos temores a imaginação dos supersticiosos.<sup>213</sup> [grifo meu]

<sup>211</sup> Macedo, *As vítimas algozes: quadros da escravidão*, p. 73.

<sup>212</sup> Id., p. 70.

<sup>213</sup> Id., p. 80.

Pai-Raiol ignora a força que tem; entretanto é temido sob a alegação de deter um poder que lhe foi outorgado muito mais por questões de ordem psicológica e até moral do que propriamente pela acessibilidade produzida por uma realidade material. E finalmente se configura a representação mítica de Pai-Raiol, que em grande medida transcende sua individualidade e atinge a comunidade negra de forma sistêmica:

a escrava tornada senhora do desprezível senhor exasperava-se por continuar escrava do escravo mais hediondo; ela, porém, não ousava arrostar *Pai-Raiol, o feiticeiro, o rei das serpentes, o demônio que matava de longe com os olhos...*<sup>214</sup> [grifos meus]

Uma das marcas de *Vítimas algozes*, do ponto de vista da especificidade da obra como um artefato que se propõe a dispensar ao personagem negro o tratamento que lhe reserva, diz respeito ao discurso indireto livre a ele conferido ao longo da narrativa. Chama a atenção a incidência sistemática desse recurso; entretanto, apesar da frequência com que ele se processa, encontramos no texto passagens em que personagens negros são providos de discurso direto, e nessas oportunidades, até por acontecer esporadicamente, o que se verifica é o fato de que mais uma vez essa modalidade de discurso que em princípio seria uma eficaz ferramenta para o negro manifestar-se de forma impositiva, surge como mais um meio discursivo que depõe contra o próprio negro:

ninguém poderia ter marcado, nem o próprio Simeão seria capaz de determinar o dia em que lhe toldara as alegrias do coração inocente a primeira gota de fel destilado pela consciência da sua escravidão: Havia por ele na *casa* dos seus amorosos senhores um céu e um inferno: na *sala* o néctar da predileção e da amizade, na *cozinha* o veneno da inveja e o golfão dos vícios: na *cozinha* a negra má e impiedosa castigou-lhe as travessuras e exigências incômodas e apadrinhadas pelos senhores, repetindo-lhe mil vezes:

– Tu és escravo como eu.

E a negra enfezada e ruim perseguia o crioulinho estimado com a ameaça lúgubre de um futuro tormentoso:

– Brinca para aí, pobre coitado! Hás de ver como é bom o chicote, quando cresceres...<sup>215</sup> [grifos meus]

A citação anterior, além de atender de maneira objetiva à questão proposta pela presença do discurso direto, preenche também o requisito da construção de espaços racializados e racializantes como espaços constitutivos e representativos de um espaço maior que é o da casa. Como o leitor pode perceber, os termos grifados casa, sala e cozinha constituem exemplos dessa espacialização em categorias, de forma que à sala se dispensa uma concepção de espaço racial pertencente à classe dos senhores e de tudo e de todos que compõem sua esfera de pensamento, de ações e de visões de

<sup>214</sup> Macedo, *As vítimas algozes: quadros da escravidão*, p. 99.

<sup>215</sup> Id., p. 19.

mundo. Nessa linha de pensamento, portanto, a cozinha é interpretada como o espaço destinado às pessoas de menor – ou quem sabe de nenhum? – valor social.

Conforme salientado no início das abordagens sobre *Vítimas algozes*, esse texto com certeza é o que apresenta o mais bem elaborado discurso na Literatura brasileira no que diz respeito à proposta de dialogar com discursos não-estéticos e, em conseqüência, é o que com maior profundidade contribui para manter condições hegemônicas em todos os níveis. Nessa perspectiva, tenho percebido que uma estratégia discursiva das mais eficientes trata-se do apelo ao uso do estereótipo, que também neste caso se faz presente. Apesar dessa condição, julgo desnecessário trazer à luz um exemplo que traduza esse trabalho desenvolvido pelo texto e, embora pareça incoerência de minha parte, não o fazer, assim decido, justamente pelo alto grau de pregnância desse elemento na tessitura da narrativa. O texto de Macedo é, por excelência, uma estrutura caracterizada pelo abuso do estereótipo no que diz respeito ao negro. Não há por que eleger este ou aquele momento de uma obra que, por esse aspecto específico, deve ser vista como um conjunto que é conseqüência de uma sucessão infundável de colocações que têm esse caráter.

Na medida em que venho insistindo na tese de que a escravidão não engendrou apenas um homem negro, mas na mesma proporção engendrou também um homem branco que, inevitavelmente, precisa ser inserido no âmbito das discussões sobre o assunto para que possamos dimensioná-lo mais judiciosamente e criteriosamente, encerro as abordagens sobre a obra macedeana destacando uma passagem que nos dá a referência de uma visão que transcende individualidades e reflete pensamentos coletivos representativos do domínio da situação geral. O que traduz esta situação é diálogo verificado entre Angélica, o genro Hermano e a filha Florinda, num episódio que ocorre logo após a morte de seu marido Domingos:

- Eu tinha um desejo, meu filho; mas não o realizarei sem a sua aprovação.
- Aprovo-o desde já: qual é ele?
- *Dar amanhã a liberdade a Simeão.*
- Florinda apertou a mão do marido.
- Excelente idéia! Respondeu Hermano. – Ele é, com perdão das senhoras, um escravo desmoralizado, e talvez seja por exceção ou milagre um liberto de bons costumes.
- Aprova então?
- Sem dúvida; *mas devo dizer que só ele perderá com o benefício que lhe quer fazer: perdão outra vez; Simeão está mal preparado para ser feliz com a liberdade; entretanto a liberdade é santa e regeneradora.*<sup>216</sup> [grifos meus]

Em princípio parece inconcebível a idéia de que alguém possa pensar na possibilidade de uma pessoa vir a prejudicar-se com o acesso à própria liberdade, baseando-se no pressuposto que a pessoa

<sup>216</sup> Macedo, *As vítimas algozes: quadros da escravidão*, p. 51.

em questão não estaria preparada para viver uma condição tão imprescindível à espécie humana. No entanto, tal forma de pensamento e de mundividência começa a fazer sentido quando o cenário, os atores e a conjuntura social que abrigam esses elementos se entrelaçam harmoniosamente como se verifica no Brasil entre a classe dominante e os imperativos impostos por ela. Nessa dimensão, não só começam a tornar-se mais claras as palavras do personagem Hermano, como também começam a ser divisadas com maior nitidez as palavras de Clarice Lispector, ao observar que “se a liberdade é só o que se conquista, se me dão a liberdade, me mandam ser livre”.

Em *As vítimas algozes: quadros da escravidão*, a Literatura brasileira trata os negros como algozes e, indiscutivelmente, tratá-los como algozes no âmbito de uma conjuntura caracterizada pelas marcas da crueldade que lhe são impostas, como é o caso da escravidão, é elevá-los pela segunda vez à categoria de vítimas.

///

#### 4.5 – Alencar e o mundo do faz de conta

MUDANDO O FOCO DAS DISCUSSÕES para a obra *O tronco do Ipê*, de José de Alencar, veremos que nela, de forma mais objetiva, a presença do personagem negro se faz marcante e decisiva na figura do pai Benedito, que é um quase-protagonista, na medida em que ele é o personagem que detém a chave para a elucidação do mistério que envolve a morte do pai de Mário, o protagonista, questão em torno da qual se desdobra toda a trama. Embora alguns outros personagens também conheçam a verdade dos fatos, pai Benedito é a única testemunha dos acontecimentos, havendo entre ele e Mário uma forte relação de amizade e carinho recíprocos, advindo daí sua importância como elemento determinante no desenrolar da história e, por isso, o narrador esclarece que, na concepção de Mário, “esse negro era o único para quem sua alma se abria. Sem dúvida amava ele mais a sua mãe; porém o coração se recatava dela, e difundia-se no seio do velho africano”.<sup>217</sup>

A narrativa inicia a partir da presença de pai Benedito e termina com a presença e com as ações executadas por ele, embora ao longo de seu desdobramento o texto não o contemple na mesma medida, ou seja, apesar de sua dimensão como personagem, ele tem momentos de mais absoluta ausência dentro da parte central da obra, porém, a despeito disso o texto necessita dele para se consagrar como tal, e por isso se mantém o tempo todo vinculado a sua presença.

O tronco do Ipê é um dos pilares da obra e pensar nele implica pensar em pai Benedito, e, por consequência, pensar em pai Benedito significa pensar a própria obra porque com ela sua figura se imiscui numa perfeita simbiose.

A contribuição que essa narrativa de Alencar presta à manutenção do pensamento dominante, no que diz respeito a uma visão instituída sobre o negro, sobre a escravidão e sobre a formação dos *habitus* do homem branco, encontra sentido no tratamento dispensado pelo narrador aos escravos participantes da trama, pai Benedito e sua esposa Tia Chica, o pajem Martinho, as pretas Eufrosina e Felícia, algumas mucamas, e sobretudo à figura de pai Inácio, um negro escravo que teria antecedido pai Benedito na habitação da cabana em que este mora. Fundamentalmente, os personagens negros são marcados por um contorno mítico, são estereotipados, construídos como seres passivos e resignados com essa condição, compondo o segmento representante do pólo negativo de uma recorrente lógica binária. Apesar de assinalados por alguns momentos de demonização, curiosamente são dotados de discurso direto, convindo destacar que, quando providos de voz, confirmam ainda

<sup>217</sup> Alencar, *O tronco do Ipê*, p.158.

mais o que o texto depõe, como se verifica no diálogo ocorrido entre Martinho e Eufrosina, que descreverei oportunamente. Quando assim não ocorre a narrativa lhes confere discurso indireto livre.

Já nos primeiros momentos do capítulo I, descrevendo a Casa-grande da antiga fazenda Nossa Senhora do Boqueirão, o texto revela toda a dimensão da soberania, da auto-suficiência e do poderio de uns, os senhores, bem como a posição de desvantagem de outros, os escravos: “a casa de habitação chamada pelos pretos *Casa grande*, vasto e custoso edifício, estava assentada no cimo de formosa colina, donde se descortinava um soberbo horizonte”.<sup>218</sup>

Como se vê, a própria localização da Casa-grande por si só já simboliza poder, domínio, visão ampla e de cima para baixo, dimensionando a posição tanto de senhores quanto de escravos e insinuando que a instituição da escravidão, representada pela ambivalência da Casa-grande, é um estado que, para ser mantido, requer comprometimento. Esta é talvez uma das poucas passagens em que a narrativa se manifesta de forma um pouco mais dissimulada, porque, a partir de então, não há compromisso algum nem qualquer tipo de preocupação com o velamento de colocações que acontecem às escâncaras.

Na esteira dessa descrição vem o destaque de uma atmosfera mítica criada ao redor do negro, sobre a qual a própria narrativa se incumbe de identificar como responsável por sua construção um processo de demonização desencadeado pelas beatas do lugar, que atribuem à feitiçaria praticada pelos negros, toda sorte de ruína que por ventura se abata sobre aquela região. De certa forma o texto, na sua dimensão, trata dessa questão, e o tronco do Ipê como ambiência e como espaço e como ponto de localização tem realmente o significado de tragédia, mau agouro, infortúnio e, é lógico que nessa perspectiva, esses elementos são atribuídos aos escravos.

Como dito anteriormente, pai Inácio foi o morador que antecedeu pai Benedito na moradia que ficou conhecida como cabana do pai Benedito e, por isso, o mito popular e um processo de demonização se encarregam de difundir que este herdara daquele todo o conhecimento de práticas da chamada magia negra. Portanto, começa a ser adotada a partir dessa situação, uma linha de atuação que vem para construir uma imagem do negro sustentada na tese de que todos eles são praticantes de feitiçarias:

esse primeiro dono foi um negro cambaio, que ali viveu desde tempos remotos, quando a fazenda não passava de uma roça à-toa com um velho casebre e alguma plantação de mandioca. O aspecto disforme do negro, e o isolamento em que vivia naquele sítio agreste em meio de ásperos rochedos, incutiram no espírito da gente da vizinhança a crença de que o pai Inácio era feiticeiro. *Realmente ele tinha todos os traços que a superstição popular costuma atribuir aos bruxos.* Desde então nenhuma catástrofe se deu por aquela redondeza,

---

<sup>218</sup> Alencar, *O tronco do Ipê*, p. 35

nenhum transtorno ocorreu, que não fosse lançado à conta da mandinga do negro.<sup>219</sup>  
[grifos meus]

Como sucedeu pai Inácio na moradia da mesma cabana, pai Benedito herdou a reputação de feiticeiro que as beatas do local se prontificaram em outorgar-lhe e dela ele não mais se livrou. Por força de um artifício narrativo que altera a linearidade temporal, já no início da obra percebe-se que o narrador faz alusões à última imagem que tem de pai Benedito, comparando-a à de um preto velho parecido com

um grande bugio negro, cujos longos braços eram de perfil representados pelo nodoso bordão em que se arrimavam. As cãs lhe cobriam a cabeça como uma ligeira pasta de algodão. Era este, segundo as beatas, o bruxo preto, que fizera pacto com o *Tinhoso*; e todas as noites convidava as almas da vizinhança para dançarem embaixo do ipê um *samba* infernal que durava até o primeiro clarão da madrugada.<sup>220</sup>

Pela fantasiosa via do mito o texto acaba penetrando no terreno do estereótipo e por vezes constrói uma espécie de estereótipo às avessas, se é que podemos raciocinar dessa forma, sobretudo quando trata pai Benedito como “um feiticeiro de bom coração”,<sup>221</sup> “um preto de alma branca”, “um escravo fiel”, “um feiticeiro de bom agouro”<sup>222</sup> que só empregava seus conhecimentos para o bem, um “bom preto” que se expandia de júbilo, quando se encontrava com Mário e este o saudava ainda que à base de chacotas:

– Viva papai Benedito, gritou Mário.  
– Viva!... berrou o Martinho dando no ar uma cambalhota.  
– Viva o rei do Congo!  
– Viva! Responderam todos.  
– *Obrigado, meu branco, obrigado.*  
– Isto dizia o preto descendo a ladeira e parando a cada passo para *curvar-se*, abrindo os braços e beijando as duas mãos *em sinal de agradecimento.*  
– *Este meu nhonhô quer zombar de seu negro velho!... Zomba, zomba, não faz mal! Eu gosto de ver você contente, contente, rindo com a camaradinha.*<sup>223</sup> [grifos meus]

E da maneira oportuna e estratégica que faz ao longo de toda a narrativa, completa o narrador: “ser motivo de *alegria* para esse menino que ele adorava, não podia ter maior satisfação a *alma rude, mas dedicada do africano*”.<sup>224</sup> [grifos meus]

<sup>219</sup> Alencar, *O tronco do Ipê*, p. 75.

<sup>220</sup> Id., p. 37.

<sup>221</sup> Id., p. 77.

<sup>222</sup> Id., p. 305.

<sup>223</sup> Id., p. 64

<sup>224</sup> Id. ib.

No diálogo anteriormente citado, efetuado entre Mário e pai Benedito, o acesso deste ao discurso direto, que entendo ser raro nas narrativas que apresentam o negro como personagem, serve também para demonstrar o quanto essa modalidade de discurso é utilizada, neste caso, como forma de especificar condições e circunstâncias que vão ao encontro de propostas discursivas como as que estão sendo tratadas por esta tese pois, à proporção que se confere voz a um personagem tradicionalmente desprovido dela, o que se realça é a depreciação de sua imagem por si mesmo. Uma passagem de *O tronco do Ipê* que reproduz ainda com maior contundência essa predisposição que entendo ser elaborada e construída de forma intencional e artificiosa, – em vista da quase absoluta ausência de discurso direto conferido a personagens negros nos textos em geral –, nesta oportunidade é empregada com o fim de produzir um efeito contrário. Justamente pela presença expressiva desse tipo de discurso, e embora provido de fala, o negro tem sua fala sempre revestida de conteúdos e de uma índole que se voltam contra sua própria imagem, aumentando o grau de demonização, dando maior consistência aos *habitus* e fortalecendo pseudo-expectativas criadas pela classe dominante, como proporciona o diálogo entre o escravo Martinho e a mucama Eufrosina traduzindo um desentendimento entre eles:

– Deixa esse *tição*! Acudiu a Eufrosina. Como ganhou molhadura pela chegada do nhonhô Mário, que não devia ganhar...

– *Tição!*... *tição é seu pai de você, negro cambaio e bichento que veio lá d'Angola... Cada beijo assim! hi! hi!*

A Eufrosina, cega de raiva atirou-se ao pajem que lhe fugia correndo ao redor da mesa e exasperando a mucama com as caretas que lhe fazia:

– *Cada beijo, assim, como orelha de porco... Tapuru era mato...chegava a sair pelos olhos.*

– Eu te esgano; só se não conseguir te pegar.<sup>225</sup> [grifos meus]

E assim a narrativa alencarina vai construindo o personagem negro segundo o contorno que lhe convém, sobretudo pela figura de pai Benedito, ora feiticeiro, ora passivo com a escravidão, ora limitado intelectualmente...

Benedito contudo não tardou em reparar na ausência de Mário. O velho africano que já adorava aquele menino e admirava sua destreza e coragem, começou desde então a venerar nele alguma cousa de sobrenatural, incompreensível *para seu espírito inculto*.<sup>226</sup> [grifos meus]

... ora demonstrando subserviência e resignação com sua condição de escravo...

<sup>225</sup> Alencar, *O tronco do Ipê*, p. 223.

<sup>226</sup> Id., p. 143.

D. Francisca ajoelhada roçou a fronte de Mário com os lábios, cobriu-lhe o corpo com o xale, e rendeu ao Senhor ferventes graças, por lhe haver conservado o filho querido. Benedito também ajoelhara aos pés do menino, mas em vez de rezar por ele, pôs-se a adorá-lo, como a um ídolo.<sup>227</sup>

... mas de uma forma ou de outra, sempre plasmado, se não pessoal e objetivamente, de maneira indireta e mais abrangente como seguidas vezes ocorre através do apelo a lógicas binárias, feitos pelo narrador. Nas oportunidades em que ele se refere às meninas Alice, Adélia ou a outra moça qualquer, desde que branca, ele impregna o texto de expressões líricas, angelicais, visando sempre à exaltação:

Alice era a imagem de um anjo de cera. Seus cabelos louros, molduravam-lhe o rosto com esplendor; o vestido despedaçado, aparecendo por cima das coberturas junto às espáduas, figurava as pontas de lindas asas azuis. [...] A cútis alva tinha uma doce transparência produzida pela polarização da luz de sua alma que se refrangia para o céu.<sup>228</sup>

Tais expressões também se fazem presentes em referências dessa natureza, feitas sobre uma personagem inexpressiva que chega à Casa-grande, mas, a despeito de sua inexpressão o narrador lhe tece loas e aproveita para sistematizar espaços racializados e racializantes:

realmente aqueles olhos azuis de uma luz tão cintilante; os cabelos de ouro riçados em diadema; o níveo colo, cuja nascença se debuxa sob o talhe afogado de um vestido de seda cor de cinza; e sobretudo a mão pequenina, melindrosa e afilada; são para a janela da rica sala, e não para a porta da copa, onde nesse momento se desempenham os humildes serviços do tráfego diário da casa.<sup>229</sup>

O pólo positivo da divisão binária explorada pelo narrador prossegue:

a menina percebera que Mário, em vez de examinar os pontos, estava, mas era a admirar-lhe a mãozinha de jasmim através da fina cambraia, e a aspirar a deliciosa fragrância que exalava dessa flora animada.<sup>230</sup>

Em contrapartida, o caráter discriminador do pólo negativo é factual; a referência ao pajem Martinho não deixa margens a contestações:

– Psiu! Martinho! Gritou a moça bastante alto para ser ouvida ao longe, mas com um sombreado na voz que indicava certo acanhamento.  
– Ainda não, nhanhã! respondeu desconsolado o pajem mostrando *o focinho* entre a folhagem da última grimpá do jequitibá.<sup>231</sup> [grifo meu]

<sup>227</sup> Alencar, *O tronco do Ipê*, p. 146.

<sup>228</sup> Id., p. 139.

<sup>229</sup> Id., p. 171.

<sup>230</sup> Id., p. 198.

<sup>231</sup> Id., p. 172.

Se as referências dizem respeito ao pai Benedito, então, é aí mesmo que elas mais se manifestam como facciosas e nocivas, a exemplo do episódio em que ele ajuda Mário a salvar a vida de Alice, no qual o narrador dá dimensão de uma cadeia humana numa conjuntura representada por Mário, Alice e pai Benedito:

o corpo do negro, inteiriçado sobre o abismo, escorrendo sangue das feridas, brandia, aos repetidos abalos que lhe imprimiam as arremessas de Mário, como um vergão de ferro. [...] Foi essa peripécia do horrível drama que se desenhou aos olhos do barão, quando ele chegava à margem do lago. Não teve necessidade de interrogar, de ouvir alguma voz, nem de examinar a cena. Do primeiro relance compreendia tudo. *A vítima era Alice; o herói, Mário, o instrumento, Benedito.*<sup>232</sup> [grifos meus]

Dimensão de uma cadeia humana que também é referenciada pelo desdobramento de um processo de animalização impresso sobre homens aviltados. Acerca de uma participação de Alice o narrador faz a seguinte observação:

a menina derramava em torno de si um fluido de afeto e ternura; o que vivia nessa atmosfera sentia sua irresistível atração. Na fazenda, para qualquer ponto que se voltasse, via-se rodeada de entes que a amavam e a quem ela retribuía em simpatia. Onde chegava, na roça ou no curral, havia festa e alegria. *Os pretos batiam palmas; o gado mugia; as ovelhas balavam.*<sup>233</sup> [grifos meus]

Muito se pode dizer sobre o papel desempenhado pela narrativa *O tronco do Ipê* como uma referência literária que, do ponto de vista discursivo, dialoga com textos históricos no sentido de reverberar propostas ideológicas que, tanto aqui quanto lá, têm grande poder de persuadir o público leitor de que a ordem social está em seus devidos lugares. O texto cumpre essa missão com muita habilidade, mesclando dissimulação com objetividade, linguagem direta com linguagem ambivalente, mas a grande verdade é que ele, em toda sua extensão demonstra com clarividência um posicionamento espontâneo e parcial. Prova disso é a presença do “mané-gostoso”, de presença recorrente nos textos não-estéticos e neles sempre olhados como uma simples modalidade de brincadeira de crianças, e por isso tratado como algo absolutamente normal quando de fato tem implicações mais amplas e mais profundas:

encontrando o olhar da menina, Mário com o mesmo arrebatamento largou-lhe a mão; e envergonhado, quase arrependido do que fizera, continuou a *fustigar os arbustos*, aplicando também *por diversão uma cipoada nas canelas de Martinho.*<sup>234</sup> [grifos meus]

<sup>232</sup> Alencar, *O tronco do Ipê*, pp. 134-135.

<sup>233</sup> Id., p. 190.

<sup>234</sup> Id., p. 47

Como não poderia ser diferente, Mário é o protagonista; no entanto, cabe à figura de pai Benedito fechar a narrativa que traz de volta a imagem de sua esposa, Tia Chica, tão pouco explorada ao longo do texto. Apesar desse dado, neste momento ela ressurgiu, não fisicamente, mas sim, no plano das idéias. Exatamente por isso, tanto ela quanto o próprio pai Benedito configuram uma expressão do texto possível de ser interpretada como noção de *mise en abyme*,<sup>235</sup> na medida em que o epílogo concentra as trajetórias de vida de dois personagens negros, plasmando-os segundo uma dimensão temporal de presente, de passado e de futuro, que transcende a condição individual e traduz uma concepção de caráter coletivo.

///

---

<sup>235</sup> Cf. Lucien Dällenbach, *Intertexto e autotexto* In: *Poétique: revista de teoria e análise literárias*.

#### 4.6 - *Menino de engenho: observação e aprendizado*

A LITERATURA DO SÉCULO XX, mais especificamente a do princípio daquele século, e dentro dessa divisão cronológica, em especial a do ciclo da cana-de-açúcar, traz no bojo das obras produzidas naquele período, um repositório de significações tratadas na maioria das vezes de forma explícita, que enriquecem sobremaneira a discussão estabelecida no sentido de se demonstrar na topografia literária a repercussão de idéias, de ideais e de pensamentos mais afeitos a uma conjuntura de caráter não-estético. No atendimento dessa proposta, duas são as obras que entendo serem adequadas para traduzir com proficiência essa vertente da Literatura brasileira: *Menino de engenho* e *Fogo morto*, ambas de José Lins do Rêgo.

Começando pela obra *Menino de engenho*, destaco como principal característica a capacidade que o texto tem em revelar os meios pelos quais a criança branca constrói seus *habitus* em relação à presença do homem negro. É pela observação de ações repetitivas tanto de senhores quanto de escravos, pela falta de referenciais contrários a condições instituídas, pela orientação obstinada e acima de tudo pela construção de estereótipos que o homem branco adquire, ainda na infância, o sedimento para sua vida futura. O narrador-protagonista Carlinhos, com a perda dos pais, a partir dos quatro anos de idade vai morar na fazenda dos avós e, custodiado por eles e pelo mundo novo que o abriga, faz uma leitura de mundo embasada no que vê; ele nada acrescenta nem questiona o que presencia, limitando-se apenas a dar continuidade a uma visão de mundo construída a partir do já consagrado. Com doze anos ele é retirado do convívio da fazenda e mandado para o educandário e, em sua concepção, com a idade que tem ele se convence de estar pronto para o mundo. A narrativa é em *flash-back* e mesmo assim não se percebe em momento algum um viés crítico sobre uma formação deformada do personagem; mas, o que se percebe o tempo todo é um convencimento por parte do narrador-protagonista de que ele possui uma formação sólida.

Logo ao chegar na fazenda, Carlinhos toma conhecimento do que representa a figura do “mané-gostoso”, ao notar que sua Tia Sinhazinha “criava sempre uma negrinha, que dormia aos pés de sua cama, *para judiar, para satisfazer os seus prazeres brutais*”<sup>236</sup> [grifos meus], processo que com o passar dos tempos ele também acaba aderindo pelo fato de começar a usufruir as benesses concedidas pelo vínculo de parentesco com o avô, Coronel José Paulino:

depois mandaram-me para a aula dum outro professor, com outros meninos, todos de gente pobre. *Havia para mim um regime de exceção. Não brigavam comigo. Existia um copo*

<sup>236</sup> Rêgo, *Menino de engenho*, p. 15.

*separado para eu beber água, e um tamborete de palhinha para “o neto do Coronel Zé Paulino”. Os outros meninos sentavam-se em caixões de gás. Lia-se a lição em voz alta. A tabuada era cantada em coro, com os pés balançando, num ritmo que ainda hoje tenho nos ouvidos. Nas sabatinas nunca levei um bolo, mas quando acertava, mandavam que desse nos meus competidores. Eu me sentia bem com todo esse regime de miséria. Os meninos não tinham raiva de mim. Muitos deles eram moradores do engenho.*<sup>237</sup> [grifos meus]

É através do acesso a esses dispositivos de ação que Carlinhos vai construindo sua formação e sua visão de mundo, ora observando os acontecimentos ao seu redor, ora aderindo à prática de ações observadas no cotidiano, mas invariavelmente, demonstrando a cada momento que sua formação é carente de referenciais, em virtude de ser forjada sobre fatos já consagrados pelo imaginário popular, daí sendo levado a encará-los com a mais absoluta naturalidade. O que se percebe na formação de sua trajetória como homem não é apenas uma falta de referência, mas é também e sobretudo, o quanto ele tem uma formação sustentada pela facilidade em receber como espontâneos acontecimentos que de fato são extraordinários, embora uma situação implique a presença da outra. Carlinhos cresce habituando-se a olhar para o negro com o olhar do estereótipo e da visão mítica:

restava ainda a senzala dos tempos do cativoiro.  
Uns vinte quartos com o mesmo alpendre na frente. As negras do meu avô, mesmo depois da abolição, ficaram todas no engenho, não deixaram a rua, como elas chamavam a senzala. E ali foram morrendo de velhas. Conheci umas quatro: Maria Gorda, Generosa, Galdina e Romana. O meu avô continuava a dar-lhes de comer e vestir. E elas a *trabalharem de graça*, com a *mesma alegria da escravidão. As duas filhas e netas iam-lhes sucedendo na servidão, com o mesmo amor à casa-grande e a mesma passividade de bons animais domésticos.*<sup>238</sup> [grifos meus]

Por intermédio de Carlinhos, *Menino de engenho* dialoga com os *Sermões* de Padre Antonio Vieira, trazendo à luz condições que têm por finalidade justificar a posição do negro no tecido social, segundo uma vontade divina:

o costume de ver todo dia esta gente na sua degradação me habituava com a sua desgraça. Nunca, menino, tive pena deles. Achava muito natural que vivessem dormindo em chiqueiros, comendo um nada, trabalhando como burros de carga. A minha compreensão da vida fazia-me ver nisto uma obra de Deus. Eles nasceram assim porque Deus quisera, e porque Deus quisera nós éramos brancos e mandávamos neles. Mandávamos também nos bois, nos burros, nos matos.<sup>239</sup>

<sup>237</sup> Rêgo, *Menino de engenho*, p. 33.

<sup>238</sup> Id., p. 55.

<sup>239</sup> Id., p. 89

Também do ponto de vista da sexualidade a formação de Carlinhos é construída a partir da sua convivência com os escravos, tomando por base o mito que cercava as escravas, levando-as a serem vistas como paradigmas de lascívia:

a negra Luísa fizera-se de comparsa das minhas depravações antecipadas. Ao contrário das outras, que nos respeitavam seriamente, *ela seria uma espécie de anjo mau da minha infância*. Ia me botar para dormir, e enquanto ficávamos sozinhos no quarto, arrastava-me a coisas ignóbeis. Eu era um menino sem contato com o catecismo. Pouco sabia de rezas. E esta ausência perigosa de religião não me levava a temer os pecados. Muito depois, esta miséria de sentimentos religiosos se refletiria em toda a minha vida, como uma desgraça. *A moleca me iniciava, naquele verdor de idade, nas suas concupiscências de mulata incendiada de luxúria*. Nem sei contar o que ela fazia comigo.<sup>240</sup> [grifos meus]

Em se tratando de relações sociais do cotidiano, Carlinhos é o representante por excelência da formação do homem brasileiro, sobretudo no que se refere a sua socialização como integrante da classe branca dominante, embora nesse caso o mais importante não seja propriamente o fato de ele ser dominante, mas sim o fato de ele ser branco. Numa considerável dimensão, todo homem branco brasileiro traz em si um pouco de Carlinhos, por aquilo que ele também observa nos “engenhos” do dia-a-dia que praticamente em nada diferem daqueles dos tempos coloniais. Carlinhos é produto da vida no engenho e, por este motivo, mais que menino de engenho ele é, em sua essência, um menino *do* engenho, um produto *do* engenho.

Dentro desta perspectiva, levando em consideração o espaço que reserva ao personagem negro, a in-visibilidade que lhe confere e fundamentalmente o discurso que se lhe associa nesta obra, a Literatura configura-se como uma importante vitrine a exibir o negro de maneira a contribuir que sobre ele sejam construídas representações baseadas exclusivamente num olhar viciado, de fora para dentro, resultando numa formação social e moral de um observador que, em conseqüência, certamente irá pautar sua mundividência em pressupostos semelhantes aos de Carlinhos: inconsistentes, incongruentes e autocentrados, e por isso mesmo, pretensamente autotélicos.

///

---

<sup>240</sup> Rêgo, *Menino de engenho*, p. 102.

#### 4.7 – José Passarinho: humanismo e divindade

A OBRA *FOGO MORTO* é mais uma também de autoria de José Lins do Rêgo da qual a partir de agora passo a destacar aspectos que a credenciam como mais um veículo de plasmação da imagem do negro, segundo pressupostos que vêm sendo defendidos por esta tese.

Uma característica interessante desse texto é a capacidade que ele apresenta em trabalhar um número bastante elevado de personagens negros e ainda assim conseguir diluí-los em sua tessitura entre alguns poucos personagens brancos, como o protagonista Mestre José Amaro, que neste aspecto é seguido de perto por Vitorino Carneiro da Cunha e pelo Coronel Lula de Holanda. E essa diluição se processa de forma curiosa, porque aos personagens negros, que no que diz respeito à quantidade são em número expressivo, o texto consegue dispensar um tratamento traduzido pelo distanciamento e pela invisibilidade, mesmo no caso daqueles que funcionam como hùmus da diegese histórica, como é o caso dos escravos Domingos e Nicolau, do cego Torquato e do próprio José Passarinho, ou melhor, do negro Passarinho. São esses personagens que vão fazer com que *Fogo morto* atribua uma importância secundária a personagens que têm desdobramentos primários e esta importância assim se faz exatamente por contar com as marcas do estereótipo, pela falta de discurso direto e pelo recurso continuado a um silenciamento que ocorre das mais variadas formas.

Um dos personagens estruturadores e estruturantes da obra trata-se do sogro do Coronel Lula de Holanda, o Capitão Tomás Cabral de Melo, casado com D. Mariquinha e pai de Amélia. A história de vida desse personagem dentro da narrativa é tratada *in media res*, – daí sua importância do ponto de vista estrutural –, porque é a partir de sua história que se constrói a de Coronel Lula de Holanda e, por via de conseqüência, a de Mestre José Amaro, e é a partir dela que também se dá um enlace entre as trajetórias dos personagens em geral.

Em síntese, a história do Capitão Tomás Cabral de Melo está condicionada e se resume às ações desenvolvidas pelo escravo Domingos, objeto de posse dele no Santa Fé, engenho que no futuro viria a se tornar propriedade do Coronel Lula de Holanda, em conseqüência do casamento deste com sua filha Amélia. O escravo Domingos resolve enfrentar e afrontar o Capitão Tomás, empreendendo uma fuga de seu engenho, acontecimento que “chegou para o capitão como um choque”.<sup>241</sup> Quando de sua primeira fuga, o Capitão Tomás, por se sentir vilipendiado e desfeitoado por um escravo, e por não admitir tal situação, optou por não entregar o caso a um capitão-de-mato e

---

<sup>241</sup> Rêgo, *Fogo morto*, p. 157.

pessoalmente “botou-se para a caçada à sua peça”.<sup>242</sup> Nas investidas realizadas o Capitão Tomás não conseguiu capturá-lo, todavia, com o prestígio que desfrutava junto às autoridades dos lugares por onde andou, ouviu de um delegado o conselho de que deveria voltar para casa, bem como a promessa de que receberia Domingos de volta, tão logo o delegado colocasse as mãos nele:

– Capitão, pode voltar para o seu engenho, o negro estará lá, no mais tardar, na quarta-feira.  
E assim tudo foi feito. Numa quarta-feira, de tarde, bateu-lhe na porta o negro fugido, que veio cair-lhe aos pés chorando. Trazia o capitão-de-mato uma carta do delegado. O Capitão olhou para a sua cria com ódio de morte.<sup>243</sup>

Domingos pagou um preço muito alto por sua fuga, sendo, após capturado, castigado dura e exemplarmente a mando do Capitão Tomás.

Apesar de submetido a toda sorte de maus-tratos, tempos depois da primeira fuga Domingos realiza uma segunda e definitiva fuga, na qual ele furta dois cavalos do Capitão. Embora já não fosse o mesmo de outrora, agora já mais velho, mais cansado e com a saúde debilitada, ainda assim o Capitão Tomás resolve tomar a peito a questão e na companhia do genro, Lula de Holanda, “saiu à procura do que era seu”.<sup>244</sup> Dessa feita o desdobramento das ocorrências não foi favorável ao Capitão Tomás que teve de amargar uma dupla derrota, pois ele não só não conseguiu reaver o escravo Domingos, como ainda teve de passar por humilhações impostas pelos fazendeiros aos quais consultava sobre o paradeiro do escravo fugido, como reage um deles na presença de seus capangas:

– Estes dois homens estão vindo do Brejo atrás de um negro fugido. Estão pensando que o negro está aqui. O Capitão Tomás explicou:  
– Não senhor, em Campina me disseram que o negro tinha parado nesta fazenda. Seu Lula, com a voz trêmula, inflamada, gritou:  
– Não somos camumbembes.  
– Eu sei que os senhores são homens de trato, de engenho, de muita lordeza. Tudo isto eu sei. Mas grito aqui não adianta não, rapaz. Eu, se fosse o capitão, ia me aboletar ali debaixo daquele pé de juá, e esperar a madrugada. Se quiser uns pratos de coalhada eu tenho para dar. Só não tenho é negro fugido e nem cavalo roubado.  
Um dos cabras abriu uma estrondosa gargalhada.<sup>245</sup>

É este acontecimento malgrado que dá início à derrocada do Capitão Tomás Cabral de Melo que, por não conseguir conviver com a derrota que Domingos lhe infligira, mergulhou numa rota de deliquescência física, moral e espiritual que culminou com sua morte, como se pode verificar nas palavras de sua esposa D. Mariquinha, ao observar que “a escravatura do marido não era de dar

<sup>242</sup> Rêgo, *Fogo morto*, p. 157.

<sup>243</sup> Id., p. 158.

<sup>244</sup> Id., p. 167.

<sup>245</sup> Id., p. 169.

trabalho. Se não fosse aquele negro Domingos não podia se queixar de seus negros. Domingos dera com seu marido no chão”.<sup>246</sup> Muitos anos depois, numa conversa da filha Amélia com Sinhá Adriana, Amélia relembra “que fora aquele negro Domingos que matara o seu pai”.<sup>247</sup> Entretanto, o que melhor reproduz essa situação são as reflexões feitas pelo próprio Capitão Tomás, quando vivenciava as dores da derrota que Domingos lhe impusera:

todos se preocupavam com a tristeza do capitão. Afinal de contas, a história de Domingos não seria motivo para um homem se entregar daquele jeito, para ficar como morto. O capitão *nos seus silêncios, vivia para dentro de si com violência*. Partia ele do ponto de vista que *estava derrotado, humilhado, sem honra, sem força para governar as suas coisas*. Era um senhor de engenho sem respeito. Tivera um negro fugido, andara atrás dele, com o seu direito, com a sua razão, e fora, no entanto insultado por um camumbembe qualquer, um sujeito de camisa para fora da calça que quase lhe bateu. *Não, ele não podia mais gritar para negro nenhum*.<sup>248</sup> [grifos meus]

O comportamento obstinado de Domingos desmonta qualquer possibilidade de especulação daquela idéia de passividade tão explorada pelos textos, que em geral tentam a todo custo imprimi-la como marca identitária do escravo negro. Ele afronta e desafia o Capitão Tomás que sabe de suas intenções, e por isso mesmo dimensiona com exatidão o tamanho da derrota. Domingos é um escravo extremamente rebelde e por sua rebeldia é o responsável indireto pela morte do Capitão Tomás, entretanto, o leitor só dimensiona sua rebeldia por aquilo que lhe é passado pelo narrador ou intuído dos demais personagens, mas nunca por ações efetivas ou por suas próprias palavras. Cabe perguntar: por que um personagem profundamente marcado pela revolta e indignação não se verbaliza com intensidade? Esse comportamento não mudaria o curso da obra e certamente resultaria numa representação mais fiel do personagem, mesmo porque o próprio texto em certa medida traduz esses sentimentos, embora cerceie o personagem na possibilidade de manifestação. A despeito de sua firmeza de caráter e das implicações causadas no desdobramento da diegese histórica, Domingos é um personagem distante e distanciado, silencioso e silenciado, absolutamente desprovido de qualquer tipo de discurso que se possa imaginar para um personagem, e o máximo que o leitor sabe sobre ele é que era um moleque “de muito boa-pinta, de 18 anos, de saúde de ferro”.<sup>249</sup>

Com a morte do Capitão Tomás, o genro Lula de Holanda assume a administração do Engenho Santa Fé e adota a política da aplicação gratuita de castigos, postura que contraria sua sogra, D. Mariquinha, com quem entra em rota de colisão. O escravo Nicolau que “viera com Tomás de Ingá e

---

<sup>246</sup> Rêgo, *Fogo morto*, p. 175.

<sup>247</sup> Id., p. 265.

<sup>248</sup> Id., p. 171.

<sup>249</sup> Id., p. 157.

era negro de estima da casa”,<sup>250</sup> é surrado sem necessidade e “adoecera de vergonha... Lágrimas correram dos olhos de Nicolau”.<sup>251</sup> Com a Abolição ele abandona o Engenho e apesar de, por vezes, passar pela porta do engenho, quando assim fazia, “não parava para dar duas palavras”<sup>252</sup> e, já bem velho, Nicolau por ali passava e todos o viam “mal tirar o chapéu. Parecia um negro de longe, que nunca parara no engenho”.<sup>253</sup> Também distanciado, silenciado e desprovido da manifestação verbal tanto quanto Domingos, surrado gratuitamente, Nicolau se impõe e demonstra sua indignação, embora a tessitura literária limite o alcance de suas ações.

“*ESSA GENTE TODA CONVERSAVA: os de cavalo com os que iam a pé. Mais adiante encontramos Zé Passarinho, bêbado no seu costume de sempre*”<sup>254</sup> [grifos meus]. É dessa forma, isto é, sob as marcas indeléveis do estereótipo que nasce, ainda dentro de *Menino de engenho*, o personagem José Passarinho, que depois migra para as páginas de *Fogo morto*, transformando-se num sustentáculo desta narrativa. José Passarinho surge sem raízes, sem família e sem passado como acontece com a maioria dos personagens negros, e por isso dá a impressão de não ter presente. Apesar de já nascer sob o signo do estereótipo e de viver ao longo da obra sob este mesmo signo, José Passarinho é o mais representativo referencial da limitação por que passam alguns dos personagens negros de *Fogo morto*, cuja “voz”, quando cantarola, pois é somente nesta condição que ele realmente a possui, é uma espécie de pano de fundo da narrativa, sobretudo pela função de contraponto que estabelece com o “canário da biqueira” que surge em situações especiais.

O canário da biqueira irrompe de forma repentina nas proximidades das pessoas e seu canto é cercado de um teor premonitório no sentido de trazer maus presságios. Da mesma forma que o canário da biqueira, José Passarinho é um personagem que também “surge” inesperadamente e seu aparecimento repentino vem sempre acompanhado de uma canção que pressupõe o anúncio de uma situação ou mesmo uma revelação: “a mulher do seleiro pagou-lhe e ele arrumou-se para sair quando *apareceu* na estrada José Passarinho, velho negro que vivia constantemente embriagado”<sup>255</sup> [grifos meus].

E a partir de um determinado ponto da obra, sobretudo quando o Mestre José Amaro é abandonado pela esposa e passa a viver na solidão, é José Passarinho quem lhe faz companhia,

<sup>250</sup> Rêgo, *Fogo morto*, p. 175.

<sup>251</sup> Id. ib.

<sup>252</sup> Rêgo, *op. cit.*, p. 193.

<sup>253</sup> Id. ib.

<sup>254</sup> Rêgo, *Menino de engenho*, p. 20.

<sup>255</sup> Rego, *Fogo morto*, p. 59.

cantarolando trechos de canções que chegavam ao Mestre como alento: “a voz de Passarinho *levava* o mestre para os dias de Goiana, a vida boa da rua, da casa bem perto da Matriz”<sup>256</sup> [grifos meus].

Às vezes, pelo seu conteúdo, as canções interpretadas por José Passarinho surpreendiam o Mestre José Amaro, levando-o a fazer observações que marcavam também pelo conteúdo delas, revelando não somente elementos da nobreza de espírito de Passarinho, como também do próprio Mestre José Amaro, dizendo de si para consigo mesmo que, “nunca pensara que aquele negro imundo, de cara de cachaceiro, *tivesse tanta coisa dentro de si*, aquela história, aqueles amores, aquele D. Carlos, aquela D. Branca”<sup>257</sup> [grifos meus].

O Mestre José Amaro é o protagonista da narrativa e após ser abandonado pela sua esposa, D. Sinhá, a sobrevida deste personagem, tanto do ponto de vista da diegese histórica quanto da conformação narrativa, passa a ser condicionada à *performance* de José Passarinho que desempenha uma função de contraponto do próprio Mestre José Amaro: “– O pobre tem me ajudado muito. Sinhá me abandonou aqui sozinho, e se não fosse ele, nem sei como me agüentava”.<sup>258</sup>

José Passarinho, o Zé Passarinho ou simplesmente o negro Passarinho é um personagem que *Fogo morto* consegue revestir de importância secundária a despeito de todo o espaço que ele ocupa na topografia dessa obra. Desprovido de discurso direto mais expressivo e estereotipado como negro, bêbado e vagabundo, resta a Passarinho manifestar-se pela palavra cantada que é uma interessante forma de manifestação sim, mas é apenas transmissora de palavras prontas e nitidamente limitadas e limitadoras, se comparadas à capacidade da expressão verbal autônoma e espontânea. Passarinho apenas cantarola, em virtude de ser impossibilitado de se manifestar pela utilização do principal instrumento de prática social: a fala. Uma referência dessa limitação imposta a Passarinho é encontrada no cego Torquato, personagem negro, contemplado com uma presença, uma atuação e um espaço significativos dentro da narrativa, dotado de discurso direto de forma ampla e freqüente e totalmente desprovido de marcas de estereótipo ou de outra natureza discursiva qualquer. Acontece porém que, embora negro, Torquato é cego; esta é sua marca preponderante e estigmatizante, e por assim ser, dispensa a necessidade de outro estigma qualquer. Por isso Torquato fala; ele já está preso em sua escuridão e não há por que o cercear ainda mais. Com José Passarinho a situação é diferente, mesmo porque é pela essência dele que toda a densidade do protagonista, Mestre José Amaro, se vê sedimentada e dependente. É José Passarinho quem ajuda Mestre José Amaro a viver, ajuda Mestre

---

<sup>256</sup> Rego, *Fogo morto*, p. 230.

<sup>257</sup> Id., p. 80.

<sup>258</sup> Id., p. 236.

José Amaro a existir e ajuda Mestre José Amaro a morrer, e nessa perspectiva, ele ajuda *Fogo morto* a ser a obra que é, sobretudo por sua competência, ora porque personifica a epifania, por suas próprias aparições, repentinas, do nada, mas sempre trazendo um sopro de vida para o Mestre; ora como mensageiro de uma epifania, pelas revelações contidas naquilo que pressagia:

- E o Santa Fé quando bota, Passarinho?
- Capitão, não bota mais, está de fogo morto.<sup>259</sup>

É assim que chega ao seu final o romance *Fogo morto*, do Mestre José Amaro, do Capitão Vitorino Carneiro da Cunha, do Coronel Lula de Holanda e de tantos outros personagens artífices da sua organização interna: conduzido pelos vaticínios feitos por José Passarinho, um personagem praticamente sem voz dentro da narrativa. Considerando que esses vaticínios aliam-se a observações retrospectivas, à medida que os faz José Passarinho retoma e resume toda uma dimensão pretérita do enredo, e sobre este, abre novas possibilidades de “leituras”. Nessa perspectiva, ele configura-se muito mais como um “Jano dos canaviais”, e por isso, assume a postura de um personagem redondo e deixa de ser visto apenas como um personagem plano que uma leitura tangencial privilegia, no atendimento de um escopo prioritário que o texto quer atingir, demonstrado no investimento que faz ao apelar para a forma estereotipada com que visa construir um personagem da estatura de José Passarinho: simples e predominantemente como negro, como bêbado e como vagabundo.



---

<sup>259</sup> Rêgo, *Fogo morto*, p. 319.

5 - A Vez e a Voz

O artifício da ficção não necessariamente empresta falsidade a uma narrativa; pode muito bem trazer verossimilhança ou uma verdade moral. (Natalie Davis)

## 5 - A Vez e a Voz

As obras de arte são cópias do vivente empírico, na medida em que a este fornecem o que lhe é recusado no exterior e assim libertam daquilo para que as orienta a experiência externa coisificante. (Theodor Adorno)

### 5.1 – *A outra face do poder*

ESTE CAPÍTULO TEM por objetivo precípua realizar a análise da prosa poética *Emparedado*, de Cruz e Sousa e do romance *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves, sob um prisma que os insere no rol das obras capazes de representar, com legitimidade, momentos raros e especiais da história da Literatura brasileira. Para que tal visão se justifique, é preciso partir do pressuposto que a utilização dos elementos responsáveis por sua organização interna, não se coaduna com a forma tradicionalmente histórica de pensar desdobramentos de processos criativos comumente encontrados em situações semelhantes, considerando o ponto de vista desse mesmo compromisso intratextual. Cercados por uma atmosfera heteróclita que os singulariza como formas de expressão literária, os artefatos produzidos por Cruz e Sousa e Ana Maria Gonçalves são dotados de conformações que nos contemplam com a presença de personagens negros responsáveis pela construção da própria representação. É a partir da posse e da exploração de um discurso que verdadeiramente traduz seus anseios de vida, revela sua visão de mundo, suas possibilidades humanas, dimensiona suas reais possibilidades de expressar um senso crítico acerca do mundo em que vive e da exposição de uma sensibilidade que lhe é peculiar que o negro, nos textos em questão, constrói uma trajetória diferenciada. Dessa forma, os artefatos que os abrigam rompem em definitivo com padrões que insistem em plasmá-los, consoante metas legitimadas por instâncias de consagração. A referência a essas obras torna-se providencial, à medida que o personagem negro, na maioria das vezes dono de uma trajetória viciada e, contumazmente, assim descrita pela Literatura, nas obras citadas dá lugar a um eu enunciativo que é negro em toda sua dimensão, na plenitude de sua essência e em suas potencialidades. A partir de então, ele se manifesta de forma autônoma, expressando-se por si mesmo, pelo acesso a uma linguagem desprovida de ornamentos, assumindo posicionamentos que nos autorizam a repensar e a questionar a recorrência do emprego de uma linguagem limitadora das ações de personagens negros, conseguindo através dessa rediscussão empreender a busca de um resgate cultural.

Embora não façam eco no terreno regido pelo pensamento acadêmico, obstaculizadas que são pela falta de divulgação, de leitura, de debates e de sua adoção mesmo, como referências literárias de qualidade, daí a queda num ostracismo, ainda assim estes dois textos precisam ser trazidos à luz. Ambos são importantes, não só pelo que apresentam e representam, do ponto de vista da elaboração estética – aspecto que mais adiante tratarei em detalhes –, mas por tudo que significam como referências contrapontísticas que são, de abordagens que necessitam ser questionadas, justamente por se efetivarem sempre desprovidas da presença delas. É bem verdade que, apesar de existirem numa quantidade reduzida, há alguns textos que se posicionam um pouco à margem desse tratamento dispensado de forma padronizada ao personagem negro. Quando assim o fazem, porém, o que realmente sucede e que presenciamos no ato da leitura, a meu ver, ainda não chega a constituir-se como uma real proposta de utilização da técnica do contraponto, muito embora, em que pese a forma acanhada com que o fazem, devamos admitir que eles tratam sim, de outros aspectos de uma questão que é bem mais ampla. Como exemplo desse comportamento destaco os contos *A escrava*, de Maria Firmino dos Reis, *O caso da vara* e *Pai contra mãe*, ambos de Machado de Assis, só para destacar três, entre as poucas produções literárias que têm este caráter, geradas no âmago do polêmico século XIX.

Nesses três contos, e eu diria que não apenas neles, mas, de forma sistêmica nos textos que a exemplo deles apresentam esta marca como registro, reconhecidamente há um esboço, há uma tentativa de fuga do lugar-comum, tendo em vista que eles apresentam e procuram explicitar algumas situações que em geral são omitidas ou, no máximo, intuídas. No entanto, a despeito de todo o “esforço” que demonstram fazer no sentido de desagregar uma ordem vigente no processo de criação literária, percebe-se que, ainda assim, esses textos não conseguem conferir ao personagem negro uma linha de ação que lhe possibilite deixar a condição de “outro” e assumir sua “individualidade” de forma totalizante. Apesar de percebermos com relativa facilidade que esses textos têm um anseio de construir um perfil do homem branco, que também revele aspectos de sua personalidade que consigam ir além daqueles que se manifestam com maior clareza nas relações sociais colonialistas, na mesma intensidade, percebemos também, que a intenção de romper com o instituído, pára por aí e torna-se uma componente quase que irrelevante dentro da conjuntura textual. Esta situação se revela à medida que na referida conjuntura, de maneira prioritária, continuam a ser mantidos os elementos sinalizadores da cumplicidade que a Literatura conserva com o pensamento social dominante, sobretudo em sua relação com textos de índole não-estética, traduzidos pelo recurso à forma estereotipada, à falta de discurso direto ou a outras formas de limitação impostas àquele personagem.

Todos sabemos que uma entre as diversas marcas características que definem uma linguagem como literária, especialmente nas obras que se destacam como expoentes, trata-se do uso de determinados recursos estéticos a partir da sua versão paradoxal. Isto quer dizer, a exploração da morte como forma de vida, da ambigüidade como forma de exatidão, da fragmentação como noção de coisa estruturada e outros recursos de natureza semelhante. Entretanto, não vejo este método sendo empregado com a finalidade de perseguir uma resposta estética ou de proporcionar sentidos para o texto, nas produções da Literatura brasileira que têm como húmus da diegese histórica a atuação do personagem negro dentro do complexo social. Embora numa certa medida já tenha tratado da questão de maneira mais detalhada no capítulo Estratégias Discursivas da Criação Literária e, dentro dele, nas abordagens sobre o silêncio, retomo aqui as discussões dessa natureza por entender que os textos de Cruz e Sousa e de Ana Maria Gonçalves constituem o que há de mais contundente e apropriado como elementos de comprovação e de convencimento da viabilidade de colocar-se em prática uma proposta de produção, leitura e análise de artefatos literários, essencialmente gerados no contrafluxo de uma via modeladora de processos criativos. No ato da sua organização técnica esses textos primam pela adoção de métodos e artifícios que contribuem para a manutenção de um conservadorismo que se faz cada vez mais extemporâneo. Em virtude de serem estruturados sobre um arcabouço diegético – considerando o termo em sua mais ampla acepção – que os autoriza e os legitima a se estabelecerem como referências que se opõem a um processo de produção estandardizado, *Emparedado* e *Um defeito de cor* serão explorados na condição de objetos de exame e discussão por serem um reconhecimento explícito de que um autor normalmente tem a sua disposição as condições necessárias para produzir de forma diversificada. Ele não depara, portanto, com elementos coercitivos que o obriguem a incidir sempre numa mesma linha de elaboração, a menos que a meta seja exatamente insistir na produção de uma *res* que se faça cativa ao limitado horizonte da tautologia. Portanto, *Emparedado* e *Um defeito de cor* serão trabalhados como noção de contraponto de alguns textos e mesmo da própria tese, mas fundamentalmente serão reconhecidos como balizas capazes de impedir que se atribuam valores absolutos a uma história literária obstinada no escopo de não valorizar outras possibilidades de criação.

## 5.2 - O des-emparedado

ESPECIFICAMENTE NO QUE SE REFERE a Cruz e Sousa, é preciso que se diga que, a despeito de sua importância como poeta de primeira linha da Literatura universal e de um certo reconhecimento que o meio acadêmico brasileiro lhe dispensa, na realidade, quando o trazemos para o campo da exploração crítica, o que se objetiva em efeitos práticos são as ações de uma conjuntura que ainda o impede de ocupar entre nós um espaço compatível com a qualidade de seu fazer poético. Tal situação ocorre, sobretudo porque é muito reduzido, por ser seletivo, o número de adeptos de seu *corpus*, quer em nível docente, discente ou mesmo em nível de público leitor. O que quero afirmar é que, embora seja um habitante dos meios acadêmicos sim, Cruz e Sousa ainda é pouco explorado e pouco valorizado como poeta possuidor da estatura que lhe é intrínseca. Praticamente podemos considerá-lo um ilustre desconhecido, quando as discussões sobre ele derivam para o plano da narrativa, agruras a que também enfrenta, o Simbolismo, estilo do qual ele é o principal representante em nossa Literatura.

O texto *Emparedado* veio à luz como parte constitutiva de *Evocações*, obra de narrativas, pronta para o prelo em 1897 e publicada postumamente, já nos últimos dias daquele século. Antes de tratar dele de forma mais objetiva, convém ressaltar duas condições que não podem deixar de ser vistas como posições norteadoras, no processo de atendimento dos pressupostos básicos estabelecidos por este capítulo. Uma delas é a importância do século XIX como cenário propício à produção de textos engendrados pela via da forma predominante, sustentados por um cientificismo já explicitado no capítulo 2; a outra, trata-se da capacidade do texto, quanto à análise, à compreensão e a sua valorização, em se estabelecer como elemento de referência de uma proposta de criação literária que se desvia de princípios estabelecidos por uma norma vigente.

No que diz respeito ao século XIX, apesar de muito já ter sido tratado ao longo deste trabalho, sobre sua condição de nascedouro e de espaço de concentração dos mais diversificados saberes, nunca é demais retomar algumas características suas, bem como destacar outras que ainda não foram colocadas em relevo. Um exemplo a ser considerado é sua capacidade em atuar como um século divisor de águas, no que se refere ao pensamento moderno em sua mais ampla dimensão. É indiscutível que o século XIX não só engendrou e consagrou princípios e teorias como, na mesma intensidade e por via de consequência natural, produziu um certo desejo de ruptura com a maioria deles.

Considerando essa perspectiva, o texto *Emparedado* surge então, não apenas como oposição básica a noções, doutrinas e até conhecimentos consagrados, próprios do século XIX. Ele surge também e fundamentalmente, como um texto que regenera uma topografia literária carcomida e viciada no recurso continuado de parâmetros que já davam mostras de caminhar na direção de um natural processo falimentar, resultante de reações de discordância por parte de alguns intelectuais, e condicionado a um surgimento também espontâneo, de um desejo de renovação que acabou explodindo no século seguinte. Trazendo em sua tessitura uma gama de elementos estéticos inovadores e combativos, novas concepções teóricas e, sobretudo, traduzindo uma visão de vanguarda do ponto de vista da forma de abordar um tema tão recorrente, esse texto fornece elementos para afirmar que com ele Cruz e Sousa enceta uma modalidade de criação literária, que mais tarde, parte expressiva do olhar crítico especializado, atribuiria como marca registrada do pré-modernismo de Augusto dos Anjos. Em grande medida esta classificação se dá em virtude da presença de uma clamorosa proposta de destruição, tão incisiva em Augusto dos Anjos, porém já embrionária em Cruz e Sousa, e que veríamos ocorrer de maneira diversificada num futuro não muito distante. Portanto, na oportunidade de seu surgimento, *Emparedado* já se revela como presságio de um projeto de destruição que se contrapõe a pensamentos cunhados num cientificismo-construtivista, aliado a um *habitus* forjado nos planos social, econômico e histórico, decisório naquele momento da vida do país. Quer na Literatura, quer nas ciências humanas ou mesmo nas sociais, aquele sentimento cientificista proposto e cultivado que fora de maneira universalizada pelo século em andamento, enseja uma determinação em desmontá-lo que viria marcar o pensamento e as atitudes empreendidos no princípio do século XX. Que o diga o Modernismo como pensamento; que o digam a forma e o conteúdo do “herói sem nenhum caráter”; que o diga o léxico de Rosa.

À medida que adota a prática da destruição a partir dos princípios que utiliza, *Emparedado*, sobremaneira amplia sua dimensão, no sentido de ajustar-se como referência adequada à noção de contraponto e de artefato literário heteróclito que é, condição sustentada por suas ações destrutivas, principalmente pelos resultados obtidos no plano das ideologias, considerando a premissa que

no começo do século XIX tornou-se convencional, pelo menos entre alguns historiadores, identificar a verdade com o fato e considerar a ficção o oposto da verdade, portanto um obstáculo ao entendimento da realidade e não um meio de apreendê-la. A história passou a ser contraposta à ficção, e sobretudo ao romance, como a representação do “real” em contraste com a representação do “possível” ou apenas “imaginável”. E assim nasceu o sonho de um discurso histórico que consistisse tão-somente nas afirmações factualmente exatas sobre um domínio de eventos que eram (ou foram) observáveis em princípio, cujo

arranjo na ordem de sua ocorrência original lhes permitisse determinar com clareza o seu verdadeiro sentido ou significação.<sup>260</sup>

Felizmente para o enriquecimento do universo acadêmico e para a vitalidade de toda forma de pensar e de buscar apreensão de conhecimentos, essa visão não conseguiu ultrapassar patamares oitocentistas. Logo cede espaço para uma linha de raciocínio encontrada numa observação providencial do mesmo Hayden White, ao apregoar ser irrelevante raciocinar “se o mundo é concebido como real ou apenas imaginado”<sup>261</sup>, levando em consideração que “a maneira de dar-lhe um sentido é a mesma”.<sup>262</sup> E é justamente na tentativa de alimentar e de conferir densidade a essa forma de agir que o texto de Cruz e Sousa se destaca como um organismo que impõe sua estrutura frente a processos de criação literária representantes da ordem vigente, e à medida que a esta ordem se contrapõe, vai ao encontro da reversão de um quadro delimitado por lineamentos reducionistas.

*NUM PROCESSO DE ANÁLISE DESENVOLVIDO sobre *Emparedado*, do ponto de vista da conformação textual, a primeira questão a ser colocada e elucidada trata-se de sua estrutura formal, tendo em vista a especificidade que cerca a obra, no que diz respeito a esse quesito. Dessa maneira, justifica-se a adoção de linhas de raciocínio propostas e sustentadas por aspectos presentes em sua organização interna. Na mesma dimensão, justifica-se também a eleição dessa obra como referência de comprometimento contrapontístico, aliado a peculiaridades estruturais que devem ser consideradas, tanto quanto a sua organização e a sua forma, uma e outra impróprias a uma época e a um *modus faciendi* vigentes no fazer literário de então. Esta feição do texto encontramos traduzida na exploração de mecanismos e recursos estéticos em descompasso com o pensamento que lhe é contemporâneo. Peculiaridades impróprias, no sentido de não compactuarem com a forma predominante de se fazer Literatura naquele momento histórico, pois não podemos perder de vista que a prosa poética, forma sobre a qual se estrutura *Emparedado*, tem sua origem localizada justamente naquele século. Portanto, esse artefato literário produzido por Cruz e Sousa, do ponto de vista da estrutura formal, é uma prosa poética que exige, entretanto, que se lhe dispensem cuidados especiais, em função de rupturas e de incorporações que estabelece com variados entes teórico-literários nos mais diferentes níveis, através de relações de articulação da linguagem que vão contribuir para que se faça dela uma obra muito específica.*

<sup>260</sup> White, *Trópicos do discurso*, p. 139.

<sup>261</sup> Id., p. 115.

<sup>262</sup> Id. ib.

Numa certa medida, *Emparedado* é uma prosa poética que ora se afasta da narrativa convencional, rompendo com regras explícitas próprias dessa modalidade literária, a exemplo do espaço e do ambiente, elementos que muitos consideram como básicos nessa organização. Quanto ao espaço, convém observar que, nesta oportunidade, ele se dilui dentro da conjuntura textual, à medida que perde uma dimensão física palpável, desprovido que é de uma delimitação topológica; no entanto, como consequência desse mesmo desdobramento, ele ganha uma dimensão cósmica. Da mesma forma, ocorre também uma ruptura com o ambiente, uma dimensão que, se na estrutura da narrativa convencional consagra-se pela capacidade de trazer as mais importantes significações pela via da etiqueta tácita, aqui esta característica básica se torna irrelevante, em função do alto grau de objetividade dessa prosa poética, possibilitado, entre outras ocorrências, pela posse do discurso direto conferido ao personagem e, principalmente pela presença de um narrador em primeira pessoa. Juntos, ambos compõem um rol de mecanismos que, à medida que são utilizados, levam-na a colidir com uma noção de narrativa tradicional. Ao mesmo tempo, podemos afirmar que como prosa poética, *Emparedado* rompe inclusive com elementos que lhe são fundamentais, se observarmos que sua finalidade é muito mais questionadora, sua essência é muito mais tensa e seu propósito é de renomear o mundo, contrariando a finalidade, a essência e os propósitos, sempre de natureza poética que naturalmente cercam essas dimensões nas prosas poéticas em geral. Entretanto, apesar de, por vezes, incorporar elementos congênitos à narrativa convencional, com a veemência com que o faz, sobretudo em relação a personagens e ao discurso direto, *Emparedado* não abdica de perseguir e conquistar um grande efeito imagético e um expressivo impacto emocional, que também são características próprias da prosa poética. Portanto, por estas e por outras razões destacadas e que serão valorizadas ao longo das discussões a serem estabelecidas é que o texto de Cruz e Sousa, impõe-se como uma narrativa de natureza heteróclita e de essência performática.

O primeiro sintoma que revela a intenção dessa obra em ir ao encontro de uma proposta de ruptura com padrões consagrados e das evidências de que ela apresenta aspectos que demonstram originalidade pode ser notado na figura do narrador. *Emparedado* é uma narrativa em primeira pessoa, situação técnica que, neste caso específico, denuncia o ponto de vista de um narrador autodiegético, portanto, de um narrador-personagem que, por assim ser, constrói a presença de si mesmo, e por esse motivo sua presença é expressiva. Ele é o responsável pela própria *performance* no interior da conjuntura narrativa à qual pertence pelo fato de dispor de espaço, de livre trânsito, de autonomia e, em conjunto com estas circunstâncias, toma atitudes que o autorizam a trazer para a região intratextual, livre de qualquer tipo de velâmen, a existência de um mundo que lhe é exterior.

Credenciado por um poder de atuação que lhe é inerente, conquistado como consequência natural da utilização de um aparato discursivo que tem a sua mercê e que emprega de maneira a resultar nessas condições, o narrador-personagem de *Emparedado*, em suma, é um personagem que, além de ter vez, tem voz. Nessa perspectiva, desempenha um papel que, por ser provido de voz, provoca a eliminação das ações de mecanismos impeditores e de circunstâncias proibitivas, comumente usadas como balizadoras das ações de personagens negros nos textos em geral. Já quanto à narrativa em questão, não devemos perder de vista que, em qualquer conjuntura que se conheça, sobretudo na social, e em igual intensidade, na literária, o ato de falar significa existir de modo absoluto para os outros. É exatamente a partir da adoção desse comprometimento estético que o texto de Cruz e Sousa começa a singularizar-se, particularmente, pela presença e pelas ações de um personagem negro que o autor, com habilidade também singular e sem introjetar uma problemática de vida cotidiana, consegue tratar de forma universalizada, uma questão à qual a Literatura insiste em dispensar tratamentos individualizados. Opondo-se a verdades construídas por conceitos antropológicos, históricos e sociológicos vigentes no mundo, Cruz e Sousa afasta-se da descrição pessoal e sem desvencilhar-se do pensamento científico-cultural da época, faz de *Emparedado*, um ideal de Literatura possível de ser representado pela indignação e pelo senso crítico.

SE QUISERMOS CONSIDERAR COMO EIXO do nosso raciocínio uma disposição espacial, podemos situar a obra *Emparedado* entre três pólos distintos de abordagens que nos permitam adotar como forma de desenvolvimento sobre ela uma linha de observação e análise, sustentada por uma situação tal em que o texto se apresente sob focos que sobre ele incidem, projetados a partir de três posições bem definidas. Assim sendo, por um lado, iluminamos uma face do texto que revela suas ações no sentido de apresentar discussões que, simultaneamente, gravitam em torno dos anseios de um poeta, de um homem negro e de um poeta negro. No segundo caso, o foco é projetado sobre uma proposta de se estabelecer uma crítica social e literária e, por último, a iluminação incide sobre o fazer poético e a visão que o poeta, no caso o narrador-personagem, tem sobre a arte poética. É de fundamental importância o destaque de que em todas as três situações aventadas as abordagens configuram-se sustentadas pela ótica de um dominado que tem voz. Evidentemente que o leque de interpretações e sentidos possíveis de serem atribuídos ao texto não se limita a esses raciocínios propostos; entretanto, tais linhas são adotadas como mestras porque são aquelas que com maior objetividade atendem às pretensões contrapontísticas propostas por este capítulo.

Tanto a riqueza do texto quanto seu comprometimento com a esfera crítica já se manifestam na epígrafe, quando o narrador-personagem, a exemplo de Camões na estrofe IV do canto I de *Os Lusíadas*,<sup>263</sup> prepara-se pedindo inspiração, não às Ninfas do Tejo como faz o vate português, mas, à noite. O narrador recorre à noite para que ela, com os seus mistérios, com a nobreza de quem é coroada no trono das Constelações<sup>264</sup> e com toda sua representatividade tradicional, e por que não dizer, até mística, o auxilie na tarefa de produzir um artefato literário que seja fruto de um processo pautado pelos princípios da doação e da entrega artística de si mesmo, como *Emparedado* em sua inteireza acaba convencendo o menos sensível dos leitores:

Ah! Noite! feiticeira Noite! [...] ó Noite meditativa! *fecunda-me, penetra-me* dos fluidos magnéticos do grande Sonho das tuas Solidões panteístas e assinaladas, *dá-me* as tuas brumas paradisíacas, *dá-me* os teus cismares de Monja, *dá-me* as tuas asas reveladoras, *dá-me* as tuas auréolas tenebrosas, a eloqüência de ouro das tuas Estrelas, a profundidade misteriosa dos teus sugestionadores fantasmas, todos os surdos soluços que rugem e rasgam o majestoso Mediterrâneo dos teus evocativos e pacificadores Silêncios!<sup>265</sup> [grifos meus]

Entretanto, a capacidade que a epígrafe apresenta para preparar o autor não pode ser limitada apenas à preparação deste; ela deve se estender também para o plano da leitura, porque, só dessa forma o leitor poderá penetrar nas camadas mais profundas do texto e assim perceber suas implicações nos planos do contraponto e da crítica.

O texto passa a desenvolver uma cadência crescente no sentido de pouco a pouco ir revelando um “eu” que na mesma intensidade vai se revelando a si mesmo e revelando o que possui de consistente dentro de si e de sua própria essência:

As Estrelas, d’alto, claras, pareciam cautelosamente escutar e sentir, com os caprichos de relicários inviolados da sua luz, o desenvolvimento mudo, mas intenso, a abstrata função mental que estava naquela hora se operando *dentro de mim*, como um fenômeno de aurora boreal que se *revelasse no cérebro, acordando chamadas mortas, fazendo viver ilusões e cadáveres*.<sup>266</sup> [grifos meus]

Começa, então, a delinear-se de forma consistente, um “eu” que tem consciência de sua verdadeira dimensão histórica, que demonstra ter domínio sobre uma trajetória de vida traçada não apenas por si, mas também por todo um povo do qual ele é parte integrante e com o qual se identifica. E é justamente devido ao domínio que possui sobre esses elementos que ele enceta uma caminhada na direção de um quadro, cujo momento da reversão ele não mais está disposto a esperar:

<sup>263</sup> Camões, *Os Lusíadas*, p. 60.

<sup>264</sup> Cruz e Sousa, *Emparedado*, p. 658.

<sup>265</sup> Id. ib.

<sup>266</sup> Cruz e Sousa, *op. cit.*, p. 660.

De que subterrâneos viera eu já, de que torvos caminhos, trôpego de cansaço, as pernas bambaleantes, com a fadiga de um século, recalçando nos tremendos e majestosos Infernos do Orgulho o coração lacerado, ouvindo sempre por toda a parte exclamarem as vãs e vagas bocas: Esperar! Esperar! Esperar!<sup>267</sup>

É essa forma obstinada de perseguir uma identificação – (“quem somos nós?” – “de onde viemos e aonde vamos?” – “qual é nossa posição na sociedade?”; “quem são eles?” – “de onde vieram e aonde vão?” – “qual é a posição deles na sociedade?”) – que vai permitir o desencadeamento de um processo de construção de sua identidade ou personalidade coletiva, que serve de plataforma mobilizadora<sup>268</sup> para que o personagem de *Emparedado* encontre respostas para as dúvidas que o inquietam.

Como podemos perceber, os questionamentos feitos pelo personagem não são apenas de caráter pessoal. Ele revela também um descontentamento e uma insatisfação com o mundo ao seu redor; um mundo que ele quer conhecer e entender o porquê de sua função de cenário de comportamentos que, sobretudo em relação a si, são de sua total discordância. Um mundo que ele vê como espaço de desarmonias e no qual suas oportunidades foram tradicionalmente preteridas. Esta é a situação que o personagem de *Emparedado* enfrenta e transforma a partir do encontro que tem consigo mesmo, configurando um processo que lhe permite dimensionar com maior exatidão sua esfera de atuação e o mundo que tem ao seu redor:

Então, à beira de caóticos, sinistros despenhadeiros, como outrora o doce e arcangélico Deus Negro, trismegisto, de cornos agrogalhardos, de fagulhantes, estriadas asas enigmáticas, idealmente *meditando a Culpa imeditável*; então, perdido, arrebatado dentre essas mágicas e poderosas correntes de *elementos antipáticos que a Natureza regulariza*, e sob a influência de *desconhecidos e venenosos filtros*, a minha vida ficou como a longa, muito longa véspera de um dia desejado, anelado, ansiosamente, inquietantemente desejado, procurando através do deserto dos tempos, com angústia, com agonia, com esquisita e doentia nevrose, mas que não chega nunca, nunca!!<sup>269</sup> [grifos meus]

E uma vez ciente e consciente da situação que o envolve, o personagem percebe que as formas de agir e pensar que adota para si começam a emparedá-lo numa sociedade que não reconhece nem admite comportamentos fora de padrões impostos por ela, e ele avalia essa situação ao observar que “elevando o Espírito a amplidões inacessíveis, quase que não vi esses lados comuns da Vida humana, e, igual ao cego, fui sombra, fui sombra!”<sup>270</sup>

Entretanto, o personagem transforma as adversidades em motivação para empreender suas atitudes críticas, quer no plano artístico, quer no plano social, impondo-se pela utilização de um

<sup>267</sup> Cruz e Sousa, *Emparedado*, p. 660.

<sup>268</sup> Munanga, *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*, p. 14.

<sup>269</sup> Cruz e Sousa, *op. cit.*, p. 660.

<sup>270</sup> Id., p. 661.

discurso incisivo, que de forma aberta tem a pretensão de constituir os objetos que quer descrever realisticamente e analisar objetivamente.<sup>271</sup> Quanto à arte, seu grande crime encontra-se na maneira de vê-la, de doar-se a ela e de utilizar todas as fibras de seu ser no ato de sua construção, muito embora suas advertências e contrariedades transcendam o plano artístico e também sejam adequadas a uma visão de mundo:

Mas, foi apenas bastante todo esse *movimento interior* que pouco a pouco me abalava, foi apenas bastante que eu consagrasse a vida mais fecundada, mais ensangüentada que tenho, que desse todos os meus mais íntimos, mais recônditos carinhos, todo o meu amor ingênuo, toda a legitimidade do meu sentir a essa *translúcida Monja de luar e sol*, a essa *incoercível Aparição*, bastou tão pouco para que logo se levantassem todas as paixões da terra, tumultuosas como florestas cerradas, proclamando por brutas, titânicas trombetas de bronze, *o meu nefando Crime*.

Foi bastante pairar mais alto, na obscuridade tranqüila, na consoladora e doce paragem das *Idéias*, acima das graves letras maiúsculas da *Convenção*, para alvoroçarem-se os *Preceitos*, irritarem-se as *Regras*, as *Doutrinas*, as *Teorias*, os *Esquemas*, os *Dogmas*, armados e ferozes, de cataduras hostis e severas.<sup>272</sup> [grifos meus]

Quanto a questões mais objetivamente pessoais, embora sempre tratadas a partir de uma proposta de universalização, o personagem expressa sua consciência crítica fundada nos impactos sofridos por um homem negro que se pretende poeta e que se pretende artista, duas pretensões inadmissíveis pelo pensamento dominante do século XIX:

Eu trazia, como cadáveres que me andassem funambulescamente amarrados às costas, num inquietante e interminável apodrecimento, todos os *empirismos* preconceituosos e não sei quanta camada morta, quanta raça d'África curiosa e desolada que a *Fisiologia nulificara* para sempre com o riso haeckeliano e papal!

Surgido de bárbaros, tinha de domar mais bárbaros ainda, cujas plumagens de aborígene alacremenente flutuavam através de estilos.<sup>273</sup> [grifos meus]

Acontece, porém, que a despeito de todos os obstáculos que a vida se lhe opõe no plano dos intercursos sociais, o personagem de *Emparedado* a eles se impõe, enfrentando-os e conquistando, pela via do enfrentamento, novas perspectivas de ações que geram possibilidades de releituras. Nessa dimensão, o fato que mais marcadamente se destaca é a ruptura absoluta que o personagem empreende com uma noção de passividade tão explorada pelos textos em geral. O que o emparedado faz acerca da mediocridade do mundo ao seu redor, são constatações, e não, muro das lamentações. Faz críticas sobre esse mundo e vai à luta, procurando imprimir-lhe ações capazes de transformá-lo. Fundamentalmente tem consciência de seu valor, de sua capacidade, e se entrega totalmente a uma

<sup>271</sup> White, *Trópicos do discurso*, p. 14.

<sup>272</sup> Cruz e Sousa, *Emparedado*, p. 661.

<sup>273</sup> Id. pp. 661-662.

causa sobre a qual apresenta posições definidas, colocando-se como porta-voz daqueles que, como ele, em alguma medida sofrem os mesmos prejuízos. Acima de tudo expressa a todo o momento o orgulho de ser exatamente quem é: um personagem negro. Rigorosamente, o emparedado não traz o menor laivo que seja de insatisfação com sua condição de negro; pelo contrário, demonstra o tempo todo sua auto-estima e juntamente com ela a certeza de que tem consistência humana, de que tem vez e de que tem voz. Quando questiona, de fato não o faz sobre sua cor, mas sobre a importância que as pessoas atribuem a ela e sobre a irrelevância que ela assume diante de questões de maior densidade existencial:

Deus meu! Por uma questão banal da química biológica do pigmento ficam alguns mais rebeldes fósseis preocupados, a ruminar primitivas erudições, perdidos e atropelados pelas longas galerias submarinas de uma sabedoria infinita, esmagadora irrevogável!  
Mas, que importa tudo isso? Qual é a cor da minha forma, do meu sentir? Qual é a cor da tempestade de dilacerações que me abala? Qual a dos meus sonhos e gritos? Qual a dos meus desejos e febre?<sup>274</sup>

O emparedado tem a exata noção do pensamento que caracteriza o mundo e que de forma sistêmica norteia o comportamento das pessoas; por isso demonstra tranquilidade no trato com as adversidades que se lhe apresentam:

O mundo, chato e medíocre nos seus fundamentos, na sua essência, é uma dura fórmula geométrica. Todo aquele que lhe procura quebrar as hirtas e caturras linhas retas com o poder de um simples Sentimento, desloca de tal modo elementos de ordem tão particular, de natureza tão profunda e tão séria que tudo se turba e convulsiona; e o temerário que ousou tocar na velha fórmula experimenta toda a Dor imponderável que esse simples Sentimento responsabiliza e provoca.<sup>275</sup>

O personagem de *Emparedado* tem consciência, inclusive, do alto preço que tem a pagar no desdobramento da estrada que resolveu pavimentar, porque sabe que “não pertence à velha árvore genealógica das intelectualidades medidas, dos produtos anêmicos dos meios lutulentos, espécies exóticas de altas e curiosas girafas verdes e spleenéticas de algum maravilhoso e babilônico jardim de lendas...”,<sup>276</sup> e na mesma medida sabe que veio da África, que na visão hegemônica representa o atraso e a brutalidade, e por esse motivo ele tem a sensação de ouvir uma voz ignota, que parece vir do fundo da Imaginação ou do fundo mucilaginoso do Mar ou dos mistérios da Noite<sup>277</sup> a murmurar-lhe:

<sup>274</sup> Cruz e Sousa, *Emparedado*, p. 669.

<sup>275</sup> Id., p. 671.

<sup>276</sup> Id. ib.

<sup>277</sup> Cruz e Sousa, *op. cit.*, p. 672.

– “Tu és dos de Cam, maldito, réprobo, anatematizado! Falas em abstrações, em Formas, em Espiritualidade, em Requintes, em sonhos! Como se tu fosses das *raças de ouro* e da aurora, se viesses dos *arianos*, depurado por todas as civilizações, célula por célula, tecido por tecido, cristalizado o teu ser num verdadeiro cadinho de idéias, de sentimentos – direito, perfeito, das perfeições oficiais dos meios convencionalmente ilustres! Como se viesses do Oriente, rei!, em galeras, dentre opulências, ou tivesses a aventura magna de ficar perdido em Tebas, desoladamente cismando através de ruínas; ou a iriada, peregrina e fidalga fantasia dos Medievos, ou a lenda colorida e bizarra por haveres adormecido e sonhado, sob o ritmo claro dos astros, junto às priscas margens venerandas do Mar Vermelho! Artista! Pode lá isso ser se tu és da África, tórrida e bárbara, devorada insaciavelmente pelo deserto, tumultuando de matas bravias, arrastada sangrando no lodo das Civilizações despóticas, torvamente amamentada com o leite amargo e venenoso da Angústia! A África arrebatada nos ciclones torvelinhantes das Impiedades supremas, das Blasfêmias absolutas, gemendo, rugindo, bramando no caos feroz, hórrido, das profundas selvas brutas, a sua formidável Dilaceração humana! A África laocoôntica, alma de trevas e de chamas, fecundada no Sol e na Noite, errantemente tempestuosa como a alma espiritualizada e tantálica da Rússia, gerada no Degredo e na Neve – pólo branco e pólo negro da Dor!<sup>278</sup> [grifos meus]

Uma vez esclarecido o motivo maior pelo qual o personagem negro de *Emparedado* se vê cerceado em seu direito inalienável de ser artista e de exercer cidadania plena, – o fato de ser negro, embora esta condição perpassasse toda a narrativa –, ainda reproduzindo murmúrios de uma voz desconhecida, o texto passa a traduzir uma das páginas mais patéticas da Literatura brasileira:

Não! Não! Não! Não transporás os pórticos milenários da vasta edificação do Mundo, porque atrás de ti e adiante de ti não sei quantas gerações foram acumulando, acumulando pedra sobre pedra, pedra sobre pedra, que para aí estás agora o verdadeiro emparedado de uma raça.

Se caminhares para a direita baterás e esbarrarás ansioso, aflito, numa parede horrendamente incomensurável de Egoísmos e Preconceitos! Se caminhares para a esquerda, outra parede, de Ciências e Críticas, mais alta do que a primeira, te mergulhará profundamente no espanto! Se caminhares para a frente, ainda nova parede, feita de Despeitos e Impotências, tremenda, de granito, brancamente se elevará ao alto! Se caminhares, enfim, para trás, ah! ainda, uma derradeira parede, fechando tudo, fechando tudo – horrível! – parede de Imbecibilidade e Ignorância, te deixará num frio espasmo de terror absoluto...

E, mais pedras, mais pedras se sobreporão às pedras já acumuladas, mais pedras, mais pedras... Pedras destas odiosas, caricatas e fatigantes Civilizações e Sociedades... Mais pedras, mais pedras! E as estranhas paredes hão de subir, – longas, negras, terríficas! Hão de subir, subir, subir mudas, silenciosas, até às Estrelas, deixando-te para sempre perdidamente alucinado e emparedado dentro do teu sonho...”<sup>279</sup>

É sobretudo em seu desfecho que o texto apresenta uma beleza singular, exatamente porque as palavras nele contidas são de uma ambivalência enriquecedora. A voz que murmura no ouvido do personagem negro tanto expressa a visão da classe dominante, quanto expressa a consciência que esse personagem negro tem de si, de seu papel na sociedade e do pensamento que a sociedade tem sobre ele. Tanto é uma voz que vem de fora, quanto pode ser um monólogo interior, portanto, a voz

<sup>278</sup> Cruz e Sousa, *Emparedado*, p. 672.

<sup>279</sup> Id., p. 673.

do próprio personagem, mas fundamentalmente o que essa voz com mais percuciência retrata, é o húnus ideológico, cultural, histórico e até religioso que subjaz o arcabouço social.

Em pleno século XIX, Cruz e Sousa aliou coragem e ousadia a sua capacidade criativa e, rompendo com paradigmas instituídos, produziu *Emparedado*, uma obra que representa o que há de mais revolucionário na Literatura brasileira, no que concerne ao ponto de vista do tratamento discursivo dispensado a um personagem negro. Na tessitura do texto *Emparedado*, o personagem tem vez, tem espaço e tem voz, e pela própria fala revela imagens de coisas que estão para além de si mesmas, ampliando a dimensão reflexiva acerca dos acontecimentos, bem como a capacidade deles expressarem-se por si mesmos. Somente por esses aspectos o texto já faz jus a uma recomendação indispensável para que ele seja olhado como um artefato raro em que a Literatura brasileira contempla seus leitores com atuações de um personagem negro, verdadeiramente “desemparedado”.

///

### 5.3 – Os efeitos da cor

“NÃO SEI, E ESPERO QUE VOCÊ LEIA TUDO isso apenas como uma história que está sendo contada *exatamente* do jeito que aconteceu”<sup>280</sup> [grifo meu].

É assim, em *flash-back*, que Kehinde, a protagonista de *Um defeito de cor*, relata para seu filho Omotunde sua saga que se desenrolou ao longo de oito décadas de sua vida, culminando com o desaparecimento deste, vendido que fora pelo próprio pai. E assim, numa narrativa em *flash-back*, Kehinde narra a própria história e à medida que narra a própria história, narra também a história do Brasil, – no tocante à escravidão, ao escravismo e a todas as circunstâncias e conjunturas associadas à aliança daquela instituição social, a este sistema econômico.

O romance autobiográfico *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves, impressiona por muitos aspectos inerentes a sua geração e a sua organização interna. Da perspectiva de sua geração, ele nasce de uma forma inesperada, que a autora preferiu atribuir ao fenômeno da serendipidade, isto é, conforme ela mesma explica, uma palavra derivada de *serendipity*, portanto de origem inglesa, que passou a ser usada para descrever aquela situação em que descobrimos ou encontramos alguma coisa enquanto estávamos procurando outra.<sup>281</sup> *Um defeito de cor* surgiu em virtude de relatos extraídos de documentos antigos, que por obra do acaso caíram em suas mãos, e por isso, como diz a própria autora, fruto da serendipidade.

Do ponto de vista da organização interna, começo pelo destaque de sua capacidade em desenvolver uma linguagem que consegue espaço para atender, cada um a seu tempo, aos gêneros épico, lírico e dramático.

O texto é épico pela objetividade da protagonista que parte da condição de escrava aos seis anos de idade, e precocemente já tem de enfrentar as adversidades que a vida lhe impõe. Assim, ela aprende a ler, a escrever e a falar o português e o inglês, atingindo na meia-idade a condição de empresária bem sucedida no plano econômico.

É lírico por toda a componente de subjetividade que perpassa a trajetória de todos os personagens, nos mais diversificados níveis de subjetividade como a dor, o amor, o carinho e,

---

<sup>280</sup> Gonçalves, *Um defeito de cor*, p. 437.

<sup>281</sup> Id., p. 9.

pasmem, até a solidariedade e o respeito pela condição humana, comportamentos que configuram a noção de contraponto; e é dramático pelas ações<sup>282</sup> empreendidas pelos conflitos que produz.

Fica realmente muito difícil precisar em qual dos gêneros há um investimento maior, sendo que, particularmente, eu aposto na existência de um equilíbrio entre as três possibilidades genéricas permitidas pela criação literária.

Outra característica interessante do texto e que também contribui para sua qualidade e para a riqueza de seu desdobramento estético, diz respeito à possibilidade que ele oferece para que o interpretemos a partir de uma leitura que valorize sua dimensão trágica. Nesse aspecto, todas as referências recaem sobre a protagonista, Kehinde, sustentadas pela presença da peripécia, do reconhecimento e do acontecimento patético ou catástrofe,<sup>283</sup> elementos-chave da tragédia presentes em sua trajetória dentro da narrativa.

*Um defeito de cor* impressiona também pela capacidade criativa da autora em trazer para os dias atuais acontecimentos inerentes ao princípio do século XIX e modernizá-los a partir da utilização de técnicas modernas. Por meio de uma linguagem versátil – ora silenciosa, ora dissimulada, ora impactante por ser objetiva – e de mecanismos teóricos como o próprio *flash-back*, que em princípio surpreende, inquieta e até confunde o leitor pela forma inusitada que desponta no final do texto, confusão que é de praxe ocorrer nas narrativas contemporâneas, o romance de Ana Maria Gonçalves configura-se como uma obra singular pela forma com que articula e harmoniza esses e outros elementos literários, sobretudo o contraponto, elemento tão ausente nas obras que tratam da escravidão.

Entretanto, não se esgotam na presença desses pontos citados as impressões que o romance causa como um artefato impregnado de inovações, quer ao nível estético, quer ao nível do conteúdo. No que diz respeito a este último nível, vale a pena ressaltar o quanto esse texto dialoga com o discurso histórico tradicional, contemplando em sua tessitura, toda a discussão que já nos habituamos a encontrar nas páginas da historiografia oficial, com duas diferenças sintomáticas. A primeira delas é que, embora ele traga todo o aparato histórico que estamos habituados a encontrar, nessa oportunidade ele o faz sem qualquer tipo de omissão, e com eles dialogam pela ruptura, pela dissensão; e a segunda, embora estejamos em contato com um narrador autodiegético, quem fala são os fatos. Eles o fazem por si. Não se manifesta em momento algum a tentativa do personagem em

<sup>282</sup> Do ponto de vista etimológico, o termo drama vem do grego e significa ação, sem que obrigatoriamente essa ação implique movimento ou atividade física. O silêncio, a recusa em agir, a omissão e outros elementos semelhantes apresentados dentro de um certo contexto também funcionam como recursos dramáticos.

<sup>283</sup> Cf. Aristóteles, *Arte poética*, p. 310-311r.

falar por eles. Nessa medida, *Um defeito de cor* dialoga muito estreitamente com algumas idéias apresentadas e defendidas pelos capítulos anteriores desta tese, corroborando com elas a partir da utilização de uma abordagem predominantemente literária.

No atendimento dos interesses mais objetivos desta tese, quero destacar alguns aspectos da obra que refletem uma coincidência com pensamentos expostos e propostos por este trabalho, objetivando trazer à luz elementos cuja ausência sistemática impede uma absorção mais consistente de fatos históricos importantes à vida do país. *Um defeito de cor* trata com muita propriedade os elementos que traz no seu bojo, e apesar de já conhecidos em sua maioria, confere-lhes novos enfoques e novos perfis, a exemplo da visão dispensada à questão cultural e à questão religiosa dos africanos, sempre tratadas com imparcialidade e com respeito pelos modos de ver e pensar que na obra são apresentados. É interessante serem citados também os enfoques dados à Igreja, ao mané-gostoso, às punições exemplares, aos estereótipos e aos mitos, entre outros, como componentes de uma situação já conhecida, mas que, de forma alguma, simplesmente reverbera o discurso não-estético. Se bem observados, esses mesmos elementos mostram que recebem tratamentos diferenciados dos tradicionalmente encontrados, diferenciação que se apresenta juntamente com a ocorrência de acontecimentos históricos quase que absolutamente desconhecidos do grande público. Neste particular, refiro-me a algumas revoltas de escravos, a demonstrações de que eles possuíam auto-estima sim, a sua astúcia, à luta que tentava reverter o quadro da escravidão pela via cultural, além de outras incursões implementadas pelos escravos.

Portanto, é chegada a hora de demonstrar as formas a partir das quais *Um defeito de cor* assume uma postura diferenciada e se consagra como um artefato literário que vira o jogo do poder, em virtude do tratamento dispensado por uma forma e por um material, por um espírito e por um assunto, mas sobretudo por um conteúdo e por uma coerência que lhe permitem destacar-se do mundo empírico e suscitar outro com essência própria. Por esse aspecto, o texto de Ana Maria Gonçalves leva-me a lembrar Adorno e sua advertência, segundo a qual

nenhuma obra de arte, porém, pode socialmente ser verdadeira se não for também verdadeira em si mesma; inversamente, a consciência socialmente falsa também não pode tornar-se algo de esteticamente autêntico. [...] Torna-se um elemento social mediante o seu em-si e torna-se um em-si pela força social nela actuante. A dialéctica do elemento social e do em-si das obras de arte é uma dialéctica da sua própria natureza, na medida em que não

toleram nenhum elemento interior que não se exteriorize, e nenhum elemento exterior que não seja portador da sua interioridade – do conteúdo de verdade.<sup>284</sup>

É por esses motivos que *Um defeito de cor* se faz verdadeira; porque em sua tessitura, tudo que lhe é imanente migra para a exterioridade, na mesma proporção que essa mesma tessitura abriga e consagra elementos extraliterários pertencentes aos mais diferenciados intercursos sociais, rompendo, dessa forma, com uma determinação não raramente autotélica da Literatura, que assim se faz por ser tributária da preferência predominante por expressões artísticas sacralizadas.

KEHINDE É A PROTAGONISTA desse romance autobiográfico que se desenvolve em primeira pessoa, e por isso, conduzido por uma narradora autodiegética que, a despeito das evidências dessa condição técnica, de fato, mais que narrar a odisséia da própria vida, narra uma história que rompe com qualquer proposta de individualismo, de isolacionismo pessoal e assume uma proporção coletiva e universal que impressiona pela articulação da linguagem, pela organização interna do texto e, sobretudo pela coerência com que os acontecimentos são revelados, e nesse aspecto, assim o são em virtude de priorizar as marcas do contraponto.

Com apenas seis anos de idade, ainda na África, Kehinde, numa só ocasião presencia o estupro da mãe e o assassinato do irmão. Logo em seguida ela é deportada como escrava para o Brasil e desde então sua vida pessoal passa a ser conduzida pelas marcas indeléveis que a escravidão lhe imprime; e a maior delas talvez seja a perda de um filho que lhe foi arrancado da dimensão materna e vendido pelo próprio pai. A busca desenfreada pelo filho é o *leitmotiv* do romance que, como o leitor do romance percebe em certo ponto da leitura, Kehinde escreve a bordo do navio que a traz de volta para o Brasil, oitenta anos depois de ter vindo pela primeira vez e ter retornado a África como liberta. Agora Kehinde retorna, ainda mantendo as esperanças inabaláveis de uma mãe que não desistiu nunca da tarefa de encontrar o filho que não conseguiu localizar nas inúmeras incursões que promoveu nesse sentido. E dessa maneira, mais que tratar da odisséia de Kehinde, *Um defeito de cor* imerge numa dimensão da nacionalidade brasileira que merece reflexão.

O episódio do romance que primeiramente chama a atenção diz respeito à estrutura do tumbeiro no qual Kehinde embarca juntamente com a avó, a irmã Taiwo e mais um número elevado de prisioneiros que seriam escravizados no Brasil. O tumbeiro marca por sua descrição física, mas marca muito mais ainda pela remessa imediata e inevitável que faz ao *Navio negreiro*, de Castro

---

<sup>284</sup> Adorno, *Teoria estética*, p. 277.

Alves. Nas cinco páginas do capítulo intitulado *A viagem*,<sup>285</sup> o texto traduz de maneira fotográfica e com muita propriedade toda a realidade draconiana “embarcada” junto com os escravos. A remessa ao *Navio negreiro* não tem qualquer pretensão de estabelecer uma conotação comparativa nem tampouco inviabiliza a qualidade de Castro Alves, mas quer mostrar que muda a perspectiva, muda o foco, e fundamentalmente muda o lugar da fala, e com isso muda o tom da fala, trazendo novas possibilidades de leitura e novos elementos para reflexão do fato histórico e do fato literário:

O tumbeiro apitou e partiu pouco tempo depois que paramos de ouvir barulhos na parte de cima, quando acabaram de acomodar todos os homens. Ouvimos um só apito, tão baixo que parecia surgido ao longe, como se não estivesse anunciando a nossa partida, mas que me fez lembrar o canto do pássaro sobre o iroco, naquele fim de tarde em Savalu. A minha avó também deve ter se lembrado, pois durante o apito e por muito tempo depois, enquanto ele continuava ecoando, *segurou firme a minha mão*, e devia estar fazendo o mesmo com a mão da Taiwo, que, naquele momento, disse estar com vontade de fazer xixi. A minha avó disse para ela esperar. Eu sabia que era medo, pois eu e a Taiwo sempre sentíamos vontade de fazer xixi quando ficávamos com medo [...] Vistos do alto, *devíamos estar parecendo um imenso tapete, deitados no chão sem que houvesse espaço entre um corpo e outro, um imenso tapete preto de pele de carneiro*. [...] Eu tentava imaginar outras coisas para esquecer a vontade de fazer xixi, até que a Taiwo reclamou de novo e a Tanisha disse à minha avó que ela teria de fazer ali mesmo, deitada, como provavelmente todos faríamos quando desse vontade, sem que houvesse terra para jogar por cima. A minha avó então rasgou um pedaço da roupa e o deu a Taiwo, para que se enxugasse depois, tomando cuidado para o xixi não escorrer e molhar a cabeça do homem que estava deitado aos seus pés. O homem não reclamou e nem se mexeu, então eu disse que queria fazer também. Estava acostumada a fazer xixi em qualquer lugar, até mesmo no meio da rua, mas fechada naquele porão era muito difícil. Principalmente por saber que, ao ouvir o barulho ou sentir o cheiro, alguém mais poderia ficar com vontade e fazer também, aumentando o ranço daquele lugar. Tive nojo quando peguei o pano já molhado com o xixi da Taiwo e quis desistir, mas não consegui segurar. Senti o xixi escorrendo por entre as pernas e apertei o máximo que pude uma contra a outra, para que não escorresse muito longe e não molhasse mais o meu vestido, que ainda estava úmido da água do mar. O tumbeiro apitou mais uma vez e pareceu ganhar velocidade, e *eu só pensava na hora em que nos deixariam sair dali para tomar a fresca*.<sup>286</sup> [grifos meus]

O final da citação revela a inocência da personagem, uma menina ainda, com apenas seis anos de idade, mas com extrema fidelidade revela também o verdadeiro perfil da escravidão e principalmente do escravocrata.

As primeiras manifestações de revolta dos aprisionados, derrubando a tese da passividade do negro, acontecem ainda a bordo do tumbeiro, quando vários suicídios são efetuados. Um deles é o do escravo Benevides que se matou e levou muita gente a dizer que ele tinha feito o certo, que antes virar carneiro de bicho do mar, pois provavelmente seria lançado ao mar, do que carneiro de branco

<sup>285</sup> Gonçalves, *Um defeito de cor*, pp. 46-50.

<sup>286</sup> Id., pp. 46-47.

no estrangeiro.<sup>287</sup> Outras manifestações de revolta vão suceder-se ao longo da história narrada por Kehinde, todas elas demonstrando que é meia-verdade a noção disseminada de que todos os escravos aceitaram passivamente as condições que a escravidão lhes impingiu. Essa noção é desmentida também, pela reprodução de um acontecimento ocorrido já em solo brasileiro, refletida nas atitudes tomadas por um dos irmãos de um escravo chamado Lourenço, que ao ser recapturado, foi morto no caminho, depois de se rebelar contra um dos guardas do navio e atacá-lo a dentadas, única arma disponível para quem tinha as mãos e os pés amarrados.<sup>288</sup> Neste episódio, mais do que nunca os fatos falam por si mesmos.

Ao desembarcar no Brasil, Kehinde é comprada por um senhor-de-escravos e inicialmente entra em contato com as primeiras experiências sobre os princípios do mané-gostoso, embora ainda não soubesse exatamente o que aquilo significava:

A sinhazinha me olhou com certo interesse, mas não retribuiu meu sorriso, provavelmente tinha me achado menos interessante e muito *mais feia que os outros brinquedos*, porque foi isso que a Esméria disse que eu seria para ela, *um brinquedo*, e era como tal eu deveria agir, ficar quieta e esperar que ela quisesse brincar comigo, do que ela quisesse.<sup>289</sup> [grifos meus]

Outro importante esclarecimento trazido por *Um defeito de cor* trata-se de um dos inúmeros mitos que cercam a vida dos escravos, em particular, e dos negros, em geral, no que diz respeito a uma pseudofalta de amor próprio que os caracterizaria. Nessa medida, o texto revela que esta idéia, de fato, é mais uma invenção do pensamento hegemônico, até mesmo com a intenção de manter, pela via da demonização, uma situação que lhe é favorável, esquecendo-se de que conceitos como os de beleza são de matrizes culturais. Por isso Kehinde afirma que, olhando no espelho, “eu me achei linda, a menina mais linda do mundo e prometi que um dia seria forra e teria, além das roupas iguais às das pretas do mercado, muitas outras iguais à da sinhazinha”.<sup>290</sup> É possível dizer que a auto-estima de Kehinde não se limita à esfera dos sentimentos pessoais, considerando que ela consegue exteriorizar essas sensações de valorização estética e até transferi-las, quando destaca qualidades do escravo Francisco, confessando que em sua visão,

---

<sup>287</sup> Gonçalves, *Um defeito de cor*, p. 51.

<sup>288</sup> Id., p. 158.

<sup>289</sup> Id., p. 78.

<sup>290</sup> Id., p. 87.

os dentes eram das coisas que o Francisco tinha de mais bonitas. Lábios carnudos, mas não exagerados, e uma fileira de dentes muito brancos e muito certinhos, como se tivessem sido talhados um a um por grande artista.<sup>291</sup>

O texto dispensa um tratamento muito especial também a uma questão nunca destacada nas discussões estabelecidas acerca da escravidão, quer nos de natureza estética ou não. Trata-se de uma curiosa relação que existia entre escravas e as esposas de seus proprietários que, por um lado, demonstra a natureza interesseira, instável e mesmo a falta de caráter das sinhás; e por outro lado, implica a astúcia e a inteligência das escravas que sabiam tirar proveito de uma situação, reverter um quadro de adversidades e mantê-lo sob domínio, pelo tempo que melhor lhes apossasse:

Dentro das casas, e de portas fechadas, também era grande o número de sinhás que apelavam para as mandingas das pretas, prometendo cortar as línguas delas se comentassem com alguém. [...] As pretas riam ao contar tais histórias, pois *na maioria das vezes enganavam as sinhás*, fazendo a mandinga errada ou então dizendo que precisavam de muito dinheiro para comprar determinados produtos de África, bastante caros em São Salvador. As sinhás, sem terem a mínima noção do que elas falavam e também por acharem que não era tanto dinheiro assim, do ponto de vista delas, davam o que as pretas pediam, sem saber que patrocinavam muita comida e bebida nos batuques pela cidade afora. A Antonia tinha inclusive ouvido falar de algumas pretas que enriqueceram, compraram a carta de alforria e viviam folgadas com o dinheiro que obrigavam suas ex-sinhás a pagar a elas, com chantagem ou *ameaça de o feitiço se inverter, caso não fosse renovado*. Os casos até que eram bastante simples; ou as sinhás queriam *ficar pejadas* ou fazer com que os maridos parassem de dormir com outras, principalmente com as escravas, ou que abandonassem o vício da bebida e do jogo, ou então que *elas próprias* não fossem descobertas *em suas escapadas conjugais*. Havia também alguns casos em que pediam cura de doenças já tratadas sem sucesso pelos doutores, ou mesmo meios de conseguirem mais dinheiro para comprar os vestidos e as jóias de que tanto gostavam.<sup>292</sup> [grifos meus]

É indispensável reconhecer que esses acontecimentos têm uma dimensão muito mais profunda do que em princípio parecem revelar. Senão vejamos: mais do que mostrar um lado irônico da história revelam uma das grandes idiossincrasias do Brasil, já tratada inclusive neste trabalho quando abordei a questão dos adeptos da fé católica, que de fato são maioria neste país; entretanto, a despeito disso, percebemos que é bastante antiga, essa prática do brasileiro em buscar “outras alternativas”, quando as coisas, de alguma maneira não andam lá muito bem, seja em que terreno for. Como todos sabemos, a relação entre Igreja e família colonialista era bastante estreita. A influência da Igreja na vida das famílias detentoras do poder, bem como a importância que essa mesma Igreja atribuía aos integrantes dessas famílias chegava a ponto de padres serem freqüentadores assíduos das Casas-grandes. Em contrapartida as famílias tinham lugares personalizados nos templos religiosos, da mesma forma que as Casas-grandes possuíam suas

<sup>291</sup> Gonçalves, *Um defeito de cor*, p. 230.

<sup>292</sup> Id., p. 290.

próprias capelas,<sup>293</sup> artifícios que formavam um todo comportamental que tão bem expressa a intensidade do grau de envolvimento e de comprometimento religioso das pessoas. Não obstante, ainda assim elas se aventuravam a beber em outras fontes sempre que julgavam necessário, e dessa maneira, expunham uma parte significativa das vísceras da estrutura colonialista escravocrata, que nosso cotidiano mostra tratar-se de um expediente que ainda não desapareceu por completo.

Prosseguindo nessa trilha, *Um defeito de cor* coloca com muita contundência uma questão relativa à mulher, no que diz respeito à exploração sexual e à falta de respeito pela condição humana em geral e pela feminina, em particular, fatos que continuam acontecendo ainda hoje, e que têm como prova maior de sua presença nos meios sociais exatamente o surgimento de dispositivos jurídicos que visam sancionar os agentes desse tipo de delito. Kehinde, ainda menina mal saída da puberdade, narra os assédios que passa a sofrer de seu proprietário, o senhor José Carlos:

Quando o sinhô José Carlos estava em casa, eu evitava sair da cozinha, ou pelo menos de perto da Esméria, desde o dia em que tinha me encontrado tirando o pó dos móveis na sala de jantar e pediu para ver os meus peitos. Eu não sabia o que fazer e fiquei quieta, fingindo não ter entendido direito. Ele então repetiu, mandando que eu levantasse a bata porque queria ver os meus peitos, e como eu não me mexi, ele mesmo a ergueu, usando a ponta da bengala. Elogiou, dizendo que eram muito bonitos, perfeitos. Isso eu também achava, e acredito que naquela hora, mesmo com o improvável da situação, eu me senti muito orgulhosa deles, que cresciam firmes e redondos como os da minha mãe. Eu tentava pensar nela e em como eu andaria com os peitos descobertos se ainda morasse em Savalu, enquanto ele passava a ponta da bengala pela parte descoberta do meu corpo, no meio dos peitos ou em apenas um deles, em volta do bico. Era uma sensação da qual eu gostava, mas não a ponto de deixar que ele percebesse, e senti raiva e nojo quando ele pediu que levantasse a cabeça e abrisse os olhos. Por sorte, o Lourenço apareceu na sala com um pesado tapete que tinha levado para bater o pó do lado de fora da casa. O sinhô José Carlos não se abalou, me repreendeu por alguma coisa qualquer e saiu em direção à porta da sala, reclamando que os pretos nunca faziam nada direito e chamando pelo capataz Cipriano.<sup>294</sup>

Estes são os primeiros passos dados pelo senhor José Carlos, no sentido de evoluir do assédio para o estupro que se vai concretizar, justamente pela contribuição prestada pelo capataz Cipriano, que é um escravo que se coloca a serviço de seu senhor. Desempenhando a função de delator, de capitão do mato, de proxeneta intermediador de encontros amorosos entre o seu patrão e escravas, como fez com Kehinde, e de tudo que causasse prejuízos a seus semelhantes, Cipriano, representa, enfim, a figura acabada do inocente útil – e da vítima duplicada – engendrado pela escravidão em virtude do exercício de uma prática tão utilizada por ela.

<sup>293</sup> Veja anexo.

<sup>294</sup> Gonçalves, *Um defeito de cor*, p. 152.

É de conhecimento público que a escravidão esmerou-se no desempenho de aplicar castigos físicos dos mais cruéis que se possa imaginar e, curiosamente somos compelidos a partir do princípio que essas práticas punitivas eram sempre exercidas por homens. Nem sempre acontecia dessa maneira. Não raramente as esposas que constataavam ou suspeitavam que seus maridos tinham casos de amor com uma escrava, vingavam-se delas apelando para métodos de profundos requintes torquemadescos, como os que foram aplicados pela esposa do senhor José Carlos, sinhá Ana Felipa, à escrava Verenciana, grávida de um filho de seu marido:

A sinhá se ajoelhou diante do oratório e rezou até que os homens aparecessem carregando a Verenciana presa pelos braços, quando então saiu para o quintal e parou na frente deles, olhando a preta de cima a baixo, sorrindo e perguntando se ela estava com medo, e por que não sentia o mesmo aos se deitar com o sinhô. A sinhá andava em volta dela, sempre insultando, e não se importava que nós estivéssemos por perto, olhando. [...] A Verenciana estava de pé, *ativa*, presa pelos braços, não falava nada, *mas também não desviava os olhos dos olhos da sinhá. Ela era linda, alta*, com um corpo que parecia cheio de curvas mesmo com a roupa larga. Tinha a pele lisa e castanha, os cabelos escuros e longos, pelo menos era o que mostravam os cachos que escapavam por baixo do lenço amarrado na cabeça. Muito mais jovem e bonita que a sinhá, e já dava para perceber que estava mesmo pejada, a barriga saliente sob a bata. A sinhá então se abaixou, meteu as mãos sob a própria saia, levantou-a até a altura do joelho e tirou uma faca que estava amarrada à bota. Uma faca pequena, mas a lâmina brilhava de tão afiada. A Esméria tentou falar com ela, implorando que largasse aquilo, por Deus, por São José, por todos os santos de devoção, que mandasse castigar a preta e pronto, mas que não sujasse as próprias mãos. [...] Parecia que no mundo dela, naquele momento, só existia ela, a barriga da Verenciana e a Verenciana, que não demonstrava medo, *impassível*, aumentando ainda mais a raiva da sinhá, que não parava de gritar palavrões que provavelmente nem o Tico nem o Hilário sabiam o que significavam.

Ninguém tinha coragem de se aproximar, pois, sem tirar os olhos da Verenciana, a sinhá apontava a faca para qualquer um que se mexesse, dizendo que o assunto era entre as duas, que não era para nos intrometermos, pois ali quem mandava era ela. Começou a passar a faca na barriga da Verenciana, dizendo que era muito triste para uma mulher não ver o filho entre os braços, e que Verenciana ia sentir isto na pele. Quando percebeu que o filho estava ameaçado, a Verenciana se transformou e, apavorada, começou a pedir clemência, pedir que a sinhá não matasse o filho ainda dentro da barriga dela, que o inocente não tinha culpa, que, se a sinhá deixasse, ela sumiria dali naquele instante mesmo e nunca mais voltaria para perturbar a vida de ninguém, e muito menos para se deitar com o sinhô José Carlos. A sinhá disse que sabia que a criança não tinha culpa e que apenas comentara que a mãe nunca veria o filho, e era isso que ia acontecer. Mandou que os homens segurassem a Verenciana com toda a força, arrancou o lenço da cabeça dela, agarrou firme nos cabelos e enfiou a faca perto de um dos olhos. Enquanto o sangue espirrava longe, a sinhá dizia que os olhos daquela cor, esverdeados, não combinavam com preto, e fazia a faca rasgar a carne até contornar por completo o olho, quando então enfiou os dedos por dentro do corte, agarrou a bola quem formava o olho e puxou, deixando um buraco no lugar.

A Verenciana, que primeiro tinha urrado de dor, desmaiou nos braços dos homens que a seguravam, e a sinhá deu ordem para que eles não a soltassem, que a mantivessem em pé. Examinou o olho arrancado, limpou o sangue no vestido e disse que era bonito, *mas que só funcionava se tivesse um par*. Fez a mesma coisa com o outro olho, guardando os dois no bolso, quando então disse aos homens que podiam levá-la e que não a deixassem morrer de jeito nenhum, porque ela tinha de saber o que significava sentir um filho crescendo dentro da barriga e depois não poder vê-lo, e também porque queria saber se o senhor seu marido ainda ia querer se deitar com uma preta sem olhos. Terminou ordenando que nenhuma

palavra fosse dita ao sinhô José Carlos sobre aquilo, que ela mesma se encarregaria de contar. Então, como se nada tivesse acontecido, como se tivesse acabado de dar a mais simples das ordens, entrou em casa e se trancou no quarto.<sup>295</sup> [grifos meus]

Sem dúvida, esta é a passagem mais emblemática da principal característica de *Um defeito de cor*, um romance autobiográfico que aborda com muita contundência e realismo fatos que falam por si mesmos.

É nesse ambiente que Kehinde vai crescendo, já não mais menina e quase uma mulher vai adquirindo maturidade, e nesse processo evolutivo ela começa a dimensionar com muita consciência uma causa que não é apenas sua, no mundo em que vive:

Apesar da pouca idade, acho que foi naquele momento que tomei consciência de que tinha de fazer alguma coisa [...] por todos nós que estávamos vivos como se não estivéssemos, porque as nossas vidas valiam o que o sinhô tinha pagado por elas, *nada mais*.<sup>296</sup> [grifos meus]

E é contando com o auxílio dessa consciência adquirida que a vida de Kehinde começa a tomar novos rumos, embora sempre dentro de uma escravidão que, apesar de ser cada vez mais cruel, não a impede de olhar e perceber a profundidade dos acontecimentos de sua vida de todo dia e a valorizar sua própria capacidade no sentido de buscar as mais diferentes formas possíveis de transformar uma situação que ela já considera inaceitável.

A FILHA DO PRIMEIRO casamento do senhor José Carlos, sinhazinha Maria Clara, a quem Kehinde fora comprada para servir de “companhia de brinquedo”, começa a receber aulas particulares. Kehinde lhe faz companhia nessas aulas e mostra interesse em aprender a ler e a escrever, o que acaba conseguindo, em virtude de um esforço despendido de tal maneira que desperta a atenção de Fatumbi, o professor, um muçulmano de quem Kehinde se torna amiga. Logo em seguida, Kehinde começa a entrar em contato com a Literatura de Gil Vicente, de Camões e por vezes se distraía lendo sermões do padre Antonio Vieira e praticando a escrita.<sup>297</sup>

Por conta dessa relação, Kehinde apresenta Fatumbi ao padre Heinz, um padre que demonstra não estar totalmente afinado com o pensamento da Igreja e, contando com a aliança de ambos

<sup>295</sup> Gonçalves, *Um defeito de cor*, pp. 105-106-107.

<sup>296</sup> Id., p. 144.

<sup>297</sup> Id., p. 211.

implanta um programa de instrução e crescimento de crianças escravas que projeta um processo libertador que possa concretizar-se, também, pela via da educação:

Como nem eu nem o padre Heinz tínhamos experiência em ensinar, falei com o Fatumbi, e ele aceitou ajudar por algum tempo, indo até a casa do padre duas tardes por semana. Assim que foram apresentados, os dois homens passaram a agir como se fossem amigos desde sempre, conversando horas seguidas. *O Fatumbi me pediu que guardasse segredo*, que não contasse a ninguém da loja e nem ao bilal Sali ou ao Ajahi, mas logo ele mesmo se traiu de propósito ao pedir a ajuda de todos, qualquer contribuição, para que conseguíssemos continuar servindo *comida para o número cada vez maior de crianças* que começaram a aparecer. Além de dinheiro, os muçurumins doaram também muitas lousas velhas, que já não serviam mais para o estudo do Alcorão ou para as mandingas, mas que ainda estavam em excelente estado para serem usadas nas aulas. O Fatumbi fez todos os *planos de aula* e ainda conseguiu improvisar cadernos com folhas de papel coladas umas nas outras, que as crianças adoraram. Era papel barato, do mesmo que as pretas usavam para embrulhar quitutes, que ele colava cuidadosamente, usando goma feita de farinha de mandioca. Eu o ajudava durante as aulas, prestando atenção para aprender como ele fazia, e logo assumi uma turma. Mas as melhores aulas só eu tinha o privilégio de frequentar, que eram as conversas entre o padre e o Fatumbi, nas quais se falava de tudo, de livros a religião.<sup>298</sup> [grifos meus]

Kehinde e Fatumbi estão, de fato, dando consistência a uma das vertentes de um movimento revolucionário dos mais contundentes já acontecido no Brasil, a Revolta dos Malês, ocorrida na Bahia, em 1835. Embora malograda na consecução de seus objetivos finais, prejudicada que fora por motivos de toda ordem, – que o romance trata de forma detalhada –, o texto consegue mostrar que, nem por isso a Revolta deixa de ser uma das mais importantes manifestações de descontentamento e de tentativa de reverter uma situação desfavorável já empreendida pelos escravos negros no Brasil, sobretudo porque uma de suas metas era a de transformar a realidade social do negro pela via da revolução cultural.

Não obstante o insucesso da Revolta, Kehinde não esmorece, mesmo porque sua trajetória de vida não lhe permite. A sucessão de ocorrências e o comprometimento que ela tem com a plenitude do viver são intensos. Seu primeiro filho, que recebe o nome de Banjokô, é fruto do estupro que sofre por parte do seu proprietário, o senhor José Carlos. Nesse caso específico, a sinhá Ana Felipa não lhe arrancou os olhos, mas arrancou-lhe o filho, que por ser um pouco mais claro em virtude de heranças paternas, ela o adota para si, afastando-o cada vez mais da verdadeira mãe que, em contrapartida, canaliza todas suas potencialidades no sentido de evitar que seja consagrado o afastamento maquiavelicamente engendrado pela sinhá Ana Felipa.

<sup>298</sup> Gonçalves *Um defeito de cor*, p. 293.

Uma das estratégias utilizadas pela sinhá Ana Felipa é comunicar a Kehinde que ela tinha sido alugada para uma família de ingleses e que, em consequência, “podia me despedir do meu filho, pois ele ficaria muito bem com ela, e que estava fazendo aquilo porque não podia se arriscar me mantendo por perto depois do que eu tinha feito”.<sup>299</sup> Dessa forma, evidenciam-se as intenções de sinhá Ana Felipa em submeter Kehinde a um autêntico processo de distanásia, entretanto, Kehinde novamente se impõe diante das dificuldades que a vida mais uma vez lhe propicia, vai trabalhar na casa dos ingleses e lá supera obstáculos e tira proveito dessa superação. Na companhia dos ingleses, Kehinde aprende o idioma e torna-se mais politizada, a ponto de tomar conhecimento de um ato tão importante para a vida dos escravos como o Bill Aberdeen, e sobre esse ato, numa das visitas que faz à casa de sinhá Ana Felipa para rever o filho, comenta com um dos escravos “que os ingleses estão do nosso lado, não importando com que intenção”.<sup>300</sup>

A evolução e o crescimento do capital intelectual de Kehinde manifestam-se de forma tão evidente que suscitam comentários daqueles que a conhecem de outras oportunidades, convindo destacar o fato de que ela também tem consciência desse novo estágio pelo qual passa:

Todos me acharam diferente e disseram que não era apenas por causa do corte de cabelo e do vestido, mas que eu estava com aparência de menina mais nova e jeito de mulher mais velha, mais séria e instruída, quase estrangeira. Eu também achava que estava mudando, e muito, na companhia dos ingleses. Tanto que, com o passar de alguns meses, eu já estava achando insuportáveis aquelas visitas que fazia à casa de sinhá, onde ninguém sabia conversar de outras coisas que não fossem lembranças de África ou da fazenda.<sup>301</sup>

Com o passar dos tempos, Kehinde consegue reaver o filho Banjokô, dá novos rumos a sua vida e casa com Alberto, um homem de negócios, viajante, e branco, com quem ela passa a ter uma vida economicamente estável, mas, ainda assim, Kehinde não se livra dos seus problemas sociais simplesmente porque não se livra da condição de negra. Aliás, adquire outros justamente por ter-se casado com um homem branco.

A nova vida proporcionada pela condição de ex-escrava, não mitiga e não neutraliza a consciência que Kehinde tem acerca da real situação própria e dos escravos em geral, e por isso, ela não perde o norte das palavras que lhe foram ditas pelo doutor José Manoel, expressando a verdadeira noção de escravidão, alertando-a de que, naquela conjuntura, o escravo continuava a ser

---

<sup>299</sup> Gonçalves, *Um defeito de cor*, p. 212.

<sup>300</sup> Id., p. 220.

<sup>301</sup> Id., p. 221.

uma coisa pela qual o dono dele pagou e que, portanto, tudo o que ele tivesse também pertenceria ao dono. Inclusive, um escravo nem ao menos se pertencia. Não era dono das suas vontades, de sua vida, de nada, quanto mais de bens.<sup>302</sup>

Como possuí um nível de instrução mais amplo, Kehinde começa a descobrir facetas importantes da instituição escravidão, que normalmente são omitidas pelo discurso histórico, pelo menos no que diz respeito à historiografia de caráter oficial. Consultando um advogado com a intenção de obter esclarecimentos acerca de questões que lhe pareciam nebulosas, Kehinde traz à luz uma importante condição que corrobora a tese proposta pelo historiador Frederico Burlamaque, explorada por este trabalho no capítulo 2, no item *Histórias que a História cala*, onde Burlamaque trata do projeto que o Brasil elaborara para expulsão dos escravos livres: “mas depois que foi feita a lei, naquela época em que *queriam expulsar do Brasil todos os africanos livres*, nenhum bem poderia ser colocado no nome do escravo”<sup>303</sup> [grifos meus].

E ainda no que se refere às contribuições trazidas pela linguagem literária de *Um defeito de cor*, é interessante fazer o destaque de uma questão que não só a historiografia oficial omite quanto este país como um todo prefere não tratar, ainda que seja numa conversa amistosa, ou seja, a questão das benesses proporcionadas pelo governo brasileiro aos estrangeiros, particularmente a doação de terras para os imigrantes. Essa questão também já foi abordada por este trabalho nas mesmas condições expostas no parágrafo anterior, contudo, ao tratá-lo da forma que faz, o texto de Ana Maria Gonçalves explorado neste capítulo presta uma grande contribuição à Literatura e ao pensamento brasileiro, na busca da verdade dos fatos. As referências trazidas por Kehinde são incontestáveis e colocam no plano da reflexão, uma situação que deveria integrar a pauta das discussões de problemas atuais que tanto nos afligem na esfera social:

O Jacinto contou que a cidade estava crescendo bastante, principalmente depois que começaram a surgir muitas *plantações de café* nos arredores, onde moravam alguns estrangeiros. Mas eram estrangeiros diferentes, não apenas de Portugal ou de passagem, como nos outros lugares, mas *muitos deles estavam ali para morar, junto com suas famílias, em terras doadas pelo governador da província*. Eles eram muito engraçados, principalmente os da Alemanha, que o governo pensou que poderiam substituir os pretos nas lavouras.<sup>304</sup> [grifos meus]

Da união com Alberto, Kehinde dá à luz outro filho, Omotunde, razão de ser do romance *Um defeito de cor*, tendo em vista que o pai vai vendê-lo quando o casamento e os negócios começam a

<sup>302</sup> Gonçalves, *Um defeito de cor*, p. 696.

<sup>303</sup> Id., pp. 696-697.

<sup>304</sup> Id., pp. 717-718.

entrar em derrocada e a bebida passa a ser sua válvula de escape na tentativa de conseguir conviver com uma situação marcada pelas adversidades.

Com o desaparecimento de Omotunde, Kehinde começa a viver sua via-crúcis na busca desenfreada de encontrá-lo, desenvolvendo um trabalho de fôlego através de uma luta incessante, procurando-o em todos os pontos de venda de escravos das principais cidades do país. Como suas incursões resultam numa luta inglória e infrutífera, a esperança de sucesso vislumbra-se depois de tantos anos, no momento de seu retorno para o Brasil, já com oitenta e seis anos de idade, a bordo de um navio que a traz de volta e que lhe serve de palco de reminiscências que, por carta, relata ao filho com a ajuda de Geninha, uma espécie de copista, considerando que Kehinde está ficando praticamente cega:

Você pode dizer que estou fazendo isso agora, deixando tudo escrito para você, mas esta é uma história que eu teria te contado aos poucos, noite após noite, até que você dormisse. E só faço assim, por escrito, porque sei que já não tenho mais tempo. Já não tenho mais quase tempo algum, a não ser o que já passou e que eu gostaria de te deixar como herança.<sup>305</sup>

A partir de então, o leitor do romance percebe que está lendo uma narrativa em *flash-back* e, simultaneamente, do ponto de vista teórico, o texto assume uma expressiva transformação porque leva o leitor a dimensionar a narrativa sob diversificados ângulos de leitura. Numa dimensão do texto resultante desta *performance*, torna-se indispensável trazer para reflexão um episódio já examinado, que no entanto, se faz novamente decisivo como uma das causas mais relevantes tratadas pela tessitura da narrativa, mesmo porque é a condição que dá nome à obra. Essas discussões convêm ser retomadas porque, de fato apresentam contribuições consistentes para uma linha de raciocínio proposta como epílogo desta tese.

Na iminência de perder de forma irrecuperável o filho Banjokô para a senhora Ana Felipa, que em conseqüência da viuvez havia manifestado o interesse em se mudar em definitivo para a corte e levá-lo consigo, Kehinde se vê diante de uma situação de grande insegurança, de grande preocupação e, numa conversa consigo mesma revela fatos que falam por si sós:

O Banjokô vivia muito bem na casa da sinhá, tinha boas roupas, um bom quarto, brinquedos, comida à vontade, horários certos para comer e dormir, estava aprendendo a tocar piano e a sinhá tinha grandes planos para ele, como colocá-lo para estudar assim que ficasse um pouco mais velho. Por outro lado, eu era a mãe dele, não ela. Ela sempre seria a dona, impondo sua vontade, fazendo dele o que bem quisesse e não o que ele pudesse vir a querer de fato. Eu não me espantaria se, na corte, ela o mandasse *estudar para ser padre*, apoiada pelo padre Notório, achando que o Banjokô deveria ficar agradecido por seguir tão

<sup>305</sup> Gonçalves, *Um defeito de cor*, p. 617.

nobre carreira. Com a influência do padre Notório, ela logo conseguiria para ele *uma dispensa do defeito de cor*, que não permitia que os pretos, pardos e mulatos exercessem qualquer cargo importante na religião, no governo ou na política.<sup>306</sup> [grifos meus]

Não obstante a clareza espontânea dos fatos expostos por Kehinde, a dimensão deles requer que sejam tecidos comentários a seu respeito, e nesse aspecto, a noção que não se pode perder de vista é exatamente a transcendência deles e as implicações advindas dessa condição. Nessa perspectiva, *Um defeito de cor* revela que naquela conjuntura social, um defeito de cor era algo plantado no imaginário da elite branca dominante que, de cima da sua auto-suficiência e pelas influências dos seus *habitus*, arvorava-se de possuir pseudodireitos e pseudopoderes que lhe autorizavam a transformar negros em não-negros, sempre que esta condição viesse a atender um ou outro dos seus interesses. Portanto, na minha forma de ver, a instituição da dispensa do defeito de cor implica pelo menos em duas transcendências e duas conseqüências imediatas e inevitáveis. A primeira delas diz respeito à depreensão que os fatos permitem fazer sobre o caráter de um dispositivo chamado carta de alforria e concluir o quanto este recurso foi uma farsa. A segunda revela que o artifício do defeito de cor, na mesma dimensão dos demais mecanismos de coerção e de cerceamento impingidos aos escravos negros é, de fato, a demonstração explícita dos abusos amparados pelos efeitos da cor da elite dominante. As ações conjuntas de ambos comprovam que na conjuntura social brasileira colonialista, para se obter respeito à condição humana não bastava ser livre; era imprescindível ser branco.

Este episódio é retomado por ter sido eleito como um dos mais emblemáticos da obra, no sentido de concentrar na sua essência, elementos que de forma mais abrangente reproduzem o movimento geral da sociedade e da sua história. Nele não só deparamos com perspectivas históricas, no que diz respeito a uma cronologia pretérita, mas ainda sob o aspecto cronológico, ele impõe-se como referência de comportamentos sociais contemporâneos. Esses mesmos fatos continuam imersos no cotidiano e na vida das pessoas, atualizados e travestidos que são em novas versões e novas *performances*. Ao contrário do que muitos pensam, acontecimentos dessa natureza não ficaram retidos lá no longínquo século XIX. Eles perpassaram os tempos e continuam bastante atuais, principalmente no que se refere à relação entre coisa instituída e prática social, ou seja, também na atualidade o negro continua esbarrando em facticidades que a teoria já não sustenta mais. O fato de a sociedade de hoje contar com dispositivos legais que desautorizam práticas preconceituosas e discriminatórias, não necessariamente inviabiliza a inexistência delas nas relações sociais cotidianas.

---

<sup>306</sup> Gonçalves, *Um defeito de cor*, p. 337.

Como exemplo desta assertiva, cito situações enfrentadas com frequência por empregadas domésticas negras quanto ao uso de elevadores sociais em condomínios de luxo. Nenhum deles, declaradamente, proíbe-as de usá-los, entretanto, muitas vezes tomamos conhecimento de notícias que mostram reações contrárias deste ou daquele condômino.

A elite dominante permanece no seu intento de conferir a esse quadro o sentido que lhe convém. Ela continua convicta de que, não só pode transformar negros em não-negros, como continua a ter certeza também de que pode erradicar a negritude no país, como nos têm demonstrado notícias mais recentes. Pesquisas de laboratório realizadas em algumas personalidades negras – artistas, cantores, atletas, entre outros – como Sandra de Sá, Neguinho da Beija-flor e Daiane dos Santos, só para nomear alguns, demonstraram que muitos dos analisados têm, em média, percentuais elevados de herança genética de origem européia. No caso específico do Neguinho da Beija-flor, seu percentual genético europeu é de 67,1% segundo a pesquisa, havendo casos de negros que ultrapassam a casa dos 70%.<sup>307</sup> Os responsáveis por essas pesquisas e os simpatizantes dos ideais de branqueamento embutidos nelas, fizeram dos resultados plataforma para, cientificamente, sustentar e vender a idéia de que, em se tratando de Brasil, de repente descobrimos que somos todos brancos.

Caro leitor! Meus argumentos não apresentam dados estatísticos, demonstrativos numéricos, tabelas de levantamentos quantitativos, nem qualquer outra modalidade de representação numérica ou percentual.

Nada contra! Muito pelo contrário, é enorme o respeito que nutro pela importância dos números. Não obstante, devo dizer que entendo que a exatidão dos números revela apenas amostras, sintomas e aspectos de parte de um universo examinado e nunca a essência dele, a menos que a pesquisa seja efetuada no todo, condição que no caso do assunto em tela, torna-se inexecutável, além de considerá-la prescindível à obtenção de comprovações consistentes. Assim sendo, à exatidão dos números preferi raciocinar com a diversidade dos fatos do cotidiano e a riqueza embutida nela, e problematizar o tratamento que a História e a Literatura dispensam-lhe. Preferi priorizar situações em que todos nós, em alguma medida e através de algum comportamento prático, contribuimos para construir e até desconstruir, e por isso aposto na sua capacidade de observá-las com diligência.

Não tenho respostas prontas nem soluções mágicas para problemática de tão grande envergadura, muito menos tive a pretensão em pensar de uma forma simplesmente denunciante e conclusiva, mas tive sim, a intenção de trazer para sua reflexão, elementos que, certamente, podem

---

<sup>307</sup> Revista *Veja*, ano 40, nº 22, pp. 82-88.

estar presentes na sua rua, no seu bairro, na sua cidade, ou quem sabe, até mesmo no interior do seu próprio lar. Não importa aonde eles aconteçam, o que importa é a existência deles, a continuidade da existência deles e a responsabilidade que todos nós temos na sua produção.

*PELAS OBRAS TRABALHADAS* neste capítulo, minha expectativa é a de que também seja provocada uma reflexão, não somente sobre elas, mas sobretudo na sua relação com a essência do capítulo 2, *Escravidão: Metas e Implicações*. Para tanto, julgo necessário perceber o tratamento amplo e diversificado desenvolvido pelos textos *Emparedado* e *Um defeito de cor*, na mesma intensidade que o é, perceber o reducionismo dos textos de teor não-estéticos, livrando essas manifestações literárias desse mesmo reducionismo. Dentro dessa concepção, se por um lado aqueles textos, pela superficialidade narrativa repercutem predisposições ideológicas do discurso histórico, por outro lado, estes textos são representantes acabados das possibilidades de criticar um mundo que quando lhe convém, divide-se em branco e preto, e tem como principal etiqueta a capacidade de engendrar categorias que giram em falso.

Nessa concepção, *Um defeito de cor* configura-se como referência contrapontística de textos que constituem uma espécie de narrativa em espelho do pensamento brasileiro. Ele é representante da força de uma forma de ver e pensar que não se deixa enclausurar pelos limites rígidos das disciplinas e das imposições acadêmicas, – e por vezes academicistas –, impedindo que o conservadorismo transforme-se em arquétipos eternos.

Conforme já frisado anteriormente, ao imergir no propósito em relevo o objetivo não foi o de enfocar questões ontológicas. O que se pretendeu, sim, foi mapear estratégias discursivas soberanas e demonstrar que elas serão tanto mais ricas quanto mais tiverem ao seu lado outras formas que se desenvolvam de maneira a fazer perceber que, cada vez mais, as manifestações dessa natureza devem ser produzidas também a partir de uma consideração que deve ser dispensada às perspectivas das chamadas minorias destituídas. Por meio dessa predisposição, muito possivelmente venhamos a ter um conceito de vida e arte que contemple esta visão.

Perspectiva histórica é registro, é memória; e o texto literário que caminha nessa mesma direção também precisa sê-lo, tomando por base o emprego de todas as suas possibilidades discursivas, e não fazê-lo somente a partir de uma postura seletiva. E nessa conjuntura, *Um defeito de cor* muito mais do que descrever a odisséia de Kehinde é, em grande medida, a expressão de um pensamento que apresenta uma visão e provoca a iluminação de uma experiência humana do mundo. Pelos mesmos motivos da prosa poética *Emparedado*, o romance *Um defeito de cor* foi eleito como

referência de abordagem contrapontística tão desprezada nos textos que tratam da presença de personagens negros. Esses dois textos são uma prova incontestada de que há consistência na viabilidade de se dispensar por esse tipo de produção literária, os mesmos princípios de criatividade, de tensão e de desprendimento encontrados nos textos de Literatura, em geral. Em momento algum os graus de literariedade dessas duas obras foram minimizados, em função delas apresentarem personagens negros dotados de discurso direto, de senso crítico ou de tratarem a realidade do cotidiano sem adornos. É esta capilaridade da Literatura, revelada de forma intensa por *Emparedado* e por *Um defeito de cor* que tenho a sensação de não se pronunciar na sua plenitude, nas oportunidades em que o fazer literário é exigido como produtor de artefatos que focalizam personagens negros. A ausência dessa condição quase que *sine qua non* no processo de criação, na minha maneira de avaliar, acaba levando a Literatura a claudicar no seu mister de fraturar o mundo e procurar reconstruí-lo a partir da aplicação do Belo.

~~~~//~~~~

6 - Conclusão

6 - Conclusão

*A*O FINALIZAR AS ABORDAGENS sobre os elementos mapeados pela tese que me propus a defender, permanece a expectativa de ter realizado um trabalho que possa trazer contribuições para o universo acadêmico como um todo, e de forma mais objetiva para os planos da Teoria Literária e da Literatura brasileira. Assim sendo, e obviamente que com menor percuciência, persiste ainda a pretensão de contribuir com a Sociologia, a História e a própria Antropologia, além de apresentar elementos capazes de subsidiar em considerável medida as formas mais sistêmicas de pensar nosso cotidiano, do ponto de vista das relações sociais que nele desenvolvemos, independentemente de qualquer condicionamento acadêmico.

Em momento algum meu propósito foi o de fazer, como penso que não fiz, uma obra de historiografia, considerando que os dados reunidos e apresentados não são sistemáticos; no entanto, a despeito dessa condição, foram suficientes para me convencerem, e, espero, convencerem também o leitor de que as discussões são muito mais amplas quando o assunto em pauta se encontra atrelado de maneira predominante à figura do negro, numa conjuntura social que tem como pano de fundo o Brasil. A falta de predileção pela preponderância historiográfica encontra razão de ser, também, na determinação maior que tive em trazer para o plano do debate, questões atuais que têm o seu caráter controverso sedimentado, justamente pelo quase absoluto desinteresse que todos nós sempre temos, em inseri-las na planilha que concentra as discussões de nossos principais problemas, contemplados que devem ser pela ordem do dia. Entretanto, o motivo que naturalmente determinou que a linha historiográfica não poderia ser o fio condutor do trabalho foi o fato de que as questões que tinha por meta trazer para o campo das discussões são objetos de uma realidade que, embora tenha a sua origem nos idos do Brasil-colônia, aí está atuante de forma cada vez mais contundente. Portanto, são questões que perpassam o Brasil-rural e o Brasil-urbano, o Brasil-colônia e o Brasil-metrópole, e tendem a tornar-se cada vez mais decisivas entre nós, quanto mais tivermos que conviver com as implicações que nos são impostas pelas relações sociais desdobradas, sobretudo, no cotidiano dos grandes centros.

A opção pela análise comparada entre discurso histórico, – considerado como prioritário entre os de teor não-estéticos –, e discurso literário advém da importância que o discurso histórico assume em nossa formação, no que diz respeito a uma maneira mais objetiva e até mesmo mais pontuada de olharmos para o país. Nessa perspectiva, o discurso histórico, via de regra apresenta-se-nos como a primeira referência, a mais imediata, a de mais fácil acesso, e conforme destacado ao longo da tese, a

de interpretação menos embaraçosa. Como se não bastasse, o discurso histórico conta ainda com o auxílio de outras modalidades de informações discursivas, como as proporcionadas pelas mídias, em seu sentido mais abrangente ou mesmo pelas contingências que observamos ao nosso redor no dia-a-dia. É evidente que essas características não inviabilizam e muito menos minimizam a qualidade da proposta histórica, mas é indiscutível que nela o historiador fala pelos fatos, fala em nome deles e molda os fragmentos do passado num todo, cuja integridade resultante acontece pela atitude discursiva. À proporção que o historiador assim atua, consagra-se a impossibilidade de que os acontecimentos possam expressar-se também de outros modos, como só a linguagem literária consegue viabilizar.

No caso em questão, à medida que o discurso de natureza não-estética representa o desenvolvimento de linhas de raciocínio e de tratamentos históricos, que com freqüência, procuram preservar opiniões e pensamentos hegemônicos, ele se revela como poderoso instrumento de expressão, disponível a serviço da manutenção dos anseios e dos interesses próprios de uma classe que há séculos detém o domínio da situação política, social e econômica do país. E é em paralelo com essa conjuntura preservadora que o texto literário se apresenta, e nesse sentido ele o faz como elemento co-participante dessa proposta de dispensar ao personagem negro tratamentos semelhantes aos encontrados nas páginas dos textos de natureza não-estéticas.

É a partir da presença desses elementos coincidentes que o estudo comparativo entre obras de natureza variada começa a se fazer interessante, exatamente porque a Literatura adota nesse aspecto um comportamento contraditório, partindo da premissa que em seu desdobramento ela deixa de utilizar um dos seus principais atributos que é sua capacidade em expressar multifacetadas maneiras de ver os fatos. Assim sendo, neste particular, o texto literário iguala-se aos demais e passa a ser mais um veículo de disseminação de uma visão unívoca de mundo, e através desse processo, também contribui para a manutenção do *establishment*.

Nas relações sociais contemporâneas, é visível que o negro ocupa um espaço mais dignificante do que jamais ocupara em qualquer outro momento de sua história; entretanto, apesar disso o discurso literário insiste em manter-se inalterado. A grande prova de que essa evolução começa a revelar-se são as reações da classe dominante, no sentido de se sentirem ameaçadas por um avanço que ainda é incipiente ao extremo, nos mais diferentes segmentos sociais. Essa inclusão que por parte dos negros começa a se fazer presente no cotidiano, em contrapartida, engendra uma dificuldade de sua assimilação por parte da classe dominante e, embora esta inserção ocorra na prática, o universo literário continua a dispensar por esse personagem, os mesmos tratamentos dispensados pela Literatura de outrora, em especial no que diz respeito ao quesito invisibilidade.

São pouquíssimas as manifestações que a Literatura brasileira nos oferece como referências de tratamentos que se insurgem contra um *status quo* literário, e entre elas o destaque recai sobre *Emparedado*, de Cruz e Sousa e *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves, por se tratarem de dois momentos muito especiais no que concerne ao comprometimento estético, sobretudo como referências de contraponto, a carência maior presente nos textos históricos, bem como nos literários.

E por assim serem, *Emparedado*, mais do que retratar uma problemática social, aparentemente restrita à individualidade de um personagem negro, e *Um defeito de cor*, muito mais do que descrever a odisséia de uma escrava, em grande medida as duas obras contemplam conteúdos e comportamentos estéticos por meio dos quais conseguem impor-se e reverter um quadro hegemônico no âmbito da Literatura, e mais do que isso, no âmbito do pensamento brasileiro. Nelas o leitor tem acesso a tratamentos mais tensos, mais questionadores e que problematizam a realidade das relações entre senhores e escravos, e entre negros e brancos, condições que minimizam as possibilidades de formação de uma visão reducionista do mundo.

Nessa perspectiva, ambas transcendem uma condição puramente literária e se consagram como obras emblemáticas. Pelas técnicas utilizadas elas configuram efeitos práticos representantes da necessidade urgente que este país tem em procurar redimensionar fatos históricos que, ainda que não queiramos admitir, são imprescindíveis na composição de processos analíticos que nos ajudem a entender nosso presente e a projetar formas de pensar nosso futuro. Em sua plenitude, as contribuições trazidas por essas duas obras denunciam claramente que os insucessos resultantes das tentativas empreendidas no sentido de entender nosso presente e de pensar nosso futuro, apresentam como principal causa o simples fato de que não somos nem humildes nem francos nem honestos, quando temos de olhar-nos num espelho que reflete essa faceta do nosso passado.



Referências:

- ADORNO, Theodor W. *Teoria estética*, Tradução de Artur Morão, Lisboa, Edições 70, 2006.
- _____ *Palavras e sinais*, Tradução de Maria Helena Ruschel, Petrópolis, Vozes, 1995.
- _____ *Notas de literatura I*, Tradução de Jorge de Almeida, São Paulo, Duas Cidades, Ed 34, 2003.
- _____ *Prismas: crítica cultural e sociedade*, Tradução de Agustin Wernet e Jorge Mattos Brito de Almeida, São Paulo, Ática, 1998.
- AGUIAR e SILVA, Vítor Manoel. *Teoria da literatura*, Coimbra, Almedina, 2000.
- ALENCAR, José Martiniano de. *O tronco do Ipê*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1977.
- ALMEIDA, Manoel Antonio de. *Memórias de um sargento de milícias*, Rio de Janeiro, LTC, 1978.
- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*, Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Castro, Rio de Janeiro, Graal, 1998.
- ANDRADE, Mário de. *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter*, Belo Horizonte, Villa Rica Editoras Reunidas, 1993.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*, Tradução de Roberto Raposo, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1997.
- ARISTÓTELES. *Arte retórica e Arte poética*, Tradução de Antonio Pinto de Carvalho, Rio de Janeiro, Ediouro, 1970.
- ARRUDA, Ângela (Org.). *Representando a alteridade*, Petrópolis, Vozes, 1990.
- AUERBACH, Eric. *Mimesis; a representação da realidade na literatura ocidental*, Vários tradutores, São Paulo, Perspectiva, 2004.
- AZEVEDO, Aluísio Tancredo Gonçalves de. *O mulato*, São Paulo, Ática, 1998.
- _____ *O cortiço*, São Paulo, Ática, 1998.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*, Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira, São Paulo, Hucitec, 1997.
- _____ *Problemas da poética de Dostoievski*, Tradução de Paulo Bezerra, Rio de Janeiro, Forense-Universitária 1981.
- _____ *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*, Tradução de Aurora Fornani Bernardini, São Paulo, Unesp, 1998.

- _____ *Estética da criação verbal*, Tradução de Maria Ermantina Galvão Pereira, São Paulo, Martins Fontes, 2003.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*, Tradução de Myrian Ávila, Belo Horizonte, UFMG, 1998.
- BARTHES, Roland. *Crítica e verdade*, Tradução de Leyla-Perrone Moisés, São Paulo, Perspectiva, 1970.
- _____ *Bichon entre os negros* In: *Mitologias*, Tradução de Rita Buongermino e Pedro de Souza, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001.
- BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil, contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilizações*, v. 1 e v. 2, São Paulo, Pioneira, 1989.
- BÍBLIA DE JERUSALÉM. *Antigo e Novo Testamento*, Vários tradutores, São Paulo, Sociedade Bíblica Católica Internacional, 1985.
- BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*, Tradução de Floriano de Souza Fernandes, Petrópolis, Vozes, 1983.
- BERND, Zilá. *Introdução à literatura negra*, São Paulo, Brasiliense, 1988.
- BOAS, Franz Uri. *Antropologia cultural*, Tradução de Celso Castro, São Paulo, Jorge Zahar Editor, 2005.
- BOSI, Alfredo. *Literatura e resistência*, 2ª ed., São Paulo, Schwarcz, 2002.
- _____ *História concisa da literatura brasileira*, São Paulo, Cultrix, 1998.
- _____ *Cultura brasileira. Temas e situações*, São Paulo, Ática, 1987.
- _____ *Dialética da colonização*, São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*. Tradução de Sérgio Miceli, São Paulo, EDUSP, 1998.
- _____ *A economia das trocas simbólicas*, Tradução de Sérgio Miceli, São Paulo, Perspectiva, 1999.
- _____ *A dominação masculina*, Tradução de Maria Helena Kühner, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.
- _____ *O poder simbólico*, Tradução de Fernando Tomaz, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.
- BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil (1900)*. Rio de Janeiro, José Olympio, 2005.
- BROOKSHAW, David. *Raça e cor na literatura brasileira*. Tradução de Marta Kirst, Porto Alegre, Mercado Aberto 1983.
- BURLAMAQUE, Frederico Leopoldo Cezar. *Memória analytica á cerca do commercio d'escravos e á cerca dos males da escravidão doméstica*, Rio de Janeiro, Comercial Fluminense, 1837.

- CAMARGO, Oswaldo de. *O negro escrito: apontamentos sobre a presença do negro na literatura brasileira*, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1987.
- CAMINHA, Adolfo. *Bom-Crioulo*, São Paulo, Ática, 1983.
- CAMÕES, Luís de. *Os lusíadas*, Organização de Antonio Saraiva, Porto, Editora Figueirinhas, 1978.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo, Editora Nacional, 1967.
- _____ *O discurso e a cidade*, São Paulo, Duas Cidades, 1998.
- _____ *Formação da literatura brasileira*, v. 1 e v. 2, Rio de Janeiro, Itatiaia, 1993.
- _____ *A educação pela noite*, São Paulo, Ática, 1989.
- _____ *Vários escritos*, São Paulo, Duas Cidades, 1995.
- CARNEIRO, Edison. *Antologia do negro brasileiro*, Rio de Janeiro, Agir, 2005.
- CARVALHO, José Jorge de. *O olhar etnográfico e a voz subalterna*, Brasília, Série Antropologia, UNB, 1999.
- CASTELO, José Aderaldo & CANDIDO, Antonio. *Presença da literatura brasileira*, São Paulo, Difel-Difusão, 1980.
- CHAUI, Marilena. *O que é ideologia*, 9ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1976.
- _____ *Brasil, Mito fundador e sociedade autoritária*, São Paulo, Perseu Abrando, 2001.
- CHIAVENATO, Júlio José. *O negro no Brasil: da senzala à guerra do Paraguai*. São Paulo, Brasiliense. 1986.
- COUTINHO, Afrânio. *A polêmica Alencar-Nabuco*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1978.
- _____ *Antologia brasileira de literatura*, Rio de Janeiro, Distribuidora Livros Esc, 1965.
- COUTINHO, Eduardo F. & CARVALHAL, Tania Franco, *Literatura comparada: textos fundadores*, Rio de Janeiro, Rocco, 1994.
- CRUZ e SOUSA, João da. *Emparedado* In: *Obra completa*, Rio de Janeiro, Nova Aguilar S.A, 2000.
- CULLER, Jonathan. *Teoria literária: uma introdução*, Tradução de Sandra G. T. Vasconcelos, São Paulo, Beca, 1999.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*, São Paulo, Brasiliense, 1986.
- _____ *Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*, São Paulo, Brasiliense, 1985.
- DAMATTA, Roberto. *O que faz o brasil, Brasil?*, Rio de Janeiro, Rocco, 1993.
- _____ *Relativizando. Uma introdução à antropologia social*, Rio de Janeiro, Rocco, 1987.

DENBY, David. *Grandes livros: minhas aventuras com Homero, Rousseau, Shakespeare, Marx e outros escritores brilhantes*. Tradução de Beatriz Horta, Rio de Janeiro, Record, 1998.

DUARTE, Constância Lima et alii. *Gênero e representação na literatura brasileira*, volume I, Belo Horizonte, UFMG, 2002.

_____ *Gênero e representação: teoria, história e crítica*, volume II, Belo Horizonte, UFMG, 2005.

DURAND, Gilbert. *Imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem*, Tradução de René Eve Levié, Rio de Janeiro, Difel-Difusão Editorial, 1999.

_____ *As estruturas antropológicas do imaginário*. Tradução de Hélder Godinho, São Paulo, Martins Fontes, 1997.

EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*, Tradução de Waltensir Dutra, São Paulo, Martins Fontes, 1983.

_____ *A ideologia da estética*, Tradução de Mauro Sá Rego Costa, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1993.

ECO, Umberto. *Os limites da interpretação*, Tradução de Pérola de Carvalho, São Paulo, Perspectiva, 2002.

_____ *Interpretação e superinterpretação*, Tradução de MF, São Paulo, Martins Fontes, 1977.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*, Tradução de Maria Adriana da Silva Caldas, Salvador: Fator, 1983.

_____ *Os condenados da terra*, Tradução de José Laurênio de Melo, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: a formação do patronato político brasileiro*, Porto Alegre, Globo, 1973.

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*, São Paulo, Difel-Difusão Européia do Livro, 1972.

_____ *A Interação do negro na sociedade de classes*, V. I São Paulo, Dominus, 1965.

_____ *A integração do negro na sociedade de classes*, V. II São Paulo, Dominus, 1965.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*, São Paulo, Ática, 1988.

_____ *Elementos da análise do discurso*, São Paulo, Edusp, 1989.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*, Rio de Janeiro, Record, 2002.

FRYE, Northrop. *O caminho crítico: um ensaio sobre o contexto social da*
<http://200.181.1.12/netacgi/nph->

[brs.exe?s1=&s2=&s3=teoria+da+literatura&s4=&s5=MONOGRAFIA+OU+ARTIGO+OU+REVIS](http://200.181.1.12/netacgi/nph-brs.exe?s1=&s2=&s3=teoria+da+literatura&s4=&s5=MONOGRAFIA+OU+ARTIGO+OU+REVIS)

<http://200.181.1.12/netacgi/nph-brs.exe?s1=&s2=&s3=teoria+da+literatura&s4=&s5=MONOGRAFIA+OU+ARTIGO+OU+REVISTA+CD+ROM+OU+REVISTA+ELETRONICA+OU+JORNAL+OU+ANALITICA+OU+REVISTA+OU+MATERIAL+ESPECIAL&l=20&SECT1=IMAGE&SECT4=e&SECT6=HITOFF&SECT3=PLURO>

crítica literária, Tradução de Antonio Arnoni Prado, São Paulo, Perspectiva, 1973.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*, Tradução de Laura Fraga de Almeida, São Paulo, Edições Loyola, 1996.

_____ *A microfísica do poder*, Tradução de Roberto Machado, Rio de Janeiro, Graal, 1995.

_____ *Vigiar e punir*, Tradução de Raquel Ramalhete, Petrópolis, Vozes, 1996.

GOLDMANN, Lucien. *Sociologia do romance*. Tradução de Álvaro Cabral, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967.

GONÇALVES, Ana Maria. *Um defeito de cor*, São Paulo, Record, 2006.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*, São Paulo, Ática, 1992.

GOULART, José Alípio. *Da palmatória ao patíbulo: castigos de escravos no Brasil*, Rio de Janeiro, Conquista, 1971.

GRAÇA, Antonio Paulo. *Uma poética do genocídio*, Rio de Janeiro, Topbooks Editora e Distribuidora de Livros, 1998.

GRIECO, Agripino. *Evolução da Prosa Brasileira*, Rio de Janeiro, Ariel, 1933.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*, Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro, Rio de Janeiro, DP & A Editora, 1999.

_____ *Da diáspora: identidades e mediações culturais*, Tradução de Adelaide La Guardia Resende, Belo Horizonte, Ed UFMG, 2003.

_____ *Identidade e diferença*, Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Petrópolis, Vozes, 2000.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Estética*, Tradução de Álvaro Ribeiro e Orlando Vitorino, Guimarães Editores, Lisboa, 1993.

HEIDEGGER, Martin. *A origem da obra de arte*, Tradução de Maria da Conceição Costa, Lisboa, Edições 70, 1977.

HOORNAERT, E. & AZZI, R. *História da Igreja no Brasil*, Petrópolis, Vozes, 1979.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

KOTHE, Flávio René. *Fundamentos da teoria literária*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2002.

- KOVLADOFF, Santiago. *O Silêncio primordial*, Tradução de Eric Nepomuceno e Luiz Carlos Cabral, Rio de Janeiro, José Olympio, 2003.
- KURI, Mário da Gama. *Dicionário de mitologia grega e romana*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1997.
- LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina, *Fundamentos de metodologia científica*, São Paulo, Atlas, 2004.
- LAGE, Lana da Gama L. *Rebeldia negra e abolicionismo*. Rio de Janeiro, Achiamé, 1981.
- LAUSBERG, Heirich. *Elementos de retórica literária*, Tradução de R. M. Rosado Fernandes, Lisboa, Fundação Calouste Gulbelkian, 1993.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O Pensamento selvagem*, Tradução de Maria Celeste da Costa e Souza e Oliveira Aguiar, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1986.
- _____. *Mito e linguagem social, Ensaios de antropologia estrutural*, Tradução de Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1970.
- _____. *Raça e história*, Tradução de Inácia Canelas, Lisboa, Editorial Presença, 2000.
- LIMA, Luiz Costa. *Mimesis e modernidade: formas das sombras*, São Paulo, Graal, 1980.
- _____. *Vida e mimesis*, Rio de Janeiro, 34, 1995.
- _____. *Persona e sujeito ficcional*. In: *Literatura e memória cultural*, Belo Horizonte, 2º Congresso da ABRALIC, 1997.
- _____. *Teoria da literatura e suas fontes*, v 1 e v 2, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.
- MACEDO, Joaquim Manoel de. *As vítimas algozes: quadros da escravidão*, Porto Alegre, Editora Zouk, 2006.
- MACHADO, A. M. & DAGEAU, D. H. *Da literatura comparada à teoria da literatura*, Lisboa, Edições 70, (Coleção Signos, 46), 1989.
- MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Memórias póstumas de Brás Cubas*, São Paulo, Ática, 1990.
- _____. *Esau e Jacó*, Obra completa v. 1, Rio de Janeiro, Nova Aguillar, 1994.
- _____. *Seus trinta melhores contos*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2001.
- MACHADO, Roberto. *Foucault, a filosofia e a literatura*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.
- MALLARMÉ, Stéphane. *La musique et les lettres* In: *A estética simbolista*, São Paulo, Atlas, 1974.
- MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*, V 1, 2, 3, 4 e 5, São Paulo, Cultrix 1978.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Conceitos de ideologia* In: *A ideologia alemã*, Tradução de Luis Cláudio de Castro e Costa, São Paulo, Martins Fontes, 1998.

- MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais. Investigações em psicologia social*, Tradução de Ephraim Ferreira Alves, Petrópolis, Vozes, 2003.
- MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*, Belo Horizonte, Autêntica, 2004.
- _____ *Mestiçagem e identidade afro-brasileira* In: *Revista de Cultura Vozes*, V. 93, nº 6, Nov/Dez 1999.
- _____ *Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos* In: *Revista USP*, nº 68, Dez/Jan/Fev 2005.
- NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*, Petrópolis, Vozes, 1988.
- NINA RODRIGUES, Raimundo. *Os africanos no Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1977.
- NITRINI, Sandra. *Literatura comparada: história, teoria e crítica*, São Paulo, Edusp, 2001.
- NOVAIS, Fernando Antonio. *Aproximações: ensaios de história e historiografia*, São Paulo, Cosac Naify, 2005.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*, Campinas, Unicamp, 1992.
- PERDIGÃO MALHEIRO, Agostinho Marques, *A escravidão no Brasil. Ensaio histórico, jurídico, social, volumes 1, 2 e 3*, Petrópolis, Vozes, 1976.
- PESAVENTO, Sandra Jathay. *Leituras cruzadas – diálogos da História com a Literatura*, Porto Alegre, UFRGS, 2000.
- PLATÃO. *Crátilo* In: *Diálogos*, México, Universidad Nacional de México, 1922.
- PROUST, Marcel. *Em busca do tempo perdido*, Tradução de Mário Quintana, v.1, 2 e 3; Fernando Py, v. 4; Manuel Bandeira e Lourdes Souza de Alencar, v. 5, Carlos Drummond de Andrade, v. 6 e Lúcia Miguel Pereira, v. 7, Globo, Porto Alegre, 1998.
- RABASSA, Gregory. *O negro na ficção brasileira*. Tradução de Ana Maria Martins, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1965.
- RÊGO, José Lins do. *Menino de engenho*, São Paulo, Editora Abril, 1983.
- _____ *Doidinho*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1994.
- _____ *Moleque Ricardo*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1936.
- _____ *Fogo morto*, São Paulo, Editora Abril, 1983.
- REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil - a história do levante dos Malês em 1835*, São Paulo, Companhia das Letras, 2003.
- REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*, Florianópolis, Editora Mulheres, 2004.
- _____ *A Escrava*, Florianópolis, Editora Mulheres, 2004.

- REVISTA. (*Os caminhos da*) TERRA, São Paulo, Editora Peixes, ano 14, nº 173, Setembro de 2006.
- _____. *Poétique, revista de teoria e análise literária*, Tradução de Clara Crabbé Rocha, Coimbra, Almedina, 1997.
- _____. *Veja*, ano 40, nº 22, de 6 de junho de 2007.
- RICOEUR, Paul. *Interpretação e ideologias*, Tradução de Hilton Japíassu, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1997.
- _____. *Teoria da interpretação: o discurso e o excesso de significação*, Tradução de Artur Morão, Lisboa, Edições 70, 1976.
- RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas, Ed Unicamp/Cecult, 2000.
- ROSENFELD, Anatol. *Texto / contexto*, Ensaios. São Paulo, Perspectiva, 1973.
- ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*, Tomo Quatro, Rio de Janeiro, José Olympio, 1954.
- SANTIAGO, Silviano. *Intérpretes do Brasil*, v. 1, 2 e 3, Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 2002.
- SILVA, Gilda Neves da. *Literatura comparada, teoria e prática*, Porto Alegre, Sagra-DC Luzzatto, 1996.
- SIMÕES LOPES NETO, João. *O negrinho do pastoreio* In: *Contos gauchescos*, Porto Alegre, Globo, 1965.
- SODRÉ, Néelson Werneck. *A ideologia do colonialismo; seus reflexos no pensamento brasileiro*, Petrópolis, Vozes, 1984.
- SONTAG, Susan. *Contra a interpretação*, Tradução de Ana Maria Capovilla, Porto Alegre, L & PM, 1987.
- SOUSA, João da Cruz e. *Emparedado* In: *Obras Completas*, São Paulo, Edições Cultura, 1943.
- STALLONI, Yves. *Os gêneros literários*, Tradução de Flávia Nascimento, Rio de Janeiro: Diffel, 2001.
- STAROBINSKI, Jean. *A literatura: o texto e o seu intérprete*, In: *História: novas abordagens*, Tradução de Henrique Mesquita, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976.
- SUSSEKIND, Flora. *Tal Brasil, qual romance?*, Rio de Janeiro, Achiamè, 1984.
- VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e escravidão. Os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial*, Vozes, 1986.
- VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914)*, São Paulo, Companhia das Letras, 1991.
- VERÍSSIMO, José. *Estudos de literatura brasileira*, 6ª série, vol. 16, Belo Horizonte, Itatiaia, 1976.

VIEIRA, Antonio. *Sermões*. São Paulo, Hedra, 2000.

_____ *Sermões escolhidos*, volume V, São Paulo, Editora das Américas, 1965.

_____ *Sermões escolhidos*, volume IV, São Paulo, Editora das Américas, 1965.

_____ *Cartas*, Seleção de Novais Teixeira, volume XIV, Rio de Janeiro, W. M. Jackson Inc. 1952.

VILELA, Magno. *Uma questão de Igualdade: Antônio Vieira e a escravidão negra na Bahia do século XVII*, Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1997.

VOGT, Carlos. *Linguagem, ideologia e pragmática*, São Paulo, Hucitec, 1989.

WALDMAN, Berta. *Entre passos e rastros*, São Paulo, Perspectiva, 2003.

WELLEK, Renné & WARREN, Austin. *Teoria da literatura*, Tradução de José Palla e Carmo, Lisboa, Europa-América, 2000.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso, ensaios sobre a crítica da cultura*, Tradução de Alípio Correa de França Neto, São Paulo, Edusp, 1998.

